

ALCIONE GONÇALVES

**O ANALITISMO VERBAL E A EXPRESSÃO DO
FUTURO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:
um estudo diacrônico**

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
2013

ALCIONE GONÇALVES

**O ANALITISMO VERBAL E A EXPRESSÃO DO
FUTURO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:
um estudo diacrônico**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva

Orientador: Prof. Dr. Lorenzo Teixeira Vitral.

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
2013

À memória de meus pais, João e Nina, mestres incedíveis de amor e grandeza.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me sustentar em todos os momentos.

Ao Prof. Dr. Lorenzo Teixeira Vitral, por ter-me dado a oportunidade de ser sua orientanda e me conduzido até o final de forma prestimosa e inteligente.

Ao Prof. Dr. Afrânio Gonçalves Barbosa, pela liberação das cartas de comércio.

À Laura Camisassa Rodrigues Lobato, pela concessão das cartas pessoais da Família Camisassa.

À Prof^a Dr^a Maria Beatriz Nascimento Decat, pela cuidadosa leitura de meu projeto de pesquisa.

Às Prof^{as} Dr^a Maria Sueli Coelho e Dr^a Maria Jussara Abraçado de Almeida, pela leitura atenta e pela inestimável contribuição no exame de qualificação.

Aos revisores de língua e estilo Priscila Trevizani, Renilda Figueiredo e João Silva, pela prestabilidade e pela revisão cuidadosa desta tese.

Ao caro colega Luiz Andrade, por me ajudar no Abstract.

Ao meu esposo, Antônio José, pelo carinho, pela paciência e pelo apoio incondicional.

Às minhas irmãs, Regina e Simone; ao meu irmão Benjamin, e aos meus sobrinhos, Lucas, Naiara e Nikolas, pela torcida e pelo incentivo. Sem vocês, tudo seria mais difícil.

Ao amigo Jefferson de Carvalho Maia, por compartilhar as alegrias e as angústias desta trajetória.

Ao George Luiz Manes Pereira, pela amizade e pelos inúmeros textos e livros compartilhados.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Linguística, em especial à Maria das Graças Silva de Souza Oliveira.

Ao CEFET-MG, que me concedeu liberação para a realização deste projeto.

Aos funcionários do Arquivo Público Mineiro.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, pelo auxílio concedido durante parte desta pesquisa.

Por fim, a todos que contribuíram para a realização deste projeto.

O que é, pois, o tempo? Se ninguém mo pergunta, sei o que é; mas se quero explicá-lo a quem mo pergunta, não sei: no entanto, digo com segurança que sei que, se nada passasse, não existiria o tempo passado, e, se nada adviesse, não existiria o tempo futuro, e, se nada existisse, não existiria o tempo presente.

Confissões de Santo Agostinho, Livro XI, p.112.

RESUMO

Em uma perspectiva diacrônica, investigamos a expansão das perífrases verbais, marcadoras de futuro, levando em conta os processos de gramaticalização pelos quais essas perífrases foram submetidas, estudando a expressão da modalidade e do tempo. Em um primeiro momento, analisamos a trajetória de gramaticalização do verbo *ir*, tanto em sua forma lexical quanto em sua forma gramatical (*ir* + infinitivo). Após constatarmos a trajetória de gramaticalização de *ir*, examinamos a gradativa expansão dessa perífrase na marcação de tempo futuro, em comparação aos usos da forma sintética (*-rei*). A terceira etapa de análise baseou-se na investigação dos processos de gramaticalização dos verbos modais *poder* e *dever*, quando acompanhados de um verbo no infinito (*Modal* + infinitivo), em suas acepções mais abstratas, na indicação de possibilidade/probabilidade. Por último, investigamos a construção gerundiva, *ir* + *estar* + gerúndio, que vem consolidando-se como mais uma forma de expressar futuro na língua. Para a realização desta pesquisa, partimos do quadro teórico proposto por Hopper & Traugott (1993) e Heine *et al.* (1991) sobre a gramaticalização, assim como a metodologia desenvolvida por Vianna (2000) e Vitral (2006), buscando depreender o estatuto sintático, morfofonêmico e semântico de construções formadoras de futuro verbal no português brasileiro moderno e contemporâneo. A proposta metodológica consiste nos cálculos de frequência que funcionam como um mecanismo capaz de comparar o comportamento de determinados elementos em suas funções lexicais e gramaticais, permitindo-nos identificar, quantitativamente, processos de gramaticalização. Nosso intuito é, portanto, determinar em que estágios as perífrases verbais tornaram-se mais frequentes, retomando a questão da instabilidade da formação do futuro, constatando que a língua é um mecanismo autorregulador e que as formas de futuro estão inseridas em um contínuo processo cíclico de alternância entre formas sintéticas e analíticas. A realização desta pesquisa permitiu-nos observar, quantitativamente, o processo de gramaticalização da perífrase *ir* + infinitivo, para marcar futuro, assim como identificar que outras perífrases (*modal* + infinitivo e *ir* + *estar* + gerúndio) vêm ocupando cada vez mais espaço na língua para indicar futuridade, embora devamos considerar que a forma simples de futuro (*-rei*) é ainda frequentemente utilizada na língua escrita, sendo encontrada, principalmente, em gêneros textuais que exigem maior monitoramento.

PALAVRAS-CHAVE: Tempo Futuro. Perífrase Verbal. Gramaticalização. Diacronia.

ABSTRACT

This study carries out a diachronic investigation of the expansion of verbal periphrasis as future markers, taking into consideration the grammaticalization processes that underlie them, by focusing on the modal and time expressions. Firstly, we analyze the grammaticalization process of the verb *ir* in its lexical and grammatical forms (*ir* + infinitive). Afterwards, we look at its gradual expansion as a future marker, in comparison with the uses of its synthetic form (*-rei*). The third stage of the analysis was based on the investigation of the grammaticalization processes of the modal verbs *poder* and *dever*, in their most abstract conceptions, as they were followed by a verb in the infinitive (*Modal* + infinitive) in order to express possibility/probability. Lastly, we investigate the *ir* + *estar* + gerund construction, which is being consolidated as another alternative for future expression in the Portuguese language. The research is grounded on Hopper & Traugott's (1993) and Heine *et al.*'s (1991) grammaticalization theories, as well as on the methodology developed by Vianna (2000) and Vitral (2006), and aims to understand the synthetic, morphophonemic and semantic rules of verbal constructions forming the future tense in the modern and contemporary Brazilian Portuguese language. The methodological proposal entails the calculations of frequency that work as a mechanism to compare how certain elements behave in their lexical and grammatical functions, providing us with a quantitative rate of the grammaticalization processes. Our objective is then to determine at which stage verbal periphrasis became more frequent, by resuming the issue of instability in the formation of the future tense, while understanding that language is a self-regulating mechanism, and that the future forms are inserted in a cyclic, continuous process of shifts between synthetic and analytic forms. This research enabled us to observe, quantitatively, the grammaticalization process of the periphrasis *ir* + infinitive indicating the future tense. It also allowed us to identify that other periphrases (*modal* + infinitive and *ir* + *estar* + gerund) have been taking more and more space in the language to indicate futurity, although we must consider that the simple future tense (*-rei*) is still frequently used in writing, especially in genres that require more monitoring.

KEYWORDS: Future Tense. Verbal Periphrasis. Grammaticalization. Diachrony

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Representação gráfica do Tempo Físico.	29
Figura 2 – Representação gráfica do Tempo Crônico.	29
Figura 3 – Representação gráfica do Tempo Linguístico.	30
Figura 4 – Alternância cíclica entre futuro sintético e analítico.	66
Figura 5 – Ordenação das categorias cognitivas	82
Figura 6 – Fases do princípio da unidirecionalidade dos verbos.	83
Figura 7 – <i>Cline</i> de gramaticalidade.	92
Figura 8 – Estágios dos processos de Gramaticalização.	93
Figura 9 – Esquema – VITRAL, 2006.	102
Gráfico 1 – Frequência do verbo <i>ir</i> nos textos de língua escrita – PM.	118
Gráfico 2 – Frequência do verbo <i>ir</i> nos textos de língua escrita – PC.	121
Gráfico 3 – Frequência diacrônica das formas lexicais do verbo <i>ir</i> nos textos de LE	122
Gráfico 4 – Frequência diacrônica das formas gramaticais do verbo <i>ir</i> nos textos de LE	122
Gráfico 5 – Frequência do verbo <i>ir</i> nos textos de língua escrita e oral – PC	128
Gráfico 6 – Frequência das formas de futuro nos textos de língua escrita – PM	131
Gráfico 7 – Frequência das formas de futuro nos textos de língua escrita – PC	134
Gráfico 8 – Frequência diacrônica das formas sintéticas de futuro nos textos de LE	135
Gráfico 9 – Frequência diacrônica das formas analíticas de futuro nos textos de LE	136
Gráfico 10 – Porcentagem de ocorrência de cada verbo em relação ao total de palavras do <i>corpus</i>	146
Gráfico 11 – Percentuais de ocorrência do verbo <i>poder</i> – PM	152
Gráfico 12 – Percentuais de ocorrência do verbo <i>poder</i> – PC	153
Gráfico 13 – Percentuais de ocorrência do verbo <i>dever</i> – PM	157
Gráfico 14 – Percentuais de ocorrência do verbo <i>dever</i> – PC	157
Quadro 1 Representação dos tempos de Reichenbach (1948)	32
Quadro 2 Representação dos tempos de Reichenbach no português	32
Quadro 3 Ciclo das formas verbais, analíticas e sintéticas, de futuro no espanhol	49
Quadro 4 Futuridade e modalidade em uma visão global diacrônica	51
Quadro 5 Caracterização do <i>corpus</i> – período moderno	109
Quadro 6 Caracterização do <i>corpus</i> – período contemporâneo	109
Quadro 7 Caracterização do <i>corpus</i> – entrevistas	110
Quadro 8 Expansão à esquerda das formas verbais em português	180

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Frequência do verbo <i>ir</i> nos textos de língua escrita – PM.....	115
Tabela 2	Frequência do verbo <i>ir</i> nos textos de língua escrita – PC.....	119
Tabela 3	Frequências lexicais e gramaticais do verbo <i>ir</i> por período e por gênero textual..	123
Tabela 4	Frequências totais do verbo <i>ir</i> por período.....	124
Tabela 5	Frequências do verbo <i>ir</i> nos textos de língua oral – PC.....	126
Tabela 6	Frequência do verbo <i>ir</i> nos textos de língua escrita e oral – PC.....	127
Tabela 7	Frequência totais do verbo <i>ir</i> nos textos de língua escrita e oral – PC.....	128
Tabela 8	Frequência das formas de futuro nos textos de língua escrita – PM	130
Tabela 9	Frequência das formas de futuro nos textos de língua escrita – PC	132
Tabela 10	Frequência das formas sintéticas e analíticas de futuro por período e por gênero textual	137
Tabela 11	Análise comparativa das frequências totais das formas de futuro – PM e PC	138
Tabela 12	Frequência das formas de futuro nos textos de língua escrita e oral – PC	139
Tabela 13	Análise comparativa das frequências totais das formas de futuro – LE e LO.....	140
Tabela 14	Frequência do verbo <i>poder</i> – PM	148
Tabela 15	Frequência do verbo <i>poder</i> – PC	148
Tabela 16	Trajetória da frequência total do verbo <i>poder</i> e de <i>poder</i> ₁ , <i>poder</i> ₂ e <i>poder</i> ₃	151
Tabela 17	Frequência do verbo <i>dever</i> – PM.....	153
Tabela 18	Frequência do verbo <i>dever</i> – PC.....	154
Tabela 19	Trajetória da frequência total do verbo <i>dever</i> e de <i>dever</i> ₁ e <i>dever</i> ₂	156

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC – Artigos Científicos

APM – Arquivo Público Mineiro

BN – Biblioteca Nacional

CC – Cartas de Comércio

CD – Cartas-denúncia

CP – Cartas Pessoais

EC – E-mails Comerciais

FA – Forma Analítica

FS – Forma Sintética

f.Lex – Função Lexical

f.Gra – Função Gramatical

LE – Língua Escrita

LO – Língua Oral

PB – Português Brasileiro

PC – Período Contemporâneo

PM – Período Moderno

TAM – Tempo-Aspecto-Modalidade

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	23
1 CAPÍTULO 1 – A FORMAÇÃO DO TEMPO FUTURO	26
1.1 A Noção de Tempo.....	27
1.2 A Noção de Tempo no Discurso	28
1.3 A Noção de Tempo proposta por Reichenbach (1948)	30
1.4 A Noção de Tempo Futuro	33
1.5 Sobre o Futuro Romance – Coseriu (1957).....	35
1.6 Sobre o Futuro Romance – Câmara Júnior (1958).....	43
1.7 O Futuro nas Línguas Românicas – Fleischman (1982)	44
1.8 As Categorias de Tempo-Aspecto-Modalidade (TAM).....	52
1.8.1 Uma distinção básica: Tempo versus Aspecto	52
1.8.2 As distinções entre Modo e Modalidade	53
1.8.3 Categorias Modais	59
1.8.3.1 Modalidade alética: necessidade/possibilidade	59
1.8.3.2 Modalidade Epistêmica: certeza/probabilidade.....	60
1.8.3.3 Modalidade Deôntica: Obrigação/permissão	61
1.8.3.4 Modalidade Volitiva: Intenção/Volição	63
1.9 Temporalidade versus Modalidade: a ciclicidade das formas de futuro	64
1.10 A Formação do tempo futuro no Português Brasileiro.....	67
1.10.1 Visão dos gramáticos tradicionais	67
1.10.2 Visão dos linguistas sobre o futuro no PB	70
1.11 Considerações Finais do Capítulo	74
2 CAPÍTULO 2 – GRAMATICALIZAÇÃO: MECANISMOS DE MUDANÇA.....	76
2.1 Primeiras Considerações	76
2.2 O Conceito de Gramaticalização	78
2.3 A Motivação para a mudança.....	80
2.4 Gramaticalização: um estudo diacrônico ou sincrônico?	81
2.5 Princípio da Unidirecionalidade	82
2.6 Gramaticalização: Princípios, Parâmetros e Estágios	86
2.6.1 Heine (1991).....	86
2.6.2 Hopper (1991)	89
2.6.3 Hopper & Traugott (1993)	92
2.6.4 Castilho (1997).....	93
2.7 Considerações Finais do Capítulo	97
3 CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA	98
3.1 Descrição da Metodologia.....	98
3.1.1 A Proposta de Vitral (2006)	98
3.1.1.1 Identificação dos Processos de Gramaticalização	100
3.2 Detalhamento dos <i>Corpora</i>	104
4 CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DOS DADOS.....	111
4.1 Análise da frequência das formas lexicais e gramaticais do verbo <i>ir</i> nos textos de LE114	
4.1.1 Análise comparativa das frequências lexicais e gramaticais do verbo <i>ir</i>	121
4.1.2 Análise comparativa das frequências totais.....	124
4.1.3 Análise da frequência das formas lexicais e gramaticais do verbo <i>ir</i> nos textos de LO126	
4.1.4 Análise comparativa das frequências totais.....	128
4.2 Análise da frequência das formas sintéticas e analíticas de futuro nos textos de LE129	

4.2.1	Análise comparativa das frequências das formas sintéticas e analíticas de futuro ..	134
4.2.2	Análise comparativa das frequências totais.....	137
4.2.3	Análise da frequência das formas de futuro nos textos de língua escrita e oral.....	138
4.2.4	Análise comparativa das frequências totais nos textos de língua escrita e oral	139
4.3	Distribuição dos verbos modais	141
4.3.1	Análise da Frequência do Verbo <i>Poder</i>	148
4.3.2	Análise da Frequência do Verbo <i>Dever</i>	153
4.3.3	Análise dos verbos modais nos textos de língua oral.....	158
4.4	Considerações Finais do Capítulo	160
5	CAPÍTULO 5 – O GERÚNDIO NA MARCAÇÃO DE TEMPO FUTURO.....	164
5.1	A Formação das Perífrases Verbais de Futuro	164
5.1.1	As Perífrases de Futuro com Gerúndio no PB	169
5.2	O Futuro Perifrástico com <i>ir + estar + gerúndio</i>	171
5.2.1	A Percepção da Inovação	171
5.2.2	Estudos Linguísticos.....	175
5.3	Considerações Finais do Capítulo	189
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	192
	REFERÊNCIAS	196
	FONTES DE PESQUISA DO <i>CORPUS</i>.....	211
	ANEXOS	213

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nesta pesquisa, propomos estudar, em uma perspectiva diacrônica, a formação do futuro em português, levando em conta os processos de gramaticalização, a formação das perífrases verbais e a expressão da Modalidade.

Propomos, também, mostrar que a categoria verbal de futuro está intrinsecamente ligada ao processo de modalização, ou seja, a flutuação contínua na busca de equilíbrio entre temporalidade e modalidade é a principal responsável pela instabilidade das formas de futuro, havendo, portanto, uma tendência para a reformulação cíclica dessas formas, favorecendo o aparecimento e o fortalecimento de formas perifrásticas para expressar futuro (COSERIU, 1957; FLEISCHMAN, 1982).

Para comprovar essa hipótese, buscamos identificar, por meio da análise de um *corpus*, o suposto avanço do emprego das perífrases verbais de futuro em substituição às formas sintéticas, considerando, também, que certos aspectos da trajetória dessas perífrases sejam tratados como um processo de gramaticalização (HEINE *et al.*, 1991; HOPPER & TRAUGOTT, 1993).

Como referencial metodológico, adotamos a proposta de Vianna (2000) e Vitral (2006), que consiste na análise da frequência de um item, em suas funções lexicais e gramaticais, identificando quantitativamente processos de gramaticalização.

Para a formação dos *corpora*, seguimos uma metodologia que privilegia textos de gêneros similares entre os séculos XVIII, XX e XXI¹. Sendo assim, foram selecionadas quatro duplas de gêneros funcionalmente equivalentes: (i) cartas pessoais dos séculos XVIII e XX; (ii) cartas de comércio do século XVIII e e-mails comerciais do século XXI; (iii) artigos científicos do século XVIII e do século XXI e (iv) cartas-denúncia do século XVIII e denúncias dos séculos XX e XXI. Portanto, teremos quatro gêneros textuais do século XVIII e quatro gêneros a eles equivalentes no período contemporâneo, referentes ao *corpus* de língua escrita. Para o *corpus* de língua oral, foram selecionadas 09 entrevistas referentes ao período contemporâneo. Visando à praticidade, todos os exemplos e excertos apresentados nesta pesquisa são renumerados a cada capítulo.

Esta pesquisa compõe-se de cinco capítulos. No primeiro, *A Formação do Tempo Futuro*, apresentamos uma síntese a respeito dos estudos empreendidos por vários autores acerca do tempo linguístico, mais precisamente do tempo futuro, nosso objeto de pesquisa.

¹ Ao nos referirmos ao século XXI, estamos falando da primeira década.

Dada a extensão do tema, buscamos abordar pontos que consideramos estratégicos para a compreensão da formação do futuro, da formação das perífrases verbais e do processo cíclico que se constitui na alternância entre o uso de formas sintéticas e perifrásticas na demarcação de futuridade.

No segundo capítulo, *Gramaticalização: Mecanismos de Mudança*, apresentamos os pressupostos teóricos básicos acerca da Teoria da Gramaticalização, seu conceito, seus princípios e as principais noções que envolvem este fenômeno. Inicialmente, apresentamos as primeiras referências ao assunto, destacando as contribuições de Meillet (1912), em seu artigo, *L'évolution des formes grammaticales*. Apresentamos, também, uma síntese das pesquisas de alguns autores que se destacaram nesta área, como Heine (1991), Paul Hopper (1991), Hopper & Traugott (1993) e Castilho (1997).

No capítulo 3, *Metodologia*, apresentamos a metodologia adotada, demonstrando, detalhadamente, quais os passos seguidos para a realização desta pesquisa, baseando-nos na proposta de Vianna (2000) e Vitral (2006).

No capítulo 4, *Análise dos Dados*, apresentamos a análise e a discussão dos dados obtidos nos *corpora*, adotando critérios de análise da frequência do verbo *ir*, na formação da perífrase verbal *ir* + infinitivo, das formas sintéticas e perifrásticas de futuro (*sairei* e *vou sair*) e dos verbos modais *poder* e *dever*, acompanhados de um verbo no infinitivo (Modal + infinitivo).

Primeiramente, para investigarmos o processo de gramaticalização de *ir*, foram computadas as frequências das formas lexicais e gramaticais desse verbo, observando a trajetória de uso dessas formas do período moderno até o contemporâneo. Após observarmos como se comportou o processo de gramaticalização de *ir*, partimos para uma segunda etapa de análise que consiste em observar a frequência da forma já gramaticalizada *ir* + infinitivo, na marcação de tempo futuro, em comparação à frequência das formas sintéticas (*irei*, *sairei*). O objetivo dessa análise consiste em verificar, quantitativamente, qual o grau de frequência da forma perifrástica e da forma sintética, observando se há supremacia no uso de uma das formas ou se há equilíbrio entre esses usos nos quatro gêneros pesquisados. Finalizando essa análise, foram computados os usos mais concretos e abstratos dos modais *poder* e *dever*, verificando como, ao logo de três séculos, esses verbos se comportaram e como vêm sendo usados em seus sentidos mais abstratos, portanto mais gramaticalizados, para demarcar futuro na língua.

Dando continuidade ao estudo das perífrases verbais de futuro, propomos, no capítulo 5, *O Gerúndio na Expressão de Tempo Futuro*, discutir a formação das perífrases

verbais com gerúndio, tecendo considerações a respeito do processo de gramaticalização da perífrase *ir + estar + gerúndio*, denominada de *gerundismo*, tendo em vista a grande incidência dessa forma verbal que sinaliza a tendência de criação de formas perifrásticas na marcação do tempo futuro. Para isso, apresentamos algumas pesquisas empreendidas acerca desse fenômeno (MENON, 2004; ROCHA, 2010; VITRAL, 2012), assim como a análise de artigos veiculados na mídia que versam sobre esse assunto.

Nas Considerações Finais, retomamos o tema proposto nesta pesquisa, apontando os resultados gerais obtidos.

1 **CAPÍTULO 1 – A FORMAÇÃO DO TEMPO FUTURO**

O objetivo deste capítulo é apresentar as principais noções acerca da formação do tempo verbal, principalmente do tempo futuro. Nas seções 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4, iniciamos com as definições de tempo, seja ele representado pelo tempo crônico ou físico (*time*), seja ele representado pela categoria verbal (*tense*). Apresentamos, também, a noção de tempo no discurso e a noção de tempo proposta por Reichenbach (1948), assim como a noção de tempo futuro. Nas seções seguintes, 1.5 e 1.6, propomos apresentar uma síntese dos estudos empreendidos por Coseriu (1957) e Câmara Júnior (1958). Os dois linguistas, ao estudarem o tempo futuro, principalmente o futuro romance, trazem à tona questões fundamentais para a compreensão de como essa categoria se desenvolveu e se desenvolve nas línguas românicas. As questões levantadas por Coseriu, por exemplo, permitem-nos depreender, mais detalhadamente, a temática da formação das perífrases verbais de futuro no romance e, conseqüentemente, no português hodierno. Na seção 1.7, apresentamos uma resenha dos estudos empreendidos por Fleischman (1982) acerca da formação do tempo futuro nas línguas românicas. Os estudos de Fleischman são de fundamental importância para esta pesquisa, uma vez que a autora estabelece diretrizes capazes de explicar a “ciclicidade das formas de futuro”.

Nas seções seguintes, seção 1.8 e suas subseções, apresentamos as definições e, principalmente, as diferenças entre as categorias de Tempo, Aspecto e Modalidade (TAM). A importância desse estudo centra-se no fato de a compreensão do funcionamento dessas categorias ser de fundamental importância para o conhecimento dos processos de construção do tempo futuro, principalmente quando tratamos da formação das perífrases verbais. Embora essas categorias sejam inter-relacionadas, sabemos que há particularidades inerentes a cada uma e que se faz necessário estudá-las separadamente.

Na seção 1.9, apresentamos uma discussão acerca da ciclicidade das formas de futuro, baseando-nos na hipótese de que esse tempo verbal está em um contínuo processo cíclico de alternância entre formas sintéticas e analíticas (FLEISCHMAN, 1982). Na seção 1.10 e suas subseções, apresentamos uma síntese de pesquisas de alguns autores brasileiros, gramáticos e linguistas, interessados em estabelecer as principais noções e usos do tempo futuro em língua portuguesa. Em 1.11, apresentamos as considerações finais do capítulo.

1.1 A Noção de Tempo

A Física Clássica de Galileu Galilei (1564-1642) e de Isaac Newton (1643-1727) considerava o tempo como absoluto e uniforme, independente da matéria e do espaço. Essa visão, porém, foi derrubada pela Física Moderna, com a Teoria da Relatividade (TER), de Albert Einstein (1879-1955), que teve grande impacto na visão do homem moderno sobre a concepção do tempo. Antes, o tempo físico, diferentemente do psicológico, era absoluto e, em qualquer lugar do universo, um minuto era sempre o mesmo no intervalo de tempo. Depois de Einstein, essa concepção mudou, e uma das forças naturais mais imponentes sobre o homem passou a ser relativizada. Essa noção de tempo, proposta por Einstein, passou, portanto, a ser adotada por pesquisadores das mais diversas áreas, dentre eles os estudiosos das línguas naturais.

De modo geral, o fenômeno tempo² abarca duas significações básicas. A primeira refere-se ao tempo físico, tratado cronologicamente (*time*), e a segunda remete-nos ao tempo como categoria gramatical (*tense*), codificada por morfemas, advérbios, adjuntos e orações adverbiais de tempo (FLEISCHMAN, 1982).

Nas línguas românicas, podemos evidenciar certa confusão entre *time* e *tense*, uma vez que não há distinção lexical entre essas duas categorias. Em português, por exemplo, temos o vocábulo *tempo* para assinalar duas categorias distintas, assim como *temps*, em francês, e *tiempo*, em espanhol. O inglês, no entanto, faz essa distinção, em que *tense* (tempo linguístico) contrapõe-se a *time* (ambivalente para os tempos crônico e físico)³. Em alemão, *Tempus* designa o tempo linguístico, contrapondo-se a *Zeit*, referente aos tempos crônico e físico.

Tense, geralmente, não expressa o fluxo de tempo nem sua segmentação, mas uma sequência de eventos. Ou seja, *tense* é uma categoria gramatical que diz respeito ao tempo físico, tratado cronologicamente. *Time*, por sua vez, constitui-se em um constructo mental. É o que poderíamos chamar de tempo cronológico, que é concebido como um conjunto de processos de medição que varia de uma cultura para outra, podendo integrar desde medições mais sofisticadas (segundo, minuto, hora) até mesmo medições mais extensivas (dia, semana, mês, século).

² Vale lembrar que nem todas as línguas naturais, nem mesmo as pertencentes à mesma família ou consideradas próximas, expressam a noção de tempo da mesma forma (FLEISCHMAN, 1982).

³ Posteriormente, ao tratarmos das definições de Benveniste (1989), seção 1.2, falaremos mais detalhadamente das noções de Tempo Crônico e Físico.

Para que possamos compreender melhor essa distinção, vejamos alguns exemplos em que o tempo (*time*) dos eventos está no presente, mas *tense* encontra-se no passado, exemplos (1) e (2), ou no futuro, exemplos (3) e (4).

- (1) Aqui! Eu pensei que você gostaria de ter um desses. (*time* – presente; *tense* – passado)
- (2) Eu queria te dizer o quanto eu amei o presente. (*time* – presente; *tense* – passado)
- (3) Aquele idiota do Michael não está aqui. Ele provavelmente ainda está na cama. (*time* – presente; *tense* – futuro)
- (4) Viajo a semana que vem para São Paulo. (*time* – presente; *tense* – futuro)

Time é, portanto, um conceito que está relacionado à enunciação, *tense*, por sua vez, é uma categoria gramatical que é marcada pela flexão do verbo e expressa quando um evento acontece no fluxo do tempo (FLEISCHMAN, 1982).

1.2 A Noção de Tempo no Discurso

Ao buscar uma representação da categoria de Tempo⁴ no discurso, Benveniste (1989) apresenta-nos três subdivisões acerca dessa categoria.

A primeira é a representação do Tempo Físico que se caracteriza como uma ideia puramente linear, segmentável, seguindo apenas uma única direção, sem ser, necessariamente, influenciado pelos acontecimentos da vida humana.

O Tempo Crônico é, para Benveniste, “o tempo dos acontecimentos, que engloba também nossa própria vida enquanto sequência dos acontecimentos” (BENVENISTE, 1989, p. 71). É o Tempo Crônico que nos possibilita a localização da humanidade no eixo histórico, permitindo-nos a divisão em “séculos”, “anos”, “meses” etc. O Tempo Crônico é o que poderíamos chamar de tempo cronológico.

Para o autor, a diferença básica entre Tempo Físico e Crônico consiste na direcionalidade das linhas que os norteiam. O Tempo Físico é sempre unidirecional, ao passo que o Tempo Crônico é bidirecional, ligado ao momento histórico como ponto estativo.

É por meio do Tempo Crônico que podemos nos localizar em algum ponto da história, tomando como referência algum “ponto” ou “eixo estativo”. Se tomarmos como

⁴ Ao tratarmos das definições de “Tempo”, dadas por Benveniste, optamos por colocar o termo grafado com letra inicial maiúscula, por se tratar de uma categorização proposta pelo autor.

referência o nascimento de Cristo, nossa localização corresponderá a dois milênios, ou seja, o ponto estativo tomado será o início da Era Cristã.

Por último, encontramos o Tempo Linguístico que, para Benveniste (1989, p. 74), está “organicamente ligado ao exercício da fala”. Ao contrário do Tempo Crônico, que tem um momento histórico como ponto ou eixo estativo, o Tempo Linguístico tem como referência o Momento da Fala (MF). É o Tempo Linguístico o responsável pela representação linguística tanto do Tempo Físico quanto do Tempo Crônico. Lembremos que essa representação varia de língua para língua, uma vez que as formas de representação estão intimamente ligadas à visão de mundo de cada povo.

Em outras palavras, o Tempo Linguístico toma como referência o Momento da Fala (MF) e é a partir desse momento que se organiza o que vem antes (passado) e o que vem depois (futuro). Para o autor, o Momento da Fala (MF) está para o Tempo Linguístico assim como o ponto estativo está para o Tempo Crônico.

A divisão dos tempos, proposta por Benveniste, pode ser representada da seguinte forma:



Figura 1 – Representação gráfica do Tempo Físico

Fonte: Benveniste, 1989.



Figura 2 – Representação gráfica do Tempo Crônico

Fonte: Benveniste, 1989.

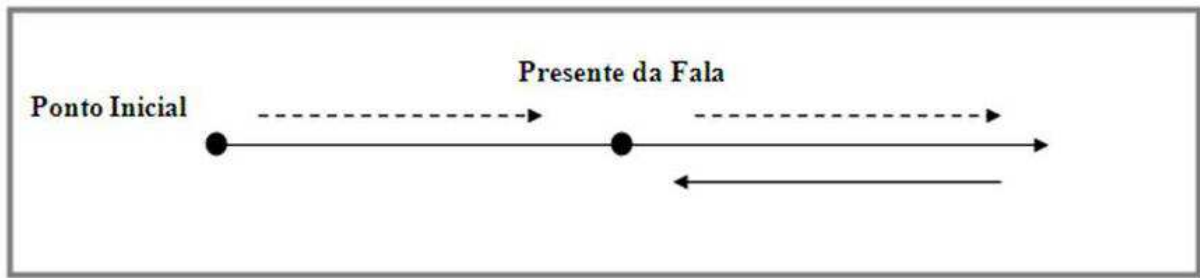


Figura 3 – Representação gráfica do Tempo Linguístico

Fonte: Benveniste, 1989.

Para Lyons (1971), no entanto, não há distinção entre “tempos”. O autor retrata apenas o que para Benveniste (1989) seria definido como Tempo Linguístico. Segundo Lyons, o tempo, definido como Tempo Gramatical, não passa de uma categoria dêitica que não se fundamenta na oposição presente vs. passado vs. futuro. O tempo é expresso na língua como o momento do enunciado que é “agora”. Esse “agora” pode estar relacionado tanto ao passado quanto ao futuro. Esse conceito resultaria em distinções entre (i) passado e não passado, (ii) presente e não presente e (iii) futuro próximo, não próximo e remoto.

Mateus *et al.* (2003, p. 76) apresentam o conceito de tempo como uma categoria linguística que se relaciona com o intervalo da enunciação, ou seja, “o intervalo de tempo que contém o estado de coisas descrito”. Essa relação, para as autoras, está gramaticalizada nos tempos verbais, podendo também ser descrita por expressões adverbiais de tempo.

Dessa forma, o tempo presente mostra-se simultâneo ao intervalo de tempo em que contém “o estado de coisas”. O tempo passado, por sua vez, apresenta-se anterior a esse estado e o futuro apresenta-se posterior ao estado de coisas. Assim como o Tempo Linguístico de Benveniste, as relações de simultaneidade (presente), anterioridade (passado) e posterioridade (futuro) apresentadas por Mateus *et al.* (*op. cit.*) têm como ponto de partida o Momento da Fala (MF), uma vez que essas “relações temporais” somente ocorrem porque são vistas a partir de um “discurso falado”.

1.3 A Noção de Tempo proposta por Reichenbach (1948)

Outro ponto de vista para explicar o tempo na língua é apresentado por Reichenbach (1948 *apud* CORÔA, 2005) que se fundamenta na Teoria da Relatividade Especial (TRE), desenvolvida por Einstein em 1905, cuja percepção dos eventos está

relacionada a um observador (ponto de referência), e a simultaneidade ou sucessividade desses eventos dependerão da posição desse observador.

Ao se basear na TRE, Reichenbach (1948) coloca-se em situação oposta à proposta de Jespersen (1956 *apud* CORÔA, 2005), baseada em um sistema de tempo absoluto cujo tempo tem existência ontológica, ou seja, existe fora dos eventos. Para Reichenbach, a TRE “despiu o tempo de seu caráter de processo irreversível e mostrou que existem eventos cuja sucessão temporal pode ser considerada na direção oposta” (1948 *apud* CORÔA, 2005, p. 29).

O autor postula que os *tempora* verbais têm-se construído em torno de três “pontos” temporais. O primeiro é o Momento da Fala (MF), referente ao tempo do acontecimento discursivo, ou ao tempo da enunciação de que trata Benveniste (1989). Esse momento caracteriza-se pela “realização da fala”, ou seja, é o momento em que se faz a enunciação sobre o evento (processo ou ação), é o tempo da comunicação, o “agora” do falante.

O segundo é o Momento do Evento (ME), referente ao tempo em que se dá o evento de que o discurso fala, ou seja, o “tempo do enunciado” de acordo com a proposta de Benveniste. Esse momento “é o tempo em que se dá o evento (processo ou ação) descrito, é o tempo da predicação” (CORÔA, 2005, p. 41).

O terceiro, e último, é o Momento da Referência (MR) “que se caracteriza como um sistema temporal fixo com respeito ao qual se definem simultaneamente e anteriormente, é a perspectiva do tempo relevante, que o falante transmite ao ouvinte para a contemplação do ME” (CORÔA, 2005, p. 41). O Momento de Referência (MR) trata dos eventos históricos e naturais, marcados pelo homem por meio da medição das horas ou por meio de calendários.

Vale lembrar que, nesse sistema, proposto por Reichenbach, um mesmo evento pode ser visto de várias formas, ou seja, se é do ponto de vista do passado, presente ou futuro. No momento do evento (ME), o ponto de referência (PR) pode ser anterior, posterior ou coincidir com o momento da fala (MF). O momento do evento (ME) também pode ser anterior, posterior ou coincidir com o ponto de referência (PR).

Sistematizando sua teoria, Reichenbach propõe treze formas básicas, nomeadas de **Anterior**, quando o evento precede a fala, **Posterior**, quando a sucede, e **Simples**, quando coincide com ela.

Essa representação dos “pontos” temporais, proposta por Reichenbach, também pode aparecer como E, R e S, significando, respectivamente, Momento do Evento (ME ou E),

Ponto ou Momento de Referência (MR ou R) e Momento da Fala (MF ou S) – do inglês *Event time*, *Reference time* e *Speech time*.

Vejamos a esquematização dos tempos⁵ proposta por Reichenbach.

Quadro 1
Representação dos tempos de Reichenbach (1948)

STRUCTURE	NEW NAME	TRADITIONAL NAME
E-R-S	Anterior past	Past perfect
E,R-S	Simple past	Simple past
R-E-S	Posterior past	
R-S,E		
R-S-E		
E-S,R	Anterior present	Present perfect
S,R,E	Simple present	Present
S,R-E	Posterior present	Simple future
S-E-R	Anterior present	
S,E-R		
E-S-R		
S-R,E	Simple future	Simple future
S-R-E	Posterior future	

Fonte: REICHENBACH, 1948 *apud* CORÔA, 2005.

Dentre as treze possibilidades apresentadas por Reichenbach, verificamos que o paradigma de tempos verbais em português gramaticaliza apenas seis formas simples.

Quadro 2
Representação dos tempos de Reichenbach no português

Tempo Verbal	Estrutura
Pretérito Perfeito	ME-MR, MF (E-R,S)
Pretérito Imperfeito	ME, MR-MF (E, R-S)
Pretérito mais-que-perfeito	ME-MR-MF (E-R-S)
Presente	ME, MR, MF (E, R, S)
Futuro do Presente	MR, MF-ME (R, S-E)
Futuro do Pretérito	MR-MF-ME (R-S-E)

Fonte: REICHENBACH, 1948 *apud* CORÔA, 2005.

⁵ O sinal da vírgula corresponde à simultaneidade e o hífen corresponde à anterioridade.

Para ilustrar a proposta de Reichenbach, o Futuro do Presente, representado pela fórmula MR, MF–ME (R, S–E), indica que o Momento de Fala é simultâneo ao Momento de Referência, ambos anteriores ao Momento do Evento. Já o Futuro do Pretérito, representado pela fórmula MR–MF–ME (R–S–E), indica que o Momento do Evento é posterior ao Momento de Fala, que é posterior ao Momento da Referência (ILARI, 1997).

É importante observarmos que essa categorização nem sempre apresenta uma correspondência exata entre os verbos e as situações temporais. Há formas usadas para expressar uma ideia atemporal (5) e formas do futuro simples que são, frequentemente, substituídas por verbos no presente (6) e pelas perífrases verbais (7):

(5) Todo homem morre.

(6) Viajo amanhã.

(7) Ela vai comprar um carro.

Segundo Binnick (1991 *apud* SILVA, 2002), o modelo proposto por Reichenbach, embora tenha dado origem a novas propostas de análise⁶, apresenta alguns pontos obscuros, como a falta de estratégias para diferenciar, por exemplo, o condicional perfeito (*I would have sung – Eu teria cantado*) do futuro perfeito (*I will have sung – Vou ter cantado*), em inglês, uma vez que nos dois tempos verbais, o ME é posterior ao MF. Segundo o autor, esse modelo também não possibilita a acomodação do aspecto, mostrando-se inadequado para sistematizar o tempo em inglês, assim como em outras línguas.

1.4 A Noção de Tempo Futuro

A noção de tempo futuro não faz parte de nossa experiência de vida; conhecemos somente o passado e o presente. O futuro, de natureza incerta, é visto como uma projeção do vir a ser, uma expectativa, uma noção condicionada a intenções e planos, pertencente ao domínio do vago e do indefinido. O tempo futuro é, portanto, “imaginado”, “suposto”, ele é um tempo que não existe realmente.

Ao confrontar o significado do passado com o futuro, ambos como categoria linguística, Meillet (1912) nota que do passado pode-se falar objetivamente, como fato acontecido, mas não se pode falar objetivamente do que ainda vai acontecer. Uma alusão ao futuro vem sempre carregada de afetividade ou desejo. Daí a ideia defendida pelo autor de

⁶ Ilari (1997) e Corôa (2005) são dois pesquisadores que adotaram o modelo proposto por Reichenbach.

que a noção de futuro pertenceria mais a um processo de modalização, uma vez que essa categoria gramatical está associada à expressão da obrigação, permissão, necessidade, possibilidade e capacidade.

Assim como Meillet, Coseriu (1957) defende que a concepção de futuro deriva de noções essencialmente modalizadas que podem ser de incerteza, vontade ou possibilidade. Todas elas enraizadas no presente e não representando, portanto, uma categoria ontológica objetiva. Daí a constatação de Coseriu de que, em muitas línguas, a categoria de futuro, em menor ou maior grau, é instável.

Para Givón (1995), podemos enquadrar tanto o tempo presente quanto o passado na modalidade *realis*, uma vez que esses tempos são passíveis de determinação, ou seja, é possível verificar a ocorrência do evento em determinado tempo. O mesmo não ocorre com o futuro, uma vez que representa um valor temporal dos fatos ainda não vivenciados. O futuro, portanto, enquadrar-se-ia na modalidade *irrealis*.

Uma vez que o futuro pertence à categoria *irrealis*, não podemos enquadrá-lo, inequivocadamente, na categoria de tempo (*tense*), como fazemos com o presente e com o passado. O fato de o futuro ser de natureza cognitiva e hipotética poderia explicar, segundo Jordan (1967), por que sua noção e seus usos linguísticos surgem mais tardiamente na fala popular de qualquer língua, assim como a inexistência desse tempo nos falares crioulos e no seu aparecimento tardio nas línguas indo-europeias. O mesmo ocorre no processo de aquisição da linguagem, uma vez que crianças adquirem a significação de futuro mais tardiamente em comparação às noções de passado e de presente (FLEISCHMAN, 1982).

A busca por uma categorização do futuro tem apresentado muitas controvérsias, uma vez que ele se encontra no limiar entre as categorias de tempo (*tense*) e de modo/modalidade. No inglês, por exemplo, os auxiliares *will* e *shall*, além de marcadores temporais de futuro, possuem o valor modal de volição e obrigação. Os falantes de inglês utilizam uma gama de formas marcadoras de não passado para expressar uma variedade de atitudes referentes a acontecimentos futuros, como nos exemplos⁷:

(8) *I go to London tomorrow.* (Eu vou para Londres amanhã.)

(9) *I'm going to London tomorrow* ou *I'm going to go to London tomorrow.* (Estou indo para Londres amanhã.)

(10) *I will go to London tomorrow.* (Pretendo ir para Londres amanhã.)

⁷Os exemplos são de Trask, 2004; e os grifos (itálico) são nossos.

(11) *I will be going to* London tomorrow. (Literalmente: Pretendo estar indo para Londres amanhã.)

(12) *I must go to* London tomorrow. (Devo ir para Londres amanhã.)

(13) *I may go to* London tomorrow. (Pode ser que eu vá para Londres amanhã)

Os exemplos elencados mostram-nos que, no estudo do futuro, estão envolvidas não somente noções de tempo, mas questões de natureza modal. Corroborando o que dissemos anteriormente, Lyons (1971) acrescenta que, em línguas que não possuem um futuro formado morfologicamente, mas lexicalmente, como é o caso do inglês, a futuridade é mais modo do que tempo.

Bybee *et al.* (1991), a partir de um estudo tipológico das formas de futuro, advogam que essas formas podem-se desenvolver por três caminhos independentes entre si. O primeiro caminho é a partir de “formas aspectuais” que podem ser usadas para indicar tempo futuro, ou seja, formas cuja principal função é marcar imperfectivo e, em raríssimos casos, perfectivos. O segundo é a partir de modalidades orientadas para o agente, ou seja, verbos ou construções com significado orientado para um agente, como o significado de *desejo* ou *obrigação* e, menos frequente, de *habilidade*. O terceiro é a partir de verbos de movimento, ou seja, verbos ou construções que assinalam movimento em direção a uma meta.

Bybee *et al.* (1991), assim como Lyons (1971), classificam a categoria de futuro mais como modo do que como tempo, uma vez que as flexões dessa categoria são independentes das flexões de passado e de presente, mostrando-se mais modais e modalizadoras. Se considerarmos que o futuro não se apresenta de forma tão certa, como é o presente ou foi o passado, esse argumento se justifica. Sendo assim, são as incertezas e as possibilidades que proporcionam a modalidade e a modalização desse tempo. Dessa forma, vemos que, quando se trata da relação de futuridade na língua, as categorias de tempo e modo se complementam.

1.5 Sobre o Futuro Romance – Coseriu (1957)

Coseriu, em seu artigo, *Sobre el Futuro Romance*⁸, discute a origem do futuro romance, sustentada por Vossler (1925), destacando que o problema da renovação do futuro latino, na verdade, nunca foi resolvido integralmente.

⁸ COSERIU, E. “Sobre el Futuro Romance”. *Revista brasileira de Filologia* 3, 1957, p. 1-19.

Coseriu propõe que do futuro romance, ou melhor, para o processo de substituição do futuro sintético latino por formas perifrásticas, há duas explicações básicas. Ambas as explicações funcionais de sentido e alcance distintos.

A primeira, denominada morfológica, refere-se à substituição do futuro clássico por formas perifrásticas, devido à heterogeneidade e às deficiências materiais das formas sintéticas. Essas deficiências, segundo Coseriu, tornaram-se mais acentuadas depois que ocorreram certas mudanças fônicas no latim vulgar.

O futuro sintético, por se formar de duas maneiras distintas nas quatro conjugações, e por coincidir com o presente do subjuntivo, na primeira pessoa das 3ª e 4ª conjugações, apresentava-se pouco produtivo, constituindo-se em um “ponto débil” no sistema da língua.

No latim vulgar, havia frequente troca entre /w/ e /b/, que fez surgir a confusão das formas de futuro (*amabit*) com as formas de perfeito do indicativo (*amavit*). Havia, também, a passagem de /i/ para /e/ e as homofonias entre as formas de futuro dos verbos da 3ª e 4ª conjugações e as formas de presente dos mesmos verbos (*dices ~ dicis, dicet ~ dicit*) que dificultavam o uso do futuro sintético, determinando sua substituição por perífrases, com *habeo, debeo* e *volo*, que se mostravam inequívocas. Em outras palavras, as formas perifrásticas passaram a cumprir funções que as formas sintéticas de futuro já não podiam mais cumprir satisfatoriamente.

A segunda explicação para a substituição do futuro sintético por formas perifrásticas é denominada estilística ou semântica. Para tal explicação, o uso do futuro perifrástico estabeleceu-se na língua devido a uma atitude mental do falante, contrária a uma ideia meramente temporal de futuro, atitude essa favorável a outros valores de natureza modal e afetiva. Coseriu lembra-nos de que essa segunda explicação, frequentemente atribuída a Vossler (1925), foi estudada por outros autores que defenderam a mesma ideia para a mudança do futuro sintético em futuro romance.

Meyer-Lübke (1914), citado por Coseriu (1957), defende que “o romance esqueceu completamente o futuro latino e, certamente, não por razões de forma, [...] mas porque o modo de pensar popular refere-se à atualidade, à ação futura, ou, mais precisamente, a concebe como algo desejado que precisa ser feito, e assim diz: *volo, debeo, habeo cantare*”⁹ (1914, p. 217 *apud* COSERIU, 1957, p. 3) (tradução nossa).

⁹ “El romance ha olvidado completamente el futuro latino, y no ciertamente por razones de forma, [...] sino porque el modo de pensar popular refiere a la actualidad, la acción futura, o más precisamente la concibe como

Assim como Meyer-Lübke, Bally (1913), *apud* Coseriu (1957), propõe uma distinção para o uso do futuro sintético e o futuro romance, naquilo que o autor denomina de uso “intelectual” e “afetivo”. Baseando-se nos estudos de Bally, Spitzer (1918), *apud* Coseriu (1957), propõe um estudo nos mesmos moldes. Para Lerch (1919), *apud* Coseriu (1957), o futuro romance se expressa como um “dever moral”. Por último, Coseriu (1957) cita Meillet (1928), que apresenta uma explicação “estilística” para o futuro romance.

Dentre todas as explicações semântico-estilísticas, Coseriu assinala que a de Vossler (1925) é a única que não se conforma somente em afirmar a “escassa expressividade” do futuro latino, reforçando que, no latim vulgar, todo o conceito temporal de futuro era débil e se desvaneceu. Para Vossler, a ideia de futuro na linguagem popular não é corrente, e de alguma forma se obscurece, se desvanece, pois o homem comum adota, frente às coisas futuras, uma atitude de vontade, de desejo, de esperança ou de temor em vez de conhecimento ou saber. Nas palavras do autor, é necessário adotar “uma consciência sempre vigilante, uma disposição filosófica e um hábito de pensar para não deixar que a ideia temporal de futuro se extravie nos domínios modais do temor, da esperança, do desejo e da incerteza”¹⁰ (p. 4).

Sendo assim, as antigas formas sintéticas de futuro mostraram-se supérfluas, uma vez que passaram a existir outros modos expressivos mais apropriados que, posteriormente, gramaticalizaram-se como novas formas de futuro, como ocorreu com as construções de inf. + *habere*, na maioria das línguas românicas, com inf. + *debere*, em sardo, e com inf. + *velle* (latim vulgar *volere*), em romeno.

Segundo Coseriu, as explicações morfológicas e semântico-estilísticas, em uma primeira análise, parecem bastante plausíveis e é até aceitável que possam ser complementares, pois tratam necessariamente de forma diferenciada de um mesmo assunto. A primeira trata de motivar a renovação das formas de futuro e a segunda busca justificar o novo conteúdo significativo correspondente às formas latino-vulgares. No entanto, uma análise mais detalhada permite-nos verificar que ambas as explicações resultam insuficientes e vulneráveis.

algo querido o que hay qué hacer; y así dice: *volo, debeo, habeo cantare*” (MEYER-LÜBKE, 1914, p. 217 *apud* COSERIU, 1957, p. 3).

¹⁰ “En la lengua popular el concepto de futuro se descuida, o se maltrata y se oscurece de algún modo, pues el hombre común adopta frente a las cosas futuras una actitud de voluntad, de deseo, de esperanza o de temor, más bien que de contemplación, conocimiento o saber. Se necesita una conciencia siempre vigilante, una disposición filosófica y un hábito de pensar, para no dejar que la idea temporal del futuro se extravíe en los dominios modales del temor, de la esperanza, del deseo y de la incertidumbre” (VOSSLER, 1925 *apud* COSERIU, 1957, p. 4).

Para a explicação semântico-estilística, proposta por Vossler (1925), Pagliaro (1950), *apud* Coseriu (1957), apresenta uma objeção fundamental: não cabe supor que a categoria temporal de futuro possa se desvanecer, uma vez que a categoria que se reconstitui, no nível morfológico, é, precisamente, a mesma categoria de futuro e não outra. Portanto, não se pode falar de “debilidade” dessa categoria, uma vez que, como tal, ela persiste e somente modifica sua forma de expressão e sua orientação semântica. O que ocorre, segundo o autor, é um interesse por parte dos falantes em manter essa categoria de tempo. Para Pagliaro, são as formas sintéticas do futuro clássico que deveriam ser chamadas de “funcionalmente débeis” que provaram sua pouca funcionalidade ao desaparecerem da língua.

Um ponto convergente para Pagliaro (1950) e Vossler (*op.cit.*) é que as formas perifrásticas, no começo de sua difusão, não eram propriamente formas de futuro, e somente em um momento posterior chegaram a gramaticalizar-se.

Coseriu, ao discutir as ideias de Vossler (1925) e Pagliaro (1950), traz à tona alguns questionamentos de fundamental importância para se entender o surgimento das perífrases verbais de futuro: (i) se as perífrases verbais não eram formas de futuro, como se explica que elas chegaram a ser? (ii) como estabelecer uma relação temporal com essas perífrases, já que não havia inicialmente essa relação entre perífrase e tempo futuro? (iii) como se explicaria sua gramaticalização¹¹ precisamente para uma categoria supostamente desaparecida?

Ao discutir as ideias defendidas por Vossler (1925), Coseriu destaca que, durante séculos, os romanos fizeram uso das formas sintéticas de futuro e que essas formas, em algum momento, eram perfeitamente populares entre os falantes. Portanto, cabe questionar se há alguma razão para atribuir, segundo Vossler, “uma consciência sempre vigilante” e uma particular “disposição filosófica” a todos os que fizeram amplo uso das formas sintéticas de futuro.

Do ponto de vista formal, a explicação de Vossler não apresenta uma fundamentação forte, tendo em vista que se trata de uma intuição do autor e não de uma demonstração. Para Coseriu, seria fundamental encontrar outros indícios, se possível até elementos extralinguísticos, que deem conta de explicar essa “atitude mental” do falante, proposta por Vossler, considerada por este como determinante para a mudança do futuro sintético para as formas perifrásticas.

¹¹ Coseriu considera o termo **gramaticalização**, empregado frequentemente por Bally (1913) e Vossler (1925), inadequado. Para ele, os modos linguísticos são sempre “gramaticalizados”, quando se considera o ponto de vista da gramática. Para o autor, a oposição que deve ser estabelecida é entre o enfoque gramatical e o enfoque estilístico e não entre modos por si só “gramaticais” e modos por si só “estilísticos”.

Pagliario (1950) e Vidos (1956), *apud* Coseriu (1957), também adotam a explicação “morfológica” para explicar as mudanças na categoria de tempo futuro, mas, para Coseriu, essa explicação mostra-se insatisfatória. Para o autor, ela dá conta de explicar apenas a necessidade de substituir o futuro sintético, no entanto não explica sua substituição por determinadas formas no lugar de outras. Ou seja, é certo que as formas perifrásticas latino-vulgares foram substituindo, gradativamente, o futuro sintético do latim clássico e que essa mesma categoria apresenta, no latim vulgar, uma nova orientação que não pode ser explicada unicamente pela óptica da mudança “morfológica”. Vale lembrar que entre o futuro sintético e o futuro perifrástico havia uma continuidade, um “desvio funcional” que não pode ser explicado, baseando-se, simplesmente, nessa explicação “morfológica”.

Coseriu, ao tratar do que ele chama de “desvio funcional” do futuro latino, recorda que as deficiências materiais do futuro sintético não são poucas (a heterogeneidade dos paradigmas e a semelhança fônica entre *amabit* e *amavit*, *amabunt* e *amabant*, e entre *leges* e *leget* e o presente do subjuntivo da primeira conjugação), mas não considera essas deficiências materiais como determinantes, uma vez que tais deficiências poderiam ser superadas de outras maneiras, mediante simples formações analógicas.

O autor destaca, também, que se pode argumentar que as formas sintéticas foram substituídas pelas perífrases formadas com *habeo*, *volo*, *debeo*, e outras, pelo simples fato de essas perífrases estarem à disposição dos falantes, ou seja, estaríamos tratando de um fenômeno de “seleção”¹². Essa comprovação, embora esteja correta, não prova a razão da mudança do futuro; demonstra apenas o modo como ela ocorreu.

O autor nos lembra de que as formas de futuro, no latim clássico, apresentaram uma orientação modal antes mesmo de serem puramente temporais e que, em muitas línguas, inclusive nas línguas românicas, as formas perifrásticas de futuro, já temporalizadas, substituíram frequentemente as formas sintéticas de futuro ou foram substituídas por novas perífrases, como em espanhol (*He de hacer*, *Voy a ir*) ou em francês (*J'ai à faire*, *Je vais faire*). Coseriu alerta-nos para o fato de que essas substituições, ocorridas na língua, não indicam, necessariamente, uma “deficiência formal”, mas correspondem, provavelmente, a uma necessidade distintiva, pois, na maioria dos casos, fica evidente que essa deficiência formal não existe.

¹² Esse fenômeno de “seleção” para as formas de futuro não se trata de um caso específico do latim, em muitas outras línguas (grego moderno, búlgaro, albanês, sérvio-croata, persa, algumas línguas germânicas etc.), a categoria de futuro pode ser expressa por perífrases verbais com orientação modal e aspectual claramente expressa (cf. FLEISCHMAN, 1982).

No tocante à explicação “semântico-estilística”, defendida por alguns autores, Coseriu ressalta que tal explicação não pode ser ignorada, mas é preciso fazer algumas revisões e correções. Revisando essa explicação, o autor propõe uma atenção maior para três aspectos (i) a instabilidade geral das formas de futuro; (ii) a periódica renovação do futuro, mediante formas que, em sua origem, têm valor modal ou aspectivo e que acabam por se temporalizarem e (iii) a renovação do futuro latino em determinado momento histórico.

No que diz respeito à instabilidade de futuro, Coseriu observa que essa categoria apresenta deficiências como um todo, porque sofre interferências das categorias modais. Para o autor, não devemos considerar essa instabilidade como uma deficiência, mas como uma característica dessa categoria. Para ele, essa “debilidade” poderia explicar a renovação do futuro, mediante formas modais, mas não daria conta de explicar a “retemporalização” dessas formas modais.

Coseriu destaca que a constante substituição das formas de futuro também não pode ser explicada pelo “desgaste expressivo”, porque esse desgaste é justamente o que deve ser explicado. Para o autor, não há nenhuma explicação quando se afirma que as formas de futuro se renovam, porque se gramaticalizam, uma vez que esse processo de gramaticalização constitui-se em mera comprovação.

Segundo ele, também se diz muito pouco, ou quase nada, quando a renovação do futuro é explicada por meio da oposição entre “fala culta” e “fala popular”, pois não há razão para supor que a “fala popular” seja mais modal e mais aspectiva do que a “fala culta”. Se, em estudos variacionistas, a “fala popular” é entendida como qualquer modo de falar, em qualquer momento linguístico, caracterizada pela espontaneidade, então a mesma explicação equivale a comprovar que a renovação das formas de futuro, enquanto “inovação”, dá-se em modos de falar e em momentos linguísticos por excelência inovadores. Daí a proposta de Coseriu de que não se trata de estabelecer onde começa o fenômeno e qual a direção de sua difusão, mas ser capaz de averiguar a razão universal desse fenômeno.

Sob o ponto de vista universal, o autor destaca que se pode comprovar uma duplicidade do futuro, que oscila entre dois polos: um que se pode considerar “puramente temporal” e outro que se pode considerar “modal”, correspondendo a este as formas aspectivas. O que ocorre é que as formas temporais são substituídas gradualmente pelas formas modais e estas vão-se temporalizando.

Sptizer (1918), citado por Coseriu (1957), defende que, ao se tratar da questão universal do futuro, é necessário explicar tanto o surgimento das formas modais quanto das formas temporalizadas. Para ele, por um lado, o falante adota uma atitude subjetiva frente ao

futuro, expressando essa categoria por meio de formas modais e lançando mão da afetividade, e, por outro lado, essas formas modais se gramaticalizam, voltando a ser temporais, requerendo, assim, a lógica.

Para Coseriu, a distinção entre formas “afetivas” e “lógicas”, proposta por Spitzer, é inaceitável, assim como qualquer tentativa de se distinguir “intelectual” de “afetivo” ou “expressivo”. Para ele, o futuro modal não é mais afetivo ou expressivo do que o futuro puramente temporal, assim como o futuro temporal não é mais lógico do que o modal. Ambas as formas de expressar o futuro apresentam apenas valores diversos. Para o autor, a distinção entre o que podemos chamar de “afetividade” e “lógica”, na língua, só pode ser entendida como distinção entre o “significado subjetivo”, como manifestação de uma atitude do falante, e o “significado objetivo” ou estado de coisas.

Essa duplicidade do futuro implica duas finalidades expressivas distintas, tanto no sentido subjetivo quanto no objetivo, mas não seria assertivo falar de um grau maior ou menor de “lógica” ou de “expressividade”, como crê Spitzer (1918), ao propor que o futuro temporal se apresente como “mais lógico”, ligado à concepção do conhecimento, ou à “mentalidade filosófica”, defendida por Vossler (*op. cit.*), citados por Coseriu (1957).

Diferentemente de Spitzer (1918) e Vossler (1925), Coseriu, baseado nos estudos de Carabellese (1948) e Heidegger (1952), propõe uma distinção entre o tempo, interiormente “vivido” em suas três dimensões (presente, passado e futuro), e o tempo pensado como sucessão exterior, “espaçado” ou “disperso” em momentos não simultâneos.

Para Carabellese (*op. cit.*), o passado corresponde ao “conhecer”; o presente, ao “sentir”, e o futuro, ao “querer”. Sendo assim, o futuro é necessariamente um tempo modal¹³. Para o autor, o futuro é o tempo próprio da existência, uma vez que a existência humana é constantemente antecipação do futuro, de aquilo que ainda não aconteceu, é um “trazer” o futuro para o presente como intenção, obrigação ou possibilidade. Essa antecipação é, segundo o autor, linguisticamente expressa mediante as formas modais.

Para que o futuro possa se “antecipar”, Carabellese destaca que é necessário que esse tempo se projete como momento “exterior” e que essa “exterioridade” seja expressa

¹³ A noção de tempo interno, defendida por Carabellese (1948) e por Coseriu (1957), remete à noção de tempo de Santo Agostinho, ou seja, o futuro apresenta-se como uma projeção do presente subjetivo, uma vez que sua origem é estabelecida no presente, em função da realização de desejos e de obrigações. Concordamos com Carabellese e Coseriu quando defendem que o tempo futuro vivido internamente é essencialmente modal e sua constante antecipação o remete ao presente em forma de intenção, obrigação ou desejo. No entanto, a simples manifestação de uma intenção já o torna temporal, ou seja, não podemos afirmar que o tempo futuro é apenas modal, ele é temporal também.

mediante as formas que, de modo impróprio, são chamadas de puramente temporais. O autor lembra que, em muitas línguas, o futuro manifesta-se de forma instável, podendo ser expresso pelas formas do presente ou sendo substituído por formas de valor modal.

Retomando a explicação “semântico-estilística”, que tem Vossler (1925), *apud* Coseriu (1957), como principal defensor, Coseriu destaca que essa explicação apresenta leis universais, cujos princípios não são totalmente falsos, mas parciais e insuficientemente fundamentados. Para ele, a tentativa de se buscar uma explicação “semântico-estilística” para a mudança do futuro latino perdeu-se em questões secundárias, desviando-se de seu objetivo maior.

Coseriu defende que, indubitavelmente, foi o Cristianismo o determinante histórico para a mudança do futuro latino. Para ele, o movimento espiritual, empreendido pelo Cristianismo, despertou e acentuou o sentido da existência. O futuro latino-vulgar refletia uma nova atitude mental do falante, não mais o futuro “externo” e indiferente, mas o futuro “interno”, visto como intenção e obrigação, amplamente usado pelos escritores cristãos, merecendo destaque Santo Agostinho.

Coseriu destaca que a renovação do futuro latino foi uma entre as várias inovações linguísticas motivadas pelas novas necessidades suscitadas pelo Cristianismo e que a consolidação do uso do novo futuro foi um processo gradual, paralelo ao desaparecimento do futuro sintético, não um ato instantâneo, e que formas sintéticas e perifrásticas apresentam-se como intercambiáveis.

Ao contrário de Coseriu (1957), Silva Neto (1977) não vê o Cristianismo como fonte para a inserção de novas formas de expressão de futuro. O que parece ser relevante a este estudioso é um conjunto de fatores que se sobrepuseram nesse momento da história. A ruína do mundo antigo resultou no surgimento de uma nova mentalidade, uma vez que a placidez do mundo clássico foi substituída por profundas preocupações de natureza social e religiosa, o que levou à perda da posição objetiva em relação ao futuro.

Devemos considerar, também, que somente o Cristianismo não é suficiente para explicar por que as formas de futuro tendem a ser universalmente instáveis, nem por que essas formas são periodicamente reformuladas a partir dos modais. Não se pode olvidar, também, que a língua latina possuía um longo histórico em que síntese e análise se alternavam (FLEISCHMAN, 1982).

Não podemos, portanto, afirmar que o Cristianismo tenha sido a principal razão para o surgimento de novas formas para demarcar o futuro, uma vez que o processo cíclico, característico desse tempo, também ocorreu em diversas outras línguas e continua

acontecendo. Como veremos no capítulo 4, a alternância de formas simples e perifrásticas é constante.

1.6 Sobre o Futuro Romance – Câmara Júnior (1958)

Câmara Jr., em seu artigo, *Sobre o futuro romance*¹⁴, ao discutir a categoria de tempo, propõe que essa categoria pode ser dividida em dois grandes tipos linguísticos. O primeiro constituiria uma divisão bipartida em pretérito e presente, ficando o futuro incluso no presente, e o segundo, uma divisão tripartida em presente, pretérito e futuro.

Ao tratar dessas divisões, o autor afirma que

a divisão bipartida é, do ponto de vista meramente temporal, a mais comum e persistente. O futuro a ela se acrescenta, ou antes, se superpõe, sem subvertê-la, podendo ser futuro em relação a um momento pretérito tanto quanto futuro em relação a um momento presente. Por outro lado, o advento da categoria de futuro não é determinado pela necessidade da expressão temporal; concretizam-no certas necessidades modais, de sorte que *o futuro começa como ‘modo’ muito mais do que como ‘tempo’* (CÂMARA JR, 1958, p. 223) (itálico nosso).

Para o autor, uma vez que as formas de futuro foram criadas, elas passam, sincronicamente, a ter três funções na língua: (i) uma função puramente modal para um fato que nos comunicam; (ii) uma função temporal, com traços modais, caracterizando-se pelo emprego mais espontâneo e frequente do futuro (perífrases de futuro) e (iii) uma última função de natureza puramente temporal. Essa terceira função surgiu tardiamente na língua e pode ser denominada, como sugeriu Coseriu (1957), de “temporalização do futuro”.

A essas três funções (i) de natureza modal; (ii) de natureza temporal com traços modais e (iii) de natureza puramente temporal, Câmara Jr. (*op. cit.*) atribui três níveis gramaticais correspondentes a cada função.

O primeiro nível gramatical refere-se ao futuro como modo, sendo o tempo bipartido em pretérito e presente; o segundo trata o futuro como tempo, com “coloração modal”, a qual motiva o seu emprego em vez de uma forma presente, abrangendo o futuro; e o último trata o futuro, exclusivamente, como tempo, situando-se no mesmo plano que o presente e o pretérito.

Para Câmara Jr. (*op. cit.*), ao contrário de Coseriu (1957), as três funções da categoria de futuro coexistem sincronicamente em qualquer língua, e a função puramente temporal somente é fixada em um plano de “intelectualização filosófica” que não corresponde

¹⁴ CÂMARA JR., J. M. Sobre o Futuro Romance. *Revista Brasileira de Filologia* 3, 1958, p. 221-5.

ao da linguagem corrente e não era o do latim dito vulgar. O latim vulgar, assim como o português ou qualquer outra língua em seu uso espontâneo, operou, no âmbito exclusivamente temporal, com as duas secções de pretérito e presente, somente recorrendo às formas futuras quando havia motivação de ordem modal.

Para o autor, a causa principal para o surgimento do futuro romance foi o fato de que o valor temporal do futuro latino clássico se generalizou por “intelectualização filosófica”, enfraquecendo seu traço modal, levando a língua corrente a dar preferência a perífrases de futuro, cujos traços modais fossem mais nítidos.

O que Câmara Júnior (*op. cit.*) propõe, assim como Coseriu (*op. cit.*), é que o estudo das formas de futuro deve levar em conta o processo cíclico a que essas formas estão sendo submetidas, constantemente, na busca pelo equilíbrio entre noções temporais e modais. Veremos, a seguir, que Fleischman, ao estudar o futuro nas línguas românicas, defende a mesma ideia acerca da frequente substituição entre formas analíticas e sintéticas.

1.7 O Futuro nas Línguas Românicas – Fleischman (1982)

Fleischman (1982), ao estudar a formação do futuro nas línguas românicas¹⁵, destaca que a ontogênese do futuro para a linguística diacrônica apresenta-se como uma intrincada rede, uma vez que questões de natureza fonológica, morfológica, sintática e semântica tornaram-se fortemente emaranhadas. Para a autora, algumas questões teóricas, como a definição de futuro como uma categoria ontológica ou cognitiva e as formas que devem ser consideradas como representativas de futuridade nas línguas, merecem uma atenção especial.

Segundo ela, as dúvidas persistentes acerca do tempo futuro permanecem sem solução em consequência de dois fatores: primeiro, o sentido estrito com que tradicionalmente o problema tem sido tratado, como se o futuro evoluísse apenas no âmbito da gramática; segundo, a metodologia limitada aplicada ao estudo dessa categoria. Os estudos empreendidos acerca do futuro romance tendem a igualar a expressão de futuridade com o tempo futuro, limitando o raio de investigação para uma discussão limitada relativa à perda do futuro latino sintético e sua substituição por formas analíticas, como se não houvesse à disposição do falante uma gama de estratégias temporais, aspectuais e modais, ou mesmo uma combinação desses dispositivos para mobilizar uma série de formas para expressar o futuro.

¹⁵FLEISCHMAN, S. *The Future in thought and language*. New York: Cambridge University Press, 1982.

Ao estudar a instabilidade dessas formas, a autora estabelece que é possível fazer uma metáfora que dê conta de visualizar a busca pelo equilíbrio entre temporalidade e modalidade na tentativa de categorizar o tempo verbal. Para ela, é possível desenvolver uma noção matemática de um todo cujas peças podem variar em relação inversa entre si, mas a soma das partes permanece constante.

Para Fleischman, uma vez que uma determinada língua estabeleceu o futuro como categoria formal da gramática, as noções de temporalidade e de modalidade vão sempre coexistir em suas formas. Se uma forma de futuro, por exemplo, tende a ir em direção à temporalidade, os falantes de determinada língua, eventualmente, serão motivados a buscar outras formas, frequentemente perífrases verbais, restaurando a modalidade perdida naquilo que a autora chama de “processo de temporalização”. Para Fleischman, essa flutuação contínua na busca de equilíbrio entre modalidade e temporalidade é a principal responsável pela instabilidade das formas de futuro, isto é, há uma tendência para a periódica reformulação dessas formas.

[...] quanto mais uma forma se torna temporalizada, mais fraca é sua força modal e vice-versa. Se as trocas estão estabelecidas suficientemente na direção da temporalidade, falantes podem, eventualmente, se sentir motivados a procurar novas formas – frequentemente perífrases que combinam um auxiliar modal e um verbo pleno – para restaurarem a modalidade que foi perdida no processo de temporalização [...] (FLEISCHMAN, 1982, p. 31)¹⁶ (Tradução nossa).

Assim como Câmara Jr. (1958), Fleischman postula que a expansão das variantes analíticas de futuro também está relacionada à mudança na ordem das palavras. O latim, por exemplo, ao fixar gradativamente a ordem (S)VO, perdeu formas sintéticas e ganhou formas analíticas.

¹⁶ [...] the more temporalized a given form becomes, the weaker its modal force, and vice versa. If the balance shifts sufficiently in the direction of temporality, speakers may eventually be motivated to seek out new forms – frequently periphrases combining a modal auxiliary and a full verb – through which to restore the modality that has been lost in the process of temporalization [...] (FLEISCHMAN, 1982, p. 31).

[...] a mudança da ordem básica de palavras de (S)OV para (S)VO, como ocorreu no latim, pode explicar a perda do sistema morfológico de casos e o surgimento de construção com verbos auxiliares, cujos componentes são agora ordenados como Aux. + V. (FLEISCHMAN, 1982, p. 4)¹⁷ (Tradução nossa).

Enquanto as formas de passado reportam aos dados de nossa experiência, o futuro é um olhar lançado a um evento que não ocorreu, daí a ideia defendida por Fleischman de que o futuro, intrinsecamente modal, apresenta-se como uma “tela temporal” sobre a qual o homem projeta uma variedade de ideias que são essencialmente modalizadas. Para a autora, assim como para Coseriu (1957), o valor modal de futuro deriva de uma noção que o falante projeta para uma variedade de noções que são essencialmente modalizadas: vontade, obrigação, incerteza etc.; todas enraizadas no tempo presente¹⁸, ou seja, a noção de futuro, que é subjetiva, envolve diversos graus de incerteza, não representando uma categoria ontológica objetiva. Portanto, essa afinidade acentuada entre o futuro e uma série de noções modais sugere que devemos olhar para a evolução do futuro tanto no âmbito gramatical quanto no ontológico e no cognitivo.

Para a autora, dentre as noções modais relacionadas ao futuro, é a noção de obrigação que aponta para o que parece ser uma mudança semântica universal: o enfraquecimento da noção de obrigação para a intencionalidade. Essa substituição não somente ocorreu no latim, como também tem-se mostrado presente no inglês assim como nas línguas românicas.

Para a categorização do tempo verbal, Fleischman, assim como Reichenbach (1948), recorre a três constructos¹⁹ que realizam o tempo verbal como uma categoria dêitica, portanto ligada à enunciação.

(I) Momento de fala (*Speech time* ou S): momento em que o falante emite o enunciado que serve como centro dêitico ou ponto zero para o conteúdo proposicional do evento.

(II) Momento de referência (*Reference time* ou R): contexto temporal a partir do qual o falante pode localizar o evento predicado no enunciado ou no discurso maior, podendo ser posterior, anterior ou coincidir com o momento de fala (S).

(III) Momento do evento (*Event time* ou E): evento cuja localização na linha do tempo será especificada em relação ao momento de fala (S) e ao momento de referência (R).

¹⁷ [...] a basic word-order shift from (S)OV to (S)VO, such as occurred in Latin, would predictably ‘entail’ the loss of a suffixed case system and the rise of auxiliary verb constructions whose elements are now ordered Aux + V [...] (FLEISCHMAN, 1982, p. 4).

¹⁸ No capítulo 5, falaremos mais detalhadamente acerca de o tempo verbal futuro ser uma projeção do presente, ou seja, falaremos da *Relevância do Presente*, proposta por Fleischman (1982).

¹⁹ Na seção 1.3, tratamos mais especificamente desta categorização do tempo.

Para Fleischman, assim como para Reichenbach, o tempo verbal pode ser compreendido entre absoluto e relativo, o primeiro constitui-se a partir da relação direta do E (momento do evento) com o S (momento de fala) e o tempo relativo constitui-se a partir do E (momento do evento) em relação ao R (Momento de referência) que pode ser anterior, simultâneo ou posterior ao S (momento de fala). O tempo absoluto é dêitico, no sentido imediato de localização do tempo do evento em uma relação direta com o falante. Esse tempo ocorre com mais frequência nas sentenças simples e independentes. O tempo relativo localiza o tempo de um evento em sentenças dependentes em relação a um ponto de referência estabelecido, geralmente, na oração principal.

Ao considerar que esses constructos realizam o tempo verbal como uma categoria dêitica, ligada à enunciação, a autora, assim como Lyons (1971), acaba por estabelecer uma oposição com a categoria de aspecto, uma vez que essa categoria se apresenta como não dêitica com respeito à temporalidade. Enquanto o tempo verbal é uma propriedade da sentença e da enunciação, o aspecto é uma propriedade apenas da sentença, não dizendo respeito à localização de uma ação, mas à quantificação do evento no qual se encontram elementos de duração, frequência, ação acabada etc.

Ao buscar essa categorização do tempo verbal como categoria dêitica, Fleischman atesta que o tempo futuro deve ser entendido como posterioridade e como futuridade. Na posterioridade, os eventos, localizados em qualquer ponto do *continuum*, sucedem-se, destacando-se claramente um dos outros. Na futuridade, um subtipo de posterioridade, o evento é posterior ao momento de fala. A posterioridade pode ser representada pelo esquema R - E enquanto a futuridade, em que R = S, pode ser representada pelo esquema RS - E.

Ao estudar diacronicamente a evolução do futuro românico, Fleischman afirma que não havia, no Proto-Indo-Europeu, um paradigma de futuro explícito. O tempo futuro era marcado por advérbios ou elementos nominais e as formas verbais, associadas a esses elementos, apresentavam noções aspectuais. Em outras palavras, o tempo (*tense*) não se constituía em uma categoria gramatical no Proto-Indo-Europeu.

No Indo-Europeu, no sistema da língua, formas já existentes sofreram pressões de uso e passaram a codificar a noção de futuridade. A partir desse momento, a futuridade passou a ser expressa por dois tipos de modificação do Presente do Indicativo: (i) o subjuntivo sintético, com a adição de -e/-o e (ii) o analítico optativo (perifrástico), formado pela adição de um elemento -yē/-i que tinha significado próximo ao verbo *ir*. Ambos os tipos apresentam, além da diferença formal, diferença semântica. O subjuntivo sintético expressa um “futuro mais vívido”, nas palavras da autora, e o analítico optativo expressa um futuro mais remoto.

No latim, a referência ao futuro passou a ser realizada por uma variedade de estratégias que envolviam as categorias de tempo, aspecto e modalidade. Segundo a autora, é nesse período que se encontra a primeira construção perifrástica de referência futura. Essa perífrase era formada pelas combinações do particípio futuro em *-urus* com formas de *sum*: *facturus sum, eram, ero* etc²⁰. Posteriormente, *-urus* desenvolveu-se de um marcador aspectual prospectivo para um marcador de natureza aspectual e temporal de futuro/posterior. Em seguida, a estrutura analítica com *-urus* passou a competir com uma forma sintética temporal, apenas em contextos que marcavam não passado (*amaturus sum* vs *amabo*). Em outro momento, *-urus* passou a competir com a perífrase formada com *habere* (no presente) e um verbo no infinitivo, dando origem ao que conhecemos hoje como Futuro do Presente (*cantare habeo* > *cantare hei* > *cantarei* (port.), *chanterai* (fran.), *cantaré* (esp.) e *canteró* (ital.).

A autora, ao propor a ciclicidade do tempo futuro, destaca que a forma verbal *amabo*, do latim clássico, já era uma forma gramaticalizada de *am-abhwo* do latim arcaico. *Amabo*, que evoluiu para as formas analíticas *habeo amare* (*hei de amar*) e *amare habeo* (*amar-hei*). Esta última aglutinou-se para a forma sintética *amarei*, que, no português hodierno, convive com a perífrase *vou amar*. Vale lembrar que o aparecimento de uma forma verbal sintética não implica o desaparecimento da forma analítica. As duas formas coexistem durante um longo período antes de uma substituir definitivamente a outra.²¹No início do século XIII até meados do século XIV, já era possível encontrar, em espanhol, francês e português, a presença da perífrase verbal *ir* + infinitivo na marcação de tempo futuro; no entanto, as características que particularizavam essa perífrase, justificando sua inserção dentro do sistema como forma de expressão de futuro, não eram questões modais, mas aspectuais de iminência.

Para atestar o processo cíclico em que as formas verbais percorreram no latim, Fleischman apresenta a evolução das formas verbais do indo-europeu ao espanhol, falado atualmente nas Américas, o que pode ser visualizado por meio do seguinte quadro.

²⁰ O significado mais comum atribuído a essa construção perifrástica era o de iminência, mas também podiam ser encontrados outros sentidos, como *intencionalidade* e/ou *destino*, *posterioridade*, *futuridade* ou *ulterioridade* (FLEISCHMAN, 1982, p.35).

²¹ Vale ressaltar que podem ocorrer casos em que não há substituição de uma forma por outra, passando ambas a coexistir.

Quadro 3
Ciclo das formas verbais, analíticas e sintéticas, de futuro no espanhol

	ESTRUTURA	FORMA	ESTÁGIO DE LÍNGUA
FASE DIACRÔNICA I	Analítica	ama –bhu	Indo-Europeu
	↓	↓	
	Sintética	Amabo	Latim Clássico
FASE SINCRÔNICA I		amabo/cantare habeo	Latim tardio
FASE DIACRÔNICA II	Analítica	cantare habeo	Latim falado tardio
	↓	↓	
	Sintética	Cantaré	Românico (Espanhol)
FASE SINCRÔNICA II		cantaré/voy a cantar	Românico Moderno
FASE DIACRÔNICA III	Analítica	Voy a dormir	Românico
	↓		Contemporâneo (Espanhol)
	Sintética	yo vadormir ²²	Dialeto espanhol americano
			Contemporâneo

Fonte: FLEISCHMAN, 1982, p. 104.

Nas três fases diacrônicas (I, II e III), apresentadas no Quadro 3 (três), podemos observar as duas formas (analítica e sintética) coexistindo, deduzindo-se que, à medida que as formas de futuro se temporalizam, elas tendem a se sintetizar (*amabo*, *cantaré*, *vadormir*), reforçando, diacronicamente, que as formas que expressam primeiramente a temporalidade

²² Fleischman (1982) mostra que a forma analítica em espanhol *voy a dormir* já apresenta traços de uma eventual aglutinação em *yo vadormir* em algumas localidades da América Latina, como na Cidade do Panamá, em dialetos rurais do México e em El Salvador (p.104). Para Anderson (1979), essa aglutinação da perífrase *ir + infinitivo*, no espanhol, caracteriza-se como um caso extremo de gramaticalização, dando lugar a um novo futuro sintético, provocado, segundo o autor, por influência das línguas indígenas ou por um ensino deficiente do castelhano como segunda língua. Em seus estudos, o autor não leva em conta a ciclicidade das formas de futuro nas línguas latinas.

são as sintéticas. Nas fases sincrônicas (I e II), o que se observa é um futuro sintético que ocorre simultaneamente a uma forma analítica de origem aspectual ou modal²³. Para a autora, a instabilidade do futuro reside não apenas na opacidade gramatical das formas sintéticas, mas também no equilíbrio instável de noções como aspecto, modalidade e temporalidade. Fleischman, assim como Coseriu (1957), defende que a instabilidade constitui-se em uma característica inerente à categoria de futuro²⁴.

Para a autora, o processo cíclico das formas de futuro decorre de um alto grau de temporalidade que corresponderia a um nível limiar de opacidade em relação às colorações modais ou aspectuais. Ou seja, quando uma forma verbal, como *cantabo* ou *chantarei*, atinge esse grau de temporalidade, isto é, um nível limiar de opacidade modal ou aspectual, uma nova forma de futuro é desenvolvida, *cantare habeo* ou *je vais chanter*, cujas colorações modais e aspectuais são claramente identificadas (FLEISCHMAN, 1982).

No quadro 4 (quatro), encontramos a síntese da alternância entre noções temporais, aspectuais e modais, proposta nos estudos de Fleischman, e que resulta na substituição de formas sintéticas por analíticas, e assim sucessivamente.

²³ Fleischman afirma que a flutuação entre formas sintéticas e analíticas não é universal nas línguas naturais. Este princípio somente é aplicável para línguas que permitem o uso de estruturas analíticas, ou seja, não se aplica a línguas que não apresentam uma flexão morfológica para as formas de futuro (cf. FLEISCHMAN, 1982, p.106).

²⁴ O processo cíclico de alternância entre formas sintéticas e analíticas, no tempo futuro, descrito por Fleischman (1982), também foi observado na formação de perífrases verbais de passado (cf. KURYLOWICZ, 1965).

Quadro 4
Futuridade e modalidade em uma visão global diacrônica

A.						
I. PIE ²⁵	MODAL	ama-bhũ	B.			
	↓	↓	MODAL	Cantare	Habeo	
II. Latim	TEMPORAL	amabo	↓		C.	
	↓	↓	ASPECTUAL	↓		
	↓	↓	↓	↓		
III. Românico	MODAL	∅	TEMPORAL	Cantaré	ASPECTUAL	voy a dormir
			↓		↓	
IV. Românico Contemporâneo			MODAL	Cantaré	TEMPORAL	voy a dormir
					↓	Yo vadormir
					MODAL	{ voy a dormir yo vadormir

Fonte: FLEISCHMAN, 1982, p. 104.

Por meio dos estágios (A, B e C), podemos identificar as mudanças como um processo contínuo, em que o tempo futuro tende a evoluir de uma noção modal ou aspectual para noções temporais e, posteriormente, para um novo processo de modalização.

Por meio dos estudos empreendidos por Fleischman, observamos que se confirma a hipótese inicial da autora de que a formação do tempo futuro se dá por meio de ciclos, ou seja, ocorre uma flutuação entre noções aspectuais, modais e temporais, acarretando, assim, uma variação cíclica entre formas sintéticas e perifrásticas.

Perfilhamos com a autora a hipótese de que a flutuação contínua na busca de equilíbrio entre temporalidade e modalidade é a principal responsável pela instabilidade das formas de futuro, havendo, portanto, uma tendência para a reformulação cíclica dessas formas.

²⁵ PIE refere-se ao Proto-Indo-Europeu.

1.8 As Categorias de Tempo-Aspecto-Modalidade (TAM)

1.8.1 Uma distinção básica: Tempo versus Aspecto

Componentes universais das línguas, as categorias de Tempo, Aspecto e Modalidade interagem entre si, formando um domínio funcional complexo. Essa complexidade decorre do fato de as fronteiras dessas categorias nem sempre serem bem claras e precisas, impossibilitando, muitas vezes, determinar os limites entre elas (GIVÓN, 1995).

É sabido que, em português, o tempo (*time*) é expresso por duas categorias linguísticas: o tempo (*tense*) e o aspecto. Essas categorias, no entanto, apresentam distinções do ponto de vista semântico. Enquanto o tempo (*tense*) refere-se ao que podemos denominar de tempo externo, o aspecto está ligado à concepção do chamado tempo interno. Em outras palavras, a noção semântica de tempo (*tense*) diz respeito à localização do fato enunciado em relação ao momento da enunciação, ou seja, estamos tratando de noções de presente, passado e futuro e suas subdivisões. As noções semânticas de aspecto, por sua vez, referem-se a noções de duração, instantaneidade, começo, desenvolvimento e fim (COSTA, 1997).

Ao definir a categoria linguística de tempo (*tense*), Costa (1997, p. 17) estabelece que “o tempo é uma categoria que marca na língua, através de lexemas, de morfemas, de perífrases, a posição que os fatos referidos ocupam no tempo, *tomando como ponto de partida o ponto-dêitico da enunciação*” (itálico da autora).

Para explicitar a natureza dêitica da categoria de tempo (*tense*), Costa utiliza uma “reta cronológica” ou “linha do tempo”, na qual o momento da enunciação é marcado através de um ponto, o NUNC (= agora), momento esse em que se situa o falante. Sob essa perspectiva, o fato anunciado pode ser situado como anterior (passado), posterior (futuro) ou simultâneo (presente) ao ponto NUNC.

NUNC

Em português, o falante pode expressar muitos outros pontos dessa linha de tempo, pontos esses que se subdividem entre passado e futuro e que são chamados de Tempos Relativos, como o Mais-que-Perfeito ou o Futuro-do-Presente-Composto. O que caracteriza o Tempo Relativo é o fato de ele recorrer não apenas a um ponto de referência, o ponto dêitico da enunciação (NUNC), mas também levar em consideração outro ponto da linha de tempo

que precede ou é posterior ao momento da enunciação. Os Tempos Relativos, portanto, “tratam os fatos enunciados a partir do estabelecimento de graus de anterioridade e posterioridade relativamente a dois pontos da linha do tempo, um dos quais é o momento da enunciação” (COSTA, 1997, p. 17).

O aspecto, ao contrário do tempo linguístico, não toma como referência o “ponto-dêitico”, daí a definição de Costa para essa categoria:

O aspecto é a categoria linguística que informa se o falante toma em consideração ou não a constituição interna dos fatos enunciados. Essa referência independe do ponto-dêitico da enunciação, visto que centra o tempo no fato e não o fato no tempo (COSTA, 1997, p. 21).

No exemplo a seguir, podemos observar como se estabelecem as diferenças semânticas entre as categorias de tempo e aspecto.

(14) *Trabalhei* muito. (itálico nosso)

No exemplo (14), verificamos que a ação de trabalhar ocorre anteriormente ao momento em que o falante está situado temporalmente, ou seja, encontramos aqui a marca da categoria de tempo, em que a ação verbal se ancora na dêixis.

Em (14), o falante refere-se a duas noções: a primeira diz respeito ao tempo em que a ação verbal ocorreu em relação ao momento da fala (passado), daí a expressão da categoria de tempo; e a segunda diz respeito ao desenvolvimento da ação, ou seja, o falante chama a atenção para o tempo interno do fato, exprimindo, assim, a categoria de aspecto.

1.8.2 As distinções entre Modo e Modalidade

Se os estudos acerca do tempo pretérito, inevitavelmente, remetem-nos à oposição entre as relações de Tempo e Aspecto, qualquer estudo empreendido acerca do tempo futuro irá nos levar à Modalidade. Muitos estudiosos, entre eles Lyons (1971), Câmara Jr. (1972) e Fleischman (1982), defendem que a expressão de futuridade vem sempre matizada de modalidade.

Buscando definir a Modalidade (*Modality*), evidenciamos a necessidade de definição de outra categoria, o Modo (*Mood* ou *Modus*). A dificuldade em separar essas duas categorias reside no fato de que, na maioria das línguas, essas categorias nem sempre se apresentam de forma clara. Seus limites são muito tênues, não sendo possível demarcar, com precisão, o início e o fim entre essas duas noções, principalmente quando tratamos do tempo futuro.

As línguas naturais apresentam diferentes sistematizações quanto à representação de seus sistemas modais. Algumas apresentam a modalidade por meio do sistema de flexão verbal; outras, porém, fazem uso dos verbos modais e outras sofrem cliticização ou aglutinação de partículas, não necessariamente ao verbo.

Diversos autores, buscando uma distinção entre essas duas categorias, propõem a definição de modo e de modalidade:

[...] eles (subjuntivo, indicativo e imperativo) expressam certas atitudes da mente do falante em relação ao conteúdo da sentença, embora, em alguns casos, a escolha do modo seja determinada não pela atitude do falante real, mas pela própria cláusula e sua relação com o nexos principal da qual é dependente. Ainda é muito importante que falemos de 'modo' apenas se a atitude da mente é mostrada na forma do verbo: modo é uma categoria sintática, não uma categoria nocional (Jespersen, 1924, p. 313, *apud* Palmer, 1986, p. 9-10).

[...] um é gramatical (modo), o outro nocional ou semântico (modalidade) [...] (Palmer, 1986, p. 7).

[...] modalidade é um domínio conceptual, e modo é sua expressão flexional (Bybee *et al.*, 1994, p. 181).

Em linhas gerais, modo é uma categoria que expressa distinções morfossintáticas, associadas aos paradigmas verbais. É, portanto, uma categoria gramatical que expressa o grau ou o tipo de realidade que se atribui a um enunciado, ou seja, o modo é a avaliação, formulada pelo falante, sobre o *dictum*²⁶, podendo ser verdadeiro (modo epistêmico asseverativo), duvidoso (modo epistêmico quase asseverativo) ou obrigatório (modo deôntico), apresentando-se, gramaticalmente, pela entonação, pelo modo verbal (indicativo, subjuntivo e imperativo), por advérbios modalizadores (*provavelmente, realmente, obrigatoriamente* etc.) e por adjetivos modalizadores (*provável, verdadeiro* etc.) (CASTILHO, 2010). O modo pode ser definido como uma categoria da modalidade, como um sistema gramatical; a modalidade, por sua vez, é o termo semântico (atitudes internas do falante face a um evento).

Em português, no que diz respeito à morfologia do verbo, encontramos três modos: o indicativo, que expressa um estado de coisas real, verdadeiro; o subjuntivo, que expressa um estado de coisas duvidoso; e o imperativo, que expressa uma ordem ou um pedido, dirigido ao interlocutor.

Para Ilari & Basso (2008a), os modos indicativo, subjuntivo e imperativo apresentam uma propriedade discursiva comum, a de representarem os atos de fala.

²⁶*Dictum* é a informação contida na sentença, ou seja, é seu conteúdo proposicional, representado gramaticalmente pelo sujeito e pelo predicado (cf. CASTILHO, 2010, p. 321).

Para os autores,

[...] a teoria dos atos de fala [...] separa cuidadosamente os conteúdos proposicionais e os usos que deles podemos fazer; um dos usos que ela estuda é a asserção, pela qual damos fé de que aquele determinado conteúdo se realiza no mundo; outro é a construção de situações imaginárias que não precisam corresponder pontualmente com aquilo que acontece no mundo, mas podem ser úteis como exercícios do pensamento; outra ação ainda, bem diferente da asserção e da suposição, é a ordem (ILARI & BASSO, 2008, p. 317).

Em síntese, o que observamos é que cada *dictum* vem associado a um ato de fala. Falamos do indicativo quando nos referimos aos conteúdos que se realizam no mundo; as situações imaginárias remetem-nos ao subjuntivo; e tratamos do imperativo quando nos referimos à ordem.

No que tange à Modalidade²⁷, verificamos que essa noção teve origem na teoria lógica aristotélica, apresentando seis valores: verdadeiro, falso, possível, impossível, necessário e contingente. Ao longo dos séculos, essa noção foi estudada com fins variados por diferentes filósofos, destacando-se, no século XX, a perspectiva de que modalidade está associada à atitude e à opinião do falante e ao estudo de como essa dimensão atitudinal é codificada gramaticalmente nas línguas naturais. A modalidade, portanto, caracteriza-se como uma categoria que designa a atitude do falante em relação ao seu próprio enunciado, explicitando sua atitude psíquica em face da situação que exprime. Ela é, portanto, o propósito com que o falante enuncia o conteúdo de uma sentença.

Vale lembrar que a busca de conceitos e de definições para essa categoria e sua empregabilidade nos estudos linguísticos envolvem várias visões teóricas ou subjetivas dos estudiosos, permitindo, assim, depreender a natureza multifacetada do conceito de Modalidade.

A esse respeito, esclarece-nos Mello *et al.* (2009),

[...] qualquer que seja a visão teórica adotada ao se analisar a modalidade em suas manifestações nos diferentes níveis linguísticos, estamos tratando de uma categoria conceptual, cujo significado é extensionalmente utilizado, e cuja instanciação linguística compreende subcategorizações, prototipicamente organizadas. Não é possível escalarizar-se a modalidade, uma vez que a mensuração atitudinal é algo inatingível. Assim, não há uma definição que possa englobar a complexidade conceptual da modalidade; destarte encontramos, na literatura, definições e classificações contraditórias e insuficientemente amplas ou ricas em detalhes (MELLO *et al.*, 2009, p. 106).

²⁷Para um histórico do estudo da modalidade e seus vários subtipos, cf. Palmer (1986), Neves (2006) e Mello *et al.* (2009).

Palmer (1986), ao estudar a modalidade e seus subtipos em 122 línguas, fala de duas distinções básicas de como as línguas tratam essa categoria: sistemas modais e modo. Acredita que uma dessas duas noções costuma ser mais saliente nas línguas, que podem ser caracterizadas por uma ou pela outra. Para ele, há dois tipos de modalidade: a proposicional, que engloba as noções de modalidade epistêmica e evidencialidade, e a modalidade de evento, que inclui as modalidades deôntica e dinâmica. O autor afirma que, ao contrário dos lógicos, que se preocupam com as categorias lógicas das estruturas formais, cabe ao linguista investigar os tipos de modalidade que se manifestam nas línguas, uma vez que a modalidade é artifício inerente às línguas naturais.

Baseando-se nos *Atos de Fala* de Searle (1984), Palmer define a modalidade como a gramaticalização das atitudes e opiniões subjetivas do falante. Para ele, a modalidade epistêmica relaciona-se com as noções de possibilidade e de necessidade e envolve, também, o grau de compromisso do falante, incluindo os juízos próprios e o tipo de garantia que ele tem para o que ele diz. A modalidade deôntica, por sua vez, refere-se à necessidade ou à possibilidade dos atos performativos pelo agente moralmente responsável. Para ele, a modalidade deôntica divide-se em dois grupos: diretiva e comissiva. A primeira é identificada como uma ideia de permissão ou obrigação, dependente de algum tipo de autoridade do locutor. A segunda define-se como uma promessa ou compromisso do falante para realizar algo ou tencionando realizar algo. Em seus estudos, o autor enfatiza que a modalidade alética mostra-se pouco interessante para os estudos linguísticos, uma vez que essa categoria, especificamente, tem pouco lugar nas línguas naturais.

Adotando uma concepção funcional da modalidade, Givón (1995) defende que essa categoria expressa a atitude do falante frente à informação, veiculada pela proposição, não alterando o *frame*²⁸ proposicional da oração, como o tipo de predicação, a transitividade e os papéis semânticos. Para o autor, a atitude do falante pode ser dividida em dois tipos de julgamento: um epistêmico, baseado em verdade, crença, probabilidade e certeza; e um deôntico, referente a desejo, intenção, habilidade, obrigação e manipulação, ou seja, a modalidade deôntica refere-se à necessidade ou à possibilidade de atos performativos²⁹ pelo agente responsável.

²⁸*Frame* constitui-se em conjuntos de conhecimentos que são armazenados sob um “rótulo”, sem qualquer ordem ou hierarquia. Para a palavra carnaval, por exemplo, teríamos: samba, baile, escola de samba, desfile etc.

²⁹ Embora não seja objeto de nossa pesquisa, a título de esclarecimento, vale lembrar que o ato performativo constitui-se em um enunciado que é, por si só, um ato de fazer algo, levando-se em conta certo número de condições necessárias para a sua realização (cf. AUSTIN, 1962).

Segundo Givón, a modalidade epistêmica está inserida no âmbito *irrealis*³⁰, envolvendo um significado intrínseco de incerteza, apresentando baixa probabilidade em relação à ocorrência dos fatos. A modalidade deôntica está ligada ao uso da linguagem para expressar vontade e desejo ou para conseguir a satisfação dessa vontade por meio da imposição feita aos outros, havendo uma escala classificatória do fato visto como obrigatório até o permitido. A expressão de julgamentos deônticos tem sua realização efetuada no futuro, daí a relação entre modalidade deôntica e futuridade³¹.

Em linhas gerais, os estudos da modalização linguística dividem essa categoria em dois subsistemas: a modalidade deôntica, definida no eixo da conduta, e orientada para o agente, e a modalidade epistêmica, definida no eixo do conhecimento, e orientada para o falante. Há um terceiro tipo de modalidade, descrito na Lógica, como modalidade alética que, presa ao mundo ontológico, refere-se ao eixo da existência e se preocupa com a determinação do valor de verdade dos enunciados.

Ao estabelecermos uma distinção clássica entre modalidade epistêmica e deôntica, é possível afirmar que a modalidade deôntica refere-se a noções de necessidade e possibilidade. Essa modalidade está associada às funções sociais de obrigação e permissão e são desempenhadas por agentes moralmente responsáveis por elas. A modalidade epistêmica, no entanto, relaciona-se às noções de possibilidade e necessidade no que diz respeito à verdade da proposição, envolvendo conhecimentos e crenças por parte do falante, ou seja, a modalidade epistêmica expressa o grau de comprometimento do falante para com a verdade da proposição contida em determinado enunciado.

Travaglia (1981), ao empreender estudos acerca da modalidade em português, destaca que há diversas formas para exprimir essa categoria. Para o autor, as noções modais de certeza, aconselhamento/prescrição, obrigação, necessidade, volição, intenção, possibilidade e probabilidade podem ser expressas por meio de verbos modais, advérbios e adjetivos modalizadores e pelos modos indicativo, subjuntivo e imperativo. Travaglia, assim como Palmer (1986), define o termo Modalidade como um conceito geral, enquadrando a categoria Modo como um dos meios de marcar a Modalidade.

Neves (2006) afirma que a modalidade alética refere-se às noções de verdade ou falsidade das proposições. A ideia de verdade está ligada às noções de possibilidade e de

³⁰O futuro, em oposição ao passado e ao presente, situa-se no âmbito *irrealis*, que retrata a possibilidade de o evento vir a ser. O caráter modal de dúvida, como uma irrealidade em perspectiva, é atribuído ao futuro presente (cf. CÂMARA JR, 1972).

³¹Muitos autores, como Ultan (1978), Comrie (1985) e Bybee *et al.* (1994), inserem o tempo futuro, por estar relacionado à intenção e à predição, no âmbito da modalidade epistêmica e não na modalidade deôntica.

necessidade e está ligada ao mundo ontológico. Para a autora, é difícil detectar essa categoria nas línguas naturais, embora reconheça que ela é importante para a lógica. Vale ressaltar que a modalidade alética tem suas consequências na cadeia do discurso. Quando algo é dito como “necessário”, por exemplo, não pode posteriormente ser dado como “impossível”.

Assim como Palmer (1986), Neves (2006) argumenta que o comprometimento da modalidade alética com a verdade torna pouco claros os casos de enunciados que sejam apenas aleticamente modalizados na língua usual. Segundo a autora, “é muito improvável que um conteúdo asseverado num ato de fala seja portador de uma verdade não filtrada pelo conhecimento e pelo julgamento do falante” (p. 172).

Koch (2006), ao discorrer sobre as diversas formas de modalização, destaca que o locutor, ao produzir um discurso, manifesta sua atitude e suas intenções através de atos ilocucionários de modalização que se atualizam por meio de diversos modos de lexicalização, oferecidos pela língua.

Para a autora, há diversos modos de lexicalização que a língua oferece, entre eles:

- (I) performativos explícitos: *eu ordeno, eu proíbo, eu permito* etc.
- (II) auxiliares modais: *poder, dever, querer, precisar* etc.
- (III) predicados cristalizados: *é certo, é preciso, é necessário, é provável* etc.
- (IV) advérbios modalizadores: *provavelmente, certamente, necessariamente, possivelmente* etc.
- (V) formas verbais perifrásticas: *dever, poder, querer + Infinitivo*.
- (VI) modos e tempos verbais: imperativo, certos empregos do subjuntivo, uso do futuro do pretérito com valor de probabilidade, hipótese, uso do imperfeito do indicativo com valor de irrealidade etc.
- (VII) verbos de atitude proposicional: *eu creio, eu sei, eu duvido, eu acho* etc.
- (VIII) entonação: na linguagem oral, permite distinguir um pedido de uma ordem, por exemplo.

No que tange especificamente à modalidade, Koch (2006) afirma que, enquanto os modalizadores epistêmicos marcam o comprometimento/engajamento do locutor em relação ao seu enunciado, os modalizadores deônticos indicam o grau de imperatividade/facultatividade atribuído ao conteúdo proposicional.

Em português, assim como em outras línguas, as modalidades, epistêmica e deôntica, podem ser expressas pelo mesmo verbo, cabendo ao contexto a diferenciação entre elas. Em inglês, por exemplo, há uma variedade de graus para expressar obrigação, permissão,

proibição, necessidade, possibilidade e capacidade. Essas inúmeras alternativas se constroem por meio de um conjunto de verbos modais, além das formas negativas correspondentes.

Uma breve distinção entre as categorias de Modo e Modalidade permite-nos identificar que a Modalidade abarca uma série de conceitos e atribuições. Assim como Palmer (1986), enquadraremos a categoria de Modo em uma das formas de marcar a Modalidade.

A seguir, apresentamos o detalhamento de cada um dos subsistemas da Modalidade nas línguas naturais.

1.8.3 Categorias Modais

1.8.3.1 Modalidade alética: necessidade/possibilidade

A modalidade alética ou aristotélica foi a primeira modalidade a ser descrita pela Lógica Clássica, referindo-se ao eixo da existência e à verdade ou falsidade de estado de coisas. Nessa modalidade, a realização do evento é vista como algo possível, viável (possibilidade) ou necessário (essencial ou indispensável). Na sua relação com o mundo ontológico, a modalidade alética é abrangente e pode refletir uma escala lógica, indo do necessário ao impossível, passando pelo possível e pelo contingente.

Na modalidade alética, portanto,

[...] o falante julga como possível, em um mundo real ou possível, a eventualidade de um estado de coisas predicado. A modalidade se refere à possibilidade física ou natural, compatível com âmbito físico e social de um dado universo (MELLO *et al.*, 2009, p. 117).

Segundo Mateus *et al.* (1983), a modalidade alética de necessidade entra em ação sempre que um determinado fato implica, necessariamente, a ocorrência de outro fato, ou seja, há uma relação lógica de necessidade entre um fato e sua consequência, como em (15):

(15) O que for vidro, ou deve ser muitíssimo bem embalado, ou não vir, porque daqueles copos que a tia Maria nos deu quebraram-se 5 [...]. (Carta Pessoal 07, PC, grifo nosso) (*Necessidade*)

A noção de possibilidade, por sua vez, é, normalmente, expressa pela perífrase *poder* + infinitivo ou pela oração impessoal *é possível*, seguida de oração reduzida de infinitivo, como mostram os excertos abaixo:

(16) Quanto à bicicleta, estou esperando e tenho escrito mais frequentemente em outro caráter ao pessoal da sociedade e o João³² pode dar notícias dos contatos quando eles forem efetuados.

(Carta Pessoal 11, PC, grifo nosso) (*Possibilidade*)

(17) Quanto ao lote, é possível fazer a escritura, os emolumentos cartoriais são os seguintes [...]. (E-mail Comercial 01, PC, grifo nosso) (*Possibilidade*)

1.8.3.2 Modalidade Epistêmica: certeza/probabilidade

A modalidade epistêmica é aquela que se refere a qualquer enunciado na qual o falante qualifica, explicitamente, seu comprometimento com a verdade da proposição enunciada. Na tradição lógica, a modalidade epistêmica refere-se à expressão da possibilidade ou necessidade da proposição em relação a um estado de coisas.

Para Lyons (1995), há dois tipos de modalidade epistêmica:

(I) Modalidade epistêmica subjetiva³³: é definida como a afirmação do falante e não como a afirmação de um fato. O falante, ao modalizar subjetivamente uma proposição, além de se revelar como fonte de informação contida na proposição, apresenta-se, também, como veiculador do julgamento sobre a informação.

(II) Modalidade epistêmica objetiva: é definida como a expressão de um conhecimento geralmente aceito ou comprovado. Essa modalidade pode ser equiparada à modalidade alética da lógica.

A modalidade epistêmica é definida por Palmer (1986) como qualquer sistema modal que indique o grau de comprometimento do falante com o que ele está falando. O autor subdivide essa modalidade em dois subtipos:

(I) Os julgamentos: demonstram proposições afirmadas com dúvida, na condição de hipótese.

(II) As evidências: denotam proposições afirmadas com relativa segurança, portanto abertas a questionamentos por parte do ouvinte e que exigem ou admitem justificativas evidenciais.

³² Todos os nomes próprios encontrados no *corpus* foram substituídos ou suprimidos.

³³ A evidência mais clara da natureza subjetiva da modalidade epistêmica reside no fato de os modais mais relevantes ocorrerem sempre no tempo presente, uma vez que o julgamento feito pelo falante ocorre simultaneamente ao ato de fala. Entretanto, como ressalta Palmer (1986), esta não pode ser considerada uma verdade absoluta, há, evidentemente, exceções.

Alguns autores, dentre eles Palmer (1986) e Bybee *et al.* (1995), incluem a evidencialidade na categoria epistêmica. Segundo Nuyts (2005), no entanto, as duas categorias, epistêmica e evidencialidade, apresentam-se como distintas uma da outra. Para o autor, evidencialidade tem a ver com a expressão da natureza da fonte ou provas invocadas para assumir a existência de um estado de coisas, não envolvendo uma avaliação especial quanto à sua falsidade ou veracidade. A modalidade epistêmica, por sua vez, relaciona-se a uma estimativa tipicamente, mas não necessariamente, do falante, da chance de que um estado de coisas expresso na frase seja aplicável ao mundo ou não.

Em português, a noção de certeza é, frequentemente, expressa pelos tempos verbais do modo indicativo, como em (18):

(18) O Brasil produz tanto de álcool [...], com tantos milhões de hectares de cana [...] (que) daqui a dez anos, produzirá tanto de álcool, em tanto de área, com tantas pessoas. (E-mail Comercial 12, PC, grifo nosso) (*Certeza*)

A noção modal de probabilidade pode ser expressa por meio da perífrase *dever* + infinitivo (19) ou por meio de expressões de dúvida, seguidas de um verbo no modo subjuntivo, como em (20):

(19) Devo me casar com a Maria pelo dia 19 de dezembro. Aguardem-me aí em futuro próximo. (Carta Pessoal 13, PC, grifo nosso) (*Probabilidade*)

(20) Talvez, o próprio interessado entre em contato. (E-mail Comercial 19, PC, grifo nosso) (*Probabilidade*)

1.8.3.3 Modalidade Deôntica: Obrigação/permissão

A modalidade deôntica (do grego *deon* = obrigação) é caracterizada como aquela que se encontra entre os polos do obrigatório e do proibido, passando pelo permitido, situando-se nos domínios da moral e dos deveres. Essa modalidade relaciona-se com a conduta, com o comportamento que se espera do interlocutor diante de determinado estado de coisas. A esse respeito, esclarece-nos Lyons (1977):

Se X não é obrigado a fazer *a* (onde *a* é um ato específico ou genérico), a ele é permitido não fazer *a*; e se ele é obrigado a fazer *a*, a ele não é permitido não fazer *a* [...]. Também, se a X é permitido fazer *a*, então ele não é obrigado a fazer *a*, e se a X não é permitido fazer, a ele é obrigado a não fazer *a* (LYONS, 1977, p. 832)³⁴ (tradução nossa).

Portanto, se X reconhece que é obrigado a executar alguma ação, então, existe, usualmente, alguém ou alguma coisa que X reconhecerá como responsável para fazer recair sobre ele a obrigação do agir.

Para Lyons, ao definir a modalidade deôntica como aquela que se encontra entre os polos do proibido e do obrigatório, é preciso considerar algumas características fundamentais para a compreensão dessa categoria.

(I) *A modalidade deôntica relaciona-se à necessidade ou à possibilidade de atos realizados por agentes moralmente responsáveis.* Portanto, ao impormos a alguém a obrigação de agir ou nos obrigamos à realização de determinado ato, estamos descrevendo o estado de coisas que será obtido se o ato em questão for realizado.

(II) *A modalidade deôntica mantém intrínseca conexão com a futuridade.* Sendo assim, o valor de verdade de uma proposição, deonticamente modalizada, é determinado relativamente a algum estado do mundo posterior ao estado de mundo que contém a obrigação; e esse estado do mundo não pode preceder, embora possa ser simultâneo ao estado do mundo no qual a obrigação é imposta.

(III) *A necessidade deôntica procede, ou deriva, de alguma origem ou causa.* Como dito anteriormente, se o agente reconhece que é obrigado a executar alguma ação, é porque reconhece, também, que há alguém ou algo que ele considera responsável por fazer recair sobre ele a obrigação de agir.

Para Lyons, há uma noção de obrigação universalmente válida e essa noção dependerá, em boa medida, de aspectos culturais relacionados às crenças institucionalizadas e a normas de conduta. A noção de obrigação, portanto, relaciona-se a condições sociais externas que induzem o agente a praticar determinada ação, como em (21):

(21) [...] a Cochonilha he um objecto de tanta importância ao commercio, e de tanto interesse as (*Sic*) Artes que não deve ser indiferente a (*Sic*) aquisição dos seus costumes [...] (Artigo Científico 02, PM, grifo nosso) (*Obrigação*)

³⁴If X is not obliged to do *a* (where *a* is either an individual or a generic act), he is permitted not to do *a*; and if he is obliged to do *a*, he is not permitted not to do *a* [...]. Also, if X is permitted to do *a*, then he is not obliged not to do *a*, and if X is not permitted to do *a*, he is obliged not to do *a* (LYONS, 1977, p. 832).

1.8.3.4 Modalidade Volitiva: Intenção/Volição

A modalidade de intenção, normalmente, é expressa por *haver* + *de* + infinitivo, pelo futuro do presente ou pelo futuro do pretérito, em casos em que há uma intenção não concretizada no passado, como em (22):

(22) [espaço][espaço] Munto hei de estimar que quando esta for a sua estimavel presença tenha a Felicidade de achar a Vossa Mercê disfrutando huma feliz e Vigoroza Saude[...]. (Carta de Comércio 06, PM, grifo nosso) (*Intenção*)

A modalidade de volição, por sua vez, pode ser expressa pelos verbos *querer* ou *desejar*, em perífrases com um verbo na forma infinitiva ou também pelo modo subjuntivo. Essa modalidade, portanto, está ligada à vontade, ao desejo e à motivação do falante, fazendo com que o evento possa se realizar (SILVA, 2002).

(23) Além disso, uma novidade violenta: vou acabar a tese e cair fora do ITA, porque esta joça aqui está caindo de podre e eu não quero estar por baixo na derrocada final. (Carta Pessoal 13, PC, grifo nosso) (*Volição*)

Os exemplos elencados, além de nos mostrarem as várias possibilidades para demarcar a modalidade, atestam o quão é importante o estudo dessa categoria para a compreensão da formação dos tempos verbais, principalmente do tempo futuro, que é nosso objeto de pesquisa. Apenas o estudo da categoria de tempo (*tense*) não dá conta de depreender noções de *certeza*, *necessidade*, *obrigação*, *probabilidade* etc. As noções de modo também são insuficientes para explicar toda a gama de usos disponíveis na língua.

Não é nossa intenção, e nem poderia ser, esgotar o assunto acerca da modalidade e de seus subtipos, tendo em vista a grande complexidade que envolve os estudos dessa categoria, assim como os múltiplos olhares que vão desde o formal-lógico até o funcionalista-cognitivista.

No capítulo 4, referente à análise dos dados, falaremos mais detalhadamente acerca dos verbos modais, mostrando como esses auxiliares vêm contribuindo cada vez mais para a formação de perífrases verbais na indicação de tempo futuro.

1.9 Temporalidade versus Modalidade: a ciclicidade das formas de futuro

Após tratarmos das noções de Tempo, Aspecto e Modalidade, propomos apresentar, nesta seção, uma breve discussão a respeito da alternância entre formas temporalizadas e modalizadas de futuro que, segundo alguns autores, apresentam-se como causa primária para a instabilidade das formas de futuro, levando esse tempo verbal a um processo cíclico de alternância entre formas sintéticas e analíticas³⁵.

Estudos acerca da formação do tempo futuro, nas línguas românicas, atestam que a ciclicidade é uma característica inerente a esse tempo verbal, havendo oscilação entre formas simples e compostas. Tal fenômeno é denominado *Ciclo do Futuro* (COSERIU, 1977; FLEISCHMAN, 1982; ARAÚJO, 2003).

Segundo Coseriu (1977, p. 21), o futuro latino não teve continuação ou não “se propagou” para as línguas românicas, tendo sido substituído por perífrases. O autor chama a atenção para o fato de que não foi a ideia de futuro que desapareceu na passagem do latim, em decorrência de um suposto enfraquecimento dessa noção de futuridade, mas uma substituição, gradual e contínua, das formas de expressão desse tempo. O que ocorreu, portanto, foi uma mudança da forma, o que não corresponde, necessariamente, a uma alteração da função. Seria pertinente, portanto, falar de uma substituição das formas de futuro e não de uma substituição do futuro latino.

Para a compreensão do *Ciclo do Futuro*, nas línguas românicas, é preciso distinguir três momentos referentes a essa categoria e a suas formas de expressão. O primeiro momento segue-se a uma instabilidade das formas sintéticas *amabo*, *amabis*, etc., quando se registra, na língua latina, uma concorrência entre as formas sintéticas e as perífrases que passaram a ocupar lugar de destaque na língua. Essas formas perifrásticas, em tese, não possuíam o mesmo valor específico de futuro expresso pelas formas sintéticas.

O segundo momento assinala o instante em que as formas perifrásticas passam a ser usadas totalmente na fala e na maioria das situações sociais. A consequência disso é que as formas simples (antigas), além de não figurarem mais na modalidade oral da língua, deixam de ser objeto de recuperação por pressões sociais. Nesse dado momento, tem-se o início e/ou aceleração da mudança das formas compostas que, deixando de expressar matizes temporais e/ou modais, em relação às formas simples, passam a assumir-lhes o mesmo sentido. Nesse

³⁵ Vale lembrar que, frequentemente, a distinção entre temporalidade e modalidade não é claramente descrita, principalmente quando tratamos de questões relativas à formação do tempo futuro. Pesquisas têm mostrado que o futuro, em contraste com os tempos presente e passado, apresenta-se, muitas vezes, matizado pela expectativa, possibilidade e incerteza, daí a questão de o futuro ser basicamente temporal e/ou modal (cf. LYONS, 1995).

processo de retemporalização das formas compostas, traços semânticos específicos das perífrases em gramaticalização são, gradativamente, neutralizados em favor de uma expressão temporal de menor marcação modal. O futuro, portanto, marcado como “modal”, torna-se cada vez mais “temporal”, conseqüentemente, cada vez menos definido.

O terceiro assinala o instante em que as formas compostas, já totalmente gramaticalizadas, passam a transformar-se em formas sintéticas. O que se verifica é a concorrência de outras formas compostas que passam, gradativamente, a ocupar lugar de destaque na língua (ARAÚJO, 2003).

Buscando explicar a ciclicidade das formas de futuro, ou seja, encontrar as possíveis causas para a alternância entre formas temporalizadas e modalizadas, Leech (1971 *apud* CORÔA, 2005) atesta que essa permanente busca pela modalização das formas de futuro e conseqüente instabilidade dessa categoria explicam-se pela constante interferência do falante diante da “não certeza” dos acontecimentos futuros.

Para o autor,

nós não podemos estar tão certos da realização de acontecimentos futuros como estamos com eventos passados ou presentes e, por essa razão, até o prognóstico mais seguro deve indicar algo sobre a atitude do falante e está, por isso, matizado pela modalidade (LEECH, 1983, p. 57 *apud* CÔROA, 1998, p. 130) (tradução nossa)³⁶.

Silva (1997), ao pesquisar a formação do futuro em várias línguas românicas e em crioulos de base portuguesa, atesta que há uma intrínseca correlação entre as dimensões morfossintáticas e semânticas na evolução das formas de futuro. Segundo o autor, “as formas que, em primeiro lugar, expressam temporalidade são sintéticas, e as que expressam modalidade são analíticas” (SILVA, 1997, p. 77).

O que ocorre é que as construções de futuro, à medida que se temporalizam, tendem a se sintetizar, reforçando, diacronicamente, que as construções de futuro que expressam, primeiramente, a temporalidade são as sintéticas (FLEISCHMAN, 1982). Diante disso, espera-se que os falantes, mesmo que não tenham consciência desse processo, prefiram usar uma forma verbal que possa expressar sua atitude, suas crenças e intenções. Daí a busca pela modalização das formas de futuro.

Há outra possibilidade de se explicar a alternância cíclica das formas de futuro por meio do *Princípio de Uniformitarismo*, proposto por Labov (2008), segundo o qual as forças

³⁶ We cannot be as certain of future happenings as we are of events past and present, and for this reason, even the most confident prognostication must indicate something of the speaker’s attitude and so be tinged with modality (LEECH, 1971, p. 57 *apud* CORÔA, 1998, p. 139).

que operam para produzir a mudança linguística, no tempo presente, são do mesmo tipo e ordem de grandeza daquelas que operaram no passado, ou seja, a motivação, para que os falantes, atualmente, empreguem mais formas analíticas do que sintéticas, é a mesma que motivou os falantes, no passado, a utilizarem perífrases com *habere* em lugar do futuro sintético em – *bo*.

Como aconteceu no latim, evidenciamos esse mesmo fenômeno de ciclicidade das formas de futuro nas línguas românicas. No português brasileiro, por exemplo, observamos uma gradual substituição das formas sintéticas pela variante analítica *ir* + infinitivo. Essa alternância *futuro sintético* ~ *futuro analítico*, constatada atualmente, não é, portanto, um fato inédito: remonta a todo um processo cíclico explicável pela questão modal/temporal. O que se pode observar, portanto, é uma “duplicidade” do futuro, como atesta Coseriu (1957), havendo oscilação entre dois polos: um “puramente temporal” e outro que se pode considerar “modal”, correspondendo a este as formas aspectivas. O que ocorre é que as formas temporais são substituídas gradualmente pelas formas modais e estas se vão temporalizando. Em síntese, podemos afirmar que essa tendência para a periódica reformulação das formas de futuro é motivada pela busca constante de equilíbrio entre modalidade e temporalidade.

A figura 4 ilustra o processo cíclico a que foram submetidas as formas de futuro desde o indo-europeu até as línguas modernas³⁷.

Formas sintéticas e analíticas do indo-europeu > Formas sintéticas no latim clássico > Formas analíticas no latim vulgar > Formas sintéticas nas línguas românicas > Formas analíticas nas línguas modernas.

Figura 4 – Alternância cíclica entre futuro sintético e analítico.

Fonte: Elaborada pela autora.

³⁷ O processo de gramaticalização, pelo qual está atravessando a forma *ir* + infinitivo, reproduz ciclicamente aquele percorrido no passado pelo futuro sintético. No entanto, certas marcas da modalidade intencional ainda estão presentes. Assim, só o futuro dirá se haverá ou não cliticização de *ir* + infinitivo no português brasileiro, como já constatado no espanhol americano por Fleischman (1982) e outros autores (cf. Seção 1.7).

1.10 A Formação do tempo futuro no Português Brasileiro

1.10.1 Visão dos gramáticos tradicionais

As gramáticas normativas vêm tratando da questão do tempo futuro de forma estanque, como se o conceito de futuridade se resumisse ao tempo linear que segue uma cronologia formada por passado, presente e futuro.

Alguns gramáticos, entre eles Cunha & Cintra (1985), Bechara (2003) e Cegalla (2008), reconhecem a posterioridade do tempo futuro em relação ao momento de fala, mas deixam de abordar questões relativas ao estudo do aspecto e da modalidade, que são categorias fundamentais para a compreensão do futuro no português e nas línguas em geral.

As gramáticas tradicionais, em sua maioria, apresentam apenas o futuro do presente (simples e composto) e o futuro do pretérito (simples e composto) como formas de expressão do tempo futuro. Segundo Carvalho (2002), as gramáticas normativas apresentam sistematizações apenas com características morfológicas, sem qualquer comentário ou estudo mais aprofundado acerca dos usos das diversas construções de futuro no português brasileiro, como se todas as construções fossem intercambiáveis, ou seja, seus usos seriam os mesmos para todas as situações de interlocução.

Ao tratar da questão do futuro, no século XIX, já encontramos, em Barboza ([1830] 1980), a divisão desse tempo em duas perspectivas. A primeira trata do futuro imperfeito, referente ao futuro do presente do indicativo no português contemporâneo, e a segunda remete ao futuro perfeito, também chamado de futuro anterior ou passado, equivalente ao futuro composto no português hodierno.

O futuro imperfeito é aquele que exprime durações não acabadas, que são continuações dentro dos espaços, exprimindo uma existência ao momento de fala (24); começada e por concluir (25); ou continuada (26); podendo ser uma existência indeterminada e não acabada (27), (27a) e (27b). Já o futuro perfeito remete a uma ação acabada em relação a outro tempo futuro (28)³⁸.

(24) Serei.

(25) Haverá de ser.

(26) Estarei sendo.

(27) Eu serei presente.

³⁸ Os exemplos são de Barboza, [1830] 1980, p. 222.

(27a) Eu haverei ou terei de ser presente.

(27b) Eu estarei presente amanhã à tua partida.

(28) Amanhã, ao nascer do sol, antes de tu chegares, terei partido.

Podemos observar que, nos exemplos elencados, ao se reportar às noções de futuro perfeito e imperfeito, Barboza remete-nos também às noções aspectuais de duração no espaço e no tempo.

Barboza define o tempo futuro como:

[...] toda existência quer começada, quer continuada, quer acabada dos seres, que se lhe hão de seguir, e bem assim, por ordem a todos os tempos, a existência meramente possível das cousas, que nunca existirão, nem hão de existir, mas que poderão existir, dada certa hypothese (BARBOZA, [1830] 1980, p. 204).

Por sua vez, Pereira (1953), ao definir o tempo futuro, considera o uso etimológico da palavra *futurus* (*aquilo que há de ser*) para exprimir uma ação em um tempo que ainda está por vir. Para o autor, o futuro divide-se em duas formas: a primeira, denominada simples ou futuro imperfeito, exprime uma mera futuridade e anuncia uma ação que pode ser realizada, constituída historicamente da perífrase *amare + habeo* do latim. O futuro simples tem duas aplicações secundárias³⁹: (a) para o imperativo, em prescrições e mandamentos (29) e (b) para exprimir uma dúvida ou afirmação atenuada (30). A segunda forma, denominada composta ou futuro perfeito, também conhecida como futuro anterior ou passado, exprime um fato anterior a outro fato mais afastado (31).

(29) *Não matarás*. (itálico do autor)

(30) Não sei *se a guerra terminará* este anno. (itálico do autor)

(31) *Terei ou Haverei amado*. (itálico do autor)

Silva Dias (1959), ao tratar dos tempos verbais, remete ao futuro simples e ao futuro perifrástico, formado com o auxiliar *ir* e o verbo principal no infinitivo (também precedido da preposição *a*). Como exemplo, o gramático não fornece nenhum dado do período contemporâneo, mas um exemplo de João de Barros (1540, *apud* SILVA DIAS, 1959) com datação do século XVI.

³⁹ Os exemplos são de Pereira (1953, p. 502).

(32) He tempo, *vamos a fazer* nossa obra. (itálico do autor)

Said Ali (1965, p.174), por sua vez, ao estudar o emprego do infinitivo, atesta que a perífrase, formada pelo auxiliar *ir*, “pode designar locomoção ou também simples intento de pôr alguma coisa em efeito, ou ainda, um fato que não tardará a realizar-se”. Como em:

(33) *Vou tomar* o trem. (itálico nosso)

(34) *Vai chover* daqui a pouco. (itálico nosso)

Outro ponto de vista apresentado é o de Silva Neto (1977) ao afirmar que nos falares rurais brasileiros e crioulos, em geral, prevalece o caráter analítico sobre o sintético. O mesmo fenômeno se estenderia para a questão da formação dos tempos verbais. O autor não descarta a possibilidade de esse processo ter-se acelerado no português brasileiro por força de aloglotas dos negros, dos índios e dos mestiços. Essa hipótese, porém, não se sustenta, uma vez que o mesmo processo deu-se em diversas línguas indo-europeias, em contextos sociais totalmente diferentes.

Assim como Said Ali (*op. cit.*), Cunha & Cintra (1985, p. 385) reconhecem que as locuções formadas pelos verbos *ir*, *vir*, *andar*, *ficar*, *acabar*, e outros, ligados ao infinitivo do verbo principal, servem para “expressar matizes de tempo ou para marcar certos aspectos do desenvolvimento da ação”. Com o auxiliar *ir*, seguido de um verbo principal, a ideia expressa é a de “executar a ação ou a certeza de que ela será realizada em futuro próximo”. Como em:

(35) *Vou procurar* um médico. (itálico nosso)

Em outro estudo empreendido, Cunha (1986) admite que o futuro sintético é pouco empregado na fala dos brasileiros e que essa forma vem sendo substituída por locuções constituídas por: (i) presente do indicativo do verbo *haver* + *de* + infinitivo do verbo principal, para exprimir intenção de realizar um ato futuro (36); (ii) presente do indicativo do verbo *ter* + *de* + infinitivo do verbo principal, para exprimir ação futura de caráter obrigatório, independente da vontade do sujeito (37) e (iii) presente do indicativo do verbo *ir* + infinitivo do verbo principal, para exprimir uma ação futura imediata (38). O autor admite que o presente pode, também, ser usado para marcar um fato futuro, mas próximo, acompanhado de um adjunto adverbial para evitar ambiguidade⁴⁰.

⁴⁰ Os exemplos são de Cunha (1986). Os itálicos também são do autor.

(36) Desço ao quintal... Que rosas *hei de colher*?

(37) Não sou mais extenso porque *tenho de atender* a todo o instante ao doentinho que exige agora a nossa atenção.

(38) Parece-me que *vai sair* o Santíssimo, disse alguém no ônibus.

Bechara (2003), ao tratar dos tempos verbais, afirma que o presente do indicativo é usado para expressar o futuro quando se quer dar ênfase a uma decisão já tomada. O gramático também faz vaga referência ao estudo dos verbos auxiliares modais, destacando que esses verbos determinam o modo como se realiza ou deixa de realizar a ação verbal. O auxiliar *ir*, seguido de um verbo no infinitivo, atesta a ideia de movimento para realizar “um intento em futuro próximo ou remoto” (p. 110). Embora o autor não esclareça sua proposição, ele afirma que as perífrases verbais têm aplicações variadas e que, em muitos casos, o auxiliar pode emprestar um matiz semântico ao verbo principal.

Embora alguns gramáticos reconheçam a posterioridade do tempo verbal futuro em relação ao momento de fala, a maioria das gramáticas normativas abordam apenas aspectos relacionados à temporalidade dessa categoria, deixando de lado questões fundamentais envolvidas na referência ao futuro, como a modalidade, por exemplo.

1.10.2 Visão dos Linguistas sobre o futuro no PB

É consenso entre os linguistas que a expressão do tempo futuro, no português brasileiro, é um fenômeno de variação, cuja codificação pode ser expressa, mais frequentemente, pelo futuro do presente, pelo presente do indicativo e pelo futuro perifrástico e, mais recentemente, pelas perífrases gerundivas⁴¹.

Em estudos do futuro verbal no português brasileiro, Thomas (1969) apresenta cinco variantes: o futuro simples (*cantarei*), o presente (*canto*), a perífrase com *haver* no presente (*hei de cantar*), a perífrase com *ir* no presente (*vou cantar*) e a perífrase com *ir* no futuro (*irei cantar*). Acerca dos usos dessas formas para expressar o futuro, o autor atesta que o futuro sintético é uma forma pouco usada na fala, excetuando-se os casos de verbos monossilábicos, como *ver*, *ter*, *ser*, *dar*, *vir*, *ir* etc., e para alguns casos de verbos irregulares, como *trazer*, *dizer* e *fazer*. Ao contrário do futuro sintético, o uso oral da perífrase com o

⁴¹ Vários autores atestam que os verbos modais podem expressar futuridade, quando funcionam como auxiliares e estão ligados a um verbo no infinitivo, na acepção de possibilidade/probabilidade (cf. Fleischman, 1982; BYBEE *et al.*, 1994; SILVA, 2002).

auxiliar *ir*, no presente, é muito comum e, nesse caso, o auxiliar perde seu traço de movimento. Nos casos da perífrase com *ir*, no futuro, Thomas constata que seu uso não é muito frequente. Para ele, a perífrase *irei* + infinitivo é mais usada na escrita menos formal (jornais) e raramente na literatura artística. Para Thomas (p. 125), a referida perífrase não é uma redundância de *vou* + infinitivo e denota ação futura duvidosa, com o intuito de se “livrar de responsabilidades”, nas palavras do autor.

Santos (1997), ao estudar as formas verbais de futuro na escrita padrão (Diário do Congresso Nacional e revista *Isto é*), constatou a coexistência de quatro variantes: futuro simples (*viajarei*), futuro perifrástico (*vou viajar*), futuro simples perifrástico (*irei viajar*) e presente do indicativo (*viajo*), marcando o tempo futuro. A autora constatou que a forma de futuro simples (*viajarei*) é a de maior prestígio e foi a que prevaleceu nos textos analisados. À medida que o grau de formalidade diminuía, verificou-se um uso maior de perífrases. O uso do futuro simples perifrástico (*irei viajar*) ficou em situação intermediária de prestígio entre a forma sintética e as perífrases com verbo *ir* no presente. O presente do indicativo, por sua vez, apresenta um uso bastante reduzido. Para a autora, essa restrição se dá em decorrência de o presente, como marcador de tempo futuro, exigir contextos linguísticos específicos. Santos conclui que o presente e a forma perifrástica são formas inovadoras já reconhecidas no vernáculo e que o seu uso tende a se ampliar.

Silva (1997)⁴², ao estudar as formas sintéticas de futuro, as perifrásticas, principalmente *ir* + infinitivo, e o presente futuro na construção do texto falado, no português brasileiro, constatou que as formas futurizadas (perifrástica *ir* + infinitivo e presente futuro) são as mais frequentes e que há uma supremacia de *ir* + infinitivo, residindo nessa perífrase uma noção “aspectual prospectiva de relevância do presente” (p.193). Apesar de constatar um declínio na fala informal da forma */re/ ~ /ra/*, o autor constatou que os usos do futuro sintético ocorrem em alguns contextos que definem seu *status*, distinguindo-o da forma perifrástica *ir* + infinitivo. Esse contexto discursivo apresenta maior grau de formalidade, ligado à normatividade e à injunção, vinculado a situações mais solenes em que a monitoração da fala favorece a manifestação da forma sintética. Em síntese, o futuro do presente ocorre em estruturas formulaicas, em alguns contextos de fala espontânea e na fala oficial formal, e as formas futurizadas são mais usadas na fala espontânea, na qual a monitoração é zero.

⁴² Em sua pesquisa, Silva (1997) utilizou como *corpus* seis horas e meia de gravações, constituído de três elocuições formais, sendo duas do Projeto NURC-SP, onze conversações telefônicas, um diálogo interativo entre duas donas de casa, cinco entrevistas (diálogos entre informante e documentador), uma interação entre vários falantes, depoimentos e comentários de notícias de jornais televisivos e vários trechos de discursos, depoimentos e comentários de notícias de rádio do programa “A voz do Brasil”.

Santos (2000), ao estudar duas amostras, uma formal e uma informal, de entrevistas da Rádio Jornal do Brasil e do PEUL⁴³, constatou que a forma sintética de futuro (-*rei*) está desaparecendo gradualmente, principalmente na fala informal, sendo substituída pela forma perifrástica. A forma *ir* + infinitivo está ocupando espaço na fala informal no lugar deixado pela forma sintética. Já a forma de presente, marcadora de futuro, é usada tanto em situações informais de fala quanto em situações formais. Outra constatação de Santos é que, na fala formal, as ocorrências de futuro sintético *ir* + infinitivo se equiparam (30%), confirmando também o uso de futuro sintético em contextos formais apenas. A perífrase verbal, mais inovadora, mostrou-se mais frequente entre os jovens, o que revela, em um estudo em tempo aparente, um processo de mudança em curso. Segundo a autora, o processo de mudança, na expressão do futuro verbal, iniciou-se com o uso da forma de presente (forma não marcada) que, usada em auxiliares modais, teria originado o futuro perifrástico. Para ela, atualmente, convivem os três estágios da construção *ir* + infinitivo: (i) *ir* como verbo pleno, indicando movimento no espaço; (ii) *ir* como auxiliar modal, indicando intencionalidade; e (iii) *ir* como auxiliar de tempo no futuro perifrástico.

Baseando-se em dados do projeto VARSUL⁴⁴, Gibbon (2000), ao analisar os usos das formas de futuro, na fala de Florianópolis, conclui que o futuro perifrástico avança, substituindo o futuro simples, por meio do processo de gramaticalização do verbo *ir*, como auxiliar de tempo futuro, convivendo já em variação com a forma do presente do indicativo. Em sua pesquisa, a autora atesta que, sendo o futuro instaurado pelo contexto semântico-discursivo, a forma verbal fica isenta de marcar o tempo, o que favorece o uso do presente. Já a perífrase *ir* + infinitivo estabelece um valor de fato temporal, pois é favorecida pelo modo indicativo, por um verbo principal de estado, pela pessoa verbal e pela modalidade deôntica, ou seja, a perífrase tem também um valor modal, já que a ela está vinculado o traço modal de maior intenção ou certeza.

Em outra pesquisa, ao analisar as formas usadas para codificar o futuro, em um periódico de grande circulação no Rio Grande do Sul, Gibbon (2003) constata que, além do

⁴³ O grupo PEUL (Programa de estudos sobre o uso da língua) iniciou suas atividades na década de 1970, com um projeto intitulado “Censo da Variação Linguística do Rio de Janeiro”, coordenado pelo professor Dr. Anthony J. Naro. Esse projeto, de caráter interinstitucional, é pioneiro no estudo da variação e da mudança linguística no Brasil. Atualmente, o grupo conta com 10 pesquisadores, entre eles Anthony Naro, M^a Cecília Mollica, M^a da Conceição Paiva, M^a Luiza Braga, M^a Martha P. Scherre e outros; e um número significativo de bolsistas de Iniciação Científica. Disponível em: www.lettras.ufrj.br/peul. Acesso em: 25 jan. 2010.

⁴⁴ O projeto VARSUL (Variação Linguística na Região Sul do Brasil) é desenvolvido com a parceria de quatro universidades brasileiras: Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. O objetivo geral do projeto é a descrição do português falado e escrito de áreas socioculturalmente representativas no sul do Brasil.

futuro simples e do perifrástico, aparecem também formas de presente do indicativo e de futuro do presente perifrástico (*irei fazer*). Ela conclui que esta última parece ser a forma preferida entre os jornalistas, marcando um ponto intermediário entre a formalidade do futuro do presente e o aspecto coloquial da forma perifrástica com *ir* no presente.

Mateus *et al.* (2003, p. 154-5), ao falarem do tempo gramatical presente, evidenciam a possibilidade de ele “ser utilizado para referir um tempo posterior ao tempo da enunciação, nomeadamente quando apoiado por adverbiais e quando o predicado selecionado é um evento”. As autoras, ao falarem do tempo gramatical futuro, mencionam o fato de ele poder ser considerado um modo, quando introduz, no enunciado, uma fonte de incerteza ou permite uma leitura próxima da deôntica. Ainda que não discorram sobre o futuro perifrástico, nem apresentem o verbo *ir* como auxiliar de futuro, listam-no como verbo auxiliar aspectual, quando seguido de gerúndio (p. 305). Incluem-no, porém, na relação dos verbos “semiauxiliares” – “verbos esvaziados de significado lexical, sem grelha argumental, que respondem afirmativamente a alguns, mas não a todos, critérios de auxiliaridade” – como um dos mais próximos dos auxiliares “puros” (p. 315).

Menon (2003), ao estudar a expansão do processo de gramaticalização do verbo *ir*, para expressar futuridade, atesta que os usos do futuro simples vêm-se tornando cada vez mais restritos aos textos de língua escrita, raramente ocorrendo na modalidade oral. Para a autora, além das formas de futuro perifrástico (*Vou viajar*), presente (*Viajo amanhã*) e a forma progressiva (*Estou viajando amanhã*), podemos encontrar, também, as formas com gerúndio (*Vou estar viajando amanhã*).

Buscando estudar os usos das formas de expressão do tempo futuro em sessões plenárias das Assembleias Legislativas dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Tafner (2004)⁴⁵ constatou que o futuro sintético é tido como a forma de maior prestígio. A autora acredita que a preferência para o uso dessa forma se dê em virtude de haver, entre os parlamentares, maior preocupação com a norma culta, uma vez que a “correção linguística”, segundo a autora, estaria relacionada à receptividade de um público-alvo bastante atento e crítico, não podendo deixar de mencionar que a fala dos parlamentares fica registrada nos Anais da Casa, assim como existe a possibilidade de gravações via rádio ou televisão.

⁴⁵ A pesquisa de Tafner (2004) considerou, como formas marcadoras de futuro, o futuro perifrástico, formado pelo verbo *ir* + infinitivo (*Vou fazer*), o futuro simples perifrástico (*Irei fazer*) e as formas de gerúndio que apresentam o verbo *estar* na forma do futuro simples (*Estarei fazendo*), do futuro perifrástico (*Vou estar fazendo*) e do presente (*Estou fazendo*).

Oliveira (2006)⁴⁶, ao estudar a expressão do futuro verbal na norma culta, com base em dados empíricos, recolhidos entre as décadas de 1970 e 1990, conclui que há predominância na escrita de futuro simples e, na fala, a preferência é para o uso das perífrases verbais (*ir* + infinitivo), muito embora haja uma forte tendência de a perífrase se estender para a modalidade escrita da língua. Segundo a autora, o uso do presente, para marcar futuro, é uma variante à margem da concorrência entre o futuro simples e o perifrástico (*ir* + infinitivo). Em uma perspectiva variacionista, Oliveira chega a duas conclusões:

[...] considerando o tempo real de longa duração, a hipótese de uma inversão parcial (futuro simples para a escrita e futuro perifrástico com *ir* + infinitivo para a fala) se mantém sincronicamente, embora os estudos de tendência para a fala e para a escrita apontem para uma mudança em progresso (futuro simples > futuro perifrástico), mais controlada na escrita e mais avançada na fala; e considerando o tempo real de curta duração, como o futuro perifrástico tende a se implementar cada vez mais na fala, haja vista o decréscimo que sofreu, num intervalo de mais ou menos vinte anos, na faixa mais avançada de idade e o seu espraiamento por contextos que antes favoreciam a forma sintética, considerada apenas essa modalidade, configura-se em um quadro de mudança em progresso quase concluída (OLIVEIRA, 2006, p.195).

Após a síntese de algumas pesquisas acerca do tempo futuro, podemos evidenciar que há diversas maneiras de realização da futuridade no português brasileiro e que este processo de inovação/renovação continua em expansão.

E é isto que veremos ao longo desta pesquisa.

1.11 Considerações Finais do Capítulo

Na construção deste capítulo, dois pontos tornaram-se evidentes: o primeiro é o quão é complexo definir o tempo (*tense*), principalmente quando tratamos de uma categoria linguística que busca depreender as intenções futuras do falante; o segundo é o quão é difícil estabelecer os limites do que é relevante, ou não, para se conhecer minimamente essa categoria. Nosso objetivo não foi, e nem poderia ser, abordar todas as teorias relativas ao estudo do tempo verbal. O que propomos é estabelecer diretrizes mínimas que nos permitam compreender a formação do tempo futuro em português.

⁴⁶ Para a realização de sua pesquisa, Oliveira (2006) utilizou dados colhidos de editoriais de jornais e *corpus* do Projeto NURC, distribuídos pelas cidades de Salvador e Rio de Janeiro, e documentos colhidos do PROHPOR (Projeto para a História do Português), sediado na Universidade Federal da Bahia.

Vimos que a noção de tempo, embora representada diferentemente nas línguas naturais, abarca duas significações básicas: o tempo físico, tratado cronologicamente (*time*), e o tempo como categoria linguística (*tense*).

Baseados nessa subdivisão, diversos autores buscaram uma representação da categoria de tempo no discurso ou se preocuparam, especificamente, com os estudos do futuro, entre eles Meillet (1928), Reichenbach (1948), Coseriu (1957), Câmara Jr. (1958), Benveniste (1989), Lyons (1971), Fleishman (1982), Givón (1985).

Constatamos que, para a compreensão do futuro como tempo verbal, é de fundamental importância estudar outras categorias relacionadas à futuridade. Apenas a categoria de tempo (*tense*) não dá conta de explicar todos os usos disponíveis na língua e as variações decorrentes desses usos. Evidenciamos que as categorias de Tempo, Aspecto e Modalidade estão em um mesmo patamar, ou seja, é impossível falar do Tempo sem fazer menção ao Aspecto e à Modalidade, assim como é improvável um estudo do Aspecto e da Modalidade sem entrar no campo da categoria de Tempo.

Em síntese, o que podemos evidenciar é que a noção de futuro está intrinsecamente ligada ao processo de modalização, uma vez que esta categoria gramatical está associada à expressão de obrigação, permissão, necessidade, incerteza, vontade, possibilidade e capacidade, ou seja, a concepção de tempo futuro deriva de noções essencialmente modalizadas, enraizadas no presente e não representando uma categoria ontológica objetiva, daí o menor ou maior grau de instabilidade, constituindo-se em uma característica dessa categoria. Portanto, há diversas maneiras de realização de futuridade na língua; e esse processo de inovação e renovação das formas de futuro continua em expansão.

2 **CAPÍTULO 2 – GRAMATICALIZAÇÃO: MECANISMOS DE MUDANÇA**

O objetivo deste capítulo é tecer considerações sobre a gramaticalização, fenômeno que nos interessa particularmente, pois nos permite compreender melhor o processo de formação das perífrases verbais de futuro.

Inicialmente, apresentamos as primeiras considerações (seção 2.1), abordando os estudos empreendidos por Meillet (1912) em seu artigo *L'évolution des formes grammaticales*, mostrando a sua importância para diversas pesquisas acerca do processo de gramaticalização.

Em um segundo momento, discutiremos sobre o conceito de gramaticalização e as principais noções relacionadas a esse processo (seções 2.2, 2.3 e 2.4). Na seção 2.5, apresentamos o princípio da unidirecionalidade e as principais questões que envolvem esse tema.

Na seção seguinte, 2.6, apresentamos os estudos empreendidos por alguns autores como Heine *et al.* (1991), Paul Hopper (1991), Hopper & Traugott (1993) e Castilho (1997) para a construção e consolidação das teorias do fenômeno da gramaticalização, discutindo as principais questões apresentadas por esses pesquisadores.

Por último, apresentamos, na seção 2.7, as considerações finais do capítulo.

2.1 Primeiras Considerações

Foi Meillet (1912), em *L'évolution des formes grammaticales*, quem primeiro cunhou o termo gramaticalização sob uma perspectiva diacrônica. Para o autor, são dois os processos de constituição dos elementos gramaticais: a analogia e a gramaticalização. Meillet, ao contrário dos neogramáticos, que relegaram a gramaticalização a segundo plano, considerava esse processo mais importante do que a analogia.

Em seu artigo, o autor apresenta um estudo da inovação analógica, que consiste, em termos gerais, na criação de uma nova forma a partir do modelo de outra já existente no sistema de determinada língua, processo esse muito frequente entre as crianças na fase de aquisição da língua materna⁴⁷.

⁴⁷ Como exemplo de inovação analógica, o autor cita o caso do francês, em que o verbo *dire* (dizer), na segunda pessoa, é *vous dites*. Na aquisição da língua *mater*, as crianças francesas tendem a empregar *vous disez* em lugar de *vous dites*, mesmo sem nunca terem ouvido essa forma. A explicação apresentada por Meillet é a de que os verbos regulares, em francês, fazem o plural de segunda pessoa em *-ez*, como em *rendez* e *lisez*. Daí a tendência das crianças de seguirem essa regularidade.

Em um segundo momento, ao empregar o termo gramaticalização, Meillet enfatiza que esse processo é de suma importância para a renovação das línguas. Enquanto a analogia apenas renova superficialmente detalhes das formas, a gramaticalização é definida como a atribuição progressiva de caráter gramatical a uma palavra previamente autônoma. Para ele, a gramaticalização constitui-se em um processo de mudança linguística, diacrônico e gradual, em que palavras plenas são pressionadas, em determinados momentos, a funcionar em algum sentido gramatical.

Para o autor, a gramaticalização ocorre porque existe uma motivação, de ordem linguística e comunicacional, que pressiona a língua a buscar novas expressões e termos. Meillet atesta que essa busca por novas formas linguísticas segue um curso previsível, ou seja, há uma unidirecionalidade nos processos de gramaticalização. Essa unidirecionalidade pressupõe uma relação entre dois estágios A e B, tendo B derivado de A em um determinado momento, além de implicar a impossibilidade do percurso inverso, o da desgramaticalização⁴⁸. Em suma, uma vez que um item iniciou a mudança não é mais possível um retorno para sua forma inicial.

Meillet afirma que também é possível estender a noção de gramaticalização para o nível da sentença. Para sustentar essa ideia, ele apresenta o percurso histórico que caracterizou a passagem do latim para o francês. Para o autor, é da ordem da gramaticalização o fenômeno pelo qual o valor expressivo (semântico/pragmático) da ordem das palavras, típico do latim, foi substituído por um valor gramatical no francês.

Para o autor, a gramaticalização envolve basicamente a passagem do léxico para a gramática, sendo que na gramática podemos encontrar uma sequência interna da sintaxe para o morfológico, como demonstrado no esquema a seguir.

[item lexical] > [item gramatical]



[item sintático] > [item morfológico]

⁴⁸ As fases ou estágios de gramaticalização não devem ser tomados como limites claramente estabelecidos. Um elemento gramatical, por exemplo, pode não passar por todos os estágios deste processo.

Em suma, podemos depreender, desse artigo de Meillet, que o termo gramaticalização refere-se à mudança de um item lexical para um item gramatical, que ela se constitui em um processo diacrônico, gradual e unidirecional de mudança linguística, que não se restringe a questões de ordem fonológica, mas também se refere a questões de ordem morfológica, sintática e semântica, atendendo, assim, às necessidades comunicativas. Dessa forma, ao empreender os estudos da gramaticalização, Meillet traz grandes contribuições para a compreensão desse fenômeno, colocando-o na área central da teoria da mudança linguística.

2.2 O Conceito de Gramaticalização

Todo sistema linguístico está sujeito a pressões que podem atuar no sentido da variedade ou no sentido da unidade, permitindo, assim, que as línguas apresentem inovações e, ao mesmo tempo, permaneçam coesas. Em toda gramática, podemos encontrar regularidades mais ou menos rígidas, assim como áreas que são maleáveis, que permitem aos falantes a liberdade de construção de seu discurso (VOTRE *et al.*, 2004).

Segundo DuBois (1985), a gramática deve ser tratada como um sistema adaptável, flexível e ajustável às pressões de uso, passível de acomodação sob pressões de ordem comunicativa. Para o autor, todas as variações linguísticas, aparentemente autônomas, são resultantes dos objetivos funcionais do falante e de forças internas que atuam na direção da variação. Sendo assim, existe uma interação entre forças externas e internas. A própria concepção de linguagem defendida pela gramática funcional reconhece a força dinâmica que atua no constante desenvolvimento da linguagem, concebendo a língua como uma atividade histórica e sociocultural.

Ressaltamos que há muitas dificuldades em se definir o termo gramaticalização, tendo em vista a multiplicidade de estudos acerca deste tema. Muitas definições foram abordadas e vários autores, dentre eles Meillet (1912), Lehmann (1982), Hopper & Traugott (1993), Heine *et al.* (1991) e Bybee *et al.* (1991), trataram da questão da gramaticalização.

Para Kurylowicz (1965, p.32), a gramaticalização refere-se à “passagem gradual de um morfema de uma categoria lexical para uma categoria gramatical ou de um *status* menos gramatical para um plano mais gramatical”.

Martelotta *et al.* (1996), assim como Heine *et al.* (1991), afirmam que a gramaticalização não se refere propriamente a uma teoria da linguagem, mas a uma teoria de desenvolvimento das formas gramaticais. O que esses autores defendem é que a

gramaticalização é um tipo de mudança linguística, assim como a mudança fonética e a lexicalização.

Para Hopper & Traugott (1993), a gramaticalização é definida como um processo em que tanto itens e construções lexicais formam-se em certos contextos linguísticos para exercer funções gramaticais quanto itens gramaticais desenvolvem novas funções gramaticais⁴⁹. Tal definição aponta para a dinamicidade das línguas, uma vez que trata de formas já gramaticalizadas que se tornam mais gramaticalizadas ainda.

Adotaremos o conceito de gramaticalização de acordo com Heine *et al.* (1991), para designar um processo unidirecional, linear, em que itens lexicais passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais, tendendo a se tornarem mais regulares e mais previsíveis, uma vez que esse processo transporta o elemento do nível da criatividade momentânea do discurso para as restrições da gramática. Dessa forma, uma construção analítica, por exemplo, pode gramaticalizar-se em uma construção sintética, que pode ser preterida em favor de outra construção analítica, que se gramaticaliza, e assim sucessivamente.

⁴⁹ “[...] lexical items and constructions come in certain linguistic contexts to serve grammatical functions or how grammatical items develop new grammatical functions” (Hopper & Traugott, 1993, p. 1).

2.3 A Motivação para a mudança

Vários são os motivos que podem levar uma palavra a gramaticalizar-se. Esta motivação, segundo Neves (1997, p. 130), pode estar “tanto nas necessidades comunicativas não satisfeitas pelas formas existentes”, quanto “na existência de conteúdos cognitivos para os quais não existem designações linguísticas adequadas”, devendo-se observar que “novas formas gramaticais podem desenvolver-se a despeito da existência de estruturas velhas funcionalmente equivalentes”. A gramaticalização está diretamente relacionada à noção de que toda gramática é capaz de fornecer os mecanismos de codificação para as funções da linguagem que os falantes mais utilizam.

Assim como Meillet (1912), Hopper & Traugott (1993) defendem que a gramaticalização se dá pela busca constante de expressividade. Essa busca, segundo os autores, está fundamentada em estratégias cognitivo-pragmáticas utilizadas pelos falantes. Para isso, os usuários da língua lançam mão de duas estratégias: a primeira é a rotinização, que se caracteriza pela repetição das expressões, resultando na simplificação da fala e na economia de esforços mentais, e a segunda é a expressividade, caracterizada pelo uso de formas inovadoras para retratar algo já conhecido, o que favorece o fortalecimento da informatividade.

Segundo Bally (1952), é a necessidade de comunicação, que ele chama de “expressividade na linguagem”, que motiva as mudanças linguísticas. Sob duas tendências opostas, essas mudanças se dão de forma coletiva e inconsciente. A primeira tendência é a expressiva, que enriquece a linguagem por meio de elementos novos, provenientes da afetividade e da subjetividade, formando a linguagem corrente do dia-a-dia. A segunda é a tendência intelectual que elimina os aspectos do pensamento que são obscuros e estranhos, dando origem à linguagem científica. Para o autor, é a tendência expressiva a de maior força na atuação de mudança do sistema linguístico, uma vez que as necessidades da vida se mostram mais determinantes.

Para Bybee *et al.* (1991), no entanto, as necessidades comunicativas não parecem ser uma motivação plausível para a mudança. Para eles, é pouco provável que haja um conjunto intercultural de necessidades que as línguas precisem satisfazer. Novas formas podem surgir no processo de gramaticalização mesmo que já haja, na língua, formas disponíveis para a mesma função.

Embora saibamos que há divergências entre os autores a respeito das motivações que levam um item a se gramaticalizar, não podemos negar a relevância das necessidades expressivas na efetivação dos processos de gramaticalização, assim como não podemos negar que circunstâncias de ordem linguística, histórica e social podem favorecer essas mudanças.

Vale ressaltar que a motivação para a gramaticalização encontra-se nas necessidades comunicativas não satisfeitas pelas formas já existentes, assim como na existência de conteúdos cognitivos para os quais não há designações linguísticas adequadas.

2.4 Gramaticalização: um estudo diacrônico ou sincrônico?

Embora a gramaticalização possa ser percebida em recortes sincrônicos da língua, ela é um processo predominantemente diacrônico. Estudos empreendidos por Meillet (1912), Sapir (1921[1954]), Kurylowicz (1965), Benveniste (1989) e muitos outros contemporâneos também trataram os processos de gramaticalização sob uma perspectiva diacrônica.

Givón (1995) afirma que o processo de gramaticalização pode ser visto tanto diacronicamente quanto sincronicamente. Para ele, uma construção linguística pode desenvolver-se gradualmente no tempo, passando por estágios diversos até chegar a uma gramaticalização plena, resultando em um processo diacrônico. Do ponto de vista cognitivo, a gramaticalização é um processo de reconhecimento instantâneo, envolvendo um ato mental pelo qual uma relação de similaridade é reconhecida. Assim, teremos um processo sincrônico.

Além de Givón, Hopper & Traugott (1993) também afirmam que os estudos da gramaticalização podem ser observados tanto sob uma perspectiva diacrônica quanto sincrônica. Em uma perspectiva sincrônica, a gramaticalização é entendida como um fenômeno morfossintático discursivo. Em português, por exemplo, temos as formas verbais de futuro sintético que convivem com as formas do futuro perifrástico, ou seja, há mais de uma possibilidade para expressar a mesma categoria gramatical, comprovando, dessa forma, a dinamicidade dos usos linguísticos. Por uma perspectiva diacrônica, podemos observar em que estágios da língua itens lexicais tornaram-se gramaticais e itens gramaticais tornaram-se mais gramaticais ainda.

Martelotta *et al.* (1996, p. 27) atestam que, sob o ponto de vista histórico, os processos de gramaticalização de um item podem dar a impressão de “uma sequência de mudanças ocorridas no tempo” e, sob uma perspectiva sincrônica, é possível observar “um conjunto de polissemias coexistindo”.

Segundo Neves (1997), a questão acerca de a gramaticalização constituir-se em um processo diacrônico ou sincrônico liga-se à discussão sobre o seu caráter ser gradual ou instantâneo. Do ponto de vista histórico, o processo é gradual, e do ponto de vista da construção, instantâneo. Para a autora, embora uma estrutura possa substituir a outra, em determinado momento ambas as formas, a velha e a nova, coexistirão. Essa variação não é nada mais do que o reflexo do caráter gradual da mudança linguística.

Para Gonçalves *et al.* (2007, p. 16), a gramaticalização pode ser vista tanto sob a perspectiva sincrônica quanto diacrônica. Para os autores, será diacrônica se “a preocupação do estudo estiver voltada para a explicação de como as formas gramaticais surgem e se desenvolvem na língua” e será sincrônica se o enfoque for a “identificação de graus de gramaticalidade que uma forma linguística desenvolve a partir dos deslizamentos funcionais a ela conferidos pelos padrões fluidos de uso da língua, portanto, sob um enfoque discursivo-pragmático”.

Os processos de gramaticalização, portanto, podem ser observados tanto de um ponto de vista sincrônico quanto diacrônico.

2.5 Princípio da Unidirecionalidade

Um dos pontos mais polêmicos envolvendo o processo de gramaticalização é a questão da unidirecionalidade. Para muitos, essa questão é óbvia, já que itens lexicais percorrem uma escala direta até que passam a desempenhar funções gramaticais. Esse princípio tem sido discutido por vários linguistas, por ser uma das características fundamentais associadas à teoria da gramaticalização.

O princípio da unidirecionalidade implica as mudanças, ocorridas em um item, que são sempre operadas da esquerda para a direita, ou seja, do mais concreto (categoria cognitiva mais próxima do indivíduo) para o menos concreto (categoria mais distante do indivíduo).

Heine *et al.* (1991), por meio de categorias cognitivas, apresentam essa ordenação, sendo possível observar esse processo de abstratização.

PESSOA > OBJETO > PROCESSO > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE

Figura 5 – Ordenação das categorias cognitivas

Fonte: HEINE *et al.*, 1991, p. 157.

Ao tratarem da definição de unidirecionalidade, Hopper & Traugott (1993) atestam que existe uma relação entre dois estágios, A e B, sendo que A ocorre antes de B, mas não o inverso. Os autores enfatizam a especificidade dos contextos discursivos que propiciam a gramaticalização e que a passagem [lexical] > [gramatical] não é direta. Assim, a escala [item lexical] > [sintaxe] > [morfologia] mostra que itens lexicais que se tornam gramaticais cumprem primeiramente funções necessariamente discursivas, tornando-se sintaticamente fixos e, posteriormente, construindo um morfema.

Outro conceito associado à unidirecionalidade, nos processos de gramaticalização, é o conceito de vínculo crescente, segundo o qual elementos independentes tornam-se subordinados, elementos móveis tornam-se menos móveis e itens lexicais tornam-se morfemas (MARTELOTTA, 2010).

Assim como o conceito de vínculo crescente, há a noção de unidirecionalidade que se desenvolveu a partir dos estudos de Meillet (1912), a partir da qual se entende que o processo de gramaticalização envolve, além da perda de liberdade sintática, o esvaziamento semântico, acarretando uma espécie de descoramento, de empobrecimento.

Para Traugott & König (1991), esse descoramento ocorre apenas nos últimos estágios do processo de gramaticalização. Para os autores, nos primeiros estágios, a gramaticalização implica crescimento de sentido pragmático, ou seja, o item perde significação semântica, mas ganha significação no tocante às atitudes do falante e do ouvinte e na organização interna do texto.

Se aplicarmos o princípio da unidirecionalidade aos verbos, encontraremos as seguintes fases:

VERBO PLENO > VERBO AUXILIAR > CLÍTICO > AFIXO > ZERO⁵⁰

Figura 6 – Fases do princípio da unidirecionalidade dos verbos

Fonte: HOPPER & TRAUGOTT, 1993, p. 111.

⁵⁰Essa escala, proposta por Hopper & Traugott (1993), representa uma generalização sobre as alterações sofridas pelos verbos. Vale ressaltar que essa escala não indica uma sequência obrigatória de pontos em um percurso.

A passagem de um verbo pleno para um verbo auxiliar corresponde à fase de auxiliarização ou sintaticização⁵¹. Nessa fase, um verbo auxiliar e um verbo pleno se reúnem para formar uma perífrase. Vale lembrar que, durante o processo de auxiliarização, pode ocorrer redução fonológica. Na formação de perífrases verbais, através do processo de gramaticalização, o verbo auxiliar tende a sofrer erosão, tornando-se mais dependente do verbo principal. A erosão fonológica⁵², apesar de ser comum no processo de auxiliaridade, não ocorre necessariamente em todos os usos e contextos. Há casos em que a forma fonológica plena pode permanecer (HEINE *et al.*, 1991, p. 106). Isso também não significa que um verbo pleno não possa sofrer redução fonológica.

Alguns autores, como Heine *et al.* (1991), consideram que a redução fonológica está intrinsecamente relacionada à redução do conteúdo semântico. Para a expressão de uma menor substância semântica, lançar-se-ia mão de uma menor substância fonológica. Segundo Braga (1994, p.17), há uma relação inversamente proporcional entre a dimensão dos vocábulos e sua frequência de uso, ou seja, quanto mais um vocábulo é empregado na língua, maior a tendência para sua redução.

O mesmo preconiza Lehmann (1991, p. 110), que defende que “quanto maior a probabilidade de ocorrência de um símbolo linguístico, menor é o valor da informação por ele expressa e, quanto menor o valor de uma informação, menor é a quantidade de material fonológico necessário para expressá-la”. Segundo o autor, o processo de gramaticalização somente ocorre quando se verifica que uma unidade linguística está na direção de maior sujeição às regras da gramática, envolvendo três questões, a saber: (i) “há a passagem de um elemento menos gramatical, inicialmente lexical, para um elemento mais gramatical”; (ii) “há perda de substância tanto fonológica quanto semântica, as restrições de seleção se afrouxam”; e, por último, (iii) “há a diminuição de liberdade de manipulação do elemento; ele se integra num paradigma, torna-se cada vez mais obrigatório em certas construções e ocupa uma posição (em última análise, morfológica) fixa” (LEHMANN, 1991, p. 493).

Podemos citar inúmeros exemplos de redução fonológica encontrados na língua, como em (1) e (2).

⁵¹ Alguns autores questionam a utilização do termo sintaticização para denominar a passagem do verbo pleno a verbo auxiliar, uma vez que se pode entender sintaticização como a fase em que uma unidade não era sintática e passou a sê-lo. Heine *et al.* (1991) adotam o termo auxiliarização.

⁵² Entendemos **erosão** como uma simplificação da substância fonética empregada para a expressão de um dado conceito.

(1) Nossa, mas...não tô conseguindo lembrá. (Entrevista 03, PC, grifo nosso)

(2) Aah quando não tô trabalho pra variar né? Eu...ah eu saio vô na casa dos dos amigos vô na igreja todo final de semana. É...gosto + de alugar um filme pra mi ver...sô mais caseiro. (Entrevista 04, PC, grifos nossos)

No futuro românico, por exemplo, verificamos que o auxiliar *habeo*, em perífrases com *habeo* + infinitivo, após ter sofrido redução fonológica e ter perdido seu sentido original, transformou-se em um morfema, integrado ao subsistema morfológico da língua. Ocorreu um típico caso de gramaticalização de um verbo, em que sua forma perifrástica desenvolveu-se para uma forma sintética.

(3) *Amare habemus* > *amarbémus* > *amarémus* > *amaremos*

Ao passar pelo processo de auxiliarização, há a tendência de o verbo auxiliar entrar na fase de morfologização, na qual pode ocorrer a cliticização ou a fixação do auxiliar em relação ao verbo principal em sua forma nominal.

A interpretação dos processos de gramaticalização pode ser aplicada, por exemplo, ao verbo *ir*, cuja noção espacial vem se diluindo gradativamente até a dissolução total na abstração, em que a palavra é empregada sem nenhuma referência espacial, remetendo a uma referência temporal e, conseqüentemente, de processo. Nesse caso, a abstratização espaço > tempo enquadra-se no processo de auxiliarização.

Podemos observar que o verbo *ir*, como verbo pleno, apresenta um sentido de movimento físico (latim *ire*: *ir*, *andar* e *avançar*), ou seja, apresenta uma noção espacial. Como verbo auxiliar, em construções de *ir* + infinitivo, temos um verbo inceptivo com noção temporal, tornando-se, assim, um morfema aspectual.

Em (4), temos um exemplo da primeira significação, em que o verbo *ir*, em sentido pleno, é construído como um adjunto adverbial de lugar *aonde*. Em (5), o verbo sofre um processo de modalização, transformando-se em marcador de futuro, com ideia clara de intencionalidade e finalidade. Nesse caso, a perífrase *vai dar* remontaria ao latim “*eo deambulatum*”, em que “*eo*” é o verbo pleno e “*deambulatum*” é o supino indicativo de finalidade.

(4) Seguimos depois para Múrcia - cidade mais ou menos pequena, com lojas bonitas, e mais nada para ver. Fomos então a Alicante também a beira-mar. (Carta Pessoal 10, PC, grifo nosso)

(5) Os cursos aqui começaram esta semana, mas uma das cadeiras, a que o Muniz Barreto vai dar, só começa segunda-feira. (Carta Pessoal 08, PC, grifo nosso)

Finalizando, observamos, no excerto (6), a gradativa transformação do verbo *ir* em morfema de futuro, mas também como indicador de um processo.

(6) [...] u qui acontecê dentro da impresa vai tá falunu nessa os qui é abertu uma pasta uma pasta físicamente tein tamén um né nu [...] (Entrevista 09, PC, grifo nosso).

2.6 Gramaticalização: Princípios, Parâmetros e Estágios

2.6.1 Heine (1991)

Segundo Heine *et al.* (1991), o processo de gramaticalização será melhor entendido se levarmos em conta a descrição de quatro mecanismos interrelacionados e que sustentam a ideia de unidirecionalidade: (i) extensão (*Extension*); (ii) dessemantização (*Bleaching*, redução semântica); (iii) decategorização (*Decategorialization*) e (iv) erosão (*Erosion*).

A extensão (*Extension*), como o próprio nome diz, caracteriza-se pelo desenvolvimento gradual, ou extensão, de usos em novos contextos. Vale lembrar que a extensão é um fenômeno eminentemente gradual.

A dessemantização (*Bleaching*, redução semântica) caracteriza-se pela perda de conteúdo semântico. Uma vez utilizado em novos contextos (extensão), um item tende a perder parte de seu sentido original, sendo assim, “o uso de uma expressão linguística X em um contexto Y implica que X perca parte de seu sentido original, ou seja, aquela que é incompatível com Y” (MARTELOTTA, 1996, p. 150). Traugott & Heine (1991) afirmam que, embora a dessemantização não seja um processo obrigatório na gramaticalização, ela é unidirecional, pois não há a expectativa de encontrar uma mudança em que ocorra perda de características pragmáticas.

A decategorização (*Decategorialization*) é o processo por meio do qual itens fonologicamente mais longos e distintos, com forte carga lexical, tornam-se mais gramaticalizados, mudando sua categoria de origem por meio da perda de algumas propriedades e ganho de outras. Essas categorias perdem seu *status* de forma independente (clitização, afixação). Podemos citar como exemplo da decategorização a passagem do adjetivo, que é de natureza mais lexical, em direção à classe dos advérbios, que constituem uma classe mais gramatical (BARBOSA, 2006).

É importante acentuar que não há necessidade de todos esses princípios estarem presentes para haver gramaticalização. Além disso, o processo de gramaticalização pode interromper-se em determinado estágio e não chegar a um ponto terminal.

Por último, temos a erosão (*Erosion*), ou redução fonética, que se caracteriza pela perda de substância fonética, fazendo com que o elemento sofra coalescência (fusão de formas adjacentes) e condensação (diminuição de forma).

Cada um desses processos faz ocorrer uma evolução que pode ser descrita em termos de um modelo em três estágios, chamado *overlap model*: (i) há uma expressão linguística A que é recrutada para cumprir gramaticalização; (ii) essa expressão adquire um segundo padrão de uso B que apresenta ambiguidade em relação a A e, finalmente, (iii) A se perde, ou seja, agora há apenas B.

Essa proposta de Heine *et al.* (1991) não pressupõe que esse modelo em três estágios tenha que ser cumprido por um item ao se gramaticalizar, ou seja, um item não tem que passar necessariamente por todos os estágios até chegar ao último, podendo ocorrer movimentos parciais em direção a usos mais gramaticais.

Em estudos posteriores, Heine (1993) propõe sete estágios para a gramaticalização dos verbos:

Estágio A – Neste estágio, o verbo apresenta sua significação lexical plena e o complemento verbal designa um objeto concreto.

Estágio B – Neste estágio, o verbo começa a “trilhar” os caminhos dos verbos auxiliares e o complemento passa a designar uma situação dinâmica. Algumas características dos itens são relevantes nesse estágio da gramaticalização: (i) embora nominais, os complementos estão associados a formas não finitas; (ii) a identidade do sujeito entre o verbo e o complemento deixa de ser uma exigência; (iii) o complemento nominal pode ser expresso por uma das formas nominais e (iv) o complemento verbal pode ser expresso por uma oração completiva.

Estágio C – Neste estágio, as restrições de seleção do sujeito tendem a desaparecer, ou seja, o sintagma nominal sujeito não está restrito a referentes humanos e o verbo passa a marcar algumas funções esquemáticas como as noções de Tempo, Aspecto e Modalidade. É nesta fase que estão inseridos os “quase-auxiliares”, “semi-auxiliares” ou “catenativos”. Nesse estágio, o verbo passa a combinar com outro verbo não finito como complemento, que agora designa atividade ou evento. A identidade do sujeito entre verbo e complemento agora se torna uma exigência, o verbo e seu complemento referem-se ao mesmo tempo e o complemento verbal passa a ser expresso por uma forma nominal (infinitivo, gerúndio ou particípio), podendo não mais admitir uma completiva. Por último, o verbo perde a capacidade de expressar as distinções de TAM.

Estágio D – Neste estágio, o verbo decategoriza-se, tendendo a perder suas características sintáticas, como a capacidade de formar frases no modo imperativo ou sofrer a apassivação, por exemplo. O verbo, também, deixa de ter complementos nominais e passa a se associar apenas a uma forma nominal não finita.

Estágio E – Nesta fase, o verbo é considerado um “híbrido linguístico”, por apresentar características de verbo e de marcador gramatical. Nesse estágio, o verbo já perdeu muito de suas propriedades verbais, podendo ser percebido como outra categoria que não a verbal. Os processos de cliticização e erosão começam a desencadear-se nessa fase.

Estágio F – Neste estágio, o verbo já perdeu todas as suas propriedades verbais e torna-se, morfológica e sintaticamente, um elemento gramatical. O complemento desse verbo passa a ser reinterpretado como sendo um verbo principal e o verbo passa da condição de clítico para afixo.

Estágio G – Neste último estágio, o verbo passa à condição plena de marcador gramatical, reduzido a um afixo monossilábico, não mais recebendo acento distintivo. Nessa fase, o seu complemento perde todos os traços morfológicos adverbiais ou de nominalização, tornando-se por completo um verbo principal.

Em suma, as fases da gramaticalização do verbo, propostas por Heine (1993), permitem-nos deduzir que: (i) nos estágios A e B, ainda encontramos um verbo pleno; (ii) no estágio C, temos um processo intermediário entre verbo pleno e verbo auxiliar, com o verbo “semi-auxiliar” ou “quase-auxiliar”; (iii) nos estágios D e E, encontramos a noção de auxiliar propriamente dita, pois, nesses estágios, o complexo auxiliar-auxiliado se constitui em uma autêntica perífrase verbal; (iv) no estágio F, temos um auxiliar e um afixo e (v), no estágio G, temos um afixo ou uma desinência flexional.

2.6.2 Hopper (1991)

Com base no início dos processos de estabilização⁵³ sintática e semântica das formas, Hopper (1991) propõe cinco princípios essenciais que dão conta de explicar as tendências fundamentais do processo de gramaticalização: estratificação (camadas), divergência, especialização, persistência e decategorização.

Na estratificação (*Layering* - camadas), é possível que dois ou mais itens linguísticos compitam para desempenhar uma determinada função em algum ponto de sua trajetória. Isso pode ocorrer porque um item não substitui imediatamente as formas já existentes no mesmo domínio funcional⁵⁴, podendo conviver em um mesmo corte sincrônico ou mesmo nunca chegar a substituí-lo. Mais especificamente, a estratificação refere-se ao fato de que as línguas tendem a apresentar mais de uma forma para desempenhar funções idênticas.

No português, a expressão da categoria de futuro, por exemplo, pode ser representada por *estudarei* ou *vou estudar*. Essas duas possibilidades para expressar a futuridade na língua constituem-se em camadas. Outro caso de estratificação, em português, refere-se à expressão *a gente* que, na língua oral, compete com os pronomes *eu* e *nós*, que exercem a mesma função (OMENA & BRAGA, 1996).

Na divergência (*Divergence*), “quando uma forma lexical é gramaticalizada [...], a forma lexical original pode permanecer como um elemento autônomo e sofrer as mesmas mudanças que itens lexicais comuns” (HOPPER, 1991, p. 22). Ou seja, uma vez gramaticalizado, o item não perde sua autonomia.

Segundo Hopper, na divergência, o uso fonte pode continuar coexistindo com o uso da forma gramaticalizada, podendo cada um seguir seu próprio caminho como reflexos divergentes de uma forma singular por um longo período de tempo. Nesse caso, há dois ou mais usos para uma mesma forma. Camadas antigas não desaparecem, podendo coexistir e interagir com novas camadas que vão sempre surgindo.

A noção de divergência pode ser confundida com a noção de camadas, uma vez que existe uma interseção entre elas. A diferença reside no fato de que a noção de camadas refere-se a diferentes graus de gramaticalização em domínios funcionais similares, envolvendo itens lexicais diferentes, enquanto a noção de divergência se aplica ao fato de que

⁵³ Vale ressaltar que esta aparente estabilização é relativa, uma vez que o próprio Hopper (1991) defende que a gramática está sempre emergindo.

⁵⁴ Hopper (1991) entende por “domínio funcional” algumas áreas gerais como tempo, aspecto, modalidade, caso e referência.

um mesmo item lexical, em determinado contexto, gramaticaliza-se e, em outro contexto, não. Em português, podemos citar, mais uma vez, o verbo *ir*, do latim *ire*, como verbo pleno com sentido de movimento físico (7), que também pode ser usado com sentido de deslocamento no tempo, para marcar futuridade (8), como já afirmado anteriormente.

(7) Domingo fui à hípica com a Larri, mas o besta do sol não quis aparecer. (Carta Pessoal 03, PC, grifo nosso)

(8) Chegou ontem também aqui, e vai ficar por 1 ano. (Carta Pessoal 02, PC, grifo nosso)

Como exemplo de divergência, podemos citar, também, a coexistência do pronome de tratamento *a gente*, originário do item lexical *gente*, em variação com o pronome *nós*, sem que o substantivo *gente* tenha desaparecido, como no excerto (9) (ZILLES, 2002).

(9) Puxa, até que enfim as madames se dignaram a responder as cartas da gente (essa gente aí sou eu só, porque o resto da patota é composta de um bando de relapsos [...]). Não há de ser nada, Deus é grande e a gente chega lá. (Carta Pessoal 01, PC, grifos nossos)

Outro exemplo é o do verbo *habere*, em latim, que gerou, em francês moderno, o sufixo de futuro *Je chanterai* (*cantarei*) e, por outro lado, o verbo lexical *avoir* (*ter*) que pode ser usado como auxiliar em passado perfectivo: *J'ai chanté* (*cantei*)⁵⁵.

Na especialização (*Specialization*), um número menor de formas assume a expressão de sentidos mais gerais. Em determinado estágio, é possível haver “uma variedade de formas com nuances semânticas diferentes; quando ocorre a gramaticalização, essa variedade de escolhas formais estreita-se e o menor número de formas selecionadas assume significados gramaticais mais gerais” (HOPPER, 1991, p. 22).

Como exemplo de especialização, Hopper cita a forma de negação no francês moderno, *ne...pas*, em que *pas* (*passo*) ligava-se a verbos de movimento a fim de enfatizar a negação (*não andar um passo*), coexistindo com formas semelhantes como *mie* (*migalha de pão*), que ligava-se a verbos referentes à ação de comer (*não comer uma migalha*), ou *gote* (*gota*), que ligava-se a verbos que se referem ao ato de beber (*não beber uma gota*). Embora a forma *ne* tenha sido a única que permaneceu como elemento básico de negação, ela vem

⁵⁵ Em português, ocorreu o mesmo com os verbos na marcação de tempo futuro como em *amare habemus* > *amarbémus* > *amarémus* > *amaremos*.

sendo suprimida gradativamente no francês falado. A princípio, o *pas* era usado apenas com verbos de movimento, situação esta em que seu significado básico era particularmente apropriado. Posteriormente, seu uso foi estendido, analogicamente, para todos os verbos, tornando-o um componente fixo e necessário que se cristalizou na perífrase descontínua *ne...pas*. No francês hodierno, o *ne* vem sendo abandonado e são cada vez mais frequentes construções como *Je sais pas*, em que *pas* é o único marcador. Nesse processo, a palavra *pas* foi reanalisada como partícula de negação em verbos de movimento e, posteriormente, estendida, analogicamente, a outros verbos que não indicavam movimento.

Na persistência (*Persistence*), em qualquer ponto sincrônico, itens ou construções gramaticais conservam vestígios de sua história que são manifestados em sua forma e/ou significado.

Um dos exemplos para o fenômeno da persistência são os marcadores de objeto (caso acusativo) gramaticalizados de verbos como *pegar* em algumas línguas africanas, como ocorre com o elemento **KE** em Gã (Benue-Kwa).

(10)

È	KE	Wòlò	nmè-si.
Ela	OBJ	Livro	Largou.

No referido exemplo, a marca **KE** originou-se de um verbo que designa *pegar*, ou seja, o uso desta partícula implica um dado (*pegar*) que persiste no novo sentido, portanto a marca **KE** somente será utilizada com objetos que podem ser pegos. Dessa forma, o sentido atribuído à frase é “Ela pegou o livro e largou”.

Por último, a decategorização (*De-categorialization*) refere-se à mudança de estatuto categorial, ou seja, refere-se à diminuição ou à perda do estatuto categorial dos itens gramaticalizados. A passagem de uma categoria a outra pode ser apreendida com a ajuda de um *cline*, que contém o substantivo e o verbo como categoria maior, os adjetivos e advérbios como categoria média, e, como categoria menor, a preposição, a conjunção, o verbo auxiliar, o pronome e os demonstrativos. Esse processo está relacionado ao aumento na frequência de uso do item. Deve-se notar que, mesmo antes de mudar de categoria, o item vai perdendo os privilégios sintáticos e morfológicos que permitem seu encaixamento em tal categoria, como a invariabilidade, as restrições de flexão etc..

Vale lembrar que a forma linguística gramaticalizada tende a aumentar seu conteúdo gramatical, tornando-se mais informativa. Mas é necessário considerar que, segundo

o princípio de persistência, a forma alvo da gramaticalização pode manter alguns traços semânticos ou funcionais da forma fonte.

Podemos citar, como exemplo, o caso do inglês, como em (18), em que ocorre uma espécie de cristalização, com a conseqüente perda de liberdade gramatical: “*in (the) face of*” não pode ocorrer como “*in that face of*”. Nesse caso, ocorre uma restrição sintática do elemento “*face*”⁵⁶.

(11) *His face was pale – in (the) face of new demands.* (Sua face (dele) estava pálida – em face de novas demandas.)

Outro exemplo para a decategorização se aplica ao *pas*, do francês, que se categorizou nome > partícula negativa, embora ainda persista o uso de *pas* como nome.

2.6.3 Hopper & Traugott (1993)

Hopper & Traugott (1993), ao buscarem conceituar o termo gramaticalização, atestam, assim como outros estudiosos, que ela é definida como um processo pelo qual itens e construções lexicais, em determinados contextos, passam a servir a funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais.

Baseados no princípio da unidirecionalidade, os autores propõem que os processos de gramaticalização compreendem quatro estágios, que se resumem ao seguinte: um item lexical se torna um elemento gramatical, posteriormente um clítico, até chegar à condição de afixo, como demonstrado na figura abaixo. Vale ressaltar que, para Hopper & Traugott, o processo de gramaticalização de um item somente ocorre da esquerda para a direita, ou seja, um item não pode se desgramaticalizar, caso siga o sentido contrário.

ITEM LEXICAL > PALAVRA GRAMATICAL > CLÍTICO > AFIXO FLEXIONAL

Figura 7 – *Cline* de gramaticalidade

Fonte: HOPPER & TRAUGOTT, 1993, p. 7.

⁵⁶ Exemplo extraído de Hopper (1991).

Apesar de os autores defenderem o princípio da unidirecionalidade, eles não negam que possam existir casos de desgramaticalização ou antigramaticalização, embora não deem uma explicação plausível para esse fenômeno. Do mesmo modo, não explicam o porquê de determinados itens tomarem rumos diferentes do processo de gramaticalização.

2.6.4 Castilho (1997)

Segundo Castilho (1997, p. 32), há dois caminhos para se definir a gramaticalização. Em sentido amplo, ela pode ser definida como “a codificação de categorias cognitivas em formas linguísticas, aí incluídos a percepção do mundo pelas diferentes culturas, o processamento da informação, etc.” Em sentido restrito, a gramaticalização pode ser entendida como o trajeto percorrido por uma forma, ao longo do qual ela muda de categoria sintática (= recategorização), “recebe propriedades funcionais na sentença, sofre alterações semânticas e fonológicas, deixa de ser uma forma livre e até desaparece como consequência de uma cristalização extrema”.

Para o autor, podemos considerar o discurso como ponto de partida do processo de gramaticalização. Esse processo é constituído por dois tipos de alterações: as gramaticais e as semânticas.

Vejamos a representação desses estágios na figura abaixo:

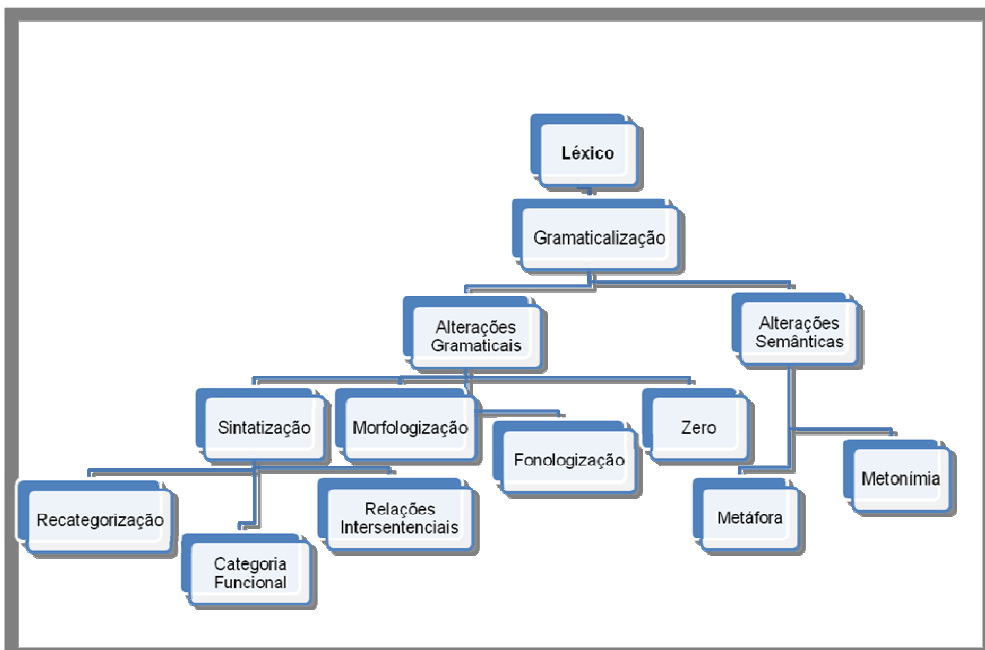


Figura 8 – Estágios dos processos de Gramaticalização

Fonte: CASTILHO, 1997.

Analisando a FIG. 8, veremos que, no campo das alterações gramaticais, podem ser encontrados os seguintes estágios:

(1) Sintaticização: compreende três processos: a recategorização sintática, a categorização funcional e as relações intersentenciais.

(1a) Recategorização Sintática:

Quando há mudança de um item lexical de uma classe para outra, temos a recategorização sintática. Nesse processo, temos a presença de um *continuum*. A transformação de um verbo pleno em auxiliar ou em complementizador e a mudança de nomes em preposições são exemplos do processo de recategorização.

(1b) Categorização Funcional:

Esta categoria trata do estudo da atribuição de propriedades funcionais a aspectos da sintaxe, acentuando o caráter dinâmico da gramaticalização. Como exemplos, temos a gramaticalização de tópico, o preenchimento do sujeito e do objeto direto e a ordem dos constituintes funcionais.

(1c) Relações intersentenciais:

Esta categoria trata da linha tênue que separa a coordenação e a subordinação. Em português, por exemplo, encontramos o caso das coordenadas explicativas e das subordinadas causais ou o caso das coordenadas adversativas e das subordinadas concessivas. Podemos citar, também, um terceiro tipo de relações intersentenciais, que trata do estatuto das correlatas.

(2) Morfologização:

Refere-se ao processo de perda de função e produtividade de morfemas. A morfologização refere-se à criação de formas presas, sejam eles afixos flexionais, sejam eles afixos derivacionais. Como exemplo para os afixos flexionais, temos as flexões verbais de pessoa e tempo em português e as flexões nominais de caso, número e gênero. Para exemplificar a criação de afixos derivacionais, encontramos o caso clássico da morfologização do nome latino *mente* que incluía, em suas acepções, as ideias de “modo”, “maneira”. A princípio, o vocábulo *mente* era usado depois de adjetivo. Posteriormente, em decorrência de uma redução fonológica, tornou-se átono, cliticizando-se ao adjetivo.

Outro exemplo de morfologização em português encontra-se na criação do futuro presente e do futuro pretérito do indicativo, derivados de formas compostas que, posteriormente, foram transformadas em formas simples.

O futuro do presente é uma forma derivada do infinitivo do verbo, seguido do auxiliar *habeo*, no presente do indicativo, como em *amare habeo*, que deu origem a *amar'áveo* > *amaráyo* > *amaray* > *amarei*, dando origem, portanto, a um novo morfema {ré ~ rá}. Já o futuro do pretérito do indicativo resultou da junção do infinitivo com o verbo auxiliar *habeo* no pretérito imperfeito do indicativo, como em *amare habebe(m)* > *amar'aveva* > *amaravea* > *amaraéa* > *amaria*, dando origem ao morfema {ria ~ rie}.

(3) Fonologização

A redução fonológica é um dos processos de gramaticalização mais visíveis. Isso ocorre porque formas que antes eram livres fundem-se com outras e passam a se apresentar como formas presas. Como exemplo, podemos citar a formação do futuro nas línguas românicas, em que houve a redução da forma *habeo* para *hei* (*habeo amare* > *hei de amar* > *amarei*).

(4) Zero ou Desaparecimento

O estágio Zero compreende o estágio final da gramaticalização de um morfema que pode desaparecer, retornando ao processo inicial. Em português, temos o exemplo do futuro formado com *-ei*, que está em desuso, dando lugar às perífrases verbais, marcadoras de futuridade, assim como era no romance.

No que tange às alterações semânticas, Castilho afirma que ainda não está bem claro se é a mudança sintática que acarreta a mudança semântica ou se a mudança semântica constitui-se em um estágio anterior à mudança sintática. Para o autor, o que encontramos é um *continuum* criado pelos estágios de gramaticalização.

Nas alterações semânticas, há dois processos fundamentais: a metáfora e a metonímia.

(1) Metáfora

Na metáfora, encontramos um ritmo unidirecional, um movimento discursivamente motivado que vai do sentido mais concreto para sentidos derivados, mais abstratos. Esse *continuum* pode ser representado por itens que significam “partes do corpo humano” e “espaço físico”. Com a gramaticalização dos primeiros, temos as preposições e outros itens auxiliares, para a gramaticalização dos “espaços físicos” temos os auxiliares temporais.

(2) Metonímia

A metonímia está relacionada à mudança de sentido, motivada por itens associados sintaticamente. Em português, encontramos como exemplo do processo

metonímico a formação de conjunções como o advérbio de inclusão *magis*, que se gramaticalizou na conjunção adversativa *mas*, em contextos negativos (*magis* > *mas*).

Segundo Castilho, quatro princípios, já propostos por outros autores, podem dar conta de explicar os processos e os estágios da gramaticalização: (i) paradigmaticização e analogia; (ii) sintagmatização e reanálise; (iii) continuidade e gradualismo e (iv) unidirecionalidade.

A analogia refere-se à atração de formas pré-existentes por outras formas também já existentes no sistema linguístico, envolvendo inovações ao longo do eixo paradigmático. A equação A:B=C:D representa esse processo, em que D é a forma que surge por analogia.

Para representar essa equação, podemos citar o exemplo do plural do verbo *dire* (dizer), em francês, citado na seção 2.1, ou nos referir à alternância de singular/plural em inglês com em *dog::dogs = child::X*; então X= *childs**.

A reanálise é vista como a mudança de percepção a respeito de como os constituintes de uma língua estão ordenados no eixo sintagmático. Essa mudança ocorre devido à abdução, ou seja, um tipo de raciocínio por meio do qual podem surgir novas ideias. A abdução permite que certos limites sejam apagados, dando origem a novos “cortes”. A reanálise, ao contrário dos processos analógicos, permite que novas categorias gramaticais apareçam. Como exemplo de reanálise, temos a formação do futuro romance e o surgimento do pretérito perfeito românico.

No que diz respeito à continuidade e ao gradualismo, os linguistas concordam em um ponto: a gramaticalização não é um processo que se possa extinguir, sendo difícil identificar suas fases. Para Sapir (1921, [1954]) e Labov (2008), a variação é o primeiro estágio da mudança sintática. Para Lichtenberk (1991), no entanto, a variação, devido ao caráter cíclico da gramaticalização, é o ponto de partida e chegada da mudança linguística. Vale lembrar que é a continuidade da inovação que leva à criação de novas formas flexionais, como é o caso do futuro em português, que deu origem às formas perifrásticas.

Por último, Castilho reconhece que a gramaticalização é unidirecional, irreversível, e que se desenvolve apenas da esquerda para a direita. Assim como Castilho, outros autores, como Heine *et al.* (1991), reconhecem o princípio da unidirecionalidade, sustentando que estruturas, menos gramaticais, podem tornar-se mais gramaticais. Para eles, a desgramaticalização e a regramaticalização podem ocorrer, mas em número pouco significativo.

2.7 Considerações Finais do Capítulo

Neste capítulo, procuramos apontar alguns dos aspectos relevantes no tocante aos princípios e aos mecanismos do processo de gramaticalização. Com base nos estudos resenhados, podemos constatar que há uma diversidade de perspectivas acerca deste tema, ou seja, não há unanimidade entre os estudiosos no que se refere aos princípios, aos mecanismos e mesmo à terminologia desse processo.

Enquadrando a gramaticalização em uma concepção funcionalista, vimos que ela se constitui em um processo essencialmente diacrônico, unidirecional, linear, em que itens lexicais passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais, tendendo a se tornarem mais previsíveis e regulares.

Diante das muitas divergências teóricas acerca deste tema, é consenso entre os linguistas que o processo de gramaticalização é interminável e sempre ativo, portanto está diretamente relacionado à noção de que toda gramática é capaz de fornecer os mecanismos de codificação mais econômicos para as funções da linguagem que os falantes mais utilizam. Ela é, sem dúvida, a manifestação do caráter mutável da gramática, que mostra a constante reestruturação das línguas para se adequarem às necessidades discursivas.

Vale ressaltar que o conhecimento mínimo dos processos de gramaticalização é de fundamental relevância para a compreensão da trajetória de formação das perífrases verbais e, o que nos interessa particularmente, das perífrases de futuro. No capítulo 4, veremos mais detalhadamente o processo de gramaticalização de alguns dos verbos envolvidos na formação dessas perífrases.

3 **CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA**

Após ter apresentado, nos dois capítulos anteriores, alguns conceitos básicos acerca da teoria da gramaticalização e alguns estudos referentes ao tempo como categoria linguística, principalmente do tempo futuro, propomos, neste capítulo, apresentar a descrição da metodologia, assim como o detalhamento dos *corpora* selecionados para a realização desta pesquisa.

Na descrição da metodologia, apresentamos uma resenha dos estudos empreendidos por Vitral (2006) que, ao tratar da trajetória gramatical do verbo *ter*, sob uma perspectiva diacrônica, propõe o emprego de diretrizes que sejam capazes de identificar processos de gramaticalização. Para o estabelecimento dessas diretrizes, o autor estabelece os “critérios de seleção dos *corpora*” assim como os “critérios de identificação de processos de gramaticalização”. Para identificar os processos de gramaticalização, Vitral propõe critérios de natureza sintática, morfofonêmica e semântica e, por último, critérios de frequência.

Após a explanação detalhada das propostas defendidas no artigo, apresentamos o “detalhamento dos *Corpora*” utilizados nesta pesquisa a fim de atender aos objetivos propostos, dentre eles estudar a trajetória das perífrases verbais de futuro, apresentando uma análise quantitativa que identifique os processos de gramaticalização envolvidos.

3.1 Descrição da Metodologia

Como citado anteriormente, tomamos como referencial metodológico o artigo de Vitral (2006), que propõe diretrizes para o desenvolvimento de uma metodologia quantitativa que dê conta de identificar processos de gramaticalização. Para tanto, apresentamos um resumo dos principais pontos discutidos pelo autor, estabelecendo os parâmetros para a realização desta pesquisa.

3.1.1 A Proposta de Vitral (2006)

Em seu artigo, *O papel da frequência na identificação de processos de gramaticalização*, Vitral (2006), adotando uma perspectiva diacrônica, analisa o percurso do verbo *ter* nos períodos arcaico, moderno e contemporâneo do português. Para tanto, o autor enfatiza a necessidade de se criar uma metodologia para a identificação dos processos de

gramaticalização e a importância de se estabelecer critérios de seleção do *corpus*, visando à análise objetiva dos estágios de gramaticalização de um item⁵⁷.

Para o autor, adotar uma metodologia quantitativa específica e estabelecer critérios de seleção de um *corpus* é uma maneira de se evitar uma análise intuitiva por parte do falante/pesquisador ao estudar os estágios de gramaticalização de um item.

Ao abordar a falta de um instrumental teórico e metodológico na identificação de processos de gramaticalização, o autor apresenta três razões que dificultam a caracterização desses processos.

[Primeiramente] as etapas previstas pelo processo de gramaticalização podem não ser 'visíveis', isto é, podem não se deixar caracterizar, num determinado estágio de uma língua e em relação a um determinado processo de gramaticalização [...]; [Segundo], não é sempre claro que aspectos sintáticos, de maneira global, devam ser considerados na identificação desses processos ou, ainda, se a distribuição de um item é evidência para o diagnóstico do seu estatuto lexical ou do seu estatuto gramatical. É necessária, nesse caso, a adoção de um quadro teórico explícito que fundamente nossas decisões a esse respeito; [e por último], o fenômeno da coocorrência de um item lexical e seu similar gramatical num determinado estágio da língua coloca-nos questões não triviais acerca da identificação dos processos de gramaticalização que [...] exigirá [...] a definição explícita do comportamento do item como caracterizador do seu estatuto gramatical; e, em segundo lugar, análise quantitativa da ocorrência dos itens, comparando-se, num mesmo período e em períodos diferentes, a frequência dos itens lexicais e de seus similares gramaticais. (VITRAL, 2006, p. 150-1)

Procurando estabelecer diretrizes metodológicas para uma identificação objetiva dos processos de gramaticalização, Vitral apresenta (A) os critérios para a seleção dos *corpora* e (B) os critérios de natureza sintática, morfofonêmica, semântica e de frequência. A seguir, apresentamos as propostas do autor.

⁵⁷ O trabalho de Vitral (2006) baseou-se em uma pesquisa anterior de Vianna (2000), que propôs uma análise do percurso diacrônico dos verbos modais, *poder*, *dever* e *querer*, sob uma perspectiva da teoria da gramaticalização.

3.1.1.1 Identificação dos Processos de Gramaticalização

A. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS *CORPORA*

Quanto aos critérios para a seleção dos *corpora*, o autor aponta para três diretrizes fundamentais.

Quando possível, optar pela diversidade de gêneros nos textos que compõem cada *corpus* de cada período. A atenção de textos diferentes favorece o surgimento de ambientes semânticos diferentes que propiciam a ampliação dos usos dos itens, com significados diferentes [...]. Idealmente, os textos de cada *corpus* devem ser, ainda que aproximadamente, do mesmo tamanho, isto é, com o mesmo número de palavras. Esse procedimento justifica-se devido ao fato de ser imprescindível [...] a análise da frequência dos itens em relação a certos aspectos semânticos que podem evidenciar a existência de um processo de gramaticalização. [...] É desejável que haja a maior distância possível entre o último texto que compõe o *corpus* de um período e o primeiro texto que compõe o *corpus* do período subsequente. Esse cuidado pode facilitar a identificação do processo em análise. (VITRAL, 2006, p. 152-3)

B. CRITÉRIOS DE IDENTIFICAÇÃO DE PROCESSOS DE GRAMATICALIZAÇÃO

B.1 CRITÉRIOS SINTÁTICOS, MORFOFONÊMICOS E SEMÂNTICOS

Quanto aos critérios que nos permitem a identificação de um processo de gramaticalização de um item, o autor aponta para dois conjuntos interdependentes. O primeiro refere-se aos critérios sintáticos, morfofonêmicos e semânticos que permitem caracterizar, respectivamente, o comportamento sintático, morfofonêmico e semântico de um item, isolando suas funções, sejam elas lexicais (f.Lex) ou gramaticais (f.Gra). O segundo refere-se aos critérios de frequência. A seguir, apresentamos os desdobramentos desses critérios, propostos pelo autor.

B.1.1 CRITÉRIOS SINTÁTICOS

É por meio dos critérios sintáticos que podemos caracterizar a distribuição sintática de um item, observando se o seu emprego na língua o coloca na condição de um item gramatical ou de um item lexical⁵⁸.

⁵⁸ No que tange aos processos de gramaticalização, os verbos lexicais, de significação mais concreta, seriam os verbos plenos, enquanto os verbos gramaticais, de significação mais abstrata, seriam os verbos funcionais, auxiliares ou semiauxiliares das formas perifrásticas (TRAVAGLIA, 2003).

No caso do verbo *ter*, estudado pelo autor, podemos verificar que, se o item aparece seguido de um SN, ou seja, SX [-particípio], ele estará desempenhando uma função lexical. No entanto, se o verbo *ter* ocorrer seguido de um SV [particípio], ele estará desempenhando uma função gramatical.

(1) Ele *tem* um carro novo. (f.Lex com valor de posse) (itálico do autor)

(2) Ele *tem comprado* bugingangas. (f.Gra com valor aspectual iterativo)⁵⁹ (itálico do autor)

B.1.2 CRITÉRIOS MORFOFONÊMICOS

Para que seja possível empregar os critérios morfofonêmicos, deve-se observar (i) a redução fônica do item e (ii) a quantidade dos tipos de formas desse item.

No que tange ao item (i), espera-se que a redução seja “visível” quando esse item for empregado com função gramatical, uma vez que as formas mais gramaticalizadas apresentam maiores possibilidades de redução fônica.

Vitral (2006) alerta-nos para o fato de que a redução fônica pode ocorrer também em um item desempenhando uma função lexical. Como exemplo, o autor cita a trajetória da forma *tá* (redução de *está*), como auxiliar ou como verbo lexical. A proposta do autor para esses casos é a análise da trajetória do item, observando se a frequência da forma reduzida é maior ou se ocorre primeiramente quando usada como forma gramatical. Se for evidenciada a segunda situação (uso como f.Gra), o autor levanta a hipótese de que a redução fônica do item, exercendo a função lexical, deu-se por analogia com o item enquanto função gramatical (VITRAL *et al.*, 2004).

No que se refere à quantidade dos tipos de formas de um item, espera-se que um item exiba menor variação de formas como função gramatical. Exemplificando esse caso, Vitral (2006) cita o caso dos verbos modais, *poder*, *dever* e *querer*, analisados por Vianna (2000), em que há, gradativamente, diminuição do número de formas flexionais desses verbos, evidenciando-se um aumento sensível de seu uso na terceira pessoa do presente do indicativo.

⁵⁹ Exemplos extraídos de Vitral (2006).

B.1.3 CRITÉRIOS SEMÂNTICOS

Para o emprego dos critérios semânticos, o autor propõe analisar (i) o número de significados do item que foram utilizados e (ii) quais significados são caracterizados como lexicais ou como gramaticais.

Na pesquisa de Vitral (2006), considerou-se a ocorrência do item com SV [particípio] introduzindo aspecto como caracterizador do significado gramatical e, em ambientes com SV [-particípio], na identificação de posse, como significado lexical.

Um ponto importante, levantado no artigo, e que nos interessa em especial, diz respeito à categoria dos verbos modais.

Na tentativa de distinguirmos se um verbo modal se enquadra na função lexical ou na gramatical, podemos encontrar um impasse: o verbo modal apresenta-se como auxiliar, podendo ser definido como função gramatical, ou faz parte de uma oração composta, devendo ser definido como função lexical?

(3) Ele *pode encontrar* a Maria⁶⁰. (itálico do autor)

O esquema a seguir, proposto pelo autor, ilustra as estruturas correspondentes.

<p>f.Lex.: modal seguido de [SC] Onde: [SC] = Sintagma Complementizador f.Gra: modal seguido de [SV] Onde [SV] = Sintagma Verbal</p>

Figura 9 – Esquema – VITRAL, 2006

Fonte: VITRAL, 2006.

O autor propõe que consideremos o verbo modal como função gramatical quando se pode extrair o *significado epistêmico*, ou seja, o de *probabilidade*, e como função lexical quando se pode extrair o *significado agentivo*, isto é, o de *capacidade*.

⁶⁰ Exemplo extraído de Vitral (2006, p. 154).

B.2 CRITÉRIOS DE FREQUÊNCIA

A apreciação da frequência de ocorrência de um item em função gramatical e desse mesmo item em função lexical e gramatical e a comparação dos valores encontrados é, segundo Vitral (2006), de fundamental importância para afirmar se o item em análise está em processo de gramaticalização.

Para isso, o autor propõe quatro etapas a serem seguidas para a obtenção desses valores.

- I. A análise da frequência de um item, somando-se a ocorrência desse item em função lexical e gramatical, em relação ao número de palavras de cada texto que compõe o *corpus* de cada período e posterior comparação dos valores encontrados nos períodos considerados. Em nosso caso específico, períodos moderno e contemporâneo.
- II. Análise da frequência de um item em função gramatical em relação ao total de ocorrências desse item (valores de função gramatical e lexical, somados). Será feita a análise em todos os textos de cada *corpus* e posterior comparação dos valores encontrados referentes a cada período.
- III. Análise da frequência de um item em função lexical em relação ao total de ocorrências desse item (somados os valores de função gramatical e lexical).
- IV. Análise da produtividade de um item em função gramatical, isto é, verificação de sua frequência em função gramatical em relação à frequência de um item gramatical que, sabidamente, desempenha a mesma função gramatical.

Os procedimentos metodológicos propostos por Vitral (2006) nos dão subsídios para a identificação e descrição de um fenômeno que, supostamente, está envolvido em um processo de gramaticalização. Há outros pontos discutidos pelo autor que não foram esgotados nesta resenha. Entretanto, os critérios apresentados aqui nos dão suporte para buscar uma identificação quantitativa de nosso objeto de pesquisa.

A seguir, apresentamos a descrição dos *corpora* selecionados para a realização desta pesquisa.

3.2 Detalhamento dos *Corpora*

Para a realização desta pesquisa, seguimos uma metodologia que privilegia textos de gêneros similares entre os séculos XVIII, XX e XXI.

Foram selecionados textos de quatro gêneros em uso no período contemporâneo da língua portuguesa (séculos XX e XXI⁶¹) e quatro gêneros funcionalmente semelhantes referentes ao período moderno (segunda metade do século XVIII)⁶².

Embora saibamos que uma equivalência absoluta entre gêneros semelhantes de sincronias distintas não é observável, apresentamos, como *corpus*, quatro duplas de gêneros funcionalmente equivalentes: (i) cartas pessoais dos séculos XVIII e XX; (ii) cartas de comércio do século XVIII e e-mails comerciais do século XXI; (iii) artigos científicos do século XVIII e do século XX e (iv) cartas-denúncia do século XVIII e denúncias do século XX.

A escolha desses gêneros textuais baseou-se nos estudos empreendidos por Lobato (2009) da necessidade de rigor na seleção de textos que constituirão os *corpora* para estudos diacrônicos, especificamente para os estudos acerca de processos de gramaticalização. Para o desenvolvimento de uma metodologia, a autora aponta para a necessidade de um *corpus* que inclua gêneros variados e funcionalmente equivalentes em diferentes períodos da língua.

Segundo Lobato,

[...] quando se pesquisa gramaticalização (ou outro processo de mudança linguística), considera-se mais eficiente que se busquem amostras do maior número possível de formas de desempenho linguístico de cada época contemplada no estudo. Certamente, havendo maior variedade de gêneros, existem mais possibilidades de ambientes semânticos evidenciadores do processo. Além disso, quanto mais gêneros são utilizados em uma pesquisa, mais fiel é a imagem que se forma acerca da língua de um determinado período e, indiretamente, acerca das características sociais e culturais daquela época (LOBATO, 2009, p. 11).

Portanto, a seleção desse *corpus* (carta pessoal, denúncia, artigo científico e carta de comércio) deveu-se à comprovação de Lobato de que a escolha desses gêneros justifica-se uma vez que cada um traz características distintas de produção textual, estabelecendo

⁶¹ Referente à primeira década do século.

⁶² Nosso objetivo, nesta pesquisa, não é estudar a escolha dos gêneros textuais para a formação de uma metodologia de pesquisa. Para aprofundamento deste assunto, conferir Lobato (2009).

diferentes relações discursivas entre seus interlocutores, apresentando-se, assim, de forma variada.

Sendo assim, o *corpus* do século XVIII⁶³ é constituído de 11 cartas pessoais, 35 cartas de comércio, 02 artigos científicos e trechos da *Devassa da Inconfidência Mineira*, totalizando 32.967 palavras⁶⁴.

Para completar o *corpus*, foram selecionadas 15 cartas pessoais, 90 e-mails comerciais, 03 artigos científicos e 21 denúncias de crimes diversos, representativas do período contemporâneo, séculos XX e XXI, totalizando 33.349 palavras. Nota-se que o número total de palavras dos textos selecionados, tanto no período moderno quanto no contemporâneo, se equipara. Cada gênero apresentou uma variação de palavras de 7.500 a 8.500, como mostram os QUADROS 5 e 6.

As 11 cartas pessoais⁶⁵ do século XVIII pertencem ao Arquivo Público Mineiro e à Biblioteca Nacional e correspondem ao período de 1770 a 1790. Essas cartas constam nas coleções da Família Joaquina Bernarda e da Família Cordeiro Valadares (APM) e da coleção Morgado de Mateus (BN), totalizando 7.529 palavras.

As 15 cartas pessoais do período contemporâneo foram escritas por belo-horizontinos entre as décadas de 1950 a 1970. Essas cartas retratam experiências de familiares durante viagens a estudo e a passeio e são pertencentes ao acervo pessoal da Família Camisassa Rodrigues. Essas cartas totalizam 7.789 palavras.

As cartas pessoais desse período apresentam um alto grau de familiaridade entre os interlocutores, uma vez que se trata de correspondência entre membros de um mesmo núcleo familiar, ou seja, entre pais, filhos e irmãos. Esse alto grau de intimidade pode ser observado por meio da escolha do léxico, das expressões coloquiais e de recursos de oralidade, como mostra o excerto abaixo:

(4) Puxa, até que enfim as madames se dignaram a responder as cartas da gente (essa gente aí sou eu só, porque o resto da patota é composta de um bando de relapsos [...]). Ainda não comecei a trabalhar. Já disse isso em outra carta. E já tou de sacola cheia, com neurose de à

⁶³ Para uma investigação de textos de sincronias passadas, Barbosa (1999) propõe a pesquisa de textos em três esferas de circulação, a saber: a esfera pública, que inclui documentos oficiais da administração pública; a esfera privada, com textos redigidos por comerciantes, religiosos e pessoas jurídicas, representando, assim, determinada instituição, e a particular, que se refere à esfera doméstica em que se encontram textos destinados a familiares e amigos.

⁶⁴ Para garantir o equilíbrio dos cálculos na análise de frequência, procurou-se manter quantidades aproximadas de palavras de cada amostra de gênero textual.

⁶⁵ Segundo Pessoa (2002), a escrita de cartas entre amigos e familiares tornou-se mais comum a partir do século XVIII, entretanto, somente a partir da segunda metade do século XIX e o começo do século XX, o gênero, carta pessoal, fixou seus moldes, revelando uma linguagem mais próxima do cotidiano.

toa e tudo. [...] Aqui tá chovendo tanto, só vendo. Tá daquele jeito (é com jota, viu, Nilda?), sabe Naka, que faz sol bonito a semana inteirinha, chovendo horrores só à noite, faltando luz e tudo e, no fim-de-semana, é água pura. Neca de hípica pra menina aqui, que tá ardendo pra se queimar um pouquinho, que tá descorada que nem calça Lee. (Carta Pessoal 01, PC, grifos nossos)

As 35 cartas de comércio, escritas no século XVIII, foram selecionadas entre as várias transcritas e editadas por Barbosa (1999). Essas cartas foram produzidas no período de 1793 a 1798, nos estados da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, totalizando 8.674 palavras.

As cartas de comércio, retiradas da pesquisa de Barbosa, encontram-se na Biblioteca Nacional de Lisboa: Seção de Reservados (BNL). Segundo o autor, elas foram escritas por portugueses que viviam no Brasil e enviadas à Metrópole, mais especificamente a Antônio Esteves Costa, rico comerciante português radicado no Brasil.

Os 90 e-mails comerciais, referentes ao período contemporâneo, equiparam-se às cartas de comércio do período moderno. Todos os e-mails foram produzidos por funcionários de empresas estabelecidas na capital mineira no período de 2002 a 2008. Esses e-mails totalizaram 8.446 palavras. A linguagem observada nos e-mails comerciais é de cunho mais formal, uma vez que a troca de mensagens se dá entre interlocutores que não se conhecem ou se conhecem pouco. Os excertos (5) e (6) dão-nos um claro exemplo de como se constrói a linguagem entre os interlocutores nos e-mails comerciais:

(5) Prezado NP⁶⁶,

Estamos enviando uma sugestão de artigo para o presidente, a ser enviado para um dos jornais locais, e gostaríamos que o senhor fizesse a apreciação para aprovação.

Atenciosamente, NP. (E-mail Comercial 07, PC)

(6) Boa tarde,

Solicito, por gentileza, a relação de lojas (e contatos) no Barro Preto que tenham pelo menos 40 anos de fundação. Sou jornalista e presto serviço para a Empresa XR [...]. Faço matérias factuais [...] e também de memória, que contam a história de lojas tradicionais em Belo Horizonte. Agradeço desde já, NP. (E-mail Comercial 16, PC)

Vale ressaltar que o gênero e-mail comercial apresenta características distintas das cartas de comércio do período moderno, embora apresentem funções semelhantes. Nos e-

⁶⁶ Nome Próprio.

mails comerciais, encontramos textos de curta extensão, sucintos e diretos, cujo objetivo principal centra-se na dinamicidade da comunicação.

Quanto ao período contemporâneo, foram analisadas 21 denúncias de crimes diversos, coletadas na Secretaria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, totalizando 8.650 palavras. Essas denúncias correspondem ao período de 1999 a 2008, abrangendo comarcas tanto da capital quanto do interior de Minas Gerais.

Equivalentes às denúncias do período contemporâneo, serão analisados trechos da *Devassa da Inconfidência Mineira*, referentes ao século XVIII. Dentre esses trechos, encontram-se o “Auto de corpo de delito”, parte introdutória, a “Portaria do Governador Visconde de Barbacena” e 6 Cartas-denúncia, perfazendo um total de 7.796 palavras.

A devassa era o nome dado a um processo judicial, de natureza criminal, estabelecido nas Ordenações do Reino. Ao contrário dos processos criminais instaurados hoje, por intermédio de Ministérios Públicos, o indiciado, na época do estabelecimento da coroa portuguesa no Brasil, não tinha nenhum direito à defesa. Uma vez instaurado o processo, havia regras bem claras já estabelecidas e a sentença final era sempre dada por um juiz ou pelo tribunal.

Tendo em vista que a Inconfidência Mineira⁶⁷ foi o primeiro movimento separatista a manifestar com clareza a intenção da colônia de romper suas relações com a metrópole, foram instauradas duas devassas, a saber, uma em Ouro Preto e outra no estado do Rio de Janeiro. A *Devassa de Minas* foi enviada ao Rio de Janeiro e anexada a esta. Vale lembrar que esse processo vigorou no Brasil até a promulgação do *Código Criminal do Império*. Grande parte dos volumes dos *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira* encontra-se sob a guarda da Biblioteca Nacional (BN-RJ) no Rio de Janeiro.

Assim como nos e-mails comerciais, encontramos nas denúncias, referentes ao período contemporâneo, um conteúdo muito mais objetivo e impessoal do que se verifica nas cartas-denúncia pesquisadas na *Devassa da Inconfidência Mineira*. Os textos jurídicos, utilizados nessa pesquisa, cumprem de forma mais direta o papel sociocomunicativo de acionar a autoridade judiciária a fim de que sejam tomadas as medidas cabíveis para cada denúncia efetivada pelo Ministério Público.

⁶⁷ A importância da Inconfidência Mineira reside no fato de este movimento exprimir a decadência da política colonial de Portugal e, ao mesmo tempo, de manifestar o desejo de liberdade da elite cultural do país, influenciada pelo movimento Iluminista francês e pela independência das 13 colônias inglesas na América do Norte que, apoiadas nas ideias iluministas, não só romperam com a metrópole como também criaram uma nação soberana, republicana e federativa.

O quarto e último gênero textual selecionado para compor esta pesquisa é o artigo científico. Para o período moderno (século XVIII) foram coletados 02 artigos científicos. O primeiro intitulado “Memoria⁶⁸ sobre a Plantação dos Algodões”, de José de Sá Betencourt, e o segundo intitulado “Memoria sobre a Cultura da Urumbeba”, de José Marianno da Conceição Velloso, datados de 1798 e 1799, respectivamente. Esses dois artigos totalizam 8.968 palavras.

Os artigos científicos do século XVIII são oferecidos ao Príncipe do Brasil, como mostrado no excerto abaixo:

(7)

SENHOR,

Eu tenho a honra de apresentar a Vossa Alteza Real o breve resumo das minhas poucas observações sobre a plantação dos Algodões, sua exportação; e também das causas da decadência da lavoura de mandiocas no termo da Villa de Camamú [...]. José de Sá Betencourt. (Artigo Científico 01, PM)

Para o período contemporâneo, foram selecionados 03 artigos⁶⁹ da área de Botânica, intitulados (i) “Manejo prático da Cochonilha Ortézia em pomares de citros”; (ii) “Utilização de fungos entomopatogênicos para o controle de *Orthesia Praelonga*” e (iii) “Leptose dos citrus: biologia e diagnóstico do vírus”. Esses artigos encontram-se publicados no periódico *Laranja*, da cidade de Cordeirópolis, São Paulo, e totalizam 8.464 palavras.

Ao contrário dos textos científicos produzidos no período moderno, as produções científicas contemporâneas se respaldam na intertextualidade como instrumento para o embasamento teórico, a legitimação e a comprovação de hipóteses a serem investigadas, apresentando uma linguagem bastante simples e direta, com destaque para o léxico com características bastante específicas da área, ou seja, de cunho técnico. Situação essa bastante distinta dos textos científicos produzidos no século XVIII, em que há, muitas vezes, a visão impressionista e subjetiva do pesquisador, sendo predominantemente descritivos e expositivos.

Para melhor visualização do *corpus* selecionado, apresentamos, a seguir, os QUADROS 5 e 6 com o detalhamento e a descrição dos textos.

⁶⁸ Lobato (2009) lembra-nos de que no século XVIII os textos não recebiam o rótulo de “artigos científicos”, e sim de “memórias”.

⁶⁹ Embora tenham sido selecionados 3 artigos científicos para o período contemporâneo e 2 artigos referentes ao século XVIII, observamos que o total de palavras se aproxima bastante, com 8.464 para o período contemporâneo e 8.968 para o período moderno.

Quadro 5
Caracterização do *corpus* – período moderno

Código	Corpus	Descrição	Gênero	Datação	Nº Palavras
CP	Cartas Pessoais	11 cartas pertencentes ao Arquivo Público Mineiro (APM) e à Biblioteca Nacional (BN).	Carta	1770 a 1790	7.529
CC	Cartas de Comércio	35 Cartas escritas nos estados da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco.	Carta	1793 a 1798	8.674
AC	Artigos Científicos	Artigo 1: “Memoria sobre a plantação dos algodões”, de José Sá Betencourt. Artigo 2: “Memoria sobre a cultura da Urumbeba”, de José Marianno da Conceição Velloso.	Artigo	1798 e 1799	8.968
CD	Cartas-Denúncia	Trechos da Devassa da Inconfidência Mineira: “Auto de corpo de delito”, “Portaria do Governador Visconde de Barbacena” e 6 cartas-denúncia.	Carta	1789	7.796

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 6
Caracterização do *corpus* – período contemporâneo

Código	Corpus	Descrição	Gênero	Datação	Nº Palavras
CP	Cartas Pessoais	15 Cartas Pessoais escritas por belo-horizontinos.	Carta	1950 a 1970	7.789
EC	E-mails Comerciais	90 e-mails comerciais escritos por funcionários de empresas de Belo Horizonte.	Carta	2002 a 2008	8.446
AC	Artigos Científicos	Artigo 1: “Manejo prático da Cochonilha Ortézia em pomares de citros”. Artigo 2: “Utilização de fungos entomopatogênicos para o controle de <i>Orthesia praelonga</i> ”. Artigo 3: “Leprose dos citrus: biologia e diagnóstico do vírus”.	Artigo	2004 e 2005	8.464
D	Denúncias	21 denúncias de crimes diversos, coletadas na Secretaria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.	Carta	1999 a 2008	8.650

Fonte: Elaborado pela autora.

Buscando possíveis explicações para os usos das perífrases verbais de futuro e verificando como se comportou a formação dessas perífrases ao longo da história da língua portuguesa, achamos pertinente analisarmos *corpus* de língua falada, a fim de permitir uma análise mais detalhada dos usos dessas perífrases nas modalidades escrita e oral da língua. Como não existem registros de língua falada no século XVIII, foi possível selecionarmos apenas textos de língua oral do período contemporâneo. Para isso, selecionamos 09 entrevistas pertencentes ao Projeto Mineirês⁷⁰, totalizando 34.399 palavras.

Quadro 7
Caracterização do *corpus* – entrevistas

Código	Corpus	Descrição	Gênero	Datação	Nº Palavras
PMBH	Transcrições de Belo Horizonte	Projeto Mineirês	Entrevista	2006 a 2008	34.399

Fonte: Elaborado pela autora.

Uma vez feita a seleção dos gêneros textuais e a contagem de palavras em cada texto, nosso próximo passo foi identificar as ocorrências verbais de futuro em cada texto de cada período. Buscamos, assim, estabelecer quais são as expressões de futuro empregadas tanto no período moderno quanto no contemporâneo. Seguindo a metodologia proposta, analisaremos, em um primeiro momento, as ocorrências do verbo *ir* como item lexical e gramatical; em um segundo momento, faremos um levantamento das formas sintéticas e analíticas de futuro e, por último, analisaremos as ocorrências dos verbos modais *poder* e *dever*. Apresentamos, na introdução do capítulo 4, um detalhamento das formas de futuro estudadas nesta pesquisa e o porquê da escolha dessas formas.

⁷⁰ O Projeto Mineirês - a Construção de um dialeto: o mineirês belo-horizontino – coordenado pela Prof^a Dr^a Jânia Ramos, é desenvolvido por pesquisadores da UFMG, visando o estudo do dialeto falado em Belo Horizonte, contrapondo-o ao dialeto de dois dos mais antigos núcleos populacionais de Minas Gerais, Ouro Preto e Mariana. Dentre os objetivos deste projeto estão o de identificar e o de descrever as especificidades do dialeto belo-horizontino contemporâneo, buscando explicar essas especificidades com base em dados sociohistóricos por meio da realização de entrevistas sociolinguísticas, representativas do dialeto mineiro (www.lettras.ufmg.br/mineires).

4 CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DOS DADOS

Estudos empreendidos por Fleischman (1982) mostram que a expressão da futuridade não se restringe às formas do tempo verbal futuro. Além do presente futuro (*praesens pro futuro*, do latim), as línguas românicas possuem formas perifrásticas que também denotam futuridade, visto que se utilizam do presente do indicativo para expressar esse tempo verbal. Em português, a expressão de futuridade pode se realizar por meio do futuro do presente, futuro do pretérito, futuro do subjuntivo; presente futuro e formas perifrásticas: *ir* (presente do indicativo) + infinitivo; *ir* (futuro do presente) + infinitivo; *estar para* + infinitivo; *haver de* + infinitivo e pelos auxiliares modais, oriundos do latim falado, que permaneceram nas línguas românicas como *ter de/ter que*; *poder*; *dever* e *querer* + infinitivo⁷¹, como em:

- (1) Será que toda essa confusão é consequência do movimento e da aproximação do Halley? (Carta Pessoal 04, PC, grifo nosso); (futuro do presente).
- (2) Dando continuidade à nossa conversa ao telefone, gostaríamos de fazer uma matéria sobre a Casa de Cultura. (E-mail Comercial 50, PC, grifo nosso); (futuro do pretérito).
- (3) Talvez eu vá a SP, sábado próximo, ver o observatório de SP. (Carta Pessoal 11, PC, grifo nosso); (futuro do subjuntivo).
- (4) Quanto ao Super Minas, não vou amanhã, pois o evento lá começa sempre às 14h [...]. (E-mail Comercial 08, PC, grifo nosso); (presente futuro).
- (5) Vamos enviar um repórter para a cobertura coletiva na fábrica [...]. (E-mail Comercial 75, PC, grifo nosso); (*ir* + infinitivo).
- (6) O “Blackout Period” não influencia a tua edição, porque a revista só irá circular em agosto. (E-mail Comercial 86, PC, grifo nosso); (*ir* no futuro do presente + infinitivo).
- (7) Não há dúvida que os Capitães não andarão muito bem, mas elle sempre há de procurar algum effugio. (Carta de Comércio 04, PM, grifo nosso); (*haver de* + infinitivo).
- (8) [...] tão proporcionano maior contato pra gente igual prática de saúde coletiva que a gente tem que realizar um trabalho com uma escola de periferia [...]. (Entrevista 02, PC, grifo nosso) (*ter que* + infinitivo).
- (9) Temos de fazer um calendário mensal, isto é, um evento em cada mês, sem falha. (E-mail Comercial 15, PC, grifo nosso) (*ter de* + infinitivo).

⁷¹ Em português, assim como em outras línguas românicas, o futuro também pode ser expresso por meio de advérbios (FLEISCHMAN, 1982).

- (10) [...] o constante uso de defensivos agrícolas contra a ortézia pode resultar em surto de outras espécies de cochonilhas desprovidas de carapaça. (Artigo Científico 01, PC, grifo nosso) (*poder* + infinitivo).
- (11) [...] o senhor Hermes vai retirar a carteira renovada, a qual deve ficar pronta por volta do fim deste mês. (Carta Pessoal 06, PC, grifo nosso) (*dever* + infinitivo).
- (12) Hoje é um daqueles dias que eu estou estressada pelo simples fato de sentir que tô querendo gripar e principalmente por ter uma afta na minha boca me incomodando muito [...] (LOBATO, 2009, p. 89, grifo nosso)⁷² (*querer* + infinitivo).
- (13) Estou para fazer o serviço. (SILVA, 2002, p. 80, grifo nosso) (*estar para* + infinitivo).

Considerando os estudos de Fleischman (1982), optamos por estudar as formas sintéticas de futuro (futuro do presente), as perífrases com *ir* + infinitivo e as formas futurizadas com os verbos *poder* e *dever*⁷³. Foram várias as razões que nos levaram a não escolher as demais formas de demarcação de tempo futuro para a realização de nossa pesquisa. As formas de presente futuro, *ir* (futuro do presente) + infinitivo⁷⁴, *haver de* + infinitivo⁷⁵, *ter que* + infinitivo⁷⁶ e *ter de* + infinitivo⁷⁷ foram encontradas, no *corpus*, em número bastante reduzido, portanto, pouco significativo para uma análise quantitativa dos dados. Não foi computada nenhuma ocorrência de *estar para* + infinitivo nos períodos pesquisados. Optamos, também, por não estudar o futuro do pretérito, também denominado futuro condicional, nem o futuro do subjuntivo, por estarem esses dois tempos verbais ligados muito mais à noção de condicionalidade do que à ideia propriamente de futuro (FLEISCHMAN, 1982).

Por último, na análise dos verbos modais, *poder*, *dever* e *querer*, somente o verbo *querer* não apresentou ocorrência de futuro, na acepção de possibilidade, portanto optamos por excluir esse verbo e trabalhar com *dever* e *poder* nos quatro gêneros textuais pesquisados.

Para efetivarmos a análise quantitativa dos dados, de acordo com o que é proposto por Vianna (2000) e Vitral (2006), foram realizadas três etapas para o estudo das formas de

⁷² Não foram encontradas, no *corpus*, ocorrências do verbo *querer* na acepção de probabilidade, ou seja, indicando um fato iminente.

⁷³ Estudos mostram que as perífrases formadas por verbos modais + infinitivo, além de expressar futuridade, também deixam transparecer a atitude do falante em relação ao conteúdo proposicional de seu enunciado, podendo expressar iminência, intenção, desejo, determinação etc. (PALMER, 1986; GIVÓN, 1995). Cf. Capítulo 1.

⁷⁴ Foram encontradas apenas duas ocorrências de *ir* (futuro do presente) + infinitivo em todo o *corpus*.

⁷⁵ Foram encontradas somente três ocorrências de *haver de* + infinitivo no *corpus*, todas no período moderno.

⁷⁶ As ocorrências de *ter que* + infinitivo totalizaram oito no período contemporâneo.

⁷⁷ Registramos apenas duas ocorrências de *ter de* + infinitivo em todo o *corpus*, todas no período contemporâneo.

futuro. Na seção 4.1 e suas subseções, mostramos o processo de gramaticalização pelo qual o verbo *ir* vem passando, inicialmente com noção espacial (*Vou ao Rio, Fui ao cinema*), até chegar a uma forma mais gramaticalizada para expressar tempo futuro (*Vou viajar*). A seção 4.2 e suas subseções, referem-se à investigação da frequência de uso das formas sintéticas (*Sairei, Ficarei*) em comparação à frequência de uso das formas analíticas de futuro (*Vou sair, Vou ficar*). Por último, na seção 4.3 e suas subseções, apresentamos os dados referentes aos verbos modais *poder* e *dever* seguidos de infinitivo, na formação de perífrases indicativas de futuridade. Vale lembrar que essas três etapas contemplam os dois recortes temporais selecionados para esta pesquisa e as duas modalidades de língua, a escrita e a oral.

A análise dos dados, referente ao verbo *ir* nos textos de língua escrita, apresenta-se em três partes. Na seção 4.1, apresentamos a análise da frequência das formas lexicais e gramaticais do verbo *ir* nos textos do período moderno e, posteriormente, nos textos do período contemporâneo. Na subseção 4.1.2, é apresentada a análise comparativa dessas frequências, ou seja, o modo como se comportou, diacronicamente, a frequência das formas lexicais e gramaticais desse verbo. Em seguida, na subseção 4.1.3, apresentamos a análise comparativa das frequências totais, ou seja, a análise estatística dos dados.

Como optamos pela análise de *corpus* de língua oral, referente ao período contemporâneo, na subseção 4.1.4, apresentamos a análise da frequência das formas lexicais e gramaticais de *ir* nos textos de língua falada. Vale ressaltar que, nos textos orais, não efetuamos uma análise comparativa das frequências, pois esses textos referem-se apenas ao período contemporâneo, uma vez que não há, obviamente, *corpus* de língua falada no século XVIII (período moderno). Finalizando essa última etapa, apresentamos, na subseção 4.1.5, a análise comparativa das frequências totais nos textos de língua escrita e oral.

Feita a análise quantitativa do verbo *ir*, e após verificarmos a trajetória de gramaticalização desse verbo, partimos para um segundo estágio, que consiste na análise da frequência das formas de futuro nas duas sincronias pesquisadas. Para se realizar essa análise, foram computadas as formas de futuro sintético (*ficarei, estarei*), assim como as formas de futuro analítico, formadas com *ir* + infinitivo (*vou sair, vou ficar*). O levantamento dos dados permitiu-nos observar como vêm ocorrendo, ao longo dos dois períodos, os usos das formas sintéticas e perifrásticas marcadoras de futuro, tanto nos textos de língua escrita, dos séculos XVIII, XX e XXI, quanto nos textos de língua oral, do século XXI. Na seção 4.2, apresentamos a análise da frequência das formas sintéticas e analíticas de futuro nos textos de língua escrita, tanto no período moderno quanto no contemporâneo. Em seguida, na subseção 4.2.1, efetuamos uma análise comparativa dessas frequências, nos dois recortes temporais. Na

subseção 4.2.2, foi efetuada a análise estatística dos dados encontrados, ou seja, a análise comparativa das frequências totais. Apresentamos, na subseção 4.2.3, os dados referentes aos textos de língua oral do período contemporâneo, em comparação aos dados encontrados nos textos de língua escrita do mesmo período. Por último, na subseção 4.2.4, efetivamos a análise comparativa das frequências totais nos textos de língua escrita e oral.

A análise quantitativa dos verbos modais *poder* e *dever* apresenta-se em duas etapas. A primeira, localizada na subseção 4.3.1, refere-se ao levantamento dos usos do verbo *poder* em suas três acepções, *poder*₁, referindo-se à habilidade física ou mental e à possibilidade radical, *poder*₂, na acepção de permissão, ordem fraca e cumprimento de requisitos e *poder*₃, na acepção de possibilidade ou necessidade. A segunda etapa, subseção 4.3.2, consiste na análise do verbo *dever* como obrigação forte/fraca, *dever*₁, e como probabilidade, *dever*₂. Essa segmentação dos verbos modais nas diversas acepções apresentadas por eles fez-se necessária para que pudéssemos identificar os casos em que esses verbos funcionavam como auxiliares de perífrases de futuro, ou seja, quando indicavam possibilidade/probabilidade, como são os casos de *poder*₃ e *dever*₂. Ressaltamos, ainda, que essa segmentação dos verbos modais permitiu-nos, também, verificar a trajetória de gramaticalização desses verbos. Lembramos que foi realizado o mesmo levantamento nos textos de língua oral.

Para a realização das análises supracitadas, foram totalizadas trinta e duas mil, novecentas e sessenta e sete palavras (32.967) no período moderno (PM), trinta e três mil, trezentas e quarenta e nove palavras (33.349) no período contemporâneo (PC), e trinta e quatro mil, trezentas e noventa e nove palavras (34.399) na constituição do *corpus* de língua oral.

4.1 Análise da frequência das formas lexicais e gramaticais do verbo *ir* nos textos de LE

Na TAB. 1, apresentamos os dados obtidos com a análise da frequência do verbo *ir*, na sua forma lexical e gramatical, nos textos de língua escrita, referentes ao PM.

Tabela 1
 Frequência do verbo *ir* nos textos de língua escrita – PM

Texto	Total de palavras por texto	Formas lexicais		Formas gramaticais		Total da frequência das formas	
		Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência	%
CD	7.796	16	72.73	06	27.27	22	100
CC	8.674	37	94.87	02	5.13	39	100
AC	8.968	03	50	03	50	06	100
CP	7.529	18	75	06	25	24	100
Total	32.967	74	81.32	17	18.68	91	100
Geral							

Fonte: Elaborada pela autora.

Na análise da TAB. 1, observamos que a frequência total da forma lexical do verbo *ir*, 81.32 pontos percentuais, é significativamente maior do que a ocorrência do mesmo verbo na sua forma gramatical, com 18.68 pontos percentuais. Esses dados permitem-nos inferir que, no século XVIII, é ainda predominante o uso das formas lexicais do verbo, sinalizando que o processo de gramaticalização de *ir* ainda está em curso.

Estudos empreendidos por Coelho (2006, p. 137) atestam que, no período arcaico, a gramaticalização de *ir* já não se encontrava em estágio inicial, o que sugere, segundo a autora, que o processo de gramaticalização desse verbo iniciou-se em período anterior, ou seja, quando era falado o galego-português, o romance ou mesmo o latim. Segundo Menon (2008, p.42), a gramaticalização de *ir* como auxiliar é muito antiga na língua. Encontramos, por exemplo, no *Orto do Esposo* (OE), século XIV, uma prova disso, pois, nesse texto, *ir* ocorre como auxiliar de *ir*, como mostra o exemplo abaixo.

(14) [...] e o seu primeiro filho he aquelle que esta e peccado e conpanhia de maos, per que se uay hindo de mal e pior. E, como quer que elle esto vee, mais escolhe de sse queymar co fogo de peccado que se partir da maa companhia. (OE, p. 351, grifo nosso)

Estudando a trajetória do verbo *ir* a partir de textos literários medievais, Lima (2001) atesta que as primeiras ocorrências de *ir* + infinitivo são encontradas no século XIII com valor de “tempo posterior”, embora ainda não tivesse o valor real de tempo futuro, ou seja, a intenção de se projetar uma ação a ser realizada em um tempo futuro, como em (15).

Segundo o autor, somente no século XIV teve início o processo de gramaticalização do verbo, em que *ir* torna-se mais gramatical, funcionando, portanto, como morfema temporal, como em (16).

(15) Levantou-s' a velida, /levantou-s alva/ e vai lavar camisas/ eno alto:/vai-las lavar alva. (*Cantigas de amigo de D. Dinis*, Século XIII, *apud* Lima, 2001, grifos do autor)

(16) E há em ella muytos ryos, dos quais o primeiro he o Ebro que vay entrar ê no mar terreno. (*Crônica Geral de Espanha*, Século XIV, *apud* Lima, 2001, grifo do autor)

Segundo Lima, no caso específico da gramaticalização de *ir*, há três “traços comunicativos” fundamentais: (i) os traços semânticos de movimento e (ii) intenção, veiculados pelo significado de *ir*, assim como (iii) o traço futuro, que pode ser inferido, pragmaticamente, a partir da presença simultânea de *ir* e da oração que exprime o objeto dessa ação (no sentido da finalidade) no mesmo contexto, como descrito pelo autor.

[...] a história do futuro com *ir*, em português, pode ser encarada como o processo pelo qual a construção *ir* + infinitivo [...] sofre a demção gradual dos dois traços semânticos até o seu desaparecimento, acompanhada de progressiva promoção do traço ‘futuro’ à categoria do traço semântico, o que leva a crer que, no português atual, seja possível encontrar apenas *ir* como auxiliar de futuro na construção *ir* + infinitivo (LIMA, 2001, p.125).

Segundo o autor, a gramaticalização de *ir* aponta, por um lado, para uma clara “modificação semântica”, e, por outro, para o fenômeno sintático de reparentetização (*rebracketing*), o que significa que a construção inicial do tipo X + *ir* + [verbo infinitivo +...] toma a forma de X + [*ir* + verbo infinitivo], na qual a construção *ir* + infinitivo não apresenta, ainda, coesão sintagmática (*bondedness*), uma vez que, entre a forma finita de *ir* e o verbo no infinitivo, podemos intercalar, com algumas restrições, elementos fráscicos como os advérbios, os pronomes etc., como mostram os excertos (17) e (18), referentes aos períodos moderno e contemporâneo.

(17) Por tanto hiremos sómente apontar as espécies, cujo conhecimento he mais interessante em razão da sua relação com a cochonilha. (Artigo Científico 02, PM, grifo nosso)

(18) [...] a vacina é de graça no posto e os alunos não, não vão lá tomar [...]. (Entrevista 02, PC, grifo nosso)

Na sequência da modificação semântica e da reparentetização, surge um terceiro fenômeno, característico do processo de gramaticalização de *ir*, a subjetivação. Esse fenômeno significa que, no princípio do processo, o verbo remete para o movimento, e, no fim do processo, o mesmo verbo serve, semanticamente, para localizar o estado de coisas em um eixo temporal, em função do sujeito da enunciação (LIMA, 2001, p. 41).

Outros estudos, de natureza sincrônica, realizados acerca da gramaticalização do verbo *ir* (ALMEIDA, 1980; FONSECA, 2010; SILVA, 2002), também atestam que esse verbo sofreu um “esvaziamento de traços” do seu significado inicial de deslocamento, sendo recategorizado como verbo auxiliar, quando seguido de um verbo principal, exprimindo a noção de futuridade. Para Silva (2002), embora haja esvaziamento semântico do verbo, é o significado de movimento, remanescente em *ir*, que dá à perífrase verbal o valor de posterioridade. Ressaltamos que esse valor de movimento, transmitido metaforicamente à forma mais gramaticalizada, é o de um movimento temporal, mais abstrato, portanto, do que o sentido de movimento espacial da forma fonte.

Retomando nossa análise, dentre os quatro gêneros textuais pesquisados, apenas nos artigos científicos (AC) encontramos um equilíbrio entre o uso das formas lexicais e gramaticais, com 50 pontos percentuais para cada forma. Nos demais gêneros, cartas-denúncia (CD), cartas de comércio (CC) e cartas pessoais (CP), o uso das formas lexicais é superior ao das formas gramaticais, com índices superiores a 70%.

São as cartas de comércio (CC) as que apresentam um percentual mais significativo para o uso das formas lexicais, com 94.87%, em comparação ao uso das formas gramaticais, com apenas 5.13%. Para as cartas pessoais (CP), o percentual de uso das formas lexicais é também muito significativo, com 75%, em comparação ao uso das formas gramaticais, com 25%.

Os excertos (19) e (20) ilustram as formas lexicais e gramaticais do verbo *ir*, encontradas no PM.

(19) [...] cada hum anno emtrão neste Rio de Janeyro, oito, dez, e doze milhons, e para a Bahia vay muyto mas; a serteza desta rezam se pode lá aberiguar [...] (Carta de Comércio 05, PM, grifo nosso); (forma lexical).

(20) Pela denuncia incluza, não pense Vossa Senhoria que em mim he huã total materialidade porque com efeito, eu penso ser tudo hu'a asneiras mas unicamente vou a salvarme, em data a Vossa Senhoria assim como amim maderão [...] (Carta Pessoal 07, PM, grifo nosso); (forma gramatical).

O GRAF. 1 ilustra as frequências lexical e gramatical de *ir* nos textos de língua escrita, no PM, de acordo com o que é apresentado na TAB. 1.

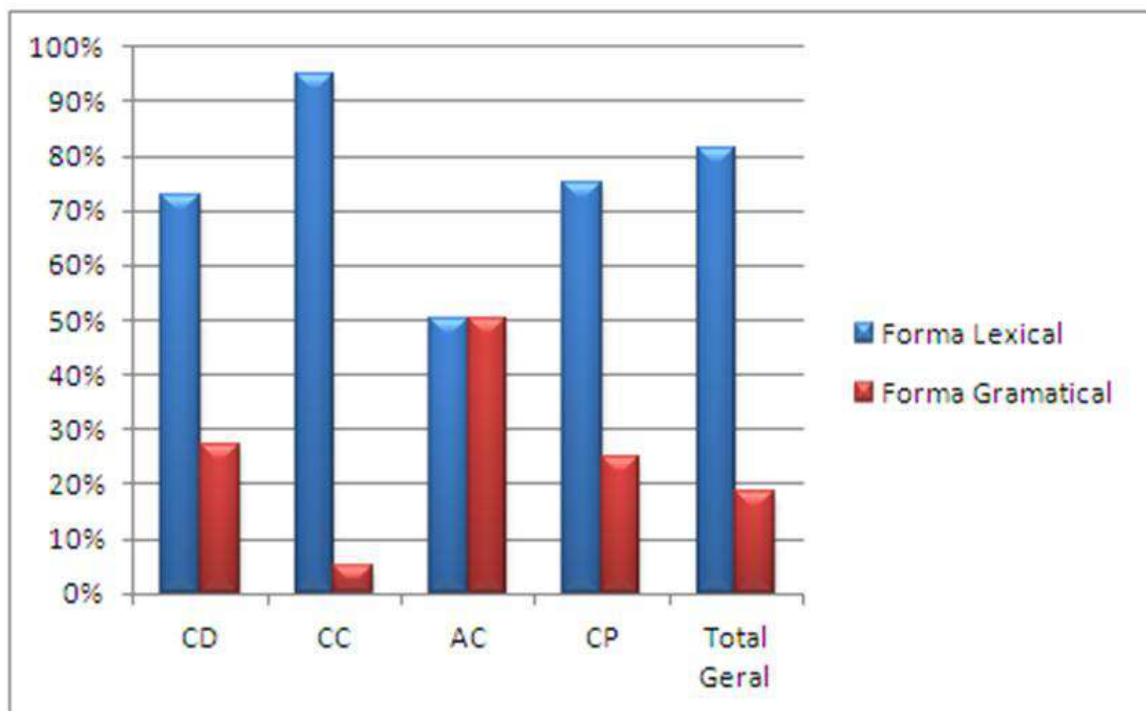


Gráfico 1 – Frequência do verbo *ir* nos textos de língua escrita – PM

Fonte: Elaborado pela autora.

A seguir, na TAB. 2, apresentamos as frequências lexical e gramatical do verbo *ir* no PC.

Tabela 2
Frequência do verbo *ir* nos textos de língua escrita – PC

Texto	Total de palavras por texto	Formas lexicais		Formas gramaticais		Total da frequência das formas	
		Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência	%
D	8.650	---	---	01	100	01	100
EC	8.446	02	18.18	09	81.82	11	100
AC	8.464	---	---	---	---	---	100
CP	7.789	19	38	31	62	50	100
Total	33.349	21	33.87	41	66.13	62	100
Geral							

Fonte: Elaborada pela autora.

Os dados da TAB. 2 mostram-nos um quadro bastante distinto do da TAB. 1. No período contemporâneo, ao contrário do moderno, há predominância de uso das formas gramaticais de *ir*, com 66.13% de frequência, em comparação aos 33.87% para as formas lexicais. O gênero artigo científico (AC) foi o único que não apresentou ocorrência de uso das formas lexicais e gramaticais. Nos demais gêneros, no entanto, observamos a predominância de uso das formas gramaticais, com 100% de frequência nas denúncias (D), 81.82% nos e-mails comerciais (EC) e 62% nas cartas pessoais (CP). O que os números da TAB. 2 nos mostram é que a frequência de *ir*, como marcador temporal (forma gramatical), é mais significativa do que a de *ir* como marcador espacial (forma lexical), ou seja, o verbo é empregado mais na função de auxiliar do que na função de verbo pleno, observando-se, portanto, a expansão dos usos gramaticais de *ir*.

Embora a frequência de *ir*, no gênero artigo científico (AC), tenha sido nula, os dados encontrados, no PC, permitiram-nos identificar o processo de expansão pelo qual o verbo vem passando. Acreditamos que a ausência de formas lexicais e gramaticais de *ir*, nos textos científicos (AC), deveu-se às características do próprio gênero textual. Como veremos

mais adiante, destacaram-se, nesse gênero, os usos dos verbos modais para marcar futuramente, principalmente com o verbo *poder*.

Os excertos (21) e (22) ilustram as formas lexicais e gramaticais de *ir* encontradas nos textos escritos no PC.

(21) As coisas estão caminhando direitinho, apesar de todos os pesares. Domingo fui à hípica com a Larri, mas o besta do sol não quis aparecer. (Forma Lexical) (Carta Pessoal 03, PC, grifo nosso)

(22) Na próxima edição, vamos publicar uma matéria mostrando um Raio-X do Grupo NP [...]. (Forma Gramatical) (E-mail Comercial 55, PC, grifo nosso)

Gryner (1997), ao pesquisar a trajetória de gramaticalização do verbo *ir*, constatou que, no português atual, convivem três estágios do verbo: (i) em alguns contextos, *ir* codifica movimento no tempo e no espaço, funcionando como verbo pleno; (ii) em outros, o verbo funciona como um auxiliar modal, indicando uma atitude intencional⁷⁸ (modalidade epistêmica) e, em outros, (iii) funciona como um auxiliar temporal para expressar eventos que se realizam no futuro, acarretando o desaparecimento gradual da forma *-rei*⁷⁹. Segundo a autora, quando *ir* é usado em locução denotativa de futuro, ele apresenta uma conotação modal de intenção do sujeito, podendo funcionar como auxiliar modal assim como *ter que*, *precisar*, *dever* e *poder*.⁸⁰

O GRAF. 2 ilustra as frequências lexical e gramatical de *ir* nos textos de língua escrita, no PC, de acordo com o que é mostrado na TAB. 2.

⁷⁸ Alguns estudiosos do tempo futuro, entre eles Ultan (1978), Fleischman (1982) e Bybee *et al.* (1994) afirmam unanimemente que a intenção é um aspecto importante para indicar predição, futuramente.

⁷⁹ Posteriormente, na seção 4.2, falaremos da gradual substituição de *-rei* na marcação de tempo futuro pela perífrase *ir* + infinitivo.

⁸⁰ A autora ressalta que os estágios (ii) e (iii) podem coexistir em uma mesma perífrase.

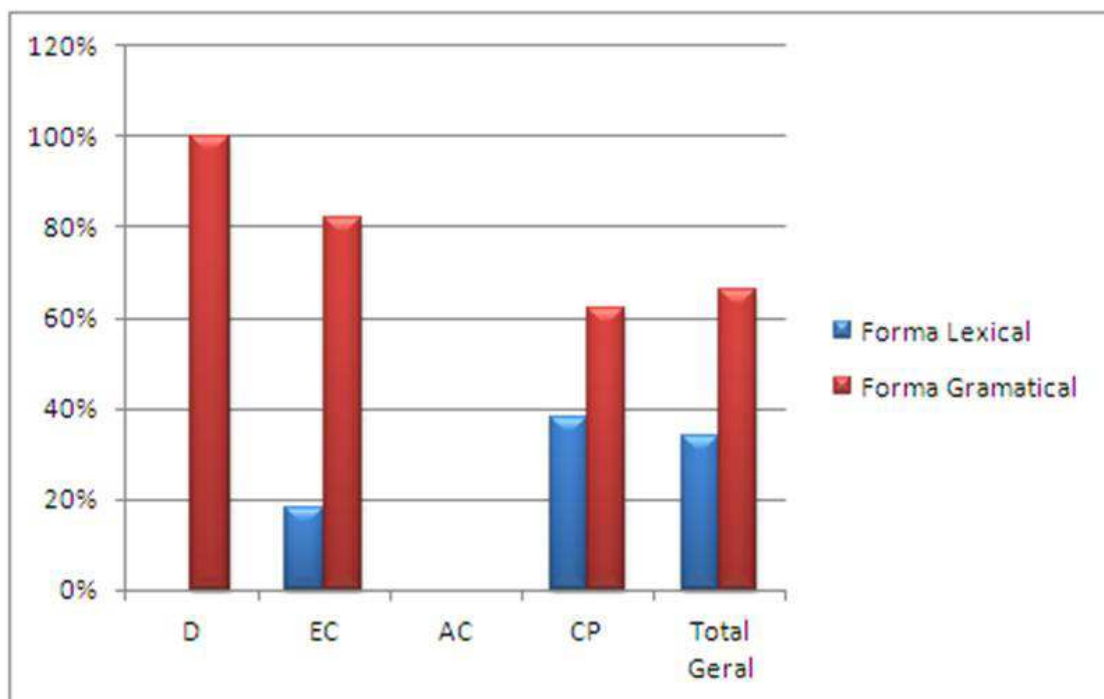


Gráfico 2 – Frequência do verbo *ir* nos textos de língua escrita – PC

Fonte: Elaborado pela autora.

4.1.1 Análise comparativa das frequências lexicais e gramaticais do verbo *ir*

Após efetuarmos a análise da frequência das formas lexicais e gramaticais do verbo *ir* nos períodos moderno e contemporâneo, procedemos, nesta seção, a um estudo comparativo dessas frequências, a fim de visualizarmos, com maior precisão, a evolução do processo de gramaticalização pelo qual esse verbo está sendo submetido.

Os GRAF. 3 e 4 apresentam, respectivamente, as frequências lexicais e gramaticais de *ir* nos textos de língua escrita.

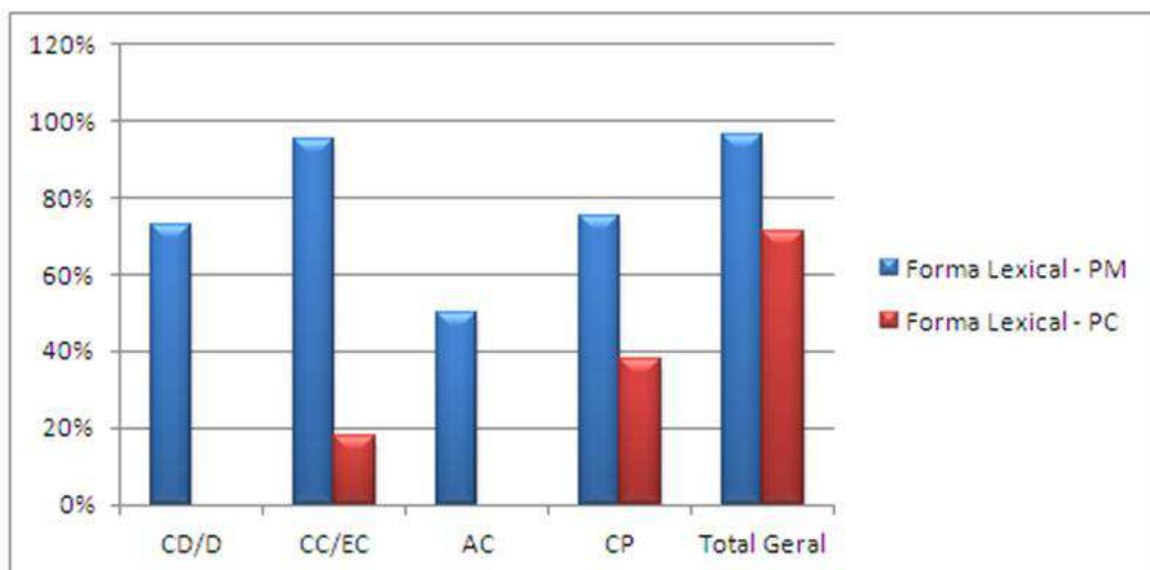


Gráfico 3 – Frequência diacrônica das formas lexicais do verbo *ir* nos textos de língua escrita

Fonte: Elaborado pela autora.

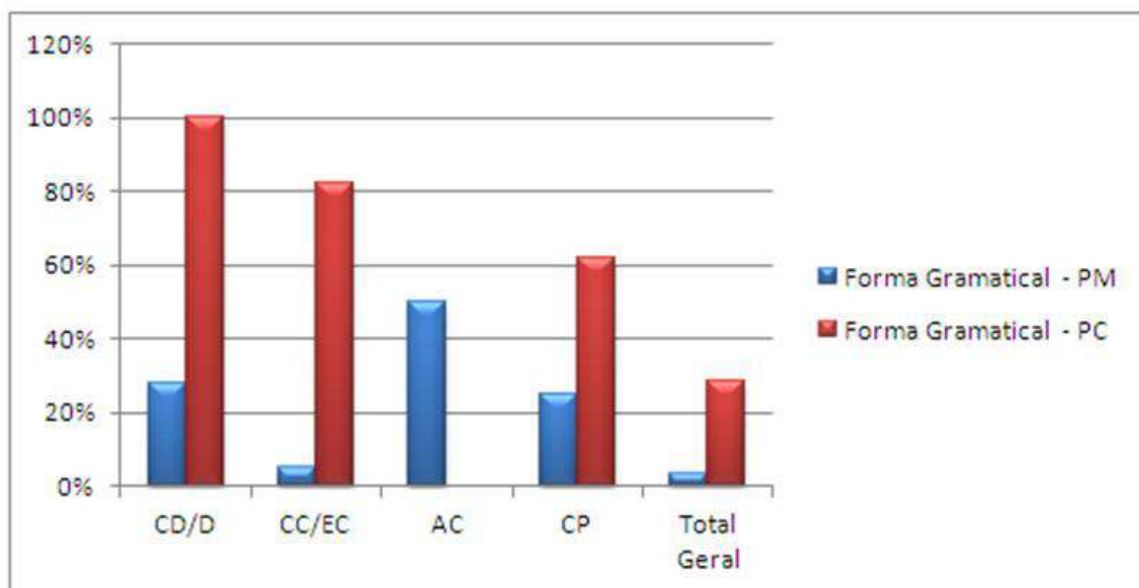


Gráfico 4 – Frequência diacrônica das formas gramaticais do verbo *ir* nos textos de LE

Fonte: Elaborado pela autora.

A análise dos GRAF. 3 e 4 mostra-nos que há significativa redução dos usos das formas lexicais de *ir* na passagem do PM para o PC. E que há, concomitantemente, aumento dos usos das formas gramaticais do verbo no PC. Os dados apresentados mostram-nos que a

trajetória de *ir* está em conformidade com o que se espera na observação do processo de gramaticalização de um item lexical, ou seja, o uso desse item, em nova função, torna-se cada vez mais frequente, assumindo um novo *status* como elemento gramatical, tendendo a se tornar mais regular e mais previsível, de acordo com motivações pragmáticas e de repetição de uso.

Se observarmos as TAB. 1 e 2, veremos que houve significativa redução dos usos lexicais de *ir*, de 81.32 pontos percentuais, no PM, para 33.87 pontos percentuais, no PC. Quanto ao uso das formas gramaticais, observamos que a frequência de 18.68%, no PM, sofreu significativo aumento, chegando a 66.13% no PC.

A TAB. 3 apresenta os dados referentes à comparação das frequências lexical e gramatical de *ir* tanto no PM quanto no PC, nos quatro gêneros textuais pesquisados.

Tabela 3
Frequências lexicais e gramaticais do verbo *ir* por período e por gênero textual

PERÍODO	CD/D		CC/EC		AC		CP	
	FL (%)	FG (%)	FL (%)	FG (%)	FL (%)	FG (%)	FL (%)	FG (%)
MODERNO	72.73	27.27	94.87	5.13	50	50	75	25
CONTEMPORÂNEO	---	100	18.18	81.82	---	---	38	62

Fonte: Elaborada pela autora.

Os dados da TAB. 3 mostram-nos, como mencionado anteriormente, que, no PM, há predomínio das formas lexicais de *ir*, com índices superiores a 70% nas cartas-denúncia (CD), nas cartas de comércio (CC) e nas cartas pessoais (CP). No PC, no entanto, há maior destaque para as formas gramaticais, com índice de frequência de 100% nas denúncias (D), 81.82% nos e-mails comerciais (EC) e 62% nas cartas pessoais (CP). Nesse período, apenas os artigos científicos (AC) não apresentaram ocorrência de *ir*, tanto em sua forma lexical quanto gramatical.

4.1.2 Análise comparativa das frequências totais

Seguindo a metodologia proposta por Vianna (2000) e Vitral (2006), esperamos que a expansão do processo de gramaticalização torne mais frequente as ocorrências do verbo *ir*, uma vez que ele passa a ser empregado tanto na categoria lexical quanto na categoria gramatical. Os dados da TAB. 4, a seguir, mostram-nos as ocorrências de *ir*, assim como os percentuais dessas ocorrências, apresentando o teste Qui-Quadrado de aderência.

Tabela 4
Frequências totais do verbo *ir* por período

	Total Geral	Ocorrência	Porcentagem	Teste Qui-Quadrado p⁸¹
Período Moderno	32.967	91	0.28%	0.005
Período Contemporâneo	33.349	62	0.19%	0.005

Fonte: Elaborada pela autora.

Os dados obtidos na TAB. 4 mostram-nos que, na passagem do PM para o PC, houve redução da porcentagem dos usos do verbo *ir*, ou seja, os dados mostram-nos um quadro diverso do esperado nos processos de gramaticalização de um item. A porcentagem, no século XVIII, mostrou-se significativamente superior ao percentual de ocorrência no PC, com 0.28% e 0.19%, respectivamente.

Acreditamos que a redução da frequência total de *ir* deveu-se às características específicas dos gêneros pesquisados e ao fato de não haver ocorrência desse verbo em dois dos quatro gêneros textuais no PC, as denúncias (D) e os artigos científicos (AC). Observamos que esses dois gêneros, na atualidade, apresentam-se bastante cristalizados quanto à sua forma, ao contrário dos textos do século XVIII, que apresentavam uma flexibilidade maior em sua estrutura e um estilo mais livre, chegando a se comportar, em alguns trechos, como narrativas.

Se compararmos as cartas-denúncia (CD), referentes ao século XVIII, às denúncias (D) do século XX e início do século XXI, veremos que os textos atuais são mais

⁸¹ Significativo quando o valor de P for igual ou inferior a 0.05.

impessoais e sucintos, cumprindo de forma mais objetiva sua função sociocomunicativa de acionar a autoridade judicial responsável pelos fatos relatados. As cartas-denúncia (CD), no entanto, apresentam certo grau de liberdade quanto à sua forma. Há, nesse gênero, predomínio da narrativa, com descrições detalhadas acerca de determinados fatos, assim como a reprodução de diálogos. O que se verifica é a presença do estilo próprio de cada autor, sem que se deixe de lado a linguagem respeitosa e socialmente aceita na hierarquia social.

Por sua vez, os artigos científicos contemporâneos distinguem-se dos textos científicos modernos por apresentarem um léxico bastante técnico, com linguagem simples e direta, predominando o tipo textual expositivo e argumentativo, havendo descrições e injunções, distanciando-se, portanto, do caráter narrativo presente nos textos do século XVIII (LOBATO, 2009).

Outro aspecto relevante é o número significativo de ocorrência de verbos modais, expressando possibilidade/necessidade/probabilidade, nos textos científicos do período contemporâneo, como mostrado nos excertos (23) e (24).

(23) A introdução dessa cochonilha na propriedade pode, então, ser de modo acidental, através da aquisição de plantas ornamentais infestadas para o emprego em projetos paisagísticos. Assim, a aquisição de mudas sadias deve ser extensiva à ornamentação, bem como realizada na implantação de pomares cítricos [...]. (Artigo Científico 01, PC, grifos nossos)

(24) Diversos parâmetros podem influenciar o processo de ocorrência de doenças em insetos. Esse fato pode dificultar a avaliação da patogenicidade e levar a uma baixa virulência dos entomopatógenos testados. A especificidade pode explicar a baixa ou a não patogenicidade observada [...]. (Artigo Científico 02, PC, grifos nossos)

A análise dos dados apresentados permite-nos inferir que os gêneros textuais afetam os resultados da pesquisa. Dentre os quatro gêneros pesquisados no PC, as denúncias (D) não apresentaram ocorrências da forma lexical de *ir*, e os artigos científicos (AC) não apresentaram ocorrência de sua forma lexical ou de sua forma gramatical, o que justifica o fato de o número de ocorrências totais do verbo diminuir na passagem de um período para outro.

O que podemos observar, também, é que a ausência de formas lexicais e gramaticais de *ir*, nos artigos científicos (AC), assinala uma possível substituição desse verbo por formas futurizadas, formadas pelos verbos modais *dever* e *poder*. Posteriormente, na seção 4.3, veremos mais detalhadamente as ocorrências dos modais.

4.1.3 Análise da frequência das formas lexicais e gramaticais do verbo *ir* nos textos de LO

Na TAB. 5, apresentamos os dados relativos à frequência do verbo *ir* nos textos de língua oral (LO), referentes ao PC.

Tabela 5
Frequências do verbo *ir* nos textos de língua oral – PC

Texto	Total de palavras por texto	Formas lexicais		Formas gramaticais		Total de frequência das formas	
		Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência	%
LO	34.399	77	36.32	135	63.68	212	100

Fonte: Elaborada pela autora.

Na análise da TAB. 5, verificamos que a frequência das formas gramaticais é significativamente superior às formas lexicais, com 63.68% e 36.32%, respectivamente. A análise dos dados, referentes aos textos de língua oral, reforça o que já foi constatado anteriormente, ou seja, há predominância de uso das formas gramaticais sobre as lexicais, evidenciando, quantitativamente, que o processo de gramaticalização de *ir* consolidou-se na língua. Esses dados permitem-nos inferir, também, que a frequência de uso do verbo *ir* é maior como auxiliar, ou seja, como marcador temporal, do que como verbo pleno, na função de marcador espacial. O que se evidencia, portanto, é o maior número de ocorrências desse verbo na formação de perífrases verbais para marcar o futuro, como mostrado no excerto (26).

Os excertos (25) e (26) ilustram as formas lexical e gramatical do verbo *ir*, encontradas nos textos de língua oral.

(25) E aí depois dessa aula a gente vai pra casa né, é janta e assim, já morto de cansaço, a única vontade que tem é de dormi [...]. (Entrevista 02, PC, grifo nosso)

(26) [...] o psiquiatra vai ti dá um remedinho i ocê vai melhorá com isso i na verdadi num é isso essi remedinho vai ajudá mais i depois com' é qui fica [...]. (Entrevista 01, PC, grifos nossos)

Comparando os dados da TAB. 2 (frequência do verbo *ir* nos textos de língua escrita – PC) e da TAB. 5 (frequência do verbo *ir* nos textos de língua oral – PC), ou seja, os dados de língua escrita (LE), constituída pelos quatro gêneros textuais do PC, e os dados de língua oral (LO), referentes às entrevistas, teremos a TAB. 6.

Tabela 6
Frequência do verbo *ir* nos textos de língua escrita e oral – PC

Texto	Total de palavras por texto	Formas lexicais		Formas gramaticais		Total de frequência das formas	
		Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência	%
LE	33.349	21	33.87	41	66.13	62	100
LO	34.399	77	36.32	135	63.68	212	100
Total Geral	67.748	98	35.77	176	64.23	274	100

Fonte: Elaborada pela autora.

A análise dos dados fornecidos pela TAB. 6 permite-nos observar que, em ambas as modalidades de uso da língua, oral e escrita, há predominância de uso das formas gramaticais, com valores superiores a 60%. Tais dados mostram-nos, também, que, no PC, os usos de *ir*, como marcador temporal, consolidaram-se na língua, ou seja, o quadro que encontramos é o de um uso maior para as formas gramaticais, formadas pelo auxiliar *ir* seguido de infinitivo.

Como pôde ser observado, nos dados fornecidos pelas TAB. 1, 2 e 5, referentes aos períodos moderno e contemporâneo, tanto na modalidade de língua escrita quanto na oral, a gramaticalização de *ir* apresentou um comportamento regular e previsível, ou seja, houve ampliação dos usos do verbo, com destaque para as formas gramaticais, mesmo que tenham sido verificadas algumas discrepâncias quanto aos usos de *ir* em alguns dos gêneros textuais pesquisados.

O GRAF. 5, a seguir, ilustra os dados da TAB. 6, mostrando a frequência do verbo *ir* nos textos de língua escrita e oral.

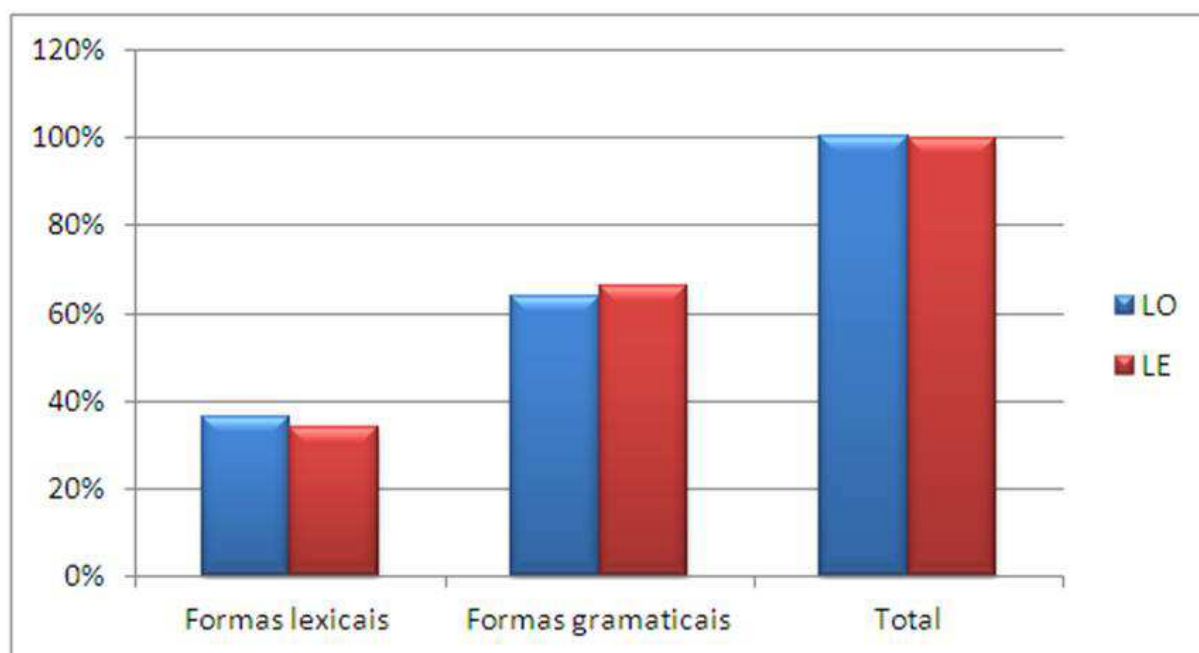


Gráfico 5 – Frequência do verbo *ir* nos textos de língua escrita e oral – PC

Fonte: Elaborado pela autora.

4.1.4 Análise comparativa das frequências totais

A TAB. 7, a seguir, mostra a análise comparativa das frequências totais do verbo *ir*, tanto nos textos de língua escrita, referentes aos quatro gêneros do PC, quanto nos textos de língua oral, referentes às entrevistas.

Tabela 7
Frequência totais do verbo *ir* nos textos de língua escrita e oral – PC

	Total Geral	Ocorrência	Porcentagem	Teste Qui-Quadrado P^{82}
Língua Escrita (LE)	33.349	62	0,19	0.005
Língua Oral (LO)	34.399	212	0,62	0.005

Fonte: Elaborada pela autora.

⁸² Significativo quando o valor de P for igual ou inferior a 0,05.

A análise comparativa das frequências totais, nos textos de língua escrita e oral, mostra-nos que houve aumento das ocorrências de *ir*, passando de 0.19 pontos percentuais, nos textos de língua escrita, para 0.62 pontos percentuais nos textos de língua oral, representando um aumento significativo de 0.43 pontos percentuais nos usos de *ir*, na comparação entre as duas modalidades de língua no PC. A aplicação do teste de aderência do Qui-Quadrado comprova, com margem de erro de 5%, maior frequência do item, havendo, portanto, expansão dos usos do verbo. Esses dados permitem-nos deduzir que, na modalidade oral da língua, a predominância é dos usos da forma gramatical do verbo, confirmando, quantitativamente, o processo de gramaticalização do verbo.

Ao analisarmos a trajetória de gramaticalização de *ir*, constatamos que esse processo se apresenta de maneira bastante evidente, confirmando o aumento da frequência do verbo na passagem do PM para o PC. Evidenciamos, também, que a perífrase *ir* + infinitivo, primeiramente, instaurou-se na língua em situações em que as noções de espaço e tempo se imbricavam, expandindo-se, posteriormente, para contextos mais temporais.

O aumento da frequência de *ir*, nos textos de língua oral, comprova, também, que a diminuição da frequência total do verbo, nos textos de língua escrita, na passagem do PM para o PC, não foi em decorrência de um decréscimo do uso da perífrase com *ir*, mas devido à escolha dos gêneros textuais, que influenciou os resultados gerais.

Na seção seguinte, apresentaremos os dados obtidos pela análise da frequência das formas sintéticas e analíticas de futuro, após constatarmos a consolidação do processo de gramaticalização do verbo *ir*, tanto na modalidade escrita da língua quanto na oral, mostrando que a perífrase *ir* + infinitivo vem, significativamente, ocupando espaço no português brasileiro. Para comprovarmos essa hipótese, apresentaremos a análise quantitativa dos usos de *ir* + infinitivo na marcação de tempo futuro, em comparação ao uso da forma sintética de futuro – *rei*.

4.2 Análise da frequência das formas sintéticas e analíticas de futuro nos textos de LE

Após confirmarmos o processo de expansão e gramaticalização do verbo *ir* na formação de perífrases verbais, propomos, nesta seção, fazer uma análise comparativa dos usos das formas sintéticas e analíticas de futuro, mostrando como essas formas são usadas em ambos os períodos pesquisados. Para isso, apresentamos, inicialmente, na TAB. 8, os dados relativos à frequência dessas formas no PM. Para a obtenção da tabela a seguir, foram

computadas as formas sintéticas (*ficarei, viajarei*) e as formas analíticas, formadas com o verbo *ir* + infinitivo (*vou sair, vou ficar*).

Tabela 8
Frequência das formas de futuro nos textos de língua escrita – PM

Texto	Total de palavras por texto	Formas sintéticas		Formas analíticas		Total da frequência das formas	
		Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência	%
CD	7.796	13	100	---	---	13	100
CC	8.674	96	98.97	01	1.03	97	100
AC	8.968	19	86.36	03	13.64	22	100
CP	7.529	35	94.59	02	5.41	37	100
Total	32.967	163	96.45	06	3.55	169	100
Geral							

Fonte: Elaborada pela autora.

A análise dos dados da TAB. 8 mostra-nos que, no PM, a frequência das formas sintéticas é significativamente maior do que a frequência das formas analíticas. Com índices acima de 85%, podemos deduzir que são as formas sintéticas as mais empregadas em todos os gêneros textuais, com 100 pontos percentuais nas cartas-denúncia (CD), 98.97% nas cartas de comércio (CC), 86.36% nos artigos científicos (AC) e 94.59% nas cartas pessoais (CP). Foram as cartas pessoais e comerciais as que apresentaram índice de frequência das formas sintéticas acima de 90%. Dentre os gêneros textuais pesquisados, foram os artigos científicos (AC) os que apresentaram maior frequência das formas analíticas, com 13.64%. Observamos que apenas no gênero cartas-denúncia (CD) não foram registradas ocorrências das formas analíticas de futuro.

Estudos empreendidos por Lima (2001) acerca do tempo futuro atestam que, no século XVIII, as formas sintéticas eram amplamente usadas nos textos escritos, havendo, portanto, pouca incidência dos usos das formas analíticas. A baixa frequência de formas perifrásticas deve-se, também, ao caráter formal exigido na construção dos gêneros textuais da época. Mesmo as cartas pessoais, predominantemente de cunho familiar, apresentavam uma estrutura mais ou menos rígida, seguindo os padrões vigentes.

Em outro estudo do tempo futuro no PB, Malvar & Poplack (2008) atestam que, até o século XIX, a variação entre as formas de futuro ocorria, basicamente, entre o futuro simples e a perífrase com *haver* (*haver* + infinitivo). Segundo as autoras, a perífrase com *ir*,

na indicação de futuro próximo, somente foi estabelecida no século XIX, em contextos de frases declarativas sem advérbios, expandindo-se no século XX por todos os contextos. Outras pesquisas, no entanto, mostram que a gramaticalização de *ir* + infinitivo, para demarcar tempo futuro, remonta a períodos anteriores ao século XIX (MENON, 2008; SILVA, 2002).

Os excertos (27) e (28) ilustram, respectivamente, as formas sintética e analítica, encontradas nos textos escritos no PM.

(27) Vossa Excelência nella me tracta me Lizonjeião sumamente; e ambicionando eu cada ves mais asua estimação, e paternal affecto farei sempre toudo o exforço por mererer a sua continuação. (Carta Pessoal 03, PM, grifo nosso); (forma sintética de futuro).

(28) [...] epor este modo vou procurar as suas ordens e a dizer lhe que cheguei a este Rio com boa via gem, e de Saude, e que meacho nesta Cidade na Caza demeu Mano eseu Criado [...]. (Carta de Comércio 20, PM, grifo nosso); (forma analítica de futuro).

O GRAF. 6 ilustra a frequência das formas de futuro obtida nos textos de língua escrita no PM.

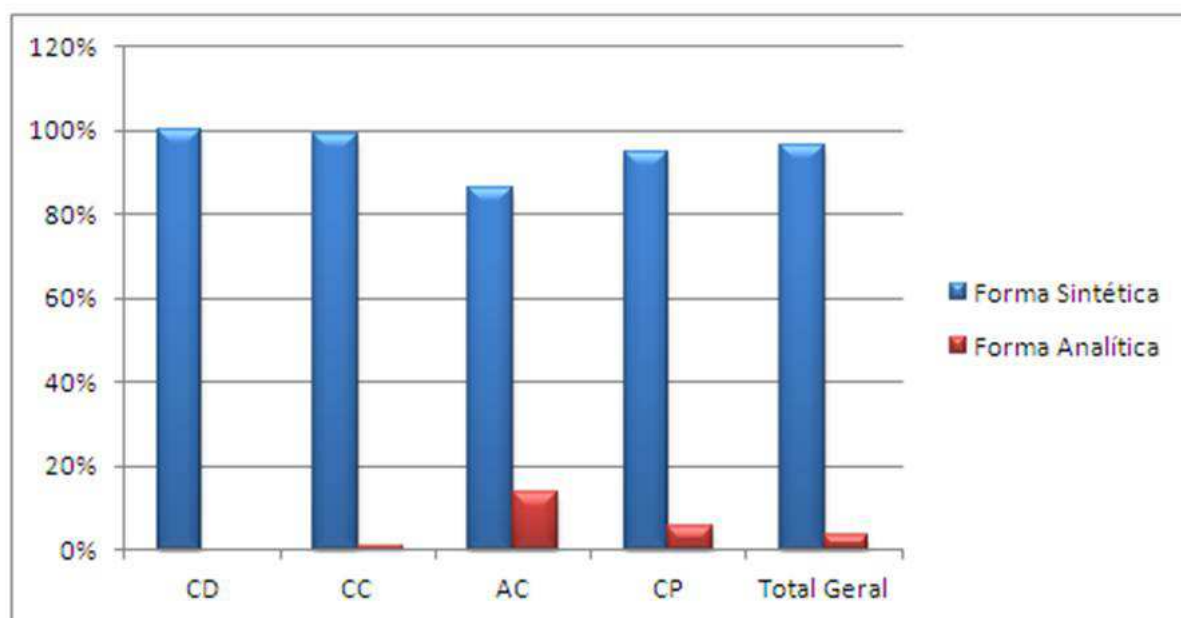


Gráfico 6 – Frequência das formas de futuro nos textos de língua escrita – PM

Fonte: Elaborado pela autora.

Na TAB. 9, apresentamos a frequência das formas de futuro nos textos referentes ao PC.

Tabela 9
Frequência das formas de futuro nos textos de língua escrita – PC

Texto	Total de palavras por texto	Formas sintéticas		Formas analíticas		Total da frequência das formas	
		Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência	%
D	8.650	---	---	---	---	---	100
EC	8.446	48	87.28	07	12.72	55	100
AC	8.464	07	100	---	---	07	100
CP	7.789	22	47.83	24	52.17	46	100
Total	33.349	77	71.30	31	28.70	108	100
Geral							

Fonte: Elaborada pela autora.

Os dados fornecidos pela TAB. 9 mostram-nos que, dentre os gêneros textuais pesquisados, foram os artigos científicos (AC) os que apresentaram a maior frequência das formas sintéticas, com 100% de ocorrência, seguidos dos e-mails comerciais (EC), com 87.28%, e das cartas pessoais (CP), com 47.83%. O gênero denúncias (D) foi o único que não apresentou ocorrência das formas de futuro.

A frequência de 100% de uso de formas sintéticas, encontrada nos artigos científicos (AC), já era esperada, por se tratar de um gênero textual de amplo monitoramento. Daí a preferência pelo uso de formas linguísticas de maior prestígio social. O elevado percentual de 87.28% de uso das formas sintéticas nos e-mails comerciais (EC) pode ser em decorrência de esse gênero exigir um grau maior de monitoramento e formalidade, uma vez que os papéis sociais assumidos pelos interlocutores se apresentam bem estabelecidos, com propósito comunicativo claro e normas de polidez bem definidas (SILVA, 2002).

A ausência de formas analíticas e sintéticas de futuro no gênero denúncias (D) pode ser explicada pelo fato de esse gênero discursivo apresentar uma ocorrência muito maior de formas marcadoras de passado perfeito em oposição a um número bastante reduzido das formas futurizadas: 13 (treze) ocorrências no PM e nenhuma ocorrência no PC. Inicialmente, cogitamos a possibilidade de retirar esse gênero dos *corpora*, uma vez que, por suas características (mais narrativo, por exemplo), não favorece o uso de formas de futuro. No entanto, a inclusão desse gênero permitiu-nos confirmar, quantitativamente, que o caráter

formal dos textos jurídicos favoreceu, pelo menos no período moderno, a predominância de uso das formas sintéticas de futuro, sinalizando, mais uma vez, a interferência dos gêneros textuais nas escolhas linguísticas.

Em suma, o total geral de 71.30 pontos percentuais para o uso das formas sintéticas de futuro no PC mostrou-nos que essas formas são ainda amplamente utilizadas na modalidade escrita da língua, mesmo em gêneros discursivos em que se espera um maior grau de informalidade, como nas cartas pessoais.

Outro indício importante, fornecido pelos dados da TAB. 9, é o de que as formas de futuro se encontram em franco processo de gramaticalização e que há fortes evidências de que alguns gêneros favorecem, mais do que outros, o uso de formas analíticas de futuro no lugar de formas sintéticas, como é o caso das cartas pessoais (CP) e dos e-mails comerciais (EC).

Em recentes estudos empreendidos por Fonseca (2010, p. 34), a autora constatou que o uso das formas sintéticas de futuro ainda resiste no português contemporâneo em virtude de seu ensino explícito por parte das escolas, que consideram, assim como as gramáticas normativas, essa forma “correta” e de maior prestígio. Fica evidente, nos dados coletados nos *corpora*, que alguns gêneros textuais, predominantemente os de domínio público, tendem a privilegiar formas de maior prestígio, ou seja, formas não estigmatizadas. Do mesmo modo, gêneros que circulam em esferas de atividades menos formais, domínio privado, tendem a privilegiar usos menos valorizados ou mesmo estigmatizados (FONSECA, 2010).

Os excertos (29) e (30) ilustram as formas de futuro, sintética e analítica, encontradas nos textos escritos no PC.

(29) Enviado para todo o estado, este especial terá uma tiragem a mais de 10.000 exemplares a serem distribuídos dentro do *Campus*[...]. (E-mail Comercial 25, PC, grifo nosso); (forma sintética de futuro)

(30) Semana que vem devo ir começando a colocar as coisas no lugar, mas acho que vamos ficar aqui até vocês voltarem [...] (Carta Pessoal 01, PC, grifo nosso); (forma analítica de futuro).

O GRAF. 7 ilustra os dados fornecidos pela TAB. 9, ou seja, a frequência das formas de futuro nos textos de língua escrita no PC.

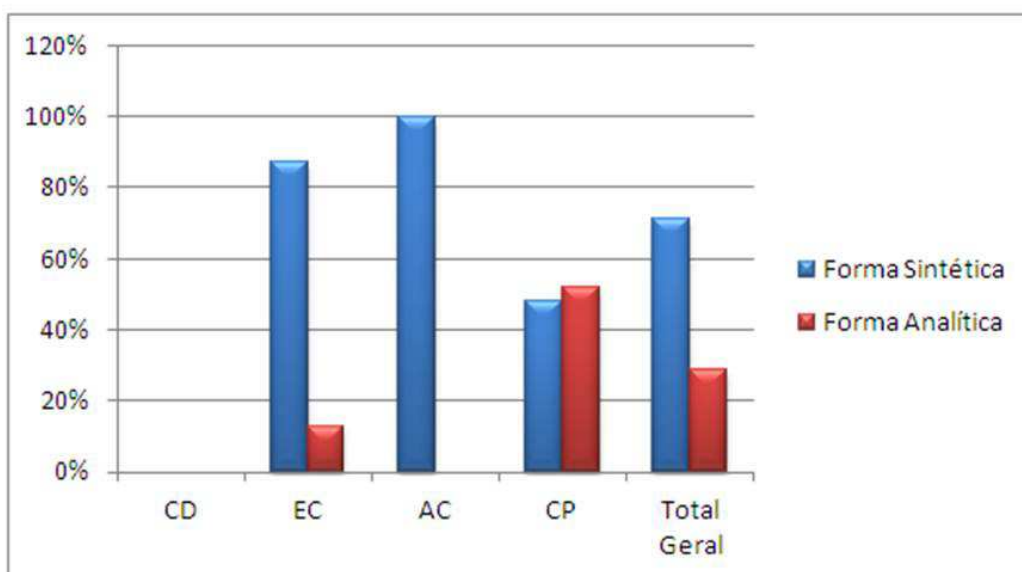


Gráfico 7 – Frequência das formas de futuro nos textos de língua escrita – PC

Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados fornecidos pela TAB. 9 e ilustrados no GRAF. 7 permitem-nos chegar à conclusão de que, no PC, houve redução de frequência das formas sintéticas e o consequente aumento da frequência das formas analíticas, correspondente a 25.15 pontos percentuais. Ou seja, houve redução de percentual de 96.45 para 71.30 para as formas sintéticas, e aumento de percentual de 3.55 para 28.70 para as formas analíticas.

4.2.1 Análise comparativa das frequências das formas sintéticas e analíticas de futuro

Após a análise da frequência das formas de futuro, procedemos a um estudo comparativo de suas frequências, objetivando compreender melhor o uso dessas formas nos dois períodos pesquisados.

No GRAF. 8, encontramos os dados referentes às frequências das formas sintéticas de futuro em ambos os períodos pesquisados.

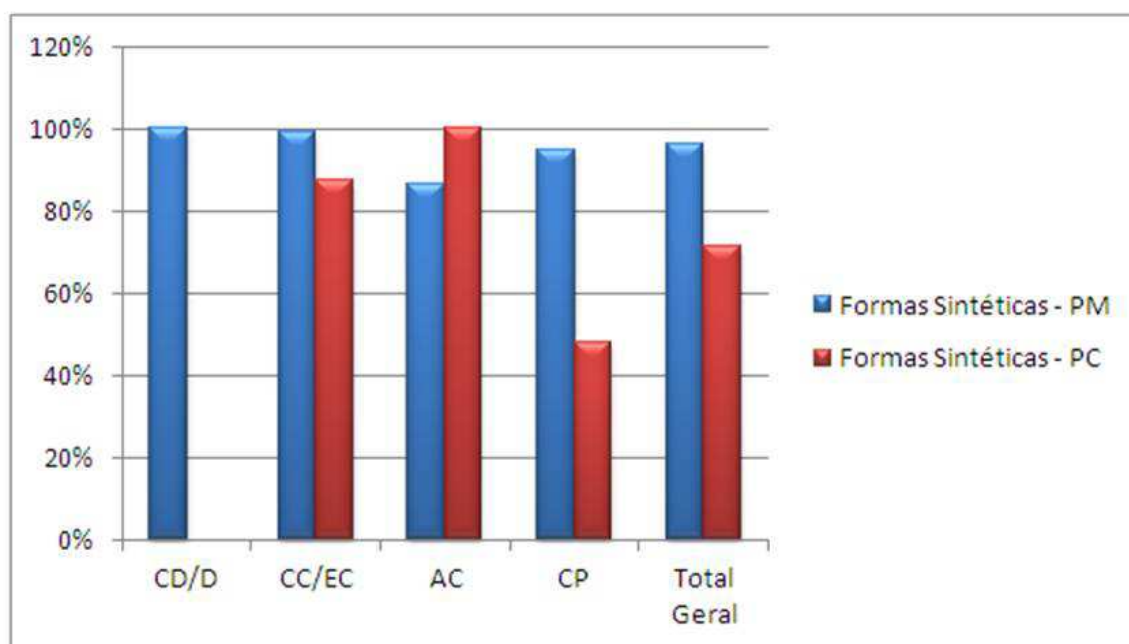


Gráfico 8 – Frequência diacrônica das formas sintéticas de futuro nos textos de língua escrita

Fonte: Elaborado pela autora.

O GRAF. 8 permite-nos observar que são altos os percentuais de uso das formas sintéticas de futuro, nos dois períodos estudados, havendo redução de 25% dos usos totais dessa forma na passagem do PM para o PC, como já constatado nas tabelas anteriores⁸³. A redução de 25 pontos percentuais no uso das formas sintéticas de futuro mostra que é cada vez mais frequente a substituição, na língua escrita, de formas sintéticas por formas futurizadas como a perífrase *ir* + infinitivo.

Observamos que, no PM, a frequência das formas sintéticas, no gênero cartas-denúncia (CD), é de 100%, assim como são altos os índices de frequência das formas sintéticas nos outros gêneros textuais pesquisados, em que encontramos valores acima de 80 pontos percentuais.

No PC, os índices de frequência das formas sintéticas, embora menores que os registrados no período anterior, ainda são bastante significativos, com valores superiores a 70% nos e-mails comerciais (EC) e nos artigos científicos (AC). Nas cartas pessoais (CP), houve redução significativa no uso das formas sintéticas. A ausência de formas sintéticas foi verificada apenas no gênero denúncias (D).

⁸³ Cf. TAB. 8 e 9.

O GRAF. 9 ilustra a frequência das formas analíticas de futuro nos textos de língua escrita nos dois recortes temporais pesquisados.

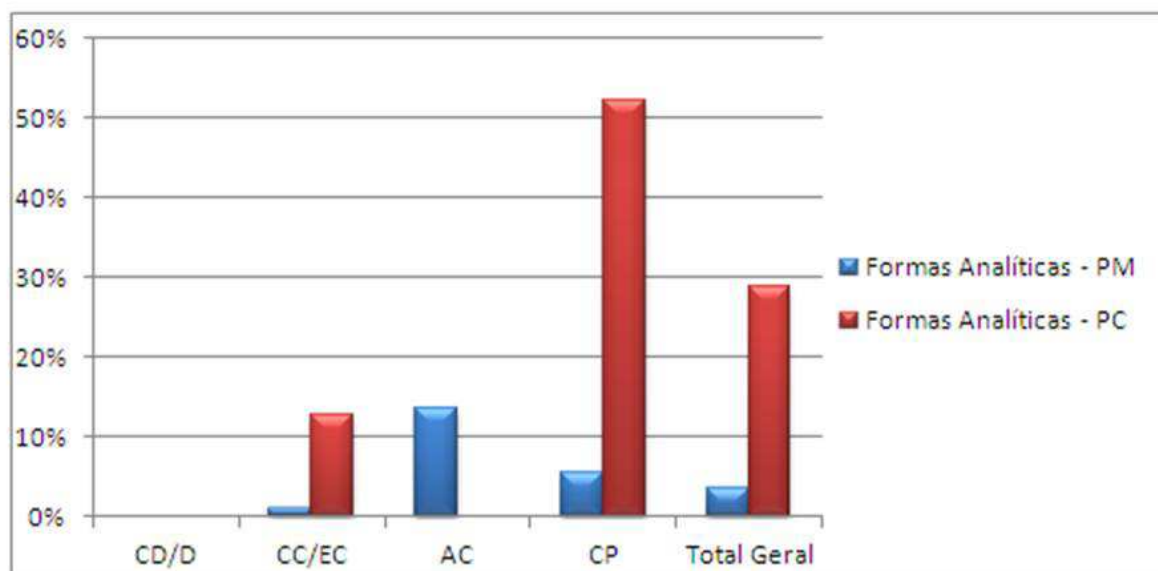


Gráfico 9 – Frequência diacrônica das formas analíticas de futuro nos textos de língua escrita

Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados do GRAF. 9 mostram-nos que são bastante reduzidos, nos textos de língua escrita do PM, os usos das formas analíticas de futuro, com percentuais de 1.03% nas cartas de comércio (CC), 5.41% nas cartas pessoais (CP) e 13.64% nos artigos científicos (AC)⁸⁴. Em ambos os recortes temporais, não foram encontradas ocorrências das formas analíticas de futuro no gênero cartas-denúncia/denúncia (CD/D).

No PC, são as cartas pessoais (CP) as que registram maior índice de frequência para as formas analíticas, com um índice de 52.17%, seguidas dos e-mails comerciais (EC), com 12.72% de frequência. Nesse período, não encontramos ocorrências das formas analíticas nas denúncias (D) e nos artigos científicos (AC).

Os dados da TAB. 10 mostram-nos a frequência das formas de futuro, analítica e sintética, distribuídas por período e por gênero textual, incluindo o gênero entrevistas (língua oral).

⁸⁴ Cf. TAB. 8.

Tabela 10
 Frequência das formas sintéticas e analíticas de futuro por período e por gênero textual

PERÍODO	CD/D		CC/EC		AC		CP		Entrevistas	
	FS (%)	FA (%)	FS (%)	FA (%)	FS (%)	FA (%)	FS (%)	FA (%)	FS (%)	FA (%)
MODERNO	100	---	98.97	1.03	86.36	13.64	94.45	5.41	---	---
CONTEMPORÂNEO	---	---	87.28	12.72	100	---	47.83	52.17	1.77	98.23

Fonte: Elaborada pela autora.

Os dados da TAB. 10 confirmam a tendência já sinalizada, ou seja, o franco processo de expansão da forma gramaticalizada de futuro. Se observarmos os dados relativos à modalidade de língua oral (gênero entrevistas), veremos que 98.23% das ocorrências referem-se ao uso das formas analíticas e apenas 1.77% referem-se ao uso das formas sintéticas.

A TAB. 10 mostra-nos que, tanto na passagem do PM para o PC quanto na mudança da modalidade escrita para a oral, há um aumento contínuo da frequência de formas analíticas, acompanhado da consequente redução das formas sintéticas.

Os excertos (31) e (32) ilustram as formas, sintética e analítica, encontradas nos textos orais no PC.

(31) Ele luta lá + mais quando ele corta os dois brasdo <Anaquim> [...] Porque + vai sê lá + sou do lado sombrio serei um + eu não vou ser um + poderoso pra matar mais eu serei um[...]. (Entrevista 07, PC, grifos nossos); (forma sintética de futuro).

(32) Com certeza eu achu qui sim mais eu achu qui a psicologia nesse caso ela vai trabalhá ao lado da psiquiatria si pur acasu essa pessoa cometeu um erro [...]. (Entrevista 01, PC, grifo nosso); (forma analítica de futuro).

4.2.2 Análise comparativa das frequências totais

A TAB. 11, a seguir, mostra-nos a análise comparativa das frequências totais das formas de futuro.

Tabela 11
Análise comparativa das frequências totais das formas de futuro – PM e PC

	Total Geral	Ocorrência	Porcentagem	Teste Qui-Quadrado P⁸⁵
Período Moderno	32.967	169	0,51%	0.005
Período Contemporâneo	33.349	108	0,32%	0.005

Fonte: Elaborada pela autora.

Observando os dados fornecidos pela TAB. 11, evidenciamos que houve redução da ocorrência das formas de futuro na passagem do PM para o PC.

Acreditamos que a diminuição da frequência de uso das formas de futuro é resultante das características dos gêneros textuais pesquisados. Dos quatro gêneros analisados, dois apresentaram índice baixo ou nulo de frequência de uso da forma sintética de futuro e/ou da forma futurizada, *ir* + infinitivo. O gênero denúncias (D), por exemplo, não apresentou nenhuma ocorrência da forma sintética, assim como da perífrase *ir* + infinitivo no PC⁸⁶. Da mesma maneira se comportou o gênero artigos científicos (AC), que apresentou baixo índice de frequência das formas de futuro, com apenas 7 (sete) ocorrências no total, sendo 100% delas na forma sintética. Não há, portanto, nos artigos científicos (AC), nenhuma ocorrência da forma gramaticalizada *ir* + infinitivo, em nenhum dos dois recortes temporais.

No caso específico dos artigos científicos (AC), o que se constata é um grande percentual de frequência das formas gramaticalizadas com os modais *poder* e *dever*⁸⁷, seguidos de infinitivo, na acepção de possibilidade e probabilidade, ou seja, na indicação de tempo futuro.

4.2.3 Análise da frequência das formas de futuro nos textos de língua escrita e oral

Na TAB. 12, a seguir, apresentamos os dados obtidos pela análise da frequência das formas de futuro, tanto nos textos de língua escrita (LE), referentes aos quatro gêneros textuais pesquisados, quanto nos textos de língua oral (LO), referentes às entrevistas no PC.

⁸⁵ Significativo quando o valor de P for igual ou inferior a 0,05.

⁸⁶ Cf. TAB. 10.

⁸⁷ Segundo Fleischman (1982), a construção perifrástica *dever* + infinitivo, em que o auxiliar *dever* carrega os valores modais de necessidade ou possibilidade, figura, há muito tempo, como marcador de futuridade/posterioridade em francês. Para a autora, essa mesma acepção vem sendo utilizada com maior frequência em línguas como o português e o espanhol.

Tabela 12
 Frequência das formas de futuro nos textos de língua escrita e oral – PC

Texto	Total de palavras por texto	Formas sintéticas		Formas analíticas		Total de frequência das formas	
		Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência	%
LE	33.349	77	71.30	31	28.70	108	100
LO	34.399	02	1.77	111	98.23	113	100
Total	67.748	79	35.75	142	64.25	221	100
Geral							

Fonte: Elaborada pela autora.

Os dados da TAB. 12 não deixam dúvidas acerca do processo de expansão dos usos das formas gramaticalizadas para marcar futuro. Se compararmos os dados referentes às modalidades escrita (LE) e oral (LO), veremos uma redução drástica do uso das formas sintéticas, de 71.30 para apenas 1.77 pontos percentuais. Expressivo também foi o aumento de frequência das formas analíticas, de 28.70, nos textos de língua escrita, para 98.23 pontos percentuais, nos textos de língua oral. No total geral, observamos um aumento de 69.53 pontos percentuais no uso das formas analíticas e consequente redução de uso das formas sintéticas. Os dados da TAB. 12 permitem-nos concluir que, na modalidade oral da língua, a preferência é pelo o uso da forma gramaticalizada de futuro, *ir* + infinitivo.

4.2.4 Análise comparativa das frequências totais nos textos de língua escrita e oral

A TAB. 13, a seguir, mostra a análise comparativa das frequências totais das formas de futuro, tanto nos textos de língua escrita, referentes aos quatro gêneros textuais do PC, quanto nos textos de língua oral, referentes ao gênero entrevistas, assim como a análise estatística referente às duas modalidades.

Tabela 13
Análise comparativa das frequências totais das formas de futuro – LE e LO

	Total Geral	Ocorrência	Porcentagem	Teste Qui-Quadrado P⁸⁸
Língua Escrita (LE)	33.349	108	0,32%	0.005
Língua Oral (LO)	34.399	113	0,33%	0.005

Fonte: Elaborada pela autora.

Observando os dados fornecidos pela TAB. 13, evidenciamos que houve acréscimo na ocorrência das formas de futuro, com índice de 1%, nos textos de língua oral. O teste do Qui-Quadrado mostra-nos, mais uma vez, a confiabilidade dos dados, com margem de erro de 5% para os dados coletados.

Podemos constatar, portanto, que a análise das formas sintéticas e perifrásticas de futuro evidenciou que o futuro simples vem sendo substituído, gradativamente, pela forma perifrástica *ir* + infinitivo e que, na passagem do PM para o PC, houve redução de 25 pontos percentuais no uso das formas sintéticas, com conseqüente aumento das formas analíticas⁸⁹.

Embora tenha ocorrido aumento de frequência da forma perifrástica *ir* + infinitivo, os dados evidenciam que, nos séculos XX e XXI, a ocorrência das formas sintéticas é ainda expressiva, principalmente nos gêneros textuais que exigem o uso de uma linguagem de maior prestígio social, cujo contexto discursivo apresenta um grau maior de formalidade e injunção, como os e-mails comerciais (EC) e os artigos científicos (AC), que apresentaram frequências acima de 80% para o uso das formas sintéticas⁹⁰.

A análise dos textos de língua oral, no entanto, evidenciou que, para marcar o futuro, o predomínio é do uso das formas analíticas, não sendo significativa a ocorrência das formas sintéticas. Esses dados mostram, portanto, que a relação de uso das formas analíticas e sintéticas dependerá, em grande parte, das características dos gêneros textuais, se de instâncias privadas ou de instâncias públicas, assim como do grau de monitoramento presente em cada gênero.

Na seção seguinte, realizamos a análise das distribuições dos verbos modais *poder* e *dever*, em seus usos menos abstratos e mais abstratos, quando esses verbos apresentam-se seguidos de um verbo principal em sua forma infinitiva, formando a estrutura M + Inf. A nossa proposta é mostrar, inicialmente, a consolidação do processo de gramaticalização dos

⁸⁸ Significativo quando o valor de P for igual ou inferior a 0,05.

⁸⁹ Cf. TAB. 8 e 9.

⁹⁰ Cf. TAB. 10.

modais *poder* e *dever*, verificando, quantitativamente, a expansão do uso desses verbos em seus usos mais abstratos, quando passam a indicar possibilidade ou probabilidade, ou seja, quando passam a apresentar a noção de futuridade.

4.3 Distribuição dos verbos modais

Como explicitado, propomos, nesta seção, efetuar uma análise quantitativa dos usos dos verbos modais *poder* e *dever*, observando como esses verbos se comportaram na passagem do PM para o PC, verificando se houve aumento significativo de seus usos mais abstratos e/ou redução de seus usos mais concretos.

Apresentamos, inicialmente, uma breve definição desses verbos e suas principais atribuições; em seguida, baseando-nos nas propostas de Vianna (2000) e Lobato (2009), procuramos classificar os modais *poder* e *dever* de acordo com suas acepções, mediante a observação de seus usos nos textos de língua escrita e oral.

Pesquisas acerca da auxiliaridade têm mostrado que os verbos modais possuem um caráter especial, pertencendo a uma classe de verbos responsável por expressar as modalidades lógicas (contingente *versus* necessário, provável *versus* possível), ou seja, são verbos associados às modalidades deontica e epistêmica. Dessa forma, o falante, ao usar o modal, busca um julgamento do fato como possível, necessário, como consequência lógica ou como resultado de uma decisão (PONTES, 1973; PALMER, 1986).

Segundo Câmara Jr. (1956), os verbos modais comportam-se como um

conjunto de formas verbais para um dado verbo, também ditas formas compostas, em que esse verbo aparece numa de suas formas verbonominais e a parte flexional de modo, tempo e pessoa cabe a um verbo que sofreu gramaticalização e passa a auxiliar (CÂMARA JR., 1956, p. 60).

Vale ressaltar que os modais podem abarcar tanto o significado de necessidade intrínseca, imposta pelo próprio falante, quanto o significado de necessidade extrínseca, imposta ao falante. Essas noções, necessidade intrínseca *versus* necessidade extrínseca, remetem, respectivamente, ao que Lyons (1995, p. 334) denomina de modalidade subjetiva, em que estão presentes a ideia de intenção, desejo ou volição, e modalidade objetiva, em que estão presentes as noções de obrigação e permissão.

Pesquisas sobre a trajetória de desenvolvimento dos modais atestam que há uma motivação semântica conceptual no seu desenvolvimento e que a rica polissemia desses verbos tem sido analisada a partir da hipótese de que os sentidos mais concretos, relacionados

à realidade sociofísica do homem, dão origem aos sentidos mais abstratos, epistêmicos, de possibilidade e probabilidade, relacionados a processos inferenciais. Ainda segundo essa hipótese, a trajetória concreto > abstrato, na mudança semântica, seria atestável no curso do tempo, na medida em que os sentidos mais concretos, lexicais, seriam mais antigos do que os mais abstratos e gramaticalizados. Sob essa perspectiva, os diversos sentidos de *poder* e *dever* seriam considerados pontos em *continua* de desenvolvimento, que teriam se iniciado nos usos mais lexicais e concretos e, posteriormente, teriam se tornado mais abstratos. Isso significa que auxiliares modais envolvem uma extensão motivada pelo sentido concreto, em direção a um sentido mais abstrato, gramatical, não havendo arbitrariedade na formação desses auxiliares.

Essa capacidade de abstratização dos auxiliares modais em seus vários usos discursivos é o que nos permite fazer uma escala de mais concreto para menos concreto. Vale ressaltar que os limites dessa escala nem sempre são bem definidos, havendo, portanto, um *continuum* que vai do mais concreto para o mais abstrato. Segundo Lyons (1995), os modais são por si só denotadores de *irrealis*, portanto, um verbo modal com marca de futuro constituiria uma redundância, já que os modais indicam a irrealidade e/ou subjetividade do falante.

Bybee *et al.* (1994), ao buscarem estabelecer trajetórias universais de sentidos modais, defendem que uma das trajetórias possíveis diz respeito a itens linguísticos que se referem à capacidade física e que podem ser usados para expressar capacidade mental, passando a se referir, assim, à capacidade em geral. Como exemplo, podemos citar o caso do modal *may*, do inglês, que se tornou um marcador epistêmico de possibilidade por meio de um processo de abstratização.

Segundo Costa (1995), a trajetória de desenvolvimento do modal *poder*, por exemplo, prevê que existam estágios em que o sentido fundante e os novos sentidos coexistam e que, *a priori*, o seu sentido fundante possa desaparecer gradualmente. No entanto, a autora atesta que a direcionalidade *concreto > abstrato*, na mudança linguística, não é cronologicamente verificável, na medida em que tanto a noção mais concreta (deôntica) quanto a mais abstrata (epistêmica) coexistem há séculos.

Segundo a autora, os verbos modais, em português, apresentam sinais de um processo de gramaticalização que se evidencia em três etapas distintas: (i) a auxiliarização, etapa em que perdem sua independência sintática como elementos do léxico e passam a marcadores da categoria da modalidade; (ii) a adverbialização, etapa em que se afastam das funções próprias ao elemento verbal – expressão da pessoa do sujeito e das categorias de

tempo e aspecto – e passam a se responsabilizar apenas pela expressão da modalidade; (iii) a cristalização em marcadores discursivos, quando passam a ser condicionados por regras de estruturação textual-discursiva e não mais por regras sintático-proposicionais. Esse processo de gramaticalização, segundo a autora, evidencia etapas de abstratização e metaforização, ou seja,

todos eles partem de significados bem concretos, atribuídos a sujeitos animados, normalmente sujeitos em primeira ou terceira pessoa do enunciado. Passam por alterações gradativas, tanto semânticas quanto funcionais, expressando conteúdos mais abstratos, lógicos e, a seguir, pragmático-discursivos, ao lado de sujeitos inanimados, indeterminados ou construções impessoais [...] (COSTA, 1995, p. 174).

Essa trajetória dos verbos modais baseia-se, portanto, no princípio da unidirecionalidade, na mudança semântica e na gramaticalização, partindo de conceitos mais concretos para conceitos mais abstratos.

Baseando-nos nessas proposições, apresentamos a distribuição dos verbos modais *poder* e *dever* em seus usos deônticos (menos abstratos) e epistêmicos (mais abstratos), seguidos por um verbo principal em sua forma infinitiva, formando a estrutura M + Inf. A fim de efetuarmos essa etapa da análise, dividimos as ocorrências desses verbos em *poder*₁, *poder*₂ e *poder*₃ e em *dever*₁ e *dever*₂, distribuídas de acordo com as diferentes acepções encontradas para cada verbo (VIANNA, 2000 e LOBATO, 2009). Uma vez apresentadas as acepções deônticas e epistêmicas de cada verbo, partiremos para a análise dos dados encontrados no *corpus*.

Inicialmente, cogitamos a hipótese de fazer uma análise dos verbos modais *poder* e *dever* seguindo a mesma metodologia aplicada ao verbo *ir* e às formas sintéticas e analíticas de futuro, ou seja, faríamos a análise das frequências das formas lexicais e gramaticais desses verbos, a fim de identificar o seu processo de gramaticalização. No entanto, a análise do *corpus* mostrou-nos que não havia ocorrência de *poder* em sua forma plena, sem auxiliares, em nenhuma das sincronias pesquisadas. Com o verbo *dever*, por sua vez, somente encontramos a forma plena do verbo no sentido de “possuir dívidas financeiras ou dívidas de gratidão”, como mostra o excerto (33). A ausência de formas lexicais corrobora para evidenciar que o processo de gramaticalização desses modais é anterior ao período moderno (século XVIII).

(33) [...] espero que faças visitas em nosso nome a M[*anue*]la Baroneza, tambem devemos muito a essa respeitavel Senhora e eu preso em extremo os sentimentos de gratidão, e devo-lhe grandes finezas. (Carta Pessoal 09, PM, grifos nossos)

Lembramos que não há meios de se determinar com precisão qual o grau de gramaticalização em que se encontram os verbos modais, assim como delimitar, com rigor, seus diferentes usos, uma vez que um mesmo auxiliar modal pode conter a modalidade deôntica ou epistêmica, dependendo do contexto discursivo e pragmático no qual está inserido (MATEUS *et al.*, 1983). Buscamos, portanto, agrupar os modais conforme o nível de abstratização, ou seja, o nível 1 abarca os usos menos abstratos e os níveis 2 e 3 trazem gradualmente os mais abstratos. O que se espera na análise da frequência desses itens, portanto, é observar se houve redução dos usos da modalidade deôntica [+ concreta] e aumento da frequência da modalidade epistêmica [+ abstrata]. Interessa-nos observar se houve aumento de seus usos na acepção de possibilidade/probabilidade, ou seja, na indicação de tempo futuro, daí o nosso interesse especial em analisar os usos de poder₃ e dever₂.

MODALIDADES DEÔNTICAS: *PODER*₁

- **HABILIDADE FÍSICA E/OU MENTAL:** Trata-se de uma modalidade orientada para o agente.

(34) Semana que vem devo ir começando a colocar as coisas no lugar, mas acho que vamos ficar aqui até vocês voltarem, porque ajudamos no “enruga” e incrementamos o apartamento de fofocas – que, por sinal, está dos mais ativos ultimamente, como podem imaginar. (Carta Pessoal 01, PC, grifo nosso)

(35) [...] e cultivar-se hum terreno, que póde sustentar milhões de Vassalos de Sua Magestade [...]. (Artigo Científico 01, PM, grifo nosso)

- **POSSIBILIDADE RADICAL:** Indica ausência de impedimento externo para que o sujeito (agente) realize a ação.

(36) [...] basta que o Governo determine a residência dos Índios Mongoiós na beira do Rio [...] como também para que possa por ella descer todo o Salitre [...]. (Artigo Científico 01, PM, grifos nossos)

MODALIDADES DEÔNTICAS: *PODER*₂

- **PERMISSÃO:** Indica que o sujeito tem autorização externa ou social para realizar uma ação.

(37) Isto significa que temos o total permitido para entrar no país sem pagar imposto. Somente dentro de 5 ou 6 meses podemos entrar com outra quantidade [...]. (Carta Pessoal 07, PC, grifo nosso)

- **ORDEM FRACA:** Indica que o sujeito não apenas tem autorização, mas também deve executar a ação.

(38) Mesmo se eu não escrever, vocês podem fazê-lo [...]. (Carta Pessoal 02, PC, grifo nosso)

- **CUMPRIMENTO DE REQUISITOS**

(39) A sua lã, não deixa de ser a mais áspera que cá temos, e póde servir para muitos usos. (Artigo Científico 01, PM, grifo nosso)

MODALIDADES EPISTÊMICAS: *PODER*₃

- **POSSIBILIDADE:** Indica que algum fato pode ocorrer.

(40) O número de lesões e a época de aparecimento dos sintomas podem causar queda prematura de frutos e intensa desfolha na planta, reduzindo a capacidade fotossintética de variedades suscetíveis. (Artigo Científico 03, PC, grifo nosso)

- **NECESSIDADE:** Indica uma certeza inferida a partir de dados prévios.

(41) Só pode ter sido você! (Carta Pessoal 15, PC, grifo nosso)

MODALIDADES DEÔNATICAS: *DEVER*₁

- **Obrigação Forte:** Imposta ao agente por meio de leis ou ordens de superiores.

(42) [...] trata-se de um trabalho que aspirantes deverão realizar para deixar, bem viva, a marca de sua passagem pelo 10º batalhão. (Carta Pessoal 14, PC, grifo nosso)

- **OBRIGAÇÃO FRACA:** Indica uma obrigação que é imposta ao agente, funcionando mais como recomendação.

(43) A prática do controle conjugado da cochonilla ortézia e do ácaro-da-leprose, definitivamente, não deve ser rotineira em função da frequência de aplicação para cada alvo biológico. (Artigo Científico 01, PC, grifo nosso)

MODALIDADE EPISTÊMICA: *DEVER*₂

- **PROBABILIDADE:** Certeza inferida com base em fatos reais.

(44) Está tudo numa dezordem por todos os Navios estarem fazendo agora, e o maldito cheffe sem querer sahir procurando ideas para sua desculpa. Esta vai no Pacote das Cartas que sedis o fazem sahir dous dias atras de nossa sahida que deve ser para a semana, o que Deus queira [...]. (Carta de Comércio 05, PM, grifo nosso)

Das 32.967 palavras referentes ao *corpus* do PM, 0.23% são ocorrências de *poder* e 0.027% são de *dever*. Vale ressaltar que as porcentagens apresentadas aqui se referem às diferentes funções destacadas para cada verbo modal analisado nesta pesquisa. No *corpus* referente ao PC (séculos XX e XXI), constituído de 33.349 palavras, encontramos 0.32% de ocorrência do verbo *poder* e 0.197% de *dever*. O GRAF. 11, a seguir, ilustra a porcentagem de ocorrência dos verbos *poder* e *dever* nos dois recortes temporais estudados.



Gráfico 10 – Porcentagem de ocorrência de cada verbo em relação ao total de palavras do *corpus*

Fonte: Elaborado pela autora.

A análise do GRAF. 10 permite-nos inferir que a frequência de uso dos modais *poder* e *dever* sofreu significativo aumento entre os dois recortes temporais pesquisados. O aumento gradual da frequência de uso desses modais atesta o que já foi verificado em pesquisas anteriores, que demonstram que o processo de gramaticalização desses verbos mostra-se bastante consolidado na língua, remontando às origens da língua portuguesa. Essas pesquisas comprovam que esses verbos encontram-se tão gramaticalizados que seus usos se restringem, basicamente, à forma perifrástica de modal + infinitivo (COELHO & PAULA, 2011; FERREIRA, 2000; VIANNA, 2000).

Na seção seguinte, apresentamos a análise da frequência do verbo *poder*, em ambas as sincronias pesquisadas.

4.3.1 Análise da Frequência do Verbo *Poder*

As TAB. 14 e 15, a seguir, apresentam os percentuais de ocorrência do verbo *poder*, nas três acepções descritas na seção anterior, nos dois recortes temporais, distribuídos em cada gênero textual pesquisado.

Tabela 14
Frequência do verbo *poder* – PM

TEXTO	PODER ₁		PODER ₂		PODER ₃		Total da frequência	
	Nº de Ocorrências	(%)	Nº de Ocorrências	(%)	Nº de Ocorrências	(%)	Nº de Ocorrências	(%)
CD	09	64.28	02	14.29	03	21.43	14	100
AC	32	68.09	12	25.53	03	6.38	47	100
CC	17	47.22	04	11.11	15	41.67	36	100
CP	11	50	05	22.73	06	27.27	22	100
Total Geral	69	57.98	23	19.33	27	22.69	119	100

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 15
Frequência do verbo *poder* – PC

TEXTO	PODER ₁		PODER ₂		PODER ₃		Total da frequência	
	Nº de Ocorrências	(%)	Nº de Ocorrências	(%)	Nº de Ocorrências	(%)	Nº de Ocorrências	(%)
D	01	100	---	---	---	---	01	100
AC	12	24.49	08	16.33	29	59.18	49	100
EC	21	33.87	19	30.65	22	35.48	62	100
CP	15	62.5	06	25	03	12.5	24	100
Total Geral	49	36.03	33	24.26	54	39.71	136	100

Fonte: Elaborada pela autora.

Na análise da TAB. 14, observamos que, no PM, o maior percentual de uso do verbo *poder* encontra-se na modalidade deôntica de habilidade e possibilidade (*poder*₁), com 57.98% de frequência, seguido de *poder*₃, modalidade epistêmica de possibilidade/necessidade, com 22.69%. O índice mais baixo de frequência para os usos de *poder* encontra-se em *poder*₂, com 19.33 pontos percentuais.

No PM, podemos observar que todos os gêneros textuais pesquisados apresentam ocorrências das três acepções de *poder*, com destaque para os usos de *poder*₁ nos artigos científicos (AC), com 68.09% de frequência, e nas cartas-denúncia (CD), com 64.28%. Os dados da TAB. 14 mostram-nos, também, que todos os gêneros textuais do século XVIII apresentam percentuais elevados para os usos mais concretos de *poder*₁, com índices acima dos 40%. Para os usos de *poder*₂, o destaque é o gênero artigo científico (AC), com 25.53% de frequência. Para os usos de *poder*₃, o maior percentual encontra-se no gênero cartas de comércio (CC), com 41.67 pontos percentuais. Os números mostram-nos, portanto, que, no PM, embora haja ocorrência registrada para as três acepções de *poder*, o destaque é para os seus usos mais concretos, com 57.98% de frequência para *poder*₁.

Na análise da TAB. 15, relativa ao PC, encontramos uma redução dos usos de *poder*₁, que agora aparece com 36.03% de frequência. Em contrapartida, identificamos um aumento dos usos de *poder*₂, com 24.26% de frequência, e um significativo acréscimo nos usos de *poder*₃, com 39.71%. Os dados mostram-nos que, na passagem do PM para o PC, houve significativa redução de 21.95 pontos percentuais na frequência de *poder*₁, aumento de 4.93 pontos percentuais dos usos de *poder*₂ e acréscimo de 17.02 pontos percentuais nos usos de *poder*₃. Portanto, no PC, o destaque está para os usos mais abstratos de *poder*, ou seja, *poder*₂ e *poder*₃.

Acreditamos que a ausência, nos textos jurídicos (D) do PC, de ocorrências de duas acepções do verbo *poder*, *poder*₂ e *poder*₃, deve-se ao caráter desse gênero textual, que não permite incertezas ou dúvidas, mostrando-se bastante cristalizado em sua forma, ao contrário do gênero cartas-denúncia (CD), do século XVIII, que apresentava uma forma mais livre.

A este respeito, esclarece-nos Bronckart (1999),

[...] enquanto alguns textos estão saturados de unidades de modalização, em outros essas mesmas unidades são raras ou ausentes. Essas diferenças de frequência parecem estar relacionadas ao *gênero* a que pertence o texto: as unidades de modalização poderão, por exemplo, estar quase ausentes em algumas obras enciclopédicas, em alguns manuais científicos [...], na medida em que os elementos constitutivos do conteúdo temático desses textos podem ser apresentados como dados absolutos ou ‘subtraídos à avaliação’ (*grau zero* da modalização); ao contrário, essas unidades poderão ser frequentes nos artigos científicos, nos manuais de história, [...] etc., já que, nestes, os elementos do conteúdo temático são objeto de debate, de discussão, e, portanto, de avaliação (BRONCKART, 1999, p. 334-5, *itálico do autor*).

Outro fator relevante na análise dos dados diz respeito à maior frequência de *poder*₁ nos textos científicos (AC) do PM e de *poder*₃ nesse mesmo gênero no PC. O significativo aumento de *poder*₃ pode ser atribuído ao fato de que, no século XVIII, havia menor preocupação com a modalização que se imprimia nos textos científicos. Lobato (2009), ao analisar o processo de gramaticalização dos modais em diversos gêneros textuais, atesta que

os autores de artigos científicos atuais, de maneira geral, modalizam mais do que os naturalistas setecentistas. Além de modalizarem mais, os dados também indicam que os pesquisadores contemporâneos preferem o verbo *poder* ao *dever*, pois assim seu grau de comprometimento com a verdade das afirmações se torna ainda menor (LOBATO, 2009, p.110).

Em linhas gerais, observamos que, no total geral, houve aumento dos usos de *poder*, ou seja, houve significativo aumento na frequência desse verbo, o que evidencia o seu processo de gramaticalização, como já demonstrado em pesquisas anteriores (COELHO & PAULA, 2011; LOBATO, 2009; VIANNA, 2000). A análise dos dados fornecidos pelas TAB. 14 e 15 permitiu-nos constatar, como dito anteriormente, que houve redução de 21.95 pontos percentuais nos usos de *poder*₁, aumento de 4.93 pontos percentuais nos usos de *poder*₂ e aumento de 17.02 pontos percentuais nos usos de *poder*₃. A redução dos usos de *poder*₁ e o aumento dos usos de *poder*₂ e *poder*₃ mostram-nos que houve, no PC, aumento da frequência total desse verbo, assim como uma preferência pelos seus usos mais abstratos.

Os dados da TAB. 16 mostram-nos a trajetória do verbo *poder* na passagem do PM para o PC.

Tabela 16
Trajetória da frequência total do verbo *poder* e de *poder₁*, *poder₂* e *poder₃*

Verbo	Trajetória crescente/decrescente
<i>poder₁</i>	queda de 16.94%
<i>poder₂</i>	aumento de 17.86%
<i>poder₃</i>	aumento de 33.34%
<i>Poder</i>	aumento de 6.66%

Fonte: Elaborada pela autora.

Se observarmos, portanto, os dados fornecidos pela TAB. 16, veremos, claramente, que, na passagem de uma sincronia para outra, houve queda dos usos de *poder₁* e aumento dos usos de *poder₂* e *poder₃*. Esses números revelam-nos que é visível o processo de gramaticalização do verbo e que seus usos mais abstratos (*poder₂* e *poder₃*) tornaram-se mais frequentes na língua. O que nos chama a atenção, também, é o percentual de aumento de *poder₃*, na acepção de possibilidade, funcionando como auxiliar, indicando que algum fato pode ocorrer. Daí a ideia de iminência, retomando, portanto, a noção de futuridade.

Se analisarmos o excerto (45), veremos que a perífrase, formada pelo verbo auxiliar *poder* + infinitivo, pode ser substituída tanto pela forma sintética de futuro quanto pelas perífrases *ir* (presente) + infinitivo e *ir* (futuro do presente) + infinitivo.

(45) O número de lesões e a época de aparecimento dos sintomas podem causar queda prematura de frutos e intensa desfolha na planta, reduzindo a capacidade fotossintética de variedades suscetíveis. (Artigo Científico 03, PC, grifo nosso)

(45a) O número de lesões e a época de aparecimento dos sintomas causarão queda prematura de frutos e intensa desfolha na planta, reduzindo a capacidade fotossintética de variedades suscetíveis.

(45b) O número de lesões e a época de aparecimento dos sintomas vão causar queda prematura de frutos e intensa desfolha na planta, reduzindo a capacidade fotossintética de variedades suscetíveis.

(45c) O número de lesões e a época de aparecimento dos sintomas irão causar queda prematura de frutos e intensa desfolha na planta, reduzindo a capacidade fotossintética de variedades suscetíveis.

Devemos observar que a substituição da perífrase *poder* + infinitivo pela forma sintética do verbo principal e pela perífrase com *ir* + infinitivo traz à tona questões relativas à formação do tempo futuro, relacionadas à modalidade de cada forma, seja por meio de um grau maior de certeza seja por meio de um grau maior de possibilidade. Não podemos, no entanto, afirmar que o uso da forma sintética ou da perífrase com infinitivo seja mais “eficiente” para denotar que o fato certamente ocorrerá no futuro ou se existe uma remota possibilidade de ele ocorrer. Os exemplos acima mostram que é possível estabelecer uma escala que vai da certeza até a ideia de possibilidade/hipótese, apresentando graus de certeza, de comprometimento e de vontade do falante, daí a ideia de modalidade. Vale lembrar que o falante, ao modalizar seu enunciado epistemicamente, qualifica a probabilidade de o conteúdo de uma proposição ser ou poder tornar-se verdadeiro (CASTILHO & CASTILHO, 2002).

Os GRAF. 11 e 12 ilustram os dados das TAB. 14 e 15, respectivamente.

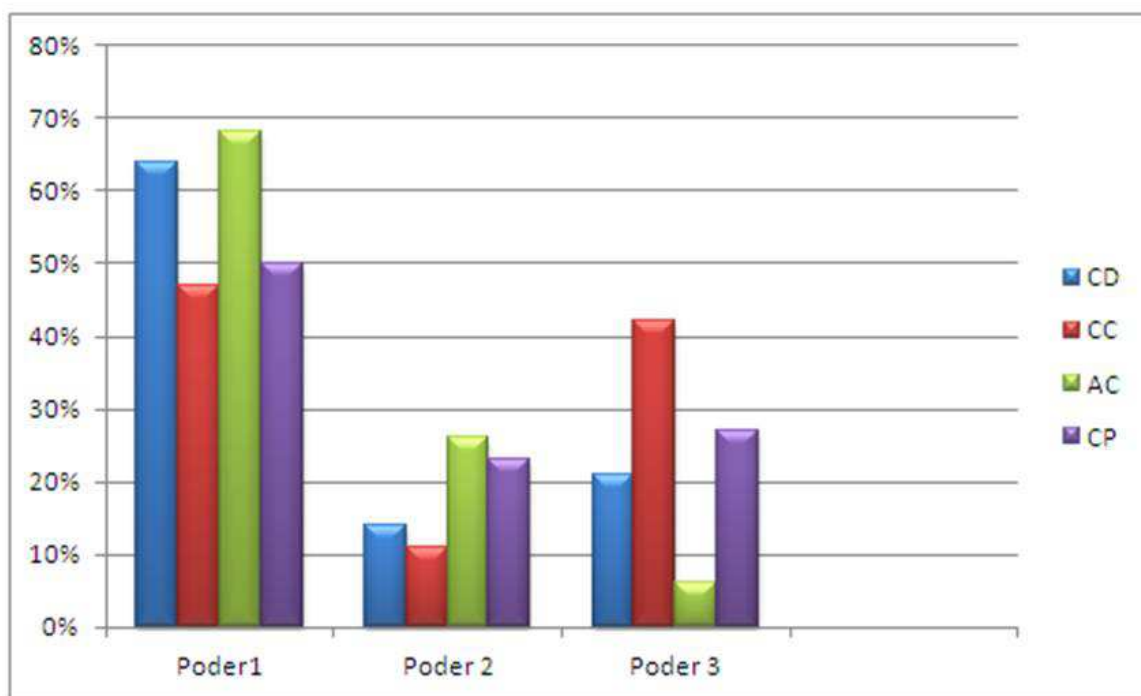


Gráfico 11 – Percentuais de ocorrência do verbo *poder* – PM

Fonte: Elaborado pela autora.

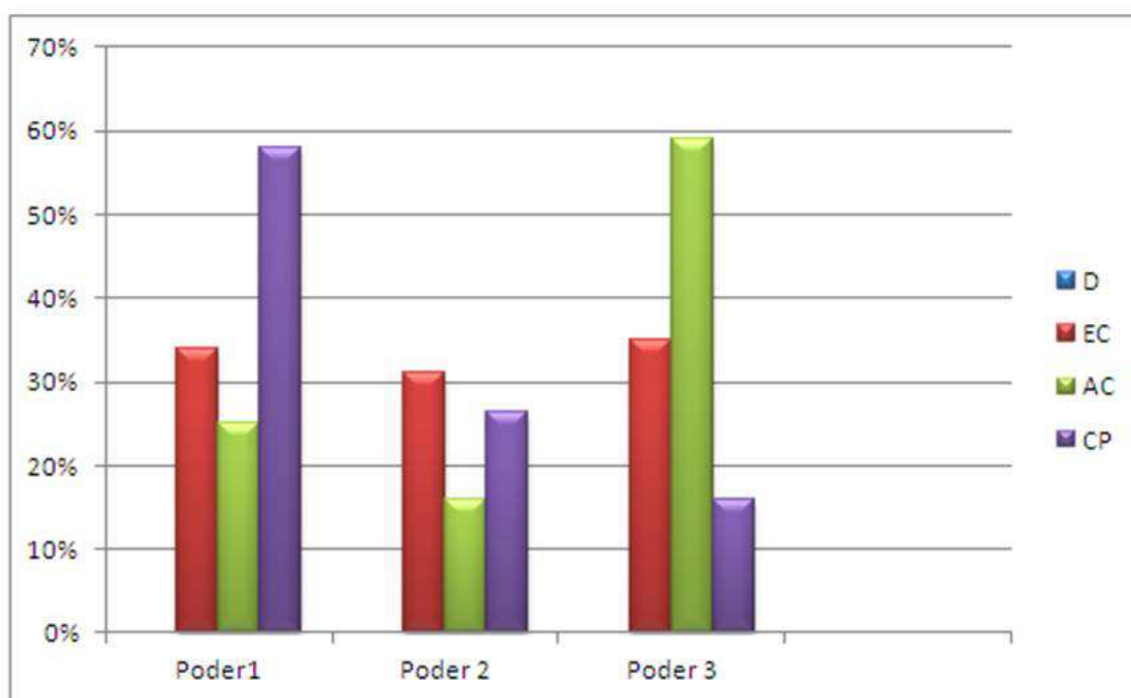


Gráfico 12 – Percentuais de ocorrência do verbo *poder* – PC

Fonte: Elaborado pela autora.

4.3.2 Análise da Frequência do Verbo *Dever*

As TAB. 17 e 18, a seguir, apresentam os percentuais de ocorrência do verbo *dever*, nos dois recortes temporais, distribuídos em cada gênero textual pesquisado.

Tabela 17
Frequência do verbo *dever* – PM

TEXTO	DEVER ₁		DEVER ₂		Total da frequência	
	Nº de Ocorrências	(%)	Nº de Ocorrências	(%)	Nº de Ocorrências	(%)
CD	07	100	---	---	07	100
AC	04	100	---	---	04	100
CC	---	---	01	100	01	100
CP	08	100	---	---	08	100
Total	19	95	01	5	20	100
Geral						

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 18
Frequência do verbo *dever* – PC

TEXTO	DEVER ₁		DEVER ₂		Total da frequência	
	Nº de Ocorrências	(%)	Nº de Ocorrências	(%)	Nº de Ocorrências	(%)
D	04	100	---	---	04	100
AC	27	87.10	04	12.90	31	100
EC	12	92.32	01	7.69	13	100
CP	04	17.39	19	82.61	23	100
Total	47	66.19	24	33.81	71	100
Geral						

Fonte: Elaborada pela autora.

A análise da TAB. 17 indica que, no PM, o destaque é para os usos de *dever*₁, com frequência de 100% nas cartas-denúncia (CD), nos artigos científicos (AC) e nas cartas pessoais (CP), ou seja, 95% da frequência total são de usos de *dever* na modalidade deôntica, indicando obrigação forte ou fraca. Apenas as cartas de comércio (CC) apresentaram, nesse período, frequência de 100% para os usos de *dever*₂, na acepção de probabilidade. Os dados da TAB. 17 permitem-nos inferir que há, portanto, nessa sincronia, predomínio dos usos mais concretos do verbo *dever*.

Os dados referentes à TAB. 18 mostram-nos um quadro bastante diverso do encontrado na TAB. 17. No PC, apenas o gênero denúncias (D) apresentou frequência de 100% para os usos de *dever*₁. Embora os percentuais de *dever*₁ ainda sejam bastante significativos, 87.10% nos artigos científicos (AC) e 92.32% nos e-mails comerciais (EC), evidenciamos uma mudança na passagem de um período para outro. Ao contrário do século XVIII, encontraremos, nos séculos XX e XXI, maior frequência nos usos de *dever*₂, com 12.90% de frequência nos artigos científicos (AC), 7.69% nos e-mails comerciais (EC) e 82.61% nas cartas pessoais (CP). Somente o gênero denúncias (D) continuou a apresentar frequência de 100% para os usos de *dever*₁. O que se vê, portanto, é um aumento nos usos de *dever* na modalidade epistêmica de probabilidade, apresentando aumento significativo dos usos de *dever*₁ e de *dever*₂. Portanto, se compararmos os dados das TAB. 17 e 18, veremos que houve significativo aumento da frequência total de *dever*, bem como redução da porcentagem de uso de *dever*₁ e aumento significativo da porcentagem de uso de *dever*₂.

Acreditamos que o predomínio de *dever*₁ nas denúncias (D), com 100% de ocorrência, pode ser atribuído à necessidade de se buscar, nesse gênero textual, a exatidão da linguagem, assim como indicar obrigação legal do cidadão, como mostrado no excerto (46).

(46) [...] pelo que requer o Ministério Público seja o mesmo citado para fins de interrogatório e defesa que, porventura, tiver, após ouvidas as testemunhas, abaixo arroladas, que deverão ser intimadas sob as cominações legais, realizadas as demais provas [...]. (Denúncia 18, PC, grifo nosso)

O predomínio de usos de *dever*₁ também é destaque nos artigos científicos (AC) e nos e-mails comerciais (EC), com índices de 87.10% e 92.32%, respectivamente. Acreditamos que, no caso específico desses dois gêneros textuais, a alta frequência de *dever*₁ deve-se ao fato de que há um recorrente tom de recomendação com o objetivo de se convencer o leitor a agir de determinada maneira, como mostram os excertos (47) e (48).

(47) A prática do controle conjugado da cochoilha ortézia e do ácaro-da-leprose, definitivamente, não deve ser rotineira, em função da frequência de aplicação para cada alvo biológico. (Artigo Científico 01, PC, grifo nosso)

(48) Prezado cliente, de acordo com o Comunicado número xxx, todas as empresas que utilizam um programa ECF deverão atualizar seu *software* de emissão fiscal. (E-mail Comercial 37, PC, grifo nosso)

Lobato (2009), ao estudar a trajetória de gramaticalização dos verbos modais, constata que, no período contemporâneo, há uma concorrência, nos textos científicos, entre os usos de *dever*₂, na modalidade epistêmica de probabilidade, e os usos de *poder*₃, na modalidade epistêmica de possibilidade⁹¹. Embora o valor semântico desses verbos não seja idêntico, a autora atesta que podemos observar que ambos os verbos indicam baixo grau de certeza por parte do falante, daí a possibilidade de uso alternado dos dois verbos.

Em nossa pesquisa, entretanto, os dados mostraram que não há concorrência entre os usos de *dever*₂ e *poder*₃ no gênero artigo científico (AC). Os números encontrados na TAB. 15, referentes à análise da frequência do verbo *poder* no PC, mostram que *poder*₃ apresenta

⁹¹ Fenômeno similar à concorrência entre *dever*₂ e *poder*₃ é abordado por Vitral *et al.* (2010), que analisam a concorrência entre os usos gramaticais dos verbos *ter* e *haver*, que teriam o mesmo valor semântico, resultando, já no período moderno, na diminuição dos usos de *haver*.

uma alta frequência, com 59.18% das ocorrências, em comparação à frequência de *dever*₂, no mesmo período, com 12.90%. Os dados nos mostram, portanto, que, nos textos científicos, os usos de *poder* na modalidade epistêmica de possibilidade/necessidade são superiores aos usos de *dever* na modalidade epistêmica de probabilidade, o que não exclui, obviamente, a possibilidade de concorrência entre esses dois modais, tendo em vista que esse fenômeno é comum nas línguas.

Em linhas gerais, o que observamos na análise dos dados referentes ao verbo *dever* é que houve aumento da frequência do verbo em 76 pontos percentuais, assim como redução do uso de *dever*₁ (mais concreto) e, conseqüente, aumento de uso de *dever*₂ (mais abstrato), com índices acima de 50 pontos percentuais. Os dados, portanto, confirmam o processo de gramaticalização do verbo *dever*, mostrando que tal processo já está consolidado na língua.

A TAB. 19 mostra-nos a frequência do verbo *dever* na passagem do período moderno para o contemporâneo.

Tabela 19
Trajetória da frequência total do verbo *dever* e de *dever*₁ e *dever*₂

Verbo	Trajetória crescente/decrescente
<i>dever</i> ₁	aumento de 42.42%
<i>dever</i> ₂	aumento de 91.30%
<i>Dever</i>	aumento de 55.05%

Fonte: Elaborada pela autora.

Os GRAF. 13 e 14 ilustram os dados das TAB. 17 e 18.

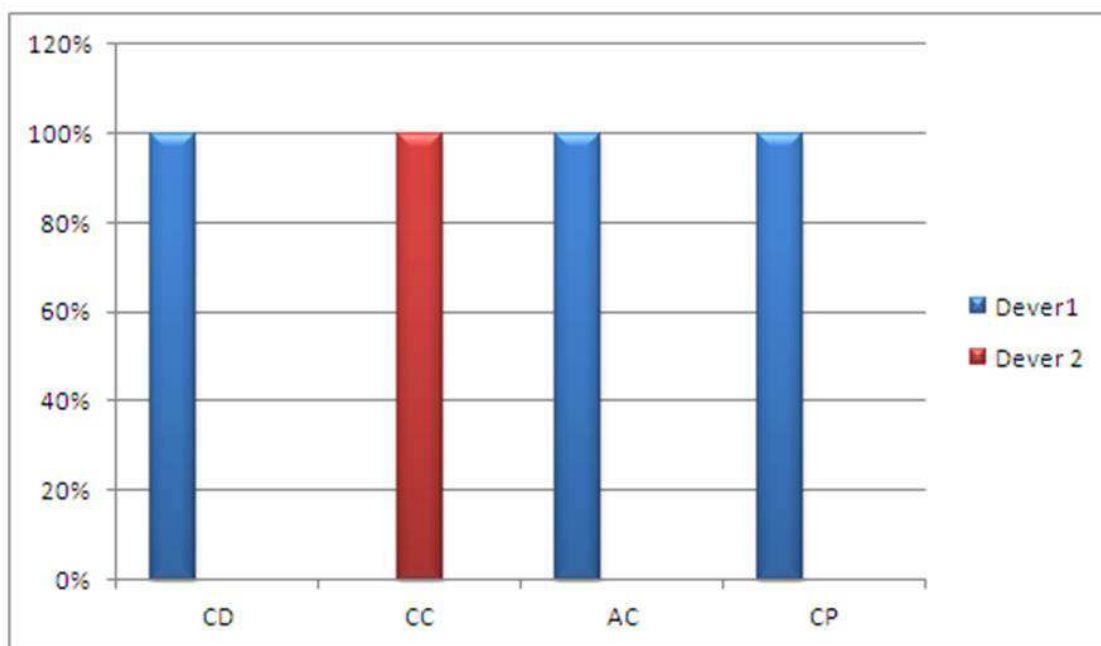


Gráfico 13– Percentuais de ocorrência do verbo *dever* – PM

Fonte: Elaborado pela autora.

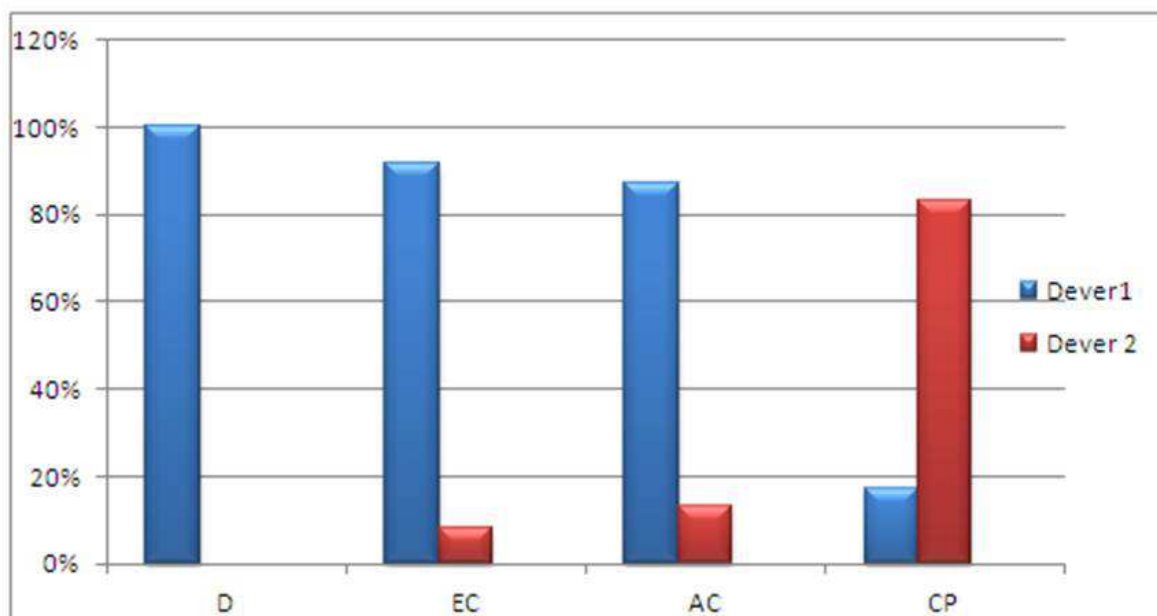


Gráfico 14 – Percentuais de ocorrência do verbo *dever* – PC

Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados, portanto, apontam claramente para o processo de gramaticalização dos verbos *poder* e *dever*, embora a gramaticalização deste último tenha se mostrado mais lenta⁹².

Assim como ocorre com o verbo *poder*, podemos identificar situações em que *dever* se comporta como um auxiliar de futuro, com a noção modal de probabilidade, como mostrado nos excertos abaixo.

(49) Devo me casar com a Maria pelo dia 19 de dezembro. Aguardem-me aí em futuro próximo. (Carta Pessoal 13, PC, grifo nosso).

(49a) Casarei com Maria pelo dia 19 de dezembro. Aguardem-me aí em futuro próximo.

(49b) Vou me casar com Maria pelo dia 19 de dezembro. Aguardem-me aí em futuro próximo.

Vale ressaltar, mais uma vez, que a substituição da perífrase *dever* + infinitivo, na acepção de probabilidade, por outras formas de marcação de futuro (formas sintéticas e analíticas com *ir* + infinitivo) possibilita-nos identificar diferentes nuances para demarcar o futuro, com diferentes graus de certeza (SILVA, 2002).

4.3.3 Análise dos verbos modais nos textos de língua oral

Nesta seção, apresentamos a distribuição dos verbos modais nos textos de língua oral, referentes ao período contemporâneo.

Das trinta e quatro mil, trezentas e noventa e nove palavras (34.399) referentes ao *corpus* de língua oral, 0.078% são ocorrências de *poder*. Nesse mesmo *corpus*, não foram encontradas ocorrências de *dever*. Das 27 ocorrências de *poder*, 12 são de *poder*₁ e 15 são de *poder*₃, não sendo encontradas ocorrências de *poder*₂, ou seja, os dados nos indicam que, nos textos de língua oral, são os usos de *poder* na acepção de habilidade física e/ ou mental e possibilidade radical (*poder*₁) e na acepção de possibilidade e necessidade (*poder*₃) que predominam, com percentuais de 44.44% e 55.56% de frequência, respectivamente. Esses números mostram-nos que, na modalidade oral da língua, a preferência é para o uso mais concreto de poder (*poder*₁) e para o uso mais abstrato de poder (*poder*₃).

⁹² Resultados similares foram encontrados em Vianna (2000) e Lobato (2009).

Os excertos (50) e (51) ilustram a ocorrência dos verbos modais encontrados nos textos de língua oral.

(50) Olha pur inquanto como eu to nu começo ainda eu não posso falá né qui isso vai durá ate o final mais eu mi interessu muito i eu achu qui qui pur mais qui eu mudi di ideia [...] (Entrevista 01, PC, grifo nosso); (*poder*₁, modalidade deôntica/habilidade física e/ou mental).

(51) Eu achu qui isso divide im psicólogos i psicólogos eu achu qui tem psicólogos qui si importam sim [...] é esse poder entre aspas qui a genti podí têdi ajudar as pessoas (Entrevista 01, PC, grifo nosso); (*poder*₃, modalidade epistêmica/possibilidade).

Se compararmos os dados de língua escrita e oral, referentes ao período contemporâneo, veremos que há mudanças significativas entre ambas as modalidades de uso da língua. Nos textos de língua escrita, encontramos melhor distribuição de usos de *poder*, com 57.89% de frequência para *poder*₁, 26.32% para *poder*₂ e 15.79% para *poder*₃⁹³. Nos textos de língua oral, foram registrados 44.44 pontos percentuais de frequência para os usos de *poder*₁ e 55.56% para *poder*₃. No gênero entrevistas, no entanto, não ocorrem usos de *poder*₂. Quanto ao verbo *dever*, observamos que, nos textos escritos do período contemporâneo, a frequência de *dever*₁ é de 68.12% e a de *dever*₂ é de 31.88%.

Assim como ocorreu com *poder*, nos textos de língua escrita encontramos ocorrências de *dever* em ambas as acepções, ou seja, como obrigação forte/fraca (*dever*₁) e como probabilidade (*dever*₂), com percentuais de 31.88% para *dever*₁ e 68.12% para *dever*₂⁹⁴. Nos textos de língua oral, não há, no entanto, ocorrências do verbo *dever*.

A análise comparativa dos dados referentes aos textos de língua escrita e oral do PC permite-nos observar que, em linhas gerais, houve aumento dos usos de *poder*₁ e *poder*₃ e redução dos usos de *poder*₂. Não foram encontrados registros do uso de *dever* na modalidade oral.

A análise dos dados encontrados no *corpus* evidencia, portanto, que os verbos modais vêm ocupando lugar de destaque cada vez maior na formação do futuro no português brasileiro, com significativo acréscimo de 91.30 pontos percentuais nos usos de *dever*₂⁹⁵ e de

⁹³ Cf. TAB. 16.

⁹⁴ Cf. TAB. 19.

⁹⁵ Cf. TAB. 19.

33.34 nos usos de *poder*₃⁹⁶. Na modalidade oral da língua, destacaram-se os usos de *poder* (*poder*₁ e *poder*₃), não sendo encontradas ocorrências de *dever*.

4.4 Considerações Finais do Capítulo

Neste capítulo, propusemos investigar, sob uma perspectiva diacrônica, o processo de gramaticalização do verbo *ir*, mostrando como a forma gramaticalizada (*ir* + infinitivo) vem substituindo, progressivamente, as formas sintéticas de futuro, principalmente na modalidade oral da língua. Investigamos, também, os processos de gramaticalização dos verbos modais *poder* e *dever*, evidenciando como esses verbos vêm ocupando papel de destaque na formação do tempo futuro na língua.

A análise dos dados, nas duas sincronias estudadas, permitiu-nos chegar a algumas considerações relevantes acerca da formação do tempo futuro no português brasileiro.

Constatamos que o processo de gramaticalização de *ir* consolidou-se na língua, tanto na modalidade escrita quanto oral, mostrando que a perífrase *ir* + infinitivo é amplamente utilizada e, significativamente, vem ocupando espaço na marcação de tempo futuro. No período contemporâneo, na modalidade escrita, dentre os quatro gêneros textuais pesquisados, três apresentaram maior frequência para as formas gramaticais do verbo, ou seja, o verbo *ir* é mais usado como marcador temporal, na função de auxiliar, do que como marcador espacial, funcionando como verbo pleno. Os e-mails comerciais (EC), as cartas pessoais (CP) e as denúncias (D) foram os textos que favoreceram a frequência da forma gramaticalizada do verbo. A exceção está no gênero artigos científicos (AC) que não apresentou ocorrência de *ir* em sua forma lexical e em sua forma gramatical. No entanto, os textos científicos contemporâneos apresentaram alta frequência dos verbos modais *poder* e *dever*, principalmente de *poder* em sua acepção de possibilidade.

Os dados apresentados comprovaram que a escolha dos gêneros textuais interfere nos resultados gerais da pesquisa. Alguns gêneros, como e-mails comerciais (EC) e cartas pessoais (CP), mostraram-se mais favoráveis às formas gramaticalizadas. Outros, como as denúncias (D), favoreceram as formas lexicais do verbo, e outros se mostraram desfavoráveis à ocorrência tanto da forma lexical quanto da forma gramatical de *ir*, caso dos artigos científicos (AC).

⁹⁶ Cf. TAB. 16.

A análise dos textos de língua oral do PC aponta para a consolidação do processo de gramaticalização de *ir*, ou seja, um aumento na frequência da forma lexical e gramatical do verbo⁹⁷. Lembramos, no entanto, que, na modalidade oral da língua, a preferência é para a forma gramaticalizada do verbo, *ir* + infinitivo.

A segunda análise empreendida mostrou-nos que a perífrase *ir* + infinitivo, após percorrer uma longa trajetória no processo de gramaticalização, vem, gradativamente, ocupando espaço na língua para demarcar o tempo futuro. Os dados encontrados mostraram-nos que, embora o uso de *ir* + infinitivo esteja se expandindo na língua, não havendo sinais evidentes do fim dessa expansão, a frequência da forma sintética, na marcação de tempo futuro é, ainda, bastante significativa, principalmente quando o gênero textual exige um caráter mais normativo e de domínio público. Acredita-se que essa preferência pela forma sintética em alguns gêneros textuais ainda seja relevante devido à crença, em muitos segmentos da sociedade, de que essa ainda é a forma de prestígio.

Dentre os gêneros pesquisados, as denúncias (D) foram as que não apresentaram nenhuma ocorrência de formas sintéticas e analíticas, ou seja, as características desse gênero não favoreceram nenhuma das formas para demarcar futuridade. São os emails comerciais (EC) e as cartas pessoais (CP) os que se mostraram mais produtivos em relação à frequência das formas de futuro, sejam elas sintéticas ou analíticas. As cartas pessoais (CP) foram as que apresentaram a maior frequência das formas analíticas, com índices acima de 50%. Esse resultado já era esperado, uma vez que o gênero cartas pessoais apresenta um menor monitoramento, favorecendo a frequência das perífrases. Por último, os artigos científicos (AC) foram favoráveis à forma sintética, que representa 100% das ocorrências nesse gênero. Na análise dos textos de língua oral, evidenciamos outro quadro. O predomínio é das formas analíticas, não sendo significativa a ocorrência de formas sintéticas.

Em síntese, podemos afirmar que, na modalidade escrita da língua, a frequência das formas sintéticas de futuro é ainda bastante significativa, chegando a 70 pontos percentuais. Na modalidade oral, no entanto, a preferência é pelo uso das formas perifrásticas, com percentuais elevados, acima de 90%.

Na última etapa de nossa pesquisa, observamos que a gramaticalização dos modais *poder* e *dever* consolidou-se na língua e que esses verbos, em suas acepções mais abstratas, acompanhados de um verbo no infinitivo, vêm, gradativamente, funcionando como perífrase marcadora de futuro.

⁹⁷ Cf. TAB. 6.

Os dados encontrados permitiram inferir que, na passagem do PM para o PC, houve redução dos usos mais concretos de *poder* (*poder*₁) em oposição a um aumento da frequência das formas mais abstratas do verbo (*poder*₂ e *poder*₃). Apenas os textos jurídicos (D) não apresentaram ocorrência das formas mais abstratas de *poder* (*poder*₂ e *poder*₃). Como afirmamos anteriormente, acreditamos que a ausência das formas mais abstratas de *poder* nas denúncias (D) deveu-se ao fato de esse gênero não permitir incertezas ou dúvidas devido às suas características e à sua forma mais cristalizada (LOBATO, 2009).

Em linhas gerais, observamos que, no total geral, houve significativo aumento da frequência de *poder*, o que evidencia o seu processo de gramaticalização, como já afirmado em pesquisas anteriores (VIANNA, 2000; LOBATO, 2009).

Os dados obtidos na pesquisa mostram que houve significativo aumento da frequência de *poder*₃, indicando possibilidade. O que se observa, portanto, é um significativo aumento na ocorrência das formas mais abstratas desse verbo, com acréscimos de mais de 30 pontos percentuais na passagem do PM para o PC⁹⁸.

Na passagem do século XVIII para o XX, observamos, com o verbo *dever*, fenômeno similar ao que ocorreu com o verbo *poder*, ou seja, aumento da frequência total desse verbo, assim como aumento dos usos das formas mais abstratas de *dever* (*dever*₂), isto é, um aumento da frequência desse verbo na modalidade epistêmica de probabilidade.

Na comparação entre as modalidades escrita e oral, no PC, podemos constatar que houve aumento das frequências de *poder*₁ e *poder*₃, ou seja, os dados revelam que houve aumento tanto da frequência da forma mais concreta do verbo *poder* quanto de seus usos mais abstratos. Na modalidade oral da língua, não foram registradas ocorrências de *dever* em nenhuma de suas acepções.

Mediante o exposto, podemos assinalar que a formação do futuro em português apresenta-se como um processo ainda em expansão e que há fortes evidências que nos permitem inferir que muitos desses processos de formação do futuro, principalmente o perifrástico, vêm se caracterizando como casos de gramaticalização em curso, independente de seu caráter passageiro ou não. Não podemos deixar de enfatizar que, embora o destaque seja para a perífrase *ir* + infinitivo, os dados mostraram-nos que é gradativo o aumento de frequência de outras perífrases para demarcar futuridade na língua, como as perífrases formadas pelos verbos modais. Veremos, ainda, no capítulo 5, as perífrases com gerúndio, formadas com os auxiliares *ir* e *estar*.

⁹⁸ Cf. TAB. 16.

Por último, também não podemos nos esquecer de que, assim como na passagem do latim vulgar para o romance e, posteriormente, para o português, a mudança de uso de um futuro sintético para um futuro perifrástico se deu através de um processo de gramaticalização cujas mudanças são lentas, graduais e contínuas, como todo processo de mudança linguística.

5 **CAPÍTULO 5 – O GERÚNDIO NA MARCAÇÃO DE TEMPO FUTURO**

Dando continuidade ao estudo das perífrases verbais de futuro, propomos, neste capítulo, investigar o futuro perifrástico com gerúndio, associado aos verbos *ir* e *estar*, popularmente conhecido como *gerundismo*, uma vez que o uso dessa perífrase, no universo das possíveis formas indicadoras de futuro em português brasileiro, é um fenômeno relativamente recente e que, ao longo de uma década, vem sendo bastante discutido em vários segmentos de nossa sociedade, tanto no meio acadêmico, quanto fora dele.

Para a análise do fenômeno do *gerundismo*, apresentamos, na seção 5.1, um breve histórico de como surgiram as primeiras perífrases para marcar o tempo futuro no latim e, posteriormente, nas línguas românicas, dando ênfase à noção de *relevância do presente* proposta por Fleischman (1982), que entendemos ser de fundamental importância para a compreensão de uma motivação funcional para a formação das perífrases marcadoras de futuro. Na subseção 5.1.1, tratamos, mais especificamente, das construções gerundivas, formadas por um verbo principal mais gerúndio.

Em seguida, analisamos, na seção 5.2, o futuro perifrástico com *ir* + *estar* + gerúndio do ponto de vista (i) de sua repercussão nos meios de comunicação de massa (com destaque para a mídia escrita e para a televisão) e (ii) de seu tratamento em trabalhos desenvolvidos no âmbito da linguística teórica e descritiva. A partir dessa discussão, teceremos algumas considerações finais a respeito do fenômeno sob investigação na seção 5.3. Vale lembrar que a perífrase *ir* + infinitivo + gerúndio, assim como *ir* + infinitivo, remete-nos à ciclicidade das formas de futuro, em que formas analíticas vêm, gradativamente, substituindo formas sintéticas, remontando a todo um processo cíclico explicável pela questão modal/temporal (FLEISCHMAN, 1982)

5.1 A Formação das Perífrases Verbais de Futuro

Como vimos nos capítulos anteriores, a história das línguas tem demonstrado que construções verbais estão em constante processo de renovação. Ao lado de formas sintéticas, atesta-se também a existência de formas analíticas ou perifrásticas, que parecem estabelecer uma relação cíclica através da qual, em diferentes momentos do desenvolvimento das línguas, uma das duas construções se estabelece como a forma canônica de expressão verbal.

No caso específico das formas verbais relacionadas à expressão da futuridade nas línguas românicas, esse padrão cíclico é, de fato, atestado. Em latim vulgar, o tempo verbal futuro era formado a partir da forma compacta do verbo *habere*, no presente do indicativo, seguida de um verbo principal no infinitivo (*habeo + cantare*). Essa construção perifrástica foi, contudo, substituída ao longo do tempo por meio de processos de gramaticalização que deram origem ao futuro sintético nas línguas românicas (*cantare habeo > cantare hei > chanterai > cantarei*) (cf. Capítulo 1).

O verbo *habere* foi usado, inicialmente, como modal deôntico (*laudare habeo – hei de louvar, devo louvar*) para, a partir daí, ser usado como morfema temporal (*louvar – ei*). Em meados do século XII, por meio de processos de gramaticalização, a perífrase sofreu aglutinação, na medida em que passou a indicar um sentido de futuridade.⁹⁹ No século XV, a forma passou a ser de uso coloquial, expressando predição, sendo encontrada também no discurso formal e literário nos séculos XVI e XVII (FLEISCHMAN, 1982).

Interessantemente, em português arcaico, ao lado do futuro do presente (*cantare habeo*) que resultou na forma sintética gramaticalizada das línguas românicas, já se encontrava também a perífrase formada por *ir* + infinitivo (MATTOS E SILVA, 1993), que veio a se tornar altamente produtiva em português brasileiro contemporâneo, em detrimento de seu contraponto sintético (SILVA, 2002).

Fleischman (1982), em sua análise da implementação da forma analítica de futuro, atesta que a perífrase formada com *ir* surgiu no espanhol, no francês e no português a partir dos séculos XIII e XIV. Nessas línguas, a construção na qual o verbo *ir* sofre reestruturação sintática, e é usado como auxiliar, passou a ser generalizada na fala coloquial durante os séculos XVI e XVII e seu uso vem, desde então, aumentando.¹⁰⁰ Já na língua inglesa, a forma analítica de futuro, mais conhecida como *Go Future*, surgiu provavelmente no ano de 1482, tendo atingido, atualmente, grau relativamente avançado de gramaticalização¹⁰¹ (cf. Capítulo 1).

⁹⁹ Pesquisas acerca dos processos de gramaticalização das formas verbais têm revelado que, em diversas línguas, o futuro se desenvolve a partir de fontes lexicais e que a mudança semântica pelas quais passam essas formas é acompanhada de redução na morfologia, com conseqüente perda da independência do morfema marcador de futuro, que se funde com material adjacente (BYBEE *et al.*, 1994).

¹⁰⁰ Segundo Enriquez (2009), a predominância das formas perifrásticas, muito frequentes na língua oral, tanto no português brasileiro quanto no europeu, tem se mostrado maior do que no espanhol americano, com o aumento gradual da perífrase *irei* + infinitivo, desconhecida no castelhano, que vem, gradativamente, substituindo a forma morfológica (*irei*).

¹⁰¹ Hopper e Traugott (1993), ao estudarem as mudanças sofridas pelo verbo *to go* (*ir*) em inglês, mostram que o seu processo de gramaticalização em perífrase de futuro se encontra em estágio bastante avançado, ou melhor, encontra-se no último estágio do processo, ocorrendo redução fonética em que *going to* varia com *gonna* e até mesmo com *gon*.

Independentemente da generalização ou do estágio atual de gramaticalização da perífrase *ir* + infinitivo nessas línguas, Fleischman (1982) chama atenção para o fato de que essa forma analítica de futuro recebeu, ao longo do tempo, uma série de significados, a saber:

(I) *Futuro próximo* ou *imediatamente* (*Immediate or Proximal Futurity*): expressa que a ação poderá se realizar imediatamente após o Momento de fala (MF);

(II) *Iminência* (*Imminence*): expressa uma ação que está para ocorrer no Momento de referência (MR), uma vez que a perífrase *ir* + infinitivo é capaz de transmitir sentido de ação iminente;

(III) *Intenção* (*Intentionality or Intentional Present*): a forma *to be going* do inglês, equivalente à forma *ir* + infinitivo do português, tem sido considerada auxiliar de intenção, daí a denominação de Comrie (1976) de “presente intencional”, que contém marcas de uma situação futura, podendo ser realizada ou não;

(IV) *Presente inceptivo* (*Inceptive Present*): situa um evento que tem início no presente e que se estende para o futuro, constituindo-se, portanto, em um futuro que nasce no presente;

(V) *Ulterior* (*Ulterior*): é uma atribuição à forma *ir* + infinitivo. “A iminência contida no sentido de ulterior não vem da proximidade cronológica do evento expresso, mas do ponto de vista presente que se tem do evento” (FLEISCHMAN, 1982, p. 18).

Baseando-se nesse conceito de ulterioridade, amplamente difundido por Damourette & Pichon (1936 *apud* FLEISCHMAN, 1982), Fleischman (1982), ao tratar do processo cíclico de alternância entre formas simples e formas analíticas de futuro, propõe que as formas perifrásticas estejam relacionadas a um fator aspectual que vincula o *agora* ao *não agora*, denominado **relevância do presente** e definido como:

[...] uma noção *aspectual* que assinala o estabelecimento de uma conexão entre o 'agora' e o 'não agora'; um evento cronologicamente não presente (passado ou futuro) é visto como *psicologicamente* associado ao tempo presente (DAMOURETTE; PICHON, 1936 *apud* FLEISCHMAN, 1982, p. 18) (itálicos da autora; tradução nossa).¹⁰²

¹⁰² “[...] an *aspectual* notion signaling the establishment of a connection between ‘now’ and ‘not-now’; a chronologically nonpresent (past or future) event is viewed as *psychologically* linked to present time” (DAMOURETTE; PICHON, 1936 *apud* FLEISCHMAN, 1982, p. 18) (itálico da autora).

Segundo a autora, a noção de *relevância do presente* abrange tanto a noção de presente inceptivo, em que um evento futuro resulta de circunstâncias presentes, quanto a noção de presente retrospectivo, em que ocorrências passadas têm repercussões presentes (*acabar de*). O que se observa é que o evento *não agora* está, de alguma maneira, ligado ao presente do falante.

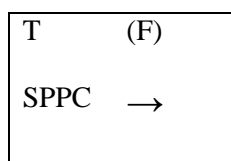
Para a Fleischman (1982), termos como *futuro próximo*, *futuro imediato*, *intencionalidade*, *iminência* e outros que são atribuídos à forma perifrástica de futuro são, na maioria das vezes, vagos e imprecisos, sobrepondo-se e permitindo uso intercambiável. Para a autora, o mais importante a se ressaltar a respeito das perífrases verbais de futuro é a *relevância do presente*, ou seja, as formas futurizadas são tempos verbais relativos ao presente psicológico do falante, sendo o futuro visto pelo falante como proveniente do presente.

Além de Fleischman (1982), Imbs (1960 *apud* SILVA, 2002) também propõe uma distinção entre a forma sintética de futuro, a que o autor denomina simplesmente *futuro*, e as formas futurizadas, formadas pelas perífrases verbais. Para o autor, as formas futurizadas estão ligadas à noção de presente, ou seja, “o porvir expresso pelas formas futurizadas é desencadeado por um estado de coisas presente” (p.87), ao passo que “o futuro do presente está contido nele mesmo; é uma época quase autônoma, completamente desligada do presente, com o qual opera uma ruptura” (p.87).

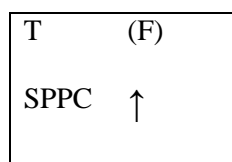
Close (1977 *apud* SILVA, 2002), ao também fazer distinção entre o futuro e as expressões futurizadas, postula que a diferença entre essas duas formas encontra-se no *ponto de interesse do falante* (*speaker's point of primary concern* = SPPC), que pode estar voltado tanto para o presente quanto para o futuro.

A título de ilustração da proposta do autor, em (1), o SPPC encontra-se em T (momento presente), com o interesse do falante voltado para o pós-presente. Já em (2), o SPPC encontra-se no F (futuro).

(14) *He's going to leave tomorrow.*



(15) *He will leave tomorrow.*



Comrie (1985) também defende a ideia de que as formas futurizadas são cooptadas do tempo presente. Além disso, para o autor, os únicos tempos verbais que se distinguem são o *passado* e o *não passado*. Para apresentar evidências a favor dessas ideias, Comrie mostra que, na maioria das línguas europeias, o tempo verbal futuro é uma categoria fraca ou secundária, ou seja, esse tempo é relegado a um segundo plano, sendo realizado, na maioria das vezes, pela forma do presente.

Em alemão, finlandês e húngaro, por exemplo, o tempo verbal futuro é muito pouco usado na fala coloquial, sendo a ideia de futuro normalmente expressa pelo tempo verbal presente.¹⁰³ No entanto, o autor destaca que, ao contrário do que ocorre em línguas prospectivas como o alemão, o finlandês e o húngaro, em línguas como o português, apesar de o tempo presente também poder ser usado para se referir ao futuro, há algumas restrições quanto ao seu uso. Em português, a preferência é pelo uso das perífrases verbais para marcar o futuro, todas elas oriundas do tempo presente.

Em conclusão, o que podemos depreender das propostas de Imbs (1960 *apud* SILVA, 2002), Close (1977 *apud* SILVA, 2002) e Comrie (1985) é que, em maior ou menor grau, elas ecoam a noção de *relevância do presente* proposta por Fleischman (1982), reforçando a ideia de que as formas futurizadas são não só construções morfológicamente oriundas do tempo presente, nas quais o futuro é expresso por um auxiliar no presente e uma forma nominal do verbo, mas também tempos verbais relativos ao presente psicológico do falante.

¹⁰³ Em alemão, o presente futuro, por exemplo “*Ich gehe morgen*” (*Eu vou amanhã*), é mais usado na fala coloquial, substituindo a forma futura de “*Ich werde gehen*” (*Eu irei*). O mesmo ocorre em finlandês, em que o presente futuro é mais utilizado “*Mina menen huomenna*” (*Eu vou amanhã*) do que a forma “*Mina tulen menemaan*” (*Eu irei*). Em húngaro, a forma “*Bolnap megyek*” (*Amanhã vou*) é mais utilizada para expressar futuro no lugar de “*Fogok menni*” (*Irei*) (COMRIE, 1985).

5.1.1 As Perífrases de Futuro com Gerúndio no PB

Outra manifestação da tendência analítica do português brasileiro contemporâneo é o uso cada vez mais recorrente de construções que envolvem gerúndio (LONGO; CAMPOS, 2002; VIOTTI; SCHER, 2003; MENON, 2004).

Barbosa (1999) mostra-nos que, já em meados do século XVIII e início do século XIX, dentre as duas variações da função gerundiva na língua portuguesa, foi a forma *estar + -ndo*, mais conservadora, que se cristalizou no Brasil Colônia. Os usos do infinitivo gerundivo, (*a + infinitivo*), no entanto, passaram a ser usados somente pelos portugueses.

Uma outra inferência possível refere-se ao fato de haver, na sociedade colonial brasileira, de fato, a convivência entre duas normas distintas, paralelas aos dois grupos em que se dividiam os súditos da coroa portuguesa na América: uma norma dos falantes de português nascidos e habitantes no Brasil e outra dos falantes nascidos e crescidos em Portugal. Uma vez transferidos para a colônia, esses portugueses já poderiam ser identificados pelas diferenças, ao menos, por conta das variantes em incipiente mudança que hoje estabelecem traços de inovação no português europeu e, por consequência, traços de conservação no português do Brasil. Ao dizer, por exemplo, «*estava subindo*», o falante brasileiro conserva a norma geral de uso do século XVIII, ao passo que o falante português, ao dizer «*estava a subir*», apresenta o resultado de uma inovação que estava em incipiente propagação à mesma época (BARBOSA, 1999, p. 248).

Menon (2004), ao pesquisar as perífrases verbais com gerúndio, confirma que essas construções sempre foram produtivas na língua portuguesa e que é no português de Portugal que houve mudança para a forma *a + infinitivo*. Dessa maneira, segundo a autora, o português do Brasil teria conservado a construção tradicional da língua portuguesa.

Cunha (1986), em seus estudos acerca de “conservação” e “inovação” no português brasileiro, também descreve o gerúndio como um dos casos de mudança linguística em que o Brasil mostra-se mais conservador que Portugal: enquanto os brasileiros continuaram usando a forma clássica e mais antiga, os portugueses foram substituindo, gradativamente, o gerúndio (*estou falando*) pelo infinitivo gerundivo (*estou a falar*).

No PB hodierno, podemos encontrar várias possibilidades de uso para o gerúndio: o circunstancial, o adjetivo, o coordenado, o narrativo, o exclamativo, o interrogativo e, o que nos interessa particularmente, as perífrases verbais. Em todos esses usos, a forma nominal gerundiva, associada a um verbo auxiliar, marca diferentes aspectos da execução verbal.

Cabe ressaltar, contudo, que o gerúndio românico não realiza distinções da categoria de tempo (passado, presente e futuro), ou seja, não possui valor temporal próprio,

expressando apenas uma ação simultânea à principal. Logo, a temporalidade do gerúndio liga-se à temporalidade do verbo de que depende, acompanhando os valores de tempo deste.

Apesar, portanto, de não expressar Tempo (nem, conseqüentemente, Modo), o gerúndio é capaz de expressar Aspecto, a saber, imperfectivo em curso, isto é, processo (CAMPOS, 1980; COSTA, 1997). Segundo Castilho (1968), o gerúndio é justamente uma das formas verbais que, por meio da flexão verbal, indica o aspecto imperfectivo cursivo, como se pode verificar com o presente e imperfeito do indicativo e com algumas perífrases.

Para o autor, essa imperfectividade se estabelece de maneira direta quando o gerúndio se encontra em orações narrativas, independentemente dos limites de início e término da ação narrada. Nas orações subordinadas, todavia, o valor aspectual do gerúndio estará sujeito ao verbo da oração principal: se o aspecto do verbo principal for imperfectivo, a ação será imperfectiva; se for perfectivo, a ação do gerúndio ocorrerá dentro dos limites impostos pelo verbo principal. Além disso, o autor enfatiza que, dependendo do valor semântico do verbo que está no gerúndio, a ação imperfectiva pode adquirir um valor progressivo ou inceptivo-progressivo.

Outro estudo sobre a função do gerúndio em português é o de Cunha (1986), para o qual há duas formas de se perceber o gerúndio: uma simples e outra composta. Na forma simples, encontramos uma ação em curso, podendo esta ser imediatamente anterior ou posterior à ação do verbo da oração principal, ou ainda contemporânea a ela. Já na forma composta, o gerúndio é usado ou para expressar uma ação em curso ou uma ação simultânea a outra, ou ainda para exprimir uma ação de progressão indefinida.

O autor também argumenta que, em composição com os auxiliares *estar*, *andar*, *ir* e *vir*, o gerúndio assinala um aspecto durativo ou continuado, mas marca diferentes aspectos da execução do processo verbal a depender do auxiliar ao qual se liga: com o auxiliar *estar*, seguido de gerúndio, identificamos uma ação durativa em determinado momento (cf. 3); com o verbo *andar*, é indicada uma ação durativa, em que predomina a ideia de intensidade ou de movimentos reiterados (cf. 4); com o verbo *ir*, expressa-se uma ação durativa que se realiza progressivamente ou por etapas sucessivas (cf. 5); e, por fim, com *vir*, seguido de gerúndio, é expressa uma ação durativa que se desenvolve gradualmente em direção à época ou ao lugar em que se encontra o enunciador (cf. 6).

(3) Nossa, mas...não tô conseguindo lembrar. (Entrevista 03, PC) (grifo nosso)

(4) O país anda vivendo dias de incerteza quanto ao futuro político. (grifo nosso)

(5) Os cursos vão indo normalmente, (também) e já comecei a receber a bolsa normalmente (a partir de março) (Carta Pessoal 02, PC) (grifo nosso).

(6) A gramática não explica como tal expressão vem sendo usada pelos brasileiros. (grifo nosso).

Nas conjugações perifrásticas com gerúndio, o verbo auxiliar mais usual em português contemporâneo é *estar*, em qualquer de seus tempos, embora ao lado de *estar* também apareça o auxiliar *ir*, como já acontecia no latim vulgar, e.g. “*Errando vadit quasi caecus*” (*Vai errando como um cego*).¹⁰⁴ Segundo Câmara Jr. (1976), a diferença entre os auxiliares *estar* e *ir* reside precisamente numa oposição entre duração estática e duração dinâmica (movimento em progressão) do evento, aspectos que, como verbos indicadores de movimento, *estar* e *ir* são capazes de imprimir à perífrase.

Ainda que os diferentes tipos de formações compostas por auxiliar (*estar*, *andar*, *ir* e *vir*) mais gerúndio divirjam em termos de nuances aspectuais e de faixa de frequência na língua, o que é relevante para este estudo é que todos eles parecem assinalar um aspecto geral de ação durativa, configurando-se como uma das instâncias de expressão da futuridade em PB.

5.2 O Futuro Perifrástico com *ir* + *estar* + *gerúndio*

5.2.1 A Percepção da Inovação

No contexto de tendências por formas analíticas de expressão da futuridade em português brasileiro (*ir* + infinitivo e *estar* + gerúndio), a construção perifrástica *ir* + infinitivo (*estar*) + *-ndo*, popularmente nomeada de *gerundismo*, é uma inovação que tem despertado grande interesse na comunidade de fala do PB ao longo da última década.

Os meios de comunicação de massa (imprensa escrita, televisão e rádio) geralmente criticam, de maneira bastante severa e através de inúmeros artigos e programas dedicados ao “bem falar” e ao “bem escrever”, essa construção de uso aparentemente novo na língua. Esse conjunto de textos veiculados na mídia, apesar de apresentar concepções de língua claramente errôneas e destituídas de qualquer validade científica, constitui, contudo, um valioso registro de processos de variação e mudança linguística¹⁰⁵.

¹⁰⁴ No que se refere à perífrase formada pelo auxiliar *estar* seguido de gerúndio, devemos lembrar que essa construção não existia em latim.

¹⁰⁵ No caso das línguas românicas, por exemplo, um dos documentos mais preciosos para a reconstituição da história das transformações do latim é o *Appendix Probi*, provavelmente escrito em Roma no século III. Nele o autor, “listando 227 palavras, indicava lado a lado a forma que ele considerava correta em oposição à forma que

No caso específico da construção *ir + estar + gerúndio*, em 05 de abril de 2001, o telejornal *Hoje*, da Rede Globo, apresentou matéria de Mariana Kotscho sobre um “novo vício de linguagem”, aparentemente surgido em São Paulo: o *gerundismo* (ANEXO A). A reportagem citou como uma das causas do surgimento desse fenômeno linguístico a tradução imperfeita dos manuais de centros de atendimento telefônico (*telemarketing*).

Como Kotscho, Sérgio Nogueira Duarte, na coletânea de artigos sobre a língua portuguesa intitulada *Língua Viva: uma análise simples e bem-humorada da linguagem do brasileiro*, publicada originalmente no *Jornal do Brasil* e reeditada em cinco volumes pela Editora Rocco, também considera as perífrases verbais formadas por *ir + estar + gerúndio* como “frases mal construídas” (ANEXO B). Além disso, o autor argumenta, por um lado, que tais expressões caíram no gosto popular porque muitos as entendem erroneamente como “não só corretas, mas construídas de forma mais culta”, e por outro, que:

[...] o ‘gerúndio está na raiz de grande parte dos males do país’. Afinal, ninguém resolve nada, estão sempre ‘resolvendo’; ninguém providencia nada, estão sempre ‘providenciando’; ninguém conclui nada, estão sempre ‘concluindo’ (DUARTE, 2002, p. 33.).

Os supostos “males” do gerúndio também são denunciados em *A invasão dos gerúndios assassinos: um artigo que vai estar falando mal dessa mania de estar inserindo verbos só para enrolar os outros*, publicado na revista *Você S.A.*, em uma seção intitulada “Problema Seu”, produzida pelo jornalista David Cohen (ANEXO C). Para o autor, “o abuso do gerúndio ocorre em situações mais ou menos específicas. Geralmente, quando alguém está tentando nos enrolar” (COHEN, 2000, 217).

Em outro artigo, intitulado *Uma praga chamada gerundismo*, de Natália Andreotti, publicado no jornal *Folha de Araçatuba* (ANEXO D), o gerúndio, além de “irritante”, é caracterizado como uma instância de *hipercorreção*:

Outra constatação dos professores é que o gerundismo é bastante comum entre os operadores de *telemarketing*, secretárias e telefonistas em geral. “Acredito que isso acontece porque esses profissionais passam por um treinamento padronizado. Eles pensam que o gerúndio dá a impressão de educação, mas na verdade é uma cortesia irritante, pois a fala deixa de ser natural”. [...] Quem se utiliza desse “falso eruditismo” é um grupo de pessoas mal-informadas. [...] O excesso de gerúndio pode ser classificado como uma hipercorreção (preocupação em falar bem, que redundando em erro), assim como outras expressões que empobrecem cada vez mais a língua portuguesa, como “com certeza”, “tipo assim” e “a nível de” (ANDREOTTI, 2003, p. 218).

ele considerava incorreta” (FARACO, 1991, p. 123). Desse modo, apesar de prescritivo, tal documento é um valioso registro das mudanças linguísticas do latim para o português.

Assim como Andreotti e os demais articulistas supracitados, Pasquale Cipro Neto, em artigo intitulado *Que história é essa de “vamos estar providenciando”?*, publicado pelo jornal *O Globo* no encarte “Ao pé da letra” (ANEXO E), também critica o uso da perífrase *ir + estar + gerúndio*.

Pronto! Bastou alguém com ares de erudição traduzir ao pé da letra uma expressão legítima e comum em inglês para que a praga pegasse em português. O pior é que esse tipo de frase passa uma incrível impressão de coisa nobre, refinada. É preciso falar assim para estar na moda. [...] O problema é que a maioria das pessoas alimenta a velha idéia de que em língua formal basta dizer algumas palavras e expressões “difíceis” para que o discurso seja bom. Para variar, não se pensa no verdadeiro *xis* da questão, que é a ordenação das idéias, o pensamento lógico, a estrutura clara, a correção gramatical, a linguagem adequada. [...] Se você trabalha com o público, preste atenção. Veja se também não se rendeu à tentação. Se o fez, pare para pensar. (CIPRO NETO, 2001, p. 219)

Em publicação da revista *Época* de 8 de dezembro de 2003 (n. 290), na reportagem de Isabel Clemente sobre o crescimento de empresas de *telemarketing*, aparece uma pequena nota intitulada *A Mania do Gerúndio* na qual fica claro que, além de à expressão gerundiva com *ir* e *estar* ser atribuído um juízo de valor negativo por parte da comunidade de fala do PB, o uso da expressão passou a ter consequências danosas para seus falantes:

“Vou estar transferindo a sua ligação em seguida”. Quem nunca ouviu algo assim de um operador de *telemarketing* um dia “vai estar ouvindo”. A mania, condenada por dez em cada dez professores de português, é das mais difíceis de consertar, lamenta a consultora A. M. M. “É irritante. Tanto que decidimos desclassificar na seleção quem fala assim”, garante. Nas empresas, a orientação é falar no presente, o que nem sempre funciona. Fluente na conversa, a operadora L. T., de 24 anos, admite já ter falado assim. Uma vez só. Sobre o porquê de tanto atendente abusar do gerúndio, arrisca: “Acho que é uma forma de ganhar tempo” (CLEMENTE, 2003) (grifo nosso).

Em *O gerúndio é só pretexto* (ANEXO F), Pereira Júnior, diferentemente dos demais articulistas, chega a fazer a concessão de que a locução “*vou estar + gerúndio*” é legítima nos casos em que se quer comunicar a ideia de uma ação que ocorre no momento de outra — assim, sentenças como *Vou estar dormindo na hora da novela*, seriam adequadas ao sistema da língua —, bem como nos casos em que o verbo principal no gerúndio exprime a ideia de ação ou processo duradouro ou contínuo (*Amanhã vai estar chovendo*, *Amanhã vou estar trabalhando o dia todo*). Todavia, o autor condena como erro os casos em que se usa a perífrase para falar de uma ação específica, pontual, em que não há preocupação com a duração do evento; nesses casos, o autor sugere o uso do infinitivo, uma vez que essa forma nominal do verbo não dá ideia de uma ação em curso, mas sim de uma ação pontual. Nas

palavras do autor, “ao adotar o gerúndio numa construção que não o pedia, a pessoa finge indicar uma ação futura com precisão, quando na verdade não o faz”.

Fato é que o alarme em torno *gerundismo* foi tão grande que o próprio gerúndio foi oficialmente “demitido” no Distrito Federal em decreto de número 28.314, de autoria do governador José Roberto Arruda, publicado no *Diário Oficial* da União em 2007¹⁰⁶:

Decreto nº 28.314, de 28 de setembro de 2007.

Demite o gerúndio do Distrito Federal, e dá outras providências.

O governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:

Art. 1º - Fica demitido o Gerúndio de todos os órgãos do Governo do Distrito Federal.

Art. 2º - Fica proibido a partir desta data o uso do gerúndio para desculpa de INEFICIÊNCIA.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de setembro de 2007.

119º da República e 48º de Brasília
 JOSÉ ROBERTO ARRUDA

Ainda que haja, obviamente, muito a objetar quanto à maneira como as figuras públicas supracitadas trataram do fenômeno do *gerundismo* na imprensa brasileira, revelando total desconhecimento acerca do funcionamento das línguas e apresentando uma visão fundamentalmente normativa, não há dúvida de que seus artigos e decretos consistem em prova testemunhal da existência e da consolidação da construção *ir + estar + gerúndio* na comunidade de fala do português brasileiro.

Por sua vez, a partir de uma perspectiva essencialmente descritiva, Possenti (2005, *inter alia*) foi um dos primeiros linguistas a se pronunciar publicamente a respeito do fenômeno do *gerundismo*, não só reconhecendo a sua legitimidade, mas também demonstrando a sua perfeita gramaticalidade em PB.

Para o linguista, independentemente de qual venha a ser a origem do fenômeno, não se pode dizer que ele viole as regras da língua, ou seja, um caso de hipercorreção: do ponto de vista sintático, a ordem dos verbos que compõem a perífrase é perfeitamente regular, com os auxiliares precedendo a forma nominal do verbo principal (não se diz, por exemplo,

¹⁰⁶ BRASIL. Decreto nº 28314, de 28 set. 2007. Demite o Gerúndio do Distrito Federal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1 out. 2007. Disponível em: <https://www.cbm.df.gov.br/downloadsarquivos/category/95-decretos-distritais?download=1329%3Adec-28314-2007-demissao-do-gerundio&start=40.>>. Acesso em: 06 abr. 2013.

saindo vou estar ou *estar vou saindo*); do ponto de vista semântico, a expressão denota aspecto durativo; e do ponto de vista pragmático, conota polidez (ao menos da perspectiva da produção).

Na esteira de Possenti, Maria Helena Moura Neves, em matéria de Solange Martins (2011), explora ainda a noção de grau de comprometimento que a perífrase de futuro com gerúndio pode sugerir ao falante/ouvinte. Para a linguista, o *gerundismo* faz a informação pontual, em que o foco está na ação, ser transformada em uma situação em curso, ou seja, durativa. Para ela, uma vez que os mecanismos linguísticos são acionados pela intenção do falante, é possível obter um efeito pragmático na locução de gerúndio de atenuar o compromisso com a palavra dada, motivação funcional que garante ainda mais legitimidade à construção *ir + estar + gerúndio*.

Quando digo ‘vou passar seu recado’, a referência é a ação em si. Não me atenho à sua duração. Com isso, amarro um compromisso. A ação é indicada ali, pura e simplesmente. Garanto que ela se cumprirá. Ao usar o gerúndio, deixo de me referir puramente à ação e incorpora-se o aspecto verbal durativo. A ênfase passa a ser outra. Você comunica que até encontrará tempo para fazer a ação, mas seu foco não está mais nela (NEVES, M. H. M. *apud* MARTINS, 2011).¹⁰⁷

Considerações de natureza teórica e descritiva como as feitas por Possenti e Neves, em artigos publicados na mídia impressa, estarão também na base dos estudos qualitativos e quantitativos sobre o *gerundismo* revisados na próxima subseção.

5.2.2 Estudos Linguísticos

Torres (2009, p. 45) estabelece uma definição para o fenômeno do *gerundismo* com base em quatro critérios fundamentais, a saber:

- (I) O *gerundismo* é tipicamente uma construção gerundiva com três verbos;
- (II) Das construções com três verbos, somente poderão ser consideradas como um caso de *gerundismo* aquelas perífrases cujo verbo da segunda posição é o verbo *estar*, funcionando como auxiliar;

¹⁰⁷ MARTINS, Solange. Uso do gerúndio. 06 jun. 2011. Disponível em: <<http://tvcultura.cmais.com.br/nossalingua/uso-do-gerundio>>. Acesso em: 06 abr. 2013.

(III) O *gerundismo* expressa um estado de coisas possível, uma modalidade não factual. É um enunciado que não expressa certeza, mas promessa ou possibilidade de um determinado fato ocorrer;

(IV) O *gerundismo*, como variante da codificação de tempo futuro, ocorre posteriormente ao momento de fala e ao momento de referência ou a qualquer outra expressão de futuridade, mas nunca é cotemporal ao momento de referência.

Ao levar em conta os critérios de Torres (2009), não se pode dizer que toda construção gerundiva denotadora de futuro em português brasileiro constitua caso de *gerundismo*, visto que, além das construções binárias apresentadas na subseção 5.1.1 (*andar/estar/ir/vir + -ndo*), são também várias as perífrases ternárias com gerúndio destinadas ao propósito de demarcar um evento futuro que são licenciadas no PB:

(I) *ir* (presente) + *estar* (infinitivo) + gerúndio

(7) Outra vacina que vamos estar aplicando amanhã (fala do ex-Ministro da Saúde José Serra). (grifo nosso)

(II) Modal (presente/futuro) + *estar* (infinitivo) + gerúndio

(8) Há um montão de gente que pode estar escrevendo outro montão de coisas (Carta Pessoal 02, PC). (grifo nosso)

(9) Para sua segurança, neste veículo você poderá estar sendo filmado. (grifo nosso)

(III) *ir* (presente) + qualquer infinitivo + gerúndio.

(10) Vamos continuar trabalhando por uma Belo Horizonte melhor (fala do prefeito de Belo Horizonte Márcio Lacerda). (grifo nosso)

(IV) Modal (presente) + qualquer infinitivo + gerúndio.

(11) Semana que vem devo ir começando a colocar as coisas no lugar, mas acho que vamos ficar aqui até vocês voltarem (Carta Pessoal 01, PC). (grifo nosso)

(V) *Estar* (futuro do presente) + gerúndio

(12) Estaremos remarcando as novas datas dos exames. (grifo nosso)

Desse modo, parece ser descritivamente mais adequado estabelecer uma escala de construções gerundivas, distribuídas da construção mais representativa do *gerundismo* (cf. 7) à menos representativa (cf. 12), chegando à perífrase *estar* + gerúndio, que não constituiria um caso de *gerundismo*.

Cintra (2008), ao estudar a variação entre expressões de futuro representativas e não representativas de *gerundismo*, a saber, *ir* + *estar* + gerúndio e *estar* + gerúndio,

respectivamente, apresenta dados de *corpora* indicativos de crescimento no uso da primeira construção em relação à segunda¹⁰⁸.

Além disso, ao investigar os tipos de textos que favorecem a emergência do *gerundismo*, o autor constata que “as situações em que o falante explica e avalia, apresentando argumentos que endossam seu posicionamento, são favoráveis à realização da perífrase *ir (pres.) + (es)ta(r) + gerúndio*” (CINTRA, 2008, p. 237), isto é, os textos marcados pelo caráter opinativo do interlocutor, principalmente os predominantemente dissertativos (relatos de opinião), são os que favorecem o uso da perífrase gerundiva. O autor também oferece indícios de que um dos momentos mais comuns em que a perífrase se atualiza é no fecho do tópico discursivo, quando se verifica uma atitude de maior comprometimento do locutor com o seu dizer.

Sousa (2008), fundamentando-se em uma abordagem de cunho funcionalista, também propôs investigar a frequência de uso da construção gerundiva perifrástica (*ir + estar + gerúndio*) no PB, contudo analisando o discurso de professores do ensino fundamental à graduação¹⁰⁹. As análises do autor permitiram verificar a substituição gradativa da forma canônica de futuro (*farei*) pela perífrase gerundiva (*vou estar fazendo*), indicando que o uso *gerundismo* não é uma característica exclusiva dos profissionais de *telemarketing*.

Além disso, segundo o autor, a substituição da forma sintética por *ir + estar + gerúndio* não ocasionou, aparentemente, nenhuma mudança da noção de futuridade entre as duas codificações, podendo-se observar que a forma perifrástica está ganhando espaço entre as várias formas de expressar o futuro na língua e que há, entre os professores, aceitação dos usos da perífrase em questão. O autor enfatiza também que a maior parte das ocorrências da perífrase gerundiva registradas são oriundas da fala e, portanto, de contextos mais informais na língua, embora tenham sido encontrados casos em que um professor universitário usa as duas codificações (perifrástica e sintética) para marcar o futuro em um mesmo contexto, como mostra o excerto abaixo:

(13) “... you estar mandando para vocês, por e-mail, alguma coisa sobre a próxima aula... não sei se virei ainda... vocês fiquem atentos ao e-mail, tá?” (SOUSA, 2008) (grifos nossos).

¹⁰⁸ Para a realização de sua pesquisa, Cintra (2008) utilizou o banco de dados IBORUNA (UNESP –SJR), que é composto por dois tipos de amostras de fala: Amostra Comunidade ou Amostra Censo (AC), que reúne 152 amostras de fala, controladas sociolinguisticamente, e Amostra de Interação Dialógica (AI), que comporta amostras de fala coletadas secretamente em situações livres de interação social.

¹⁰⁹ Para compor o *corpus* de sua pesquisa, Sousa (2008) utilizou falas gravadas de professores, em sala de aula, do ensino fundamental à graduação, durante o primeiro semestre de 2008, oriundos de Serra Negra do Norte, Caiacó e Natal (RN).

Para Sousa (2008), a forma perifrástica com gerúndio poderia ser substituída pela forma sintética no referido excerto sem que se gerasse prejuízo da noção de futuridade. A forma perifrástica parece, contudo, estar imbuída de intencionalidades afetivas, veiculando uma ideia de ação inconclusa na qual se projeta para o futuro a realização da ação. O uso da forma perifrástica em detrimento da sintética, apesar de novo, seria assim motivado porque o falante vem encontrando nele “compensações”¹¹⁰ que não encontra nos usos do futuro sintético.

Ao analisar os usos do gerúndio na formação de tempo futuro, Rocha (2010) defende a tese de que é necessário separar a perspectiva de locutores e alocutários ao se avaliar o sentido das construções gerundivas¹¹¹. Da perspectiva da produção, a perífrase seria uma forma polida de falar, ficando claro que, assim sendo, essa polidez interessaria sobremaneira aos profissionais de *telemarketing*. No entanto, as construções gerundivas não estão sendo necessariamente percebidas pelos interlocutores (clientes de *telemarketing*) como uma marca de polidez.

Para a autora, do ponto de vista da compreensão, há duas interpretações para o uso dessa perífrase: uma, menos recorrente, de que “o atendente está tão interessado em resolver o nosso problema que começará a executar a ação a partir do ‘agora’ de sua enunciação, tendo esse ‘fazer’ uma certa continuidade”, e outra, mais frequente, de que “não existe nenhum comprometimento e/ou grau de certeza, por parte do falante, de que a ação vai ser levada a cabo” (ROCHA, 2010, p.1-2).

Com efeito, os resultados dos testes de aceitabilidade, aplicados por Rocha, revelaram que, do ponto de vista do ouvinte, foi a forma verbal no presente do indicativo, usada para a expressão do futuro, a interpretada como indicativa de maior grau de comprometimento do falante. Em contrapartida, os usos do futuro com gerúndio foram avaliados como sugestivos de menor grau de comprometimento, como mostrado no contínuo abaixo representado (ROCHA, 2010, p. 14):

¹¹⁰ Em sua pesquisa, Sousa (2008) não explicita detalhadamente quais seriam essas “compensações” para o falante ao utilizar a forma perifrástica no lugar do futuro sintético.

¹¹¹ Rocha (2010) utilizou, em sua pesquisa, testes de avaliação linguística a fim de verificar os graus de formalidade, comprometimento e de polidez que os falantes atribuem às formas de futuro. Esses testes foram aplicados a 68 pessoas, alunos e funcionários da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, todos graduados ou pós-graduados.

(14) a. Amanhã, a essa hora, *estaremos tomando* sol na praia.

b. Amanhã, a essa hora, *estaremos mergulhando* no mar.

(15) a. Amanhã, a essa hora, *vamos estar tomando* sol na praia.

b. Amanhã, a essa hora, *vamos estar mergulhando* no mar (MENON, 2004) (itálicos da autora).

Para Menon (2004), a única diferença entre as construções acima é a expansão de *estaremos* para *vamos estar*, uma vez que o gerúndio presente nas perífrases é exatamente o mesmo. Para a autora, portanto, a formação da perífrase verbal *ir + estar + gerúndio*, no PB, pode ser vista como uma simples recategorização de *estar* (futuro sintético) em *vamos estar* (futuro analítico). Segundo Menon, essa derivação de formas sintéticas em formas analíticas ocorreria então por meio de um processo de “expansão à esquerda das formas verbais”, como mostra o QUADRO 8.

Quadro 8
Expansão à esquerda das formas verbais em português

I	Presente atemporal	<u>Contribuo</u>	
II	Presente: momento da fala	Estou	contribuindo
III	Futuro perifrástico	<u>estarei</u>	contribuindo
IV	Perífrase com auxiliar modal	vou	estar contribuindo
V	Perífrase com auxiliar modal	posso	estar contribuindo
VI	Perífrase modal no futuro sintético	<u>poderei</u>	estar contribuindo
VII	Perífrase modal no futuro perifrástico	vou	poder estar contribuindo

Fonte: MENON, 2008, p. 77

A proposta da autora se organiza a partir da decomposição de formas verbais sintéticas como (I) até chegar a construções perifrásticas analíticas mais complexas como (VII). Para Menon, a perífrase (IV), *vou estar contribuindo*, que mais nos interessa neste estudo, estabelece-se assim pela derivação de *estar*, no futuro simples, em *vou + estar*, em um processo de expansão à esquerda.

Avançando a proposta para tentar explicar a origem dessa expansão, Menon (2008) destaca que a pretendida influência do inglês sobre o PB não se justifica: em primeiro lugar, os brasileiros teriam de ser bilíngues a ponto de permitir que a estrutura de uma língua interferisse na outra; em segundo lugar, desconsiderando a hipótese de influência bilíngue, o falante não produziria uma forma linguística “incontinenti”, nas palavras da autora, pelo simples fato de ouvi-la; e por fim, há mais razões para acreditar que a perífrase *ir + estar + gerúndio* seja oriunda do próprio fenômeno de variação/mudança que envolve as formas de futuro no português brasileiro, em que o futuro sintético vem sendo gradualmente substituído por formas analíticas, principalmente na modalidade oral da língua.

Apesar de não ser seu foco, Menon (2004) faz também algumas considerações a respeito da interpretação da perífrase *ir + estar + gerúndio* para discutir o preconceito de que a expressão é vítima na comunidade de fala. Em suma, a autora desconstrói a ideia de que essa construção é semanticamente anômala nos casos em que o verbo principal (que assuma a forma nominal gerundiva) está associado a uma interpretação pontual, não processual.

Em sua pesquisa, a autora atesta que as perífrases gerundivas podem indicar tanto pontualidade quanto duração. Para ela, as perífrases formadas com *ir + gerúndio* expressam o presente rigoroso da ação, tanto para verbos cuja semântica seja de pontualidade quanto para verbos cuja semântica seja de duração. Baseando-se neste ponto de vista, se a perífrase do presente, que indica ação no português brasileiro hodierno, é expressa por *estar + gerúndio*, independente da tipologia aspectual do verbo (pontual, durativo etc.), a polêmica em relação ao *gerundismo* não teria razão de ser.

Para a autora, o estigma dos usos do *gerundismo* reside no fato de que só se aceita como interpretação possível para as perífrases com gerúndio aquela em que a acepção de duração da construção casa com a semântica de duração do verbo, ou seja, “o que nos parece que está acontecendo é que existe, da parte de muita gente, uma leitura linear e exclusiva somente do aspecto durativo da forma de gerúndio e se ignora a outra” (MENON, 2004, p. 224). A inaceitabilidade do *gerundismo* por determinados segmentos da sociedade não implica, assim, que ele seja uma violação das regras da língua; o cerne da questão encontra-se no fato de essa perífrase verbal não fazer parte do conjunto de expressões arbitrariamente abonadas pelos prescritivistas.

Santos (2008)¹¹² corrobora Menon (2004, 2008) argumentando que a real novidade da perífrase *ir + estar + infinitivo* é a interpretação aspectual que é conferida ao verbo principal da construção. Para a autora, não há como sustentar que o *gerundismo* é um erro por poder transformar em durativa uma situação pontual ou por indicar iteratividade em situações em que ela supostamente não poderia ocorrer.

Além disso, para Santos (2008), alguns falantes, ao contestarem o uso do *gerundismo*, buscando substituir a perífrase *ir + estar + gerúndio* (*Vou estar enviando seu cartão*) por *ir + infinitivo* (*Vou enviar seu cartão*), dão provas contundentes de que essas duas formas de expressão de futuro estão, ao menos no nível da sintaxe, em situação de igualdade ou equivalência. Além disso, essa forma de expressar o futuro precisa ser pensada como um dos epifenômenos de uma tendência mais ampla de substituição de formas sintéticas por analíticas no português brasileiro.

Tratando-se o *gerundismo*, portanto, de um processo amplo e contínuo de gramaticalização que vem, gradativamente, ocupando seu espaço na marcação de futuro no português brasileiro, propomos apresentar mais detidamente a proposta de Vitral (2012) para o tratamento desse tipo de fenômeno de inovação linguística.

Vitral (2012) analisa o fenômeno do *gerundismo* com base na relação entre o fenômeno da inovação linguística e a noção de *subjetivação*. Para o autor, a inovação linguística é consequência de aspectos mentais que estão ligados à subjetividade dos falantes e ao mecanismo psicossocial denominado de *luta por reconhecimento*. Por sua vez, o papel da subjetivação nos fenômenos de inovação linguística é explicado, em um primeiro momento, a partir da noção de *relevância do presente* (FLEISCHMAN, 1982).

Na situação da enunciação, o falante, ao tomar a palavra para si e ao se dirigir ao ouvinte, estará sempre situado no ponto *agora* do eixo do tempo, relacionando tudo o que enuncia ao seu ponto de vista como sujeito, ou seja, a “relevância do presente se deve à necessidade do falante em situar o que é enunciado em relação ao momento da fala” (VITRAL, 2012, p. 69). Nas palavras do autor,

[...] a partir do ponto *agora* do momento da fala, instalado na situação do diálogo, os falantes buscam se orientar, a fim de exprimir o jogo das relações temporais dos eventos e também de criar formas do passado e do futuro (VITRAL, 2012, p. 76) (itálico do autor).

¹¹² Para sua pesquisa, Santos (2008) utilizou dados disponíveis no *site* do Senado Federal e de falas informais, gravadas das redes de rádio Jovem Pan e Transamérica, também utilizou dados de escrita provenientes de boletins da UNB.

Tendo em vista que (i) novas formas para a expressão do passado e do futuro são alimentadas, constantemente, por verbos auxiliares gramaticalizados que são morfológicamente oriundos do tempo presente e que (ii), na situação de enunciação, o falante utiliza como referencial o ponto *agora* do momento de fala, Vitral (2012) defende que, a partir do instante em que uma forma do presente é cooptada para marcar tanto o tempo passado quanto o futuro, essa mesma forma, gradativamente, irá exprimir um passado ou um futuro interpretado sempre como mais próximo do presente:

[...] a inovação linguística obedece, assim, à seguinte dinâmica: visto que aquilo que deve ser enunciado pelo sujeito é, evidentemente, situado em relação ao tempo do evento, as formas de expressão do tempo, à medida que vivem sua evolução na língua, vão sendo interpretadas gradativamente como se reportando a eventos situados em tempos cada vez mais distantes do presente; para trazer a enunciação para o presente, o sujeito coopta itens que originalmente exprimem o presente e os faz instrumentos de expressão do passado e do futuro. As inovações provocam, portanto, a expressão de passados e futuros sentidos como mais próximos do presente (VITRAL, 2012, p. 76).

Em um segundo momento, buscando estabelecer uma relação entre as noções de *relevância do presente* e *subjetivação*, o autor propõe que a primeira deve ser atribuída “ao papel da subjetividade ao balizar a expressão do falante nas interações discursivas” (2012, p.80), ou seja, “*o tempo presente é mais um dos elementos da linguagem que funciona como um tipo de ‘eixo’, conectando a enunciação e o sujeito*, o que determina aspectos de forma das escolhas dos falantes” (2012, p. 80) (itálico do autor).

Ao propor uma relação entre a *relevância do presente* e a subjetividade do falante, o autor destaca que é preciso examinar a razão de essa subjetividade servir de “motor” para a inovação linguística e é a partir deste posicionamento que Vitral propõe, em sua análise, estabelecer relação com a *subjetivação* e a *luta pelo reconhecimento*¹¹³.

O autor estabelece que o sujeito da enunciação, ao trazer a descrição dos eventos para o presente (*relevância do presente*), procura “*ser expressivo para um outro que é visado*” (p. 80), ou seja, o falante, ao buscar essa expressividade, luta pelo reconhecimento do outro, à medida que produz atos de fala visando a obter o próprio reconhecimento de seu estatuto de sujeito (p. 81). Resumindo a proposta de Vitral, teremos uma situação em que a enunciação é centrada no sujeito por meio do instrumento presente, para habilitar esse mesmo sujeito a desempenhar seu papel na luta pelo reconhecimento (p. 81).

¹¹³ A proposta de Vitral acerca do mecanismo psicossocial denominado *luta por reconhecimento* baseia-se nos estudos empreendidos por Hegel (1992 [1893]), Honneth (2003) e Mead (2006[1934]).

Para o autor, é possível pensar a inovação linguística, como a que ocorre nos processos de gramaticalização e de lexicalização, como uma afirmação do *eu* (*luta por reconhecimento*), o que pode, por vezes, implicar uma transgressão que, em determinado momento, pode levar o sujeito a divergir das normas sociais. Sendo assim, “o sujeito procura constantemente ampliar as normas de maneira a conferir expressão à impulsividade e à criatividade do seu eu” (p. 84).

Estabelecendo uma relação entre a inovação linguística e a noção de reconhecimento, o autor propõe que a inovação linguística, centralizada na subjetividade, é gerada no contexto da busca pelo reconhecimento, isto é, “à medida que uma dada forma se espalha na língua e a frequência de uso aumenta, ela reduz sua capacidade de ser um trunfo na luta por reconhecimento por parte de um sujeito” (p. 85).

Vale destacar que o falante, ao criar uma inovação, não está buscando superar seu interlocutor; o que ele busca é apenas ser reconhecido em seu papel social no processo de interação. Vitral destaca, ainda, que, à medida que a frequência de uso de uma determinada forma aumenta na língua, ela sofre um desgaste, perdendo sua expressividade (MEILLET, 1912), e uma vez que essa forma perde sua capacidade expressiva, ela perde, também, sua capacidade de ser usada por um sujeito constituído na luta por reconhecimento.

Em suma,

[...] trazer o enunciado para o *agora* da enunciação e, como consequência, para o sujeito é o mecanismo que deflagra a criação das formas inovadoras que compõem as formas perifrásticas. Podemos considerar, assim, que as formas conservadoras, ao descreverem eventos cada vez mais distantes do presente, perdem seu valor expressivo, o que reduz sua capacidade de ser trunfo na luta pelo reconhecimento; as formas inovadoras [...] trazem a descrição dos eventos para o presente e recuperam valor expressivo que as capacita a ser trunfos na busca de reconhecimento. Portanto, o valor expressivo é reinstalado à medida que, ao trazer a descrição dos eventos para o presente, é recolocado o sujeito enunciadador na luta pelo reconhecimento (VITRAL, 2012, p. 85) (itálico do autor).

Baseando-se nesses conceitos, brevemente revisados aqui, Vitral propõe uma análise para o fenômeno denominado *gerundismo*, buscando comprovar o continuísmo e a ciclicidade da formação das perífrases verbais, atribuindo a esse fenômeno um valor de futuro próximo, o que é compatível com a relevância do presente.

Inicialmente, o autor destaca dois aspectos que são de fundamental importância para a compreensão desse fenômeno: o primeiro diz respeito à gênese das formas verbais analíticas, pois os falantes, ao criarem a perífrase verbal com o acréscimo do auxiliar *estar*,

“recuam a narração do tempo de um evento futuro para o presente, gerando uma nova forma de *futuro próximo*” (p. 86); e o segundo diz respeito à necessidade de se distinguir o ponto de vista da recepção do ponto de vista da produção na interpretação dessa perífrase.

Começando pelo segundo ponto, é sabido que, do ponto de vista da recepção, muitos consideram o *gerundismo* como um não comprometimento do falante com o que é proferido, sendo a forma perifrástica usada como uma maneira de se ganhar tempo ou mesmo de “enrolar” o interlocutor (POSSENTI, 2005). Segundo Vitral, essa visão parece, todavia, equivocada, não correspondendo ao ponto de vista do falante. Para ele

Essa visão nos parece equivocada, [...] a não ser que tenhamos de supor uma perversidade inerente do falante do PB (português brasileiro) que teria a intenção de ludibriar seu interlocutor e escolhesse, de maneira mais ou menos consciente, determinadas formas para alcançar tal finalidade (VITRAL, 2012, p. 86).

Com esse ponto de vista, o autor não nega que a recepção da forma possa ser a de “enrolação”, ou seja, é possível, para quem a recebe, acreditar que essa é a intenção do falante. O que o autor nega, no entanto, é que possa existir, de fato, essa intenção por parte de quem a produz. Para Vitral, o falante, ao usar o *gerundismo*, escolhe, provavelmente de maneira inconsciente, uma forma considerada por ele mais polida ou culta.

Um operador de *telemarketing*, por exemplo, principal alvo de críticas, ao utilizar essas expressões, quer alcançar a “credibilidade de quem o escuta” (p. 87). É interesse do falante conquistar a confiança de seu interlocutor a respeito de suas intenções. Sendo assim, o autor enfatiza que “a interpretação de que o uso do gerundismo implica falta de compromisso do falante diz respeito à recepção da forma, e não à sua produção” (p. 87). Assim, o gerundismo estaria associado a uma “*modalidade orientada para o agente*”¹¹⁴.

Por sua vez, no tocante ao primeiro ponto, Vitral (2012) propõe uma gradação entre os usos das formas marcadoras de futuro, diferenciando a forma *vou estar enviando*, por exemplo, de *enviarei* e de *vou enviar*: o futuro sintético (*enviarei*) denotaria um futuro mais distante do presente; *ir* + infinitivo (*vou enviar*) expressaria um futuro mais próximo do presente do que o futuro sintético, mas, por sua vez, mais distante do presente do que *vou estar enviando*; conseqüentemente, o *gerundismo* seria a forma de marcar o futuro da maneira mais próxima do tempo presente.

¹¹⁴ A proposta de Vitral (2012) pode, assim, ser entendida como uma explicação teórica para as evidências empíricas apresentadas por Rocha (2010).

O autor destaca, contudo, que a forma *ir* + infinitivo se equivale, em muitos casos, à forma sintética de futuro. Esse fato, em vez de invalidar sua proposta, serve como um forte argumento para a necessidade do sistema modal/aspectual/temporal do português brasileiro incorporar mais uma maneira de expressar o futuro por meio da perífrase *ir* + *estar* + gerúndio. Vitral corrobora, desse modo, a ideia de que a formação das perífrases verbais é um processo contínuo e cíclico, que busca um equilíbrio entre temporalidade e modalidade (FLEISCHMAN, 1982).

Para ilustrar a hipótese de que ao menos o *gerundismo* apresenta um valor de futuro próximo, não tão distante do presente, diferentemente da perífrase *ir* + infinitivo e do futuro sintético, o autor propõe a análise dos seguintes exemplos (VITRAL, 2012, p. 89¹¹⁵):

- (16) a. “Você *assinará* o contrato cinco anos depois de quitada a casa.”
 b. “Você *vai assinar* o contrato cinco anos depois de quitada a casa.”
 c. “?*Você *vai estar assinando* o contrato cinco anos depois de quitada a casa.”
- (17) a. “Meu time *será* campeão um dia.”
 b. “Meu time *vai ser* campeão um dia.”
 c. “?* Meu time *vai estar sendo* campeão um dia.”
- (18) a. “*Haverá* muita encomenda neste natal.”
 b. “*Vai haver* muita encomenda neste natal.”
 c. “?* *Vai estar havendo* muita encomenda neste natal.”

Como podemos observar, (16c), (17c) e (18c) geram certa estranheza pelo fato de o *gerundismo* ser normalmente usado para a expressão de um futuro mais próximo, ao contrário de (16a-b), (17a-b) e (18a-b), que não causam estranhamento devido à compatibilidade entre a perífrase *ir* + infinitivo e o futuro sintético com a expressão de um futuro distante.

O autor destaca ainda que se poderia usar como argumentação para o estranhamento causado pelo uso do *gerundismo* nas sentenças acima não a necessidade de se expressar valor de futuro próximo, mas o fato de haver incompatibilidade entre o evento pontual expresso por alguns verbos, como em (17), e o uso da perífrase *ir* + *estar* + gerúndio, de aspecto durativo.

¹¹⁵ Os itálicos são do autor.

Para Vitral, no entanto, o uso da perífrase *ir + estar + gerúndio* pode não contribuir para a interpretação do evento verbal como durativo. Segundo ele, “mesmo quando o evento é determinado por um verbo não pontual, o uso do *gerundismo* provoca estranheza quando aparece um modificador projetando o evento para um futuro remoto” (p. 90), como em (19-21)¹¹⁶:

- (19) a. “*? Física quântica é difícil, mas eu *vou estar aprendendo* esse assunto um dia desses.”
 b. “Física quântica é difícil, mas eu *vou aprender / aprenderei* esse assunto um dia desses.”
- (20) a. “*? Aquela criança não consegue andar com esse aparelho, mas *vai estar andando* um dia desses.”
 b. “Aquela criança não consegue andar com esse aparelho, mas *andar* / *vai andar* um dia desses.”
- (21) a. “*? Eu não consegui conhecer Paris bem, mas *vou estar conhecendo* na próxima viagem.”
 b. “Eu não consegui conhecer Paris bem, mas *vou conhecer / conhecerei* na próxima viagem.” (p. 90).

Como sugere o autor, exemplos como (19a), (20a) e (21a) provocam certo estranhamento, mesmo com verbos indicando um aspecto pontual, parecendo, portanto, que o aspecto pontual ou não pontual do verbo não é um fator determinante na construção das perífrases com *ir + estar + gerúndio*.

Vitral (2012) chama atenção ainda para o estranhamento que o uso do *gerundismo* provoca quando ele é empregado em orações condicionais e temporais, nas quais se encontra o futuro do subjuntivo. Nessas orações, exemplificadas em (22-23), “a realização do evento é remota ou introduz probabilidade, o que é incompatível com o valor de futuro próximo do gerundismo” (p. 90)¹¹⁷.

- (22) a. “*?Se você *for estar viajando* no próximo ano, não esqueça de visitar sua tia.”
 b. “Se você *for viajar / viajar* no próximo ano, não esqueça de visitar sua tia.”
- (23) a. “*?Quando você *for estar viajando* no próximo ano, não esqueça de visitar sua tia.”

¹¹⁶ Os itálicos são do autor.

¹¹⁷ Os itálicos são do autor.

b. “Quando você *for viajar / viajar* no próximo ano, não esqueça de visitar sua tia.” (p. 90).

Por último, o autor destaca que o valor de futuro próximo encontrado nas perífrases com *ir + estar + gerúndio* independe da presença do verbo *ir*, podendo ser verificado mesmo em situações em que esse auxiliar não está presente, como em (24a-b):

(24) a. “Quando estiver num país estrangeiro, é bom *interagir* com a população local.”

b. “Quando estiver num país estrangeiro, é bom *estar interagindo* com a população local.” (p. 91). (itálicos do autor)

Reafirmando que o valor de futuro próximo, independe da presença do auxiliar *ir*, Vitral (2012) lança a hipótese de que o aspecto durativo original do gerúndio com *estar* pode ter sido o “gatilho” que permitiu gerar a nova forma de exprimir futuro. Outra hipótese merecedora de destaque na análise de aspectos desencadeadores do *gerundismo* é, segundo o autor, a concorrência do verbo *estar* com o verbo *ficar* mais gerúndio: em alguns contextos, a construção *estar + gerúndio* poderia ser substituída por *ficar + gerúndio*, e essa possibilidade de substituição de *estar* por *ficar* pode ter criado um ambiente favorável ao surgimento do *gerundismo*.

Em suma, o que Vitral propõe, em seu artigo, é a compreensão de uma cadeia de causalidade (*relevância do presente > subjetivação > luta por reconhecimento*) que dê conta de explicar a inovação linguística, contribuindo para a fundamentação da teoria sobre os processos de gramaticalização, “distinguindo os recursos da língua que possibilitam a inovação por parte do falante” (p. 93).

As resenhas supracitadas mostram que a avaliação negativa em relação aos usos do futuro perifrástico com gerúndio respalda-se muito mais em aspectos que dizem respeito a construções gramaticais que não são referendadas por determinados segmentos sociais do que à adequação do discurso a situações interlocutivas.

Assim como o futuro sintético conviveu com as formas perifrásticas de *ir + gerúndio* e *estar + gerúndio*, também marcadoras de futuro, outra perífrase verbal (*ir + estar + gerúndio*) vem se firmando na língua e está à disposição do falante no sistema linguístico.

A coexistência dessas variantes, mais uma vez, retorna à questão da instabilidade da formação do futuro, confirmando a convicção de que a língua é um mecanismo autorregulador, constituindo-se em um processo contínuo e ininterrupto. Vale lembrar que

nenhum fenômeno novo, seja ele fonético, lexical seja gramatical entra no sistema da língua sem ser longamente testado. Vale ressaltar que o fenômeno *gerundismo*, antes de ser um “erro”, é mais uma etapa na criação de formas analíticas, comum na história da expressão de tempo no domínio românico.

5.3 Considerações Finais do Capítulo

Estudos linguísticos têm mostrado que o desejo de controlar e cercear as línguas naturais é tão antigo quanto a própria história da civilização. Do mesmo modo, a crença de que, a menos que haja alguma intervenção externa, o destino natural das línguas é crescer até determinado ponto e, então, entrar em um processo irreversível de degradação que culminará em sua total decadência é amplamente difundida. Por conseguinte, diferentes sociedades, em diferentes pontos do tempo e espaço, expressaram o desejo de manter suas línguas “puras”, no medo de sua transformação e desfiguração (RAJAGOPALAN, 2003).

Essa reação purista é, naturalmente, decorrente da percepção de que a língua de hoje não é mais a língua de ontem: com base em uma perspectiva diacrônica, é sempre possível detectar diferenças significativas entre dois momentos distintos (ou duas sincronias separadas por um intervalo de tempo) de qualquer língua.

Crucialmente, todo processo de mudança pressupõe variação, isto é, justamente por haver nas línguas duas ou mais maneiras distintas (ou variantes) de dizer a mesma coisa (i.e., de expressar uma mesma variável) com o mesmo valor de verdade, processos de mudança linguística podem ter lugar, à medida que, no eixo do tempo, ocorra um aumento na frequência de uma das variantes, com o virtual desaparecimento da(s) outra(s) forma(s) concorrente(s).

Em geral, a tomada de consciência em relação à variação e à mudança linguística pela comunidade de fala de uma língua é acompanhada por juízos de valor sobre uma suposta correção ou incorreção das formas alternantes, sendo tais julgamentos amplamente referendados pelo senso comum, ainda que, do ponto de vista científico, não haja distinções do tipo pior *versus* melhor, bonito *versus* feio etc. em relação aos mesmos fenômenos.

Com efeito, as construções perifrásticas de futuro em português brasileiro que vieram a ser conhecidas sob o rótulo *gerundismo* constituem um bom exemplo de como fenômenos de variação são socialmente acompanhados de julgamento por parte de membros da comunidade de fala. Como vários artigos publicados na mídia escrita têm amplamente

atestado, o *gerundismo* têm sido avaliado a partir de uma concepção, cultivada pela tradição gramatical e fortemente arraigada no senso comum, de que a língua é uniforme, homogênea e estática, devendo qualquer heterogeneidade ser dela corrigida ou eliminada.

Por um lado, para Garcez & Zilles (2000, p. 50), faz parte da vida social da linguagem que os falantes se manifestem sobre os usos das formas linguísticas. Para os autores, “os atos de notar, comentar e julgar as formas de falar dos outros têm funções de estabelecer quem pertence e quem não pertence a um grupo social”. Dessa maneira, definir o que vale como bom, agradável e certo, isto é, definir as formas e os limites de poder, vem a ser uma atitude-chave na competição pelo acesso aos bens culturais disputados pelos membros de diferentes grupos sociais dentro de uma sociedade, já que a competência linguística e comunicativa no uso do poder é determinante para as chances de acesso a esses bens.

Por outro lado, é inegável que o medo da degradação da língua decorre de concepções equivocadas e autoritárias, portanto arbitrárias, de como se dão os acordos linguísticos em uma determinada sociedade. Segundo Britto (1997), esses acordos decorrem do modo como as sociedades se organizam, de como são partilhados seus saberes e valores e de como se estabelecem as relações sociais. Assim, Britto enfatiza que os diversos usos da língua se constituirão independentemente de ações coercitivas, tendo em vista que esses usos são de interesse da sociedade:

A história das línguas tem nos mostrado que são inócuas, para os propósitos linguísticos, as tentativas de regular, cercear ou promover o uso de determinadas formas linguísticas em detrimento de outras. Portanto, a língua, como ‘produto das interações sociais e históricas’, modificar-se-á na medida das exigências pragmáticas de cada comunidade, ‘não havendo razão objetiva para supor que o caos possa se instaurar se se afrouxarem as amarras normativas’ (BRITTO, 1997, p. 174).

Em face de uma perspectiva de tratamento dos fenômenos de variação e mudança como essa, que reconhece a língua como uma realidade heterogênea e suas mudanças como regulares, sistemáticas e funcionalmente motivadas, adotamos, ao tratarmos aqui do *gerundismo*, a hipótese descritiva de que ele é uma nova maneira de enunciar o futuro na língua, regular (POSSENTI, 2005) e pragmaticamente motivada (VITRAL, 2012) pela necessidade da comunidade de fala do português brasileiro de expressar um futuro mais próximo do presente, acompanhando ou acentuando a tendência de as formas perifrásticas de

futuro expressarem esse tempo como proveniente do presente psicológico do falante (FLEISCHMAN, 1982).

Consequentemente, concordamos com a análise de Menon (2004, 2008) de que essa construção perifrástica não parece se tratar de um fenômeno de empréstimo linguístico da língua inglesa, visto que a grande maioria dos brasileiros não tem domínio do inglês a ponto de essa segunda língua ser capaz de promover modificações no inventário sintático do português brasileiro.

Ao contrário, o *gerundismo* parece ser fruto de uma tendência mais ampla de substituição de formas sintéticas por formas analíticas de expressão da futuridade em PB (SOUSA, 2008), configurando-se, portanto, como um fenômeno de “continuidade da inovação” (CASTILHO, 1997) que teve origem no latim vulgar.

Assim como o futuro sintético conviveu com as formas perifrásticas de *ir* + infinitivo e *estar* + gerúndio, também marcadoras de futuro, há evidências quantitativas de que também *ir* + *estar* + gerúndio vem se firmando na língua (CINTRA, 2008; SOUSA, 2008), inclusive em contextos não exclusivamente restritos aos dos centros de *telemarketing*, estando inegavelmente à disposição do falante no sistema linguístico.

É procedente, portanto, concluir que, no momento atual, a perífrase *ir* + *estar* + *gerúndio* é uma das formas variantes da variável de expressão do futuro em português brasileiro. No entanto, mais estudos, principalmente os de natureza quantitativa, fazem-se necessários para confirmar as hipóteses levantadas aqui e na literatura sobre um fenômeno tão multifacetado quanto este e para rastrear o direcionamento da tendência cíclica que parece estar envolvida na formação das formas verbais de futuro nas línguas românicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa proposta foi investigar a formação do tempo verbal futuro por meio da análise da trajetória de gramaticalização do verbo *ir*, mostrando a gradativa substituição das formas sintéticas pela perífrase *ir* + infinitivo. Propomos mostrar, também, que no português brasileiro atual, assim como ocorreu no latim, vêm-se desenvolvendo outras formas para demarcar futuridade, como as perífrases verbais com modal + infinitivo e a perífrase gerundiva (*ir* + *estar* + gerúndio).

Para a realização desta pesquisa, investigamos quatro gêneros textuais referentes ao período moderno (século XVIII) e quatro gêneros a eles equivalentes no período contemporâneo (século XX e primeira década do século XXI). Os gêneros pesquisados – cartas pessoais, cartas de comércio e e-mails comerciais, artigos científicos e denúncias – foram selecionados com base nos estudos de Lobato (2009), que propõe, para uma pesquisa diacrônica e para uma metodologia mais confiável, a seleção de gêneros similares em sincronias distintas. Investigamos, também, o gênero entrevistas a fim de compararmos as ocorrências de futuro nos textos de língua escrita e oral no período contemporâneo.

Quanto à categorização do tempo futuro, pudemos constatar que a constante renovação dessa categoria decorre da instabilidade geral de suas formas, que, em sua origem, de valor modal ou aspectual, acabam por se temporalizarem. A análise dos dados revelou uma substituição gradativa das formas temporalizadas de futuro, encontradas no século XVIII, para formas com noções modais, expressas nos séculos XX e XXI. Sendo assim, encontramos evidências para a hipótese de que as formas de futuro tendem a sofrer mudanças cíclicas ao longo de sua trajetória na busca de equilíbrio entre a temporalidade e a modalidade (COSERIU, 1957; CÂMARA JR, 1958; FLEISCHMAN, 1982).

Como vimos no Capítulo 1, a compreensão de tempo futuro (*tense*) permeia o conhecimento de categorias como Aspecto e Modalidade, uma vez que somente a categoria de Tempo não é, por si só, suficiente para explicar todas as variações decorrentes dos diversos usos de expressão da futuridade.

Adotamos, nesta pesquisa, uma perspectiva funcionalista que concebe a gramaticalização como um processo essencialmente diacrônico, linear, unidirecional, no qual itens lexicais passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais, tendendo a se tornarem mais previsíveis e regulares (HEINE *et al.*, 1991; HOPPER & TRAUGOTT, 1993).

Nossa primeira análise, referente à trajetória de gramaticalização do verbo *ir*, mostrou-nos que a alta frequência de formas lexicais, no período moderno, foi substituída por uma maior frequência de uso das formas gramaticais desse mesmo verbo. No período contemporâneo, dentre os quatro gêneros textuais pesquisados, três apresentaram índices elevados para os usos das formas gramaticais, excetuando-se os artigos científicos que apresentaram frequência nula para os usos das formas lexicais e gramaticais de *ir*. Nesse gênero, o predomínio foi para o uso de verbos modais, seguidos de um verbo no infinitivo. A análise dos textos orais (gênero entrevistas) comprovou, mais uma vez, a consolidação do processo de gramaticalização de *ir*, cujos índices de frequência de sua forma gramatical ultrapassam os 95%. Portanto, os números mostram-nos, por um lado, que a gramaticalização de *ir* apresenta-se como um processo contínuo e ininterrupto e, por outro, que esse verbo, na função de auxiliar, vem ocupando espaço, gradativamente, como marcador temporal.

Em nossa segunda análise, referente à frequência de formas sintéticas e analíticas de futuro, verificamos que, no século XVIII, são altos os índices de frequência das formas sintéticas, ou seja, a supremacia é para os usos das formas simples. Contrariamente ao que foi observado, no período moderno, constatamos que, no período contemporâneo, há um aumento significativo para o uso das formas analíticas.

Dentre os gêneros textuais pesquisados, as denúncias do período contemporâneo mostraram-se uma fonte desfavorável ao estudo das formas de futuro. Somente no período moderno foram registradas ocorrências da forma sintética. Vale ressaltar que as cartas-denúncia, referentes ao século XVIII, permitem maior diversidade de escolhas, apresentando narrações mais extensas e modalizações, o que retoma a proposta, defendida por Lobato (2009), de que não há equivalência absoluta de gêneros em diferentes sincronias. Em contrapartida, as cartas pessoais mostraram-se bastante produtivas quanto à frequência de formas de futuro, principalmente para a ocorrência da perífrase *ir* + infinitivo. A análise dos textos de língua oral confirmou a consolidação dos usos das formas analíticas, com índices superiores a 95% de frequência.

Os dados obtidos com as duas primeiras análises levaram-nos à constatação de que a seleção dos gêneros, assim como os estilos (mais formal/menos formal), podem, sim, interferir nas escolhas linguísticas e, conseqüentemente, nos resultados finais, tanto na frequência de usos do verbo *ir*, em sua forma lexical e gramatical, quanto na frequência de uso de formas sintéticas e analíticas de futuro. Vale ressaltar que os dados coletados, nos textos de língua oral, mostraram não apenas a consolidação do processo de gramaticalização do verbo *ir*, mas também a consolidação da perífrase *ir* + infinitivo para marcar tempo futuro.

A análise diacrônica dos textos, além de revelar a supremacia da perífrase *ir* + infinitivo, mostrou que outras perífrases vêm sendo usadas na língua com o intuito de marcar futuro. Os artigos científicos, por exemplo, apresentaram frequência nula para as formas simples e analíticas de futuro (com o verbo *ir*); em contrapartida, apresentaram alto índice de frequência para o uso das formas analíticas com os verbos modais *poder* e *dever*, seguidos de infinitivo.

Os dados apontam, claramente, para a gramaticalização do verbo *poder*, comprovando, assim, a consolidação de seus usos mais abstratos no período contemporâneo. De modo similar, observamos a gramaticalização do modal *dever*, embora sua trajetória tenha sido evidenciada de forma mais lenta. Os dados encontrados, nessa terceira etapa de análise, estão de acordo com o que foi constatado, anteriormente, por Vianna (2000) e Lobato (2009). Sendo assim, podemos comprovar que os verbos modais, em seus usos mais abstratos, vêm, gradativamente, ocupando espaço na língua para demarcar futuro, indicando possibilidade/probabilidade.

Nossa quarta e última análise buscou investigar o futuro perifrástico com *ir* + *estar* + gerúndio, mostrando que essa perífrase encontra-se disponível entre as diversas possibilidades de demarcação de futuridade no português brasileiro hodierno. Vale ressaltar que a avaliação negativa em relação aos usos do futuro perifrástico com gerúndio respalda-se muito mais em aspectos que dizem respeito a construções gramaticais que não são referendadas por determinados segmentos sociais do que em sua adequação ao discurso em situações interlocutivas.

Assim como o futuro sintético conviveu com as formas perifrásticas de *ir* + gerúndio e *estar* + gerúndio, também marcadoras de futuro, a perífrase verbal *ir* + *estar* + gerúndio vem-se firmando na língua e está à disposição do falante no sistema linguístico. É procedente concluir que o fenômeno dito *gerundismo* constitui-se em um caso de variação linguística e que somente o tempo dirá se ele será definitivamente aceito pelos padrões da língua culta.

A realização desta pesquisa permitiu-nos observar, quantitativamente, o processo de gramaticalização da perífrase *ir* + infinitivo, para marcar futuro, assim como identificar que outras perífrases (modal + infinitivo e *ir* + *estar* + gerúndio) vêm ocupando cada vez mais espaço na língua para indicar futuridade, embora devamos considerar que a forma simples de futuro (*-rei*) é ainda frequentemente utilizada na língua escrita, sendo encontrada, principalmente, em gêneros textuais que exigem maior monitoramento.

É procedente concluir que a coexistência dessas variantes, mais uma vez, retorna à questão da instabilidade da formação do futuro, confirmando a convicção de que a língua é um mecanismo autorregulador e que nenhum fenômeno novo entra no sistema da língua sem ser longamente testado.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

ALMEIDA, J. *Introdução ao estudo das perífrases verbais de infinitivo*. São Paulo: ILHPA-HUCITEC, 1980.

ANDERSON, E. W. The Development of the Romance Future Tense: Morphologization II and a Tendency Toward Analicity. *Papers in Romance 1*. Cambridge, Cambridge University Press, 1979. p. 21-35.

ARAÚJO, R. C. O ciclo do futuro nas línguas ibero-românicas. *Cadernos Congresso Nacional de Linguística e Filologia*, Rio de Janeiro, n. 4, 2003. Disponível em <[www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno 04-10.html-101k](http://www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno%2004-10.html-101k)>. Acesso em: 10 de jan. 2012.

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, [1962]1990.

BALEEIRO, M. I. A. *O futuro do presente do português culto falado em São Paulo*. 1988. 196 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

BALLY, C. *Le langage et la vie*. Genève: Droz, 1952.

BALLY, C. *Le langage et la vie*. Rev. ed. Zurich: Max Niehaus, 1935[1913]. *apud* COSERIU, E. “Sobre el futuro romance”. *Revista brasileira de filologia* 3, 1957. p. 1-19.

BARBOSA, A. G. *Para uma História do Português Colonial: aspectos linguísticos em Cartas de Comércio*. 1999. 487 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

BARBOSA, M. G. *Gramaticalização de advérbios a partir de adjetivos: o estudo sobre os adjetivos adverbializados*. 2006. 106 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BARBOZA, J. S. *Grammatica philosophica da língua portugueza*. 7. ed. Lisboa: Tipografia da Real Academia das Ciências, [1830] 1980.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. e amp. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

BENVENISTE, E. A linguagem e a experiência humana. In: *Problemas de Linguística Geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães *et al.*, revisão técnica da tradução: Eduardo Guimarães. 4. ed. Campinas: Pontes, 1989. p. 68-80.

BINNICK, R. *Time and the verb: a guide to tense and aspect*. New York: Oxford. University Press, 1991. *apud* SILVA, A. *A expressão da futuridade no português falado*. Araraquara: UNESP, FCL, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2002.

BRAGA, M. L. A dimensão dos constituintes no português do Brasil. *Tempo Brasileiro 117*, 1994. p. 17-26.

BRASIL. Decreto nº 28.314, de 28 set. 2007. Demite o Gerúndio do Distrito Federal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1 out. 2007. Disponível em: <https://www.cbm.df.gov.br/downloadsarquivos/category/95-decretos-districtais?download=1329%3Adec-28314-2007-demissao-do-gerundio&start=40>. Acesso: 06 abr. 2013

BRITTO, L. P. L. *A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical*. Campinas, SP: ALB; Mercado de Letras, 1997.

BRONCKART, J. P. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: Educ, 1999.

BYBEE, J. *et al.*. Back to the future. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. v. II. Focus on types of grammatical markers. Amsterdam: John Benjamins. 1991.

BYBEE, J. *et al.*. *Modality in grammar and discourse-typological studies in language*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

BYBEE, J.; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. *The Evolution of Grammar: tense, aspect, and modality in the languages of the world*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. *Princípios de linguística geral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1972.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. Sobre o futuro romance. *Revista Brasileira de Filologia*. 3, 1958. p. 221-5.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. *Uma forma verbal portuguesa: estudo estilístico gramatical*. Tese apresentada no concurso para a cadeira de Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, Rodrigues & Cia, 1956.

CAMPOS, O. A. S. *O gerúndio no português: estudo histórico-descritivo*. Rio de Janeiro: Presença; INL, 1980.

CARABELLESE, P. *Critica del Concreto*. 3. ed. Florence: Sansoni, 1948. *Apud*: COSERIU, E. "Sobre el futuro romance". *Revista brasileira de filologia* 3, 1957. p. 1-19.

CARVALHO, O. L. S. Variação linguística e ensino: uma análise dos livros didáticos de português como segunda língua. In: BAGNO, M. (Org.). *Linguística da Norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 267-289.

CASTILHO, A. T. A gramaticalização. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador: Universidade Estadual da Bahia, março, v.19, n. 19, 1997. p. 25-64.

CASTILHO, A. T. de. *Introdução ao estudo do aspecto verbal na Língua Portuguesa*. Marília (SP): Coleção de Teses, n. 6, 1968.

CASTILHO, A. T. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTILHO, A.; CASTILHO, C. M. M. Advérbios modalizadores. In: ILARI, R. (Org.). *Gramática do português falado: Níveis de análise linguística*, v II, Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 48. ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

CINTRA, M. R. A perífrase ir(pres.) + (es)ta(r) + gerúndio como indício de inovação linguística. *Estudos Linguísticos*. São Paulo, 37 (1), jan-abr. 2008. p. 233-241

CLOSE, R. A. Some observations on the meaning and function of verb phrases having future reference. In: BALD, Wolf-Dietrich; ILSO, Robert (Ed.). *Studies in english usage: the resources of a present-day english corpus for linguistic analysis*. Frankfurt: Peter Lang, 1977. p. 125-56. *apud* SILVA, A. *A expressão da futuridade no português falado*. Araraquara: UNESP, FCL, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2002.

COELHO, S. M. *Estudo diacrônico do processo de expansão gramatical e lexical dos itens ter, haver, ser, estar e ir na Língua Portuguesa*. 2006. 323 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

COELHO, S. M.; PAULA, T. F. Estudo do processo de gramaticalização do verbo PODER no dialeto mineiro: análise comparativa entre o dialeto belo-horizontino e o dialeto ouropretano. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, jan./jun. 2011. p. 87-113.

COMRIE, B. *Aspect: an introduction to the study of verbal aspect and related problems*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

COMRIE, B. *Tense*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

CORÔA, M. L. M. S. *O Tempo nos Verbos do Português: uma introdução à sua interpretação semântica*. Brasília: UnB, 2005.

COSERIU, E. “Sobre el futuro romance”. *Revista brasileira de filologia* 3, 1957. p. 1-19.

COSERIU, E. *Estudos de Linguística Românica*. Madrid: Gredos, 1977.

COSTA, M. C. R. *Modalidade e gramaticalização: estratégias discursivas na fala carioca*. 1995. 203 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.

COSTA, S. B. B. *O aspecto em português*. São Paulo: Contexto, 1997.

CUNHA, C. Conservação e Inovação no português do Brasil. In: *O Eixo e a Roda: revista da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Publicação do Departamento de Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, v. 5, 1986. p. 199-232.

CUNHA, C. F.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DAMOURETTE, J.; PICHON, E. *Des Mots à la Pensée, v: verbe*. Paris: Bibliothèque du Français Moderne, 1936 *apud* FLEISCHMAN, S. *The Future in thought and language*. New York: Cambridge University Press, 1982.

DUARTE, S. N. *Língua viva: uma análise simples e bem-humorada da linguagem do brasileiro*. v. 5. Rio de Janeiro: Rocco, 2002. p. 33.

DUBOIS, J. W. *Competing motivations*. *Apud*: HAIMAN, John. *Iconicity in syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 1985. p. 343-65.

EINSTEIN, A. *A teoria da Relatividade Especial e Geral*. Tradução de Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, [1905] 1999.

ENRIQUEZ, F. J. F. *La expresión perifrástica de la futuridad. Tendencias analíticas em español y portugués. La perífrasis ir a/ir + infinitivo*. *Diacrítica*. Revista do Centro de Estudos Humanísticos. Minho: Universidade do Minho. n. 23, v. 1, 2009. p. 223-241.

FARACO, C. A. *Linguística histórica*. São Paulo: Ática, 1991.

FERREIRA, L. M. A. *Evidências para uma abordagem pancrônica da mudança linguística e da estabilidade: o caso do verbo PODER*. *Diacrítica*. Revista do Centro de Estudos Humanísticos. Minho: Universidade do Minho, v.1, 2000. p. 233-248.

FLEISCHMAN, S. *The Future in thought and language*. New York: Cambridge University Press, 1982.

FONSECA, A. M. H. *A perífrase verbal ir + infinitivo e o futuro do dialeto Riopretano: um estudo na interface sociolinguística/gramaticalização*. 2010. 172 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2010.

GARCEZ, P. M.; ZILLES, A. M. S. *Estrangeirismos: empréstimo ou ameaça?* In: SILVA, F. L.; MOURA, H. M. M. (Org.). *O direito à fala: a questão do preconceito linguístico*. Florianópolis: Insular, 2000. p. 39-51.

GIBBON, A. *As formas de codificar o futuro na imprensa: o caso do Jornal Zero Hora (RS)*. 2003. Comunicação apresentada no XII Congresso da ASSEL- Rio. Rio de Janeiro: UFRJ, 17 a 19 de novembro de 2003.

GIBBON, A. O. *A expressão do tempo futuro na língua falada de Florianópolis: gramaticalização e variação*. 2000. 126 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

GIVÓN, T. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1995.

GONÇALVES, A. *O futuro perifrástico com IR+ESTAR+-NDO: um estudo do gerundismo no português do Brasil*. 2005. 120 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

GONÇALVES, S. C. L.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (Org.). *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GRYNER, H. *De volta às origens do futuro: condicionais possíveis e a perífrase ir + infinitivo*. São Paulo: Grupo de Estudos Linguísticos, 1997.

HEGEL, G. W. F. *Système de la Vie Éthique*. Paris: Payot, 1992 (=1893) *apud* VITRAL, L. T. A inovação linguística: subjetivação e luta por reconhecimento. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p. 65-98, jan./jun. 2012.

HEIDEGGER, M. 'Being and Time'. In: *Existence and Being*, ed. W. Brock. Chicago: Henry Regner, 1952, p. 11-116. *Apud*: COSERIU, E. "Sobre el futuro romance". *Revista brasileira de filologia* 3, 1957. p. 1-19.

HEINE, B. *Auxiliaries: cognitive forces and grammaticalization*. New York: Oxford University Press, 1993.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: University Chicago Press, 1991.

HONNETH, A. Luta por reconhecimento. A gramática Moral dos Conflitos Sociais. São Paulo: Editora 34, 2003. *apud* VITRAL, L. T. A inovação linguística: subjetivação e luta por reconhecimento. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 65-98, jan./jun. 2012.

HOPPER, P. J. *On some principles of grammaticalization*. In: TRAUGOTT, E; HEINE, B. (Ed.). *Approaches to Grammaticalization I*. Amsterdam: John Benjamins, 1991. p. 17-35.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

ILARI, R. *A expressão do tempo futuro em português*. São Paulo: Contexto, 1997.

ILARI, R.; BASSO, R. O verbo. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp. v. III: Classes de palavras e construções, 2008. p 163-370.

IMBS, P. L'emploi des temps verbaux em français moderne. Paris: Klincksieck, 1960 *apud* SILVA, A. *A expressão da futuridade no português falado*. Araraquara: UNESP, FCL, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2002.

IORDAN, I. *Linguística Románica*. Reelaboración parcial y notas de Manuel Lavar. Madrid: Esiciones Alcalá, 1967.

JESPERSEN, O. *The Philosophy of Grammar*. London: George Allen & Unwin, 1924. *Apud* PALMER, F.R. *Mood and modality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

JESPERSEN, O. *The Philosophy of Grammar*. London: George Allen & Unwin, 1956. *Apud* CORÔA, M. L. M. S. *O tempo no português: uma introdução à sua interpretação semântica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

KOCH, I. G. V. Tematização e semantização. In: JUBRAN, C. C. S.; KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp. v. I, 2006. p. 359-380.

KURYLOWICZ, J. The evolution of grammatical categories. In: KURYLOWICZ, J. *Esquisses Linguistiques II*. München: Fink, 1965. p. 38-54.

LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LEECH, G. *Principles of Pragmatics*. England: Longman Group Limited, 1983. *Apud*: CORÔA, M. L. M. S. *O Tempo nos Verbos do Português: uma introdução à sua interpretação semântica*. Brasília: UnB, 2005.

LEHMANN, C. *Grammaticalization and Related Changes in Contemporary German*. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Ed.). *Approaches to Grammaticalization*. v. 2. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991. p. 493-535.

LEHMANN, C. *Thoughts on grammaticalization: a programmatic sketch*. v. 1. Colônia: Arbeiten des Kölner Universalien Projekts 48, 1982.

LERCH, E. Die Verwendung des Romanischen Futurums als Ausdruck eines sittlichen Sollens. Leipzig: Reisland, 1919. *Apud*: COSERIU, E. "Sobre el futuro romance". *Revista brasileira de filologia* 3, 1957. p. 1-19.

LICHTENBERK, F. On the gradualness of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Ed.) *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991. p. 37-80.

LIMA, J. P. Sobre a gênese e a evolução do futuro com *ir* em Português. In: SILVA, A. S. (Org.). *Linguagem e Cognição*. A perspectiva da Linguística Cognitiva, Braga: APL/Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia de Braga, 2001. p. 119-196.

LOBATO, L. C. R. *Gênero Textual na Metodologia de Pesquisa em Gramaticalização*, 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

LONGO, B. O.; CAMPOS, O. S. A auxiliaridade: perífrases de tempo e de aspecto no português falado. In: ABAURRE, M. B. M.; RODRIGUES, A. C. S. (Org.). *Gramática do português falado*. v. VIII, Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2002. p. 445-477.

LYONS, J. *Introdução à Teoria Linguística*. São Paulo: Ed. Nacional, 1971.

LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. 2v.

LYONS, J. The subjectivity of utterance. In: LYONS, J. *Linguistic semantics: an introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 293-336.

MALER, B. *Orto do esposo*. Texto inédito do fim do séc. XIV ou começo do XV. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1956. Edição crítica com introdução, anotações e glossário. v. I: Texto Crítico.

MALVAR, E.; POPLACK, S. O presente e o passado do futuro no português do Brasil. In: VOTRE, S.; RONCARATI, C. (Org.). *Anthony Julius Naro e a Linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica*. Rio de Janeiro: 7LETRAS, 2008. p. 186-206.

MARTELOTTA, M. E. Unidirecionalidade na gramaticalização. In: VITRAL, L. T.; COELHO, S. M. (Org.). *Estudos de processos de gramaticalização em português: metodologias e aplicações*. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p. 139-171.

MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CESÁRIO, M. M. (Org.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, 1996.

MATEUS, M. H. M. *et al.*. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Caminho, 2003.

MATEUS, M. H. M.; BRITO, A.; DUARTE, I.; FARIA, I. *Gramática da língua portuguesa: elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual*. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.

MATISOFF, J. Areal and Universal Dimensions of Grammaticalization in Lahu. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Ed.). *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991. p. 331-380.

MATOS E SILVA, R. V. Português brasileiro: raízes e trajetórias. *Discursos*, n. 3, 1993. p. 75-91.

MEAD, G. H. L'Esprit, le Soi et la Société. Paris: PUF, 2006 (=1934) *apud* VITRAL, L. T. A inovação linguística: subjetivação e luta por reconhecimento. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p. 65-98, jan./jun. 2012.

MEILLET, A. *Esquisse d'une histoire de la langue latine*. Paris: Hachette, 1928.

MEILLET, A. L'évolution des formes grammaticales. In: MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Champion, 1912. p. 130-148.

MELLO, H. R.; MELO, E. L.; CARVALHO, J. M.; CÔRTEZ, P. O. Prolegômenos sobre a Modalidade. *Domínios de Linguagem*. v.5, 2009. p. 104-134.

MENDES, R. B. *A gramaticalização de estar+gerúndio no Português*. 1999. 112 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

MENON, O. P. S. Gerundismo? *Lingua(gem)*. Macapá: ILAPEC, v.1, n. 2. jul./dez. 2004. p. 191-236.

MENON, O. P. S. Perífrases com o verbo *ir*: variação e gramaticalização. In: PUSH *et al.*. (Ed.) *Verbal periphrasen in den(ibero-)romanischen Sprachen*. Hamburg: Helmut Buske verlag, 2003. p.77-88.

MENON, O. P. S. Perífrases de gerúndio: o que mudou? In: CAGLIARI, L. C. (Org.). *O tempo e a linguagem*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Araraquara: Labor Editorial da FCL, 2008. p. 41-95. (Trilhas Linguísticas, n. 14).

MEYER-LÜBKE, W. Einführung in das Studium der romanischen Sprachwissenschaft. 2d. ed. Heidelberg: Winter. Spanish trans.: Introcucción al estudio de la lingüística romance. Madrid: Tip. de la Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos, 1914 [1909]. *Apud*: COSERIU, E. “Sobre el futuro romance”. *Revista brasileira de filologia* 3, 1957. p. 1-19.

NEVES, M. H. M. *A Gramática Funcional*. Campinas: Martins Fontes, 1997.

NEVES, M. H. M. Imprimir marcas no enunciado. Ou: A modalização na linguagem. In: NEVES, M. H. M. *Texto e Gramática*. Editora Contexto, 2006. p. 151-221.

NUYTS, J. The modal confusion: On terminology and the concepts behind it. In: KLINGE, A.; MULLER, H. H. *Modality: studies in formand function*. Oakville: Equinox Publishing Limited, 2005. p. 5-37.

OLIVEIRA, J. M. *O futuro da Língua Portuguesa ontem e hoje: variação e mudança*. 2006. 254 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

OMENA, N. P.; BRAGA, M. L. A gente está se gramaticalizando? In: MACEDO, A. T. *et al.* (Ed.). *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 75-83.

PAGLIARO, A. Lógica e Gramática. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1950. *Apud*: COSERIU, E. “Sobre el futuro romance”. *Revista brasileira de filologia* 3, 1957. p. 1-19.

PALMER, F. R. *Mood and Modality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

PEREIRA JÚNIOR, L. C. O gerúndio é só pretexto. *Língua Portuguesa*. São Paulo: Segmento, ano 1, n. 1, 2005. p. 20-25.

PEREIRA, E. C. *Gramática Expositiva*. Curso Elementar. 139. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1953.

PESSOA, M. B. Da carta a outros gêneros textuais. In: DUARTE, M. E. L.; CALLOU, D. (Org.). *Para a história do português brasileiro: notícias de corpora e outros estudos*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAPERJ, 2002. p. 197-205.

PEUL. Programa de Estudos sobre o Uso da Língua. Disponível em: www.lettras.ufrj.br/peul. Acesso em: 25 jan. 2010.

PONTES, E. *Verbos auxiliares no português*. Petrópolis: Vozes, 1973.

POSSENTI, S. Defendendo o gerúndio. *Discutindo Língua Portuguesa*, ano 1, n. 1. São Paulo: Escala Educacional, 2005. p. 8-11.

POSSENTI, S. *Por que (não) ensinar gramática na escola?* Campinas: ALB/ Mercado de Letras, 1996.

RAJAGOPALAN, K. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

REICHENBACH, H. *Elements of Symbolic Logic*. New York: The MacMillan Company, 1948 *apud* CORÔA, M. L. M. S. *O tempo no português: uma introdução à sua interpretação semântica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

REVISTA ÉPOCA, Rio de Janeiro, Editora Globo, n. 290, 8 de dezembro de 2003.

ROCHA, P. G. A modalidade no gerundismo. *Letra Magna*. Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura. ano 06, n. 13, 2º sem. 2010. p. 1-19.

- SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1965.
- SANTOS, A. M. *O futuro verbal no português do Brasil em variação*. 1997. 128 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Brasília, 1997.
- SANTOS, J. R. *A variação entre as formas de futuro do presente no português formal e informal falado no Rio de Janeiro*. 2000. 142 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- SANTOS, P. T. A. *Só um instante, senhora, que eu vou tá verificando se o livro tá disponível na editora: gerundismo, preconceito e expansão da mudança*. 2008. 131 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- SAPIR, E. *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. Trad. J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, [1921]1954.
- SCHERRE, M. M. P. A norma do imperativo e o imperativo da norma: uma reflexão sociolinguística sobre o conceito de erro. In: BAGNO, M. (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 217-251.
- SEARLE, J. R. *Os actos da fala*. Coimbra: Almedina, 1984.
- SILVA DIAS, A. E. *Syntaxe histórica portuguesa*. 3. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1959.
- SILVA NETO, S. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença, 1977.
- SILVA, A. *A expressão da futuridade na Língua Falada*. 1997. 276 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1997.
- SILVA, A. *A expressão da futuridade no português falado*. Araraquara: UNESP, FCL, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2002.

SOUSA, G. A. *Vou estar fazendo...* um estudo funcionalista dessa forma perifrástica na fala de professores. 2008. (UFRN/PPGEL). Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/humanidades/ARTIGOS/GT28/trabalho%20completo%20Humanidades-20%20Gisonaldo%20Arcanjo%20deSouza.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2012.

SPITZER, L. 'Über das Futurum cantare habeo'. In: Aufsätze zur romanischen Syntax und Stilistik. Halle: Niemeyer, 1918, p. 173-180. *Apud*: COSERIU, E. "Sobre el futuro romance". *Revista brasileira de filologia* 3, 1957, p. 1-19.

TAFNER, E. P. *As formas verbais de futuridade em sessões plenárias: uma abordagem sociofuncionalista*. 2004. 188 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

THOMAS, E. W. *The syntax of spoken Brazilian Portuguese*. Nashville: Vanderbilt University Press, 1969.

TORRES, F. F. *O Gerúndio na Expressão do Tempo Futuro: um estudo sociofuncionalista*. 2009. 180 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e linguística*. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

TRAUGOTT, E. C.; KÖNIG, E. The Semantics-pragmatics of Grammaticalizations Revisited. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Ed.). *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991. p. 189-218.

TRAUGOTT, E.; DASHER R. B. Regularity in Semantic Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2005 *apud* VITRAL, L. T. A inovação linguística: subjetivação e luta por reconhecimento. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p. 65-98, jan./jun. 2012.

TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Ed.). *Approaches to Grammaticalization*. v. 2. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991.

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática: ensino plural*. São Paulo: Cortez, 2003.

TRAVAGLIA, L. C. *O aspecto verbal no português*. Uberlândia: UFU, 1981.

ULTAN, R. The nature of future tense. In: GREENBERG, *et al.* (Ed.). *Universal of Human Language: word structure*, Stanford, v. 3, 1978. p. 83-123.

VIANNA, H. L. G. *A estrutura modal + infinitivo em português: gramaticalização e modalização*. 2000. 216 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

VIDOS, B. E. Manual de linguística românica. Tradução da edição italiana por Francisco de B. Moll. Madrid: Aguilar, 1956. *Apud* COSERIU, E. “Sobre el futuro romance”. *Revista brasileira de filologia* 3, 1957. p. 1-19.

VIOTTI, E; SCHER, A. P. Semelhanças e diferenças entre o PB e o PE no que diz respeito à forma progressiva do infinitivo. *Boletim da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN)*, v. 26, nº Especial, I. Fortaleza: Imprensa Universitária/UFC, 2001 (publicado em 2003). p. 370-374.

VITRAL, L. T. A inovação linguística: subjetivação e luta por reconhecimento. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p. 65-98, jan./jun. 2012.

VITRAL, L. T. O papel da frequência na identificação de processos de gramaticalização. *Scripta*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros da PUC/Minas. Belo Horizonte, 2006. p. 149-177.

VITRAL, L. T.; CIRÍACO, L.; REIS, C. Intensidade e duração de formas reduzidas do português brasileiro. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, 2004. p. 143-157.

VITRAL, L. T.; VIEGAS, M. C.; OLIVEIRA, A. J. Inovação *versus* mudança: a interseção gramaticalização/Teoria da variação e mudança. In: VITRAL, L. T.; COELHO, S. M. (Org.). *Estudos de processos de gramaticalização em português: metodologias e aplicações*. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p. 201-228.

VOSSLER, K. Neue Denk Formen im Vulgärlatein. In: Hauptfragen der Romanistik. Festschrift für Philipp August Becker. Heidelberg: Winter, p. 170-191. (Rep. in Geist und Kultur in der Sprache. Heidelberg: Winter, 1925. p. 56-83. *Apud*: COSERIU, E. “Sobre el futuro romance”. *Revista brasileira de filologia* 3, 1957. p. 1-19.

VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M.; MARTELOTTA, M. E. *Gramaticalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

ZILLES, A. M. S. Grammaticalization of *a gente* in Brazilian Portuguese. In: JOHNSON, D.E., SANCHES, T. (Ed.). *Working Papers in Linguistics* (Papers from NWAV 30), v. 8, n. 3, Pennsylvania: University of Pennsylvania, 2002. p. 297-310.

FONTES DE PESQUISA DO CORPUS

Artigos Científicos do Período Contemporâneo:

BENVENGA, S. *et al.*. Manejo prático da Cochonilha ortézia em pomares de citros. *Revista Laranja*, Cordeirópolis, SP.: Instituto Agronômico; Centro APTA Citros Sylvio Moreira, v. 25, n. 2, 2004. Disponível em: <http://revistalaranja.centrodecitricultura.br/2004/v25_n2/v25_n2_p291.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2010.

GARCIA, M. O.; ALVES, S. B. Utilização de fungos entomopatogênicos para o controle de *orthezia praelonga*. *Revista Laranja*, Cordeirópolis, SP: Instituto Agronômico; Centro APTA Citros Sylvio Moreira, v. 26, n. 1, 2005. Disponível em: <http://revistalaranja.centrodecitricultura.br/2005/v26_n1/v26_n1_p001.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2010.

LOCALI, E. C. *Leprose dos citros: biologia e diagnóstico do vírus*. *Revista Laranja*, Cordeirópolis, SP.: Instituto Agronômico; Centro APTA Citros Sylvio Moreira, v. 25, n. 1, 2004. Disponível em: <http://revistalaranja.centrodecitricultura.br/2004/v25_n1/v25_n1_p053.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2010.

Artigos Científicos do Período Moderno:

BETTENCOURT, José de Sá. *Memoria sobre a Plantação dos Algodões e sua exportação*; sobre a decadência da Lavoura de mandiocas no Termo da Villa de Camamú, Comarca de Ilhéos, governo da Bahia. Disponível em: <<http://purl.pt/12000/1/>>. Acesso em: 15 fev. 2010.

VELLOSO, Frei José Marianno da Conceição. *Memoria sobre a Cultura da Urumbeba e sobre a Criação da Cochonilha*. Disponível em: <<http://purl.pt/12001/3/>>. Acesso em: 15 fev. 2010.

Cartas de Comércio do Período Moderno:

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. *Para uma história do português colonial: aspectos linguísticos em cartas de comércio*. 1999. 487f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

Cartas-denúncia do Período Moderno:

MINAS GERAIS. Câmara dos Deputados. *Autos de devassa da inconfidência mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1976. v.1

Cartas Pessoais do Período Contemporâneo:

Arquivo Família Camisassa Rodrigues.

Cartas Pessoais do Período Moderno:

Arquivo Público Mineiro. Coleção Família Joaquina Bernarda. Série 1 – FJBP 1 – Caixa 01.

Arquivo Público Mineiro. Coleção Família Cordeiro Valadares. Série 2 – FJBP 2 – Caixa 02.

Biblioteca Nacional. Coleção Morgado de Mateus. DOC. 2.

Denúncias:

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Processos criminais diversos.

E-mails Comerciais:

Arquivo pessoal.

Entrevistas: Projeto Mineirês.

ANEXOS

ANEXO A

A gramática no mercado de trabalho¹¹⁸

VOCÊ SABIA QUE DE CADA DEZ PESSOAS QUE PASSAM POR UMA ENTREVISTA DE TRABALHO, SETE SÃO REPROVADAS PORQUE FALAM E ESCREVEM ERRADO?

Quem já não ouviu uma atendente falando no gerúndio? Ou mesmo já não se deparou com uma mensagem cheia de palavras resumidas, codificadas, formas de expressão que se tornaram comuns e que, sem querer, passaram a fazer parte do vocabulário das pessoas? É aquela história: eu falo, você repete. Alguém escreve de um jeito e muitos outros vão copiar. Daqui a pouco, está todo mundo falando ou escrevendo igual e errado. Pior ainda quando se está à procura de emprego. Falar bem o português é uma exigência hoje em dia, para qualquer função. Até mesmo para quem não lida com pessoas, como um operador de máquinas.

Em Salvador, uma empresa contrata, em média, até 30 pessoas por mês e o português tem um peso muito grande no processo de seleção. Já na primeira etapa, os candidatos têm que fazer uma redação e um teste de interpretação de texto para todos os cargos – desde os administrativos até os operacionais. Os testes de português são eliminatórios e o índice de reprovação é alto: 62% dos candidatos de nível médio e 45% dos candidatos de nível superior não conseguem passar porque têm pouco vocabulário, não compreendem o texto e demonstram falta de leitura.

“A gente acredita que a comunicação tanto interna quanto externa é essencial para o bom andamento do nosso trabalho, da nossa empresa e pros resultados que a gente busca alcançar”, disse a gerente de RH Andréia Sampaio.

Não há pesquisas, mas nas grandes agências há casos em que, numa mesma seleção, sete em cada dez candidatos não passaram no teste porque cometeram algum erro de português.

Estão entre os erros mais comuns:

- concordância verbal, do tipo ‘fazem cinco anos’;
- gerundismo – ‘vamos estar fazendo’;
- gírias como – ‘dar uns toques’;
- lugares comuns, do tipo ‘a nível de Brasil’, ‘fechar com chave de ouro’;
- isso sem falar na pontuação e acentuação na hora de escrever.

“O que normalmente acontece, as pessoas participam de uma entrevista como se estivessem numa sala de bate-papo ou conversando com amigos. Então são descuidados e também pela falta de leitura. Os jovens não têm o hábito de ler. Na verdade, a população brasileira tem a dificuldade com a leitura, não é hábito ler livros, ou jornais ou revistas. E isso você acaba perdendo um pouco o vocabulário, dificulta na hora do processo”, explicou Sidnéia Palhares, gerente de RH.

E não é só pra escrever não. Na hora de falar é preciso também ter uma boa fluência. Uma dica é falar pausadamente. Esqueça as gírias. E nada de gerundismo. Esse, aliás, é um problema sério principalmente nas empresas de *telemarketing*. Mas elas já estão mudando, ou melhor, já mudaram.

Em uma empresa de *telemarketing* de Belo Horizonte, com 4.500 atendentes, os funcionários, desde a fase de treinamento, são orientados a evitar o gerúndio – é uma

A GRAMÁTICA no mercado de trabalho. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornalhoje/0, MUL1153715-16022,00-A+GRAMATICA+NO+MERCADO+DE+TRABALHO.html>> Acesso em: 06 nov. 2006.

preocupação com a qualidade do atendimento. Todos os meses, parte das ligações gravadas passa por auditoria. “Pra melhorar isso ainda mais nós estamos fazendo parcerias com algumas empresas, alguns institutos com professores de português, para minimizar o impacto com alguns dos nossos clientes”, explicou o superintendente Delson Diniz Júnior.

Não pense que isso só acontece em testes para cargos de iniciantes em empresas. As agências com quem conversamos foram unânimes em dizer que erram também candidatos a gerentes e outros níveis mais altos. A grande dica dos especialistas é a leitura. Quanto mais a pessoa lê, mais ela aumenta seu vocabulário e corre menos riscos de cometer um erro de português.

“Até mesmo um profissional que está dentro de uma empresa, se ele tem dificuldade em se comunicar, se ele tem erros de português, se ele tem dificuldade na verbalização e na comunicação, ele não é um profissional bem visto. Quando você escreve bem e você fala bem, você tem uma facilidade maior de ser promovido, porque você está sendo visto e vai ser um diferencial até mesmo na empresa em que você trabalha”, completou Palhares.

ANEXO B

O BRASILEIRO VIVE “GERUNDIANDO”¹¹⁹

Muitos leitores querem saber o que eu penso a respeito de frases do tipo: “*Vou estar depositando o seu salário hoje à tarde*”; “*O Instituto vai estar realizando um seminário sobre Gestão pela Qualidade no próximo mês*”; “*Na próxima quarta-feira, ele vai estar fazendo três anos de empresa*”.

São frases usadas com certa frequência no meio empresarial. Acredito que muita gente fale assim porque considera as frases não só corretas, mas construídas de forma mais “cultas”.

Na minha opinião, são frases mal construídas. Não é o caso para gerúndio (depositando, realizando, fazendo). A ação verbal está no futuro. Deveríamos dizer: “*Vou depositar (ou depositarei)...*”, “*O Instituto vai realizar (ou realizará)...*”; “*... ele vai fazer (ou fará)...*”

¹¹⁹ DUARTE, Sérgio Nogueira. *Língua Viva: uma análise simples e bem-humorada da linguagem do brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002. v. 5, p. 33

ANEXO C

A INVASÃO DOS GERÚNDIOS ASSASSINOS UM ARTIGO QUE VAI ESTAR FALANDO MAL DESSA MANIA DE ESTAR INSERINDO VERBOS SÓ PARA ENROLAR OS OUTROS.¹²⁰

O novo horror da língua portuguesa é a invasão dos gerúndios assassinos. Você já deve ter passado por isso. Alguém ao telefone lhe pede para “*estar esperando*”, porque vai “*estar lhe passando*” a informação que você pediu “*quando o chefe estiver tendo condições de estar lhe informando*” qualquer coisa.

Pior do que ter passado por isso: você já deve ter se surpreendido falando assim.

Não é a primeira vez que se investe contra essa nova forma de expressão. Gramáticos, por exemplo, são puristas por excelência e detestam qualquer desvio da norma culta da língua. Já os linguistas, por natureza muito mais liberais, só prestam atenção à adequação da comunicação. Ou seja: “O recado que você queria dar foi passado? Então, ótimo”. Não, não está ótimo, não. Porque o modo como se passa um recado diz muito sobre a pessoa que o passa.

De onde vêm esses malditos gerúndios? Uma das hipóteses mais fortes é que eles são uma adaptação brasileira da forma *ing*, do inglês.

Americanos são craques em usar e abusar do *ing*. Se for isso, é uma adaptação equivocada do nosso gerúndio. Ela pode ser gerúndio, mas também participio ou até infinitivo. (Por exemplo: a expressão “*I’ll be sitting there*” não equivale a “*Eu vou estar sentando ali*”, e sim a “*Eu vou estar sentado ali*” “*Thanks for coming*”, não é “*Obrigado por estar vindo*”, mas “*Obrigado por vir*”). É por ter estrutura gramatical diferente que o inglês recorre tanto ao *ing*.

Posto esse argumento, precisamos imediatamente desqualificá-lo: mesmo se estiver correto, ele não tem a menor importância. Quando uma língua se apropria de uma forma de expressão de outra, que se dane o que ela quer dizer na outra língua – a forma de expressão passou a ter novo dono, e o novo dono pode fazer o que quiser com ela.

Então, vivam os gerúndios! Na-na-ni-na-não. Há uma razão muito mais forte para rejeitá-los. E a razão é rejeitar os motivos psicológicos que levam à “gerundização” da língua.

Minha hipótese é a seguinte: o abuso do gerúndio ocorre em situações mais ou menos específicas. Geralmente, quando alguém está tentando nos enrolar. Quando uma pessoa diz “*Eu vou estar te passando essa informação amanhã*”, o que exatamente ela quer dizer? Que vai levar o dia de amanhã inteiro passando e repassando a informação para mim? Que não vai fazer mais nada amanhã, porque estará ocupada me passando a informação? Que vai passar a informação e vai me acompanhar o tempo todo para ter certeza de que eu não a perderei?

Verbos denotam ações. Quanto mais perto do sujeito da frase está o verbo, mais a mensagem denota uma ação desse sujeito. Pode reparar: em situações que requerem objetividade, não há lugar para o abuso de gerúndios. Você imagina uma assistente dizendo ao cirurgião, na mesa de operação, “*Eu vou estar lhe passando a tesoura*”? O gerúndio, que normalmente se interpreta como uma ação que continua, vem sendo usado para alongar a frase, separando o sujeito do verbo principal.

O português do Brasil já é pródigo em maravilhosas expressões que quebram a rispidez da ação. É uma característica cultural, insistir na relação em vez de frisar a objetividade do ato. Geralmente, isso é feito com a transformação do verbo em substantivo. Por isso, se você vai a uma festa, mas sem muita convicção, você não vai passar, e sim “*vai dar uma passada*” por lá. Talvez até “*dar uma passadinha*”. Do mesmo modo, você pode dar uma olhada, em vez de olhar, dar um tempo, em vez de mandar a namorada ou o namorado às favas etc.

Nos casos dos gerúndios, cuidado com eles: você vai estar passando a impressão de enrolador.

¹²⁰ COHEN, David. A invasão dos gerúndios assassinos. *Você S.A.* set. 2000.

ANEXO D

UMA PRAGA CHAMADA GERUNDISMO¹²¹

Ao recorrer a qualquer serviço telefônico, é comum ouvir de quem atende frases do tipo “*Vou estar anotando seu pedido*” ou “*Estaremos providenciando seu cartão*”. Elas são características de um fenômeno da língua que toma proporções cada vez maiores: o gerundismo.

Do ponto de vista gramatical, construções com excesso de gerúndio não são erradas, mas, sob o ângulo da língua culta, são inadequadas. Segundo a professora de linguística Roseli Imbernom do Nascimento, das Faculdades Integradas Toledo, esse tipo de construção contraria uma das leis da linguagem, a da economia de termos usados, ou seja: apenas um verbo é sempre melhor do que dois. “Imagine se este tipo de construção se disseminar pela língua escrita, será um desastre”, adverte.

Segundo Roseli, a discussão em torno do gerundismo é grande, mas ainda é impossível detectar com certeza sua origem. “Percebemos que o fenômeno predomina no estado de São Paulo, como uma tentativa de esclarecer uma ideia, mas, na verdade, é uma escolha infeliz de quem fala”, diz. A “praga” do gerundismo se espalha tão rápido que virou até mesmo tema de um manifesto bem-humorado, redigido pelo publicitário Ricardo Freire.

De acordo com o professor de língua portuguesa, Marco Antônio Santana, da UNESP (Universidade Estadual Paulista), uma das prováveis origens desse tipo de construção são traduções mal-feitas do inglês – idioma em que é comum frases como “*I will be sending*” (literalmente, “*Eu vou estar enviando*”) e “*I will be doing*” (“*Eu vou estar fazendo*”). “Este tipo de construção também pode ser mais um indício do monopólio norte-americano na língua portuguesa”, diz.

Outra constatação dos professores é que o gerundismo é bastante comum entre operadores de *telemarketing*, secretárias e telefonistas em geral. “Acredito que isso acontece porque esses profissionais passam por um treinamento padronizado. Eles pensam que o gerúndio dá a impressão de educação, mas na verdade é uma cortesia irritante, pois a fala deixa de ser natural”, ressalta Santana.

Roseli destaca que o excesso de gerúndio não soa bem aos ouvidos, além de ser cansativo e passar a impressão de algo programado. Para Santana, quem se utiliza deste “falso eruditismo” é um grupo de pessoas mal-informadas.

Apesar de o gerundismo ser constatado, principalmente, nas falas dos profissionais citados acima, Roseli diz que ele está se espalhando entre outras profissões, inclusive entre professores. “Eles querem imprimir um tom culto à linguagem e, como consequência, os alunos acabam utilizando o gerúndio, achando que é adequado”.

Roseli destaca que a língua portuguesa está em constante evolução. Tanto é que o português falado no Brasil está cada vez mais distante da língua falada em Portugal. A transformação e evolução da língua é importante e inevitável. A fala muda constantemente a escrita, mas não podemos aceitar esta evolução através de algo pernicioso como o gerundismo, diz.

De acordo com a professora, é impossível falar que este tipo de construção garanta a liberdade linguística porque, na verdade, ela se cristaliza na memória de quem fala, esgotando seu repertório. “O gerundismo massifica e aliena ao invés de libertar”, aponta.

Roseli ressalta que o excesso de gerúndio pode ser classificado como uma hipercorreção (preocupação em falar bem, que redundando em erro), assim como outras expressões que empobrecem cada vez mais a língua portuguesa, como “com certeza”, “tipo assim” e “a nível de”.

¹²¹ ANDREOTTI, Natália. Uma praga chamada gerundismo. *Jornal Folha de Araçatuba*, 12 mar. 2003.

ANEXO E

QUE HISTÓRIA É ESSA DE “VAMOS ESTAR PROVIDENCIANDO”?¹²²

Suponho – posso estar enganado – que isso seja influência inglesa. Talvez seja a tradução quase literal de frases como “*I will be sending*”, ou “*We will be asking*”, que, ao pé da letra, equivalem a “*Estarei enviando*” e “*Estaremos pedindo (ou perguntando)*”, respectivamente.

Como no Brasil não são comuns as formas como “estarei”, “estaremos” – em seu lugar usam-se as formas “vou estar”, “vamos estar” –, na mão de alguns tradutores “*We will be sending*” acaba virando “*Nós vamos estar enviando*”.

Pronto! Bastou alguém com ares de erudição traduzir ao pé da letra uma expressão legítima e comum em inglês para que a praga pegasse em português. O pior é que esse tipo de frase passa uma incrível impressão de coisa nobre, refinada. É preciso falar assim para estar na moda.

O problema é que a maioria das pessoas alimenta a velha ideia de que em língua formal basta dizer algumas palavras e expressões “difíceis” para que o discurso seja bom. Para variar, não se pensa no verdadeiro *xis* da questão, que é a ordenação das ideias, o pensamento lógico, a estrutura clara, a correção gramatical, a linguagem adequada.

Voltando ao “*Vamos estar enviando*”. Se você trabalha com o público, preste atenção. Veja se também não se rendeu à tentação. Se o fez, pare para pensar. Em vez de “*Vamos estar providenciando*”, “*Vou estar solicitando*”, “*O senhor pode estar enviando um fax?*”, que tal a velha e boa estrutura típica do português do Brasil: “*Vou solicitar*”, “*O senhor pode enviar um fax?*”, “*Vamos providenciar?*”

Por que eu disse “português do Brasil”?

No Brasil não é comum o futuro do presente. Não temos o hábito de dizer “*faremos*”. Dizemos mesmo “*Vou fazer*”. Na verdade, uma frase como “*Vamos estar enviando*” poderia ser resumida em “*Enviaremos*”. “*Vamos enviar*” é a construção mais comum entre nós. “*Vamos estar enviando*” é dose! É o rodocó do rodocó.

Em quase 100% dos verbos da língua portuguesa, o futuro do presente é regular. Basta apanhar o infinitivo e acrescentar as terminações: *ei, ás, á, emos, eis, ão*.

Vejamos, como exemplo, o verbo “*beijar*”: “*bejarei, bejarás, bejará, bejaremos, bejareis, bejarão*”. Os verbos “*trazer*”, “*fazer*”, “*dizer*” e derivados seguem o esquema, mas perdem a sílaba “*zê*”: “*trarei, trarás...*”; “*farei, farás...*”; “*refarei, refarás...*”; “*direi, dirás...*”; “*desdirei, desdirás...*”

Uma amiga telefonou para uma administradora de cartões de crédito e ouviu da atendente esse tipo de frase umas duzentas mil vezes (“*Vamos estar providenciando*”, “*Vamos estar verificando*”, “*A senhora vai estar recebendo*”, “*O computador vai estar emitindo*”, “*O banco vai estar cobrando*” etc., etc., etc.).

No fim, enjoada – enjoadíssima, com o estômago embrulhado, em estado de indigestão, pré-congestão –, minha amiga ouviu a seguinte pergunta: “*A senhora pode estar enviando uma cópia do extrato?*”

Irônica, respondeu: “*Estar enviando eu não posso, mas enviar eu posso*”

A moça não entendeu a ironia. “*Como?*”, perguntou atônita.

¹²² CIPRO NETO, Pasquale. Que história é essa de “vamos estar providenciando”? Jornal *O Globo*. 2001. Ao pé da letra.

ANEXO F

O GERÚNDIO É SÓ PRETEXTO¹²³

Ele chegou furtivo, espalhou-se feito gripe e virou uma compulsão nacional. Em menos de uma década, o **gerundismo** cavou pelas bordas seu lugar sob os holofotes do país. É o Paulo Coelho da linguagem cotidiana. Nas filas de banco, em reuniões de empresas, ao telefone, nas conversas formais, em e-mails e até nas salas de aula, há sempre alguém que "vai estar passando" o nosso recado, "vai estar analisando" nosso pedido ou "vai poder estar procurando" a chave do carro. É fenômeno democrático, sem distinção de classe, profissão, sexo ou idade. O gerundismo já foi alvo de tantos e calorosos debates, que mesmo a polêmica em torno dele pode estar virando uma espécie de esporte de horas vagas, quase uma comichão a que poucos parecem indiferentes. Embora não haja explicação única para a origem do fenômeno, sua popularidade chama a atenção não só de especialistas da língua, mas de empresários e ouvidos sensíveis a saraivadas repetidas do mesmo vício.

Principalmente porque, por trás da aparente certeza sintática, podemos estar diante de um fenômeno com implicações semânticas e pragmáticas - seu sentido, alargado ao dia-a-dia, pode dizer algo sobre a própria cultura brasileira, nem sempre lembrada quando se discute o assunto.

O uso repetitivo do gerúndio tem nome próprio: endorriéia. Sim, a palavra é parente da diarreia, para alegria dos humoristas. Mas a vítima do gerundismo não é o gerúndio isolado, *in natura*, é a estrutura "vou estar + gerúndio", uma perífrase (locução com duas ou três palavras).

Em si, a locução "vou estar + gerúndio" é legítima quando comunica a ideia de uma ação que ocorre no momento de outra. A sentença "vou estar dormindo na hora da novela" é adequada ao sistema da língua, assim como quando há verbos que indiquem ação ou processo duradouros e contínuos: "amanhã vai estar chovendo" ou "amanhã vou estar trabalhando o dia todo", por exemplo.

Aquilo que se deu o nome de gerundismo se dá quando nós não queremos comunicar essa ideia de eventos ou ações simultâneas, mas antes falar de uma ação específica, pontual, em que a duração não é a preocupação dominante. A coisa piora mesmo quando a ideia de continuidade nem deveria existir na frase. "Vou falar" narra algo que vai ocorrer a partir de agora. "Vou estar falando" se refere a um futuro em andamento - "estar" dá ideia de permanência no tempo. Nesses casos, o gerúndio é usado em situações mais adequadas ao uso do infinitivo (aquele que não dá ideia de ação em curso, mas de assertiva). É no mínimo forçado falar de uma ação isolada, que se concluiria num ato, como se fosse contínua. Quando respondemos ao telefone "vou estar passando o recado", forçamos a barra para que o recado, que potencialmente tem tudo para ser dado, não tenha mais prazo de validade.

Há um paradoxo semântico porque se dá a impressão de que a ação prometida é duradoura, diz o linguista Sírio Possenti, da Universidade de Campinas. Ao adotar o gerúndio numa construção que não o pedia, a pessoa finge indicar uma ação futura com precisão, quando na verdade não o faz. Para a professora Maria Helena de Moura Neves, da UNESP e do Mackenzie, autora da *Gramática de Usos do Português*, o gerundismo faz a informação pontual (em que o foco está na ação) ser transformada numa situação em curso (durativa). O aspecto pontual é aquele em que um fenômeno é flagrado independentemente da passagem de tempo - o verbo se refere só à ação. São pontuais, por exemplo, expressões como "vou fazer" ou o futuro do presente, "farei?". Porque os mecanismos linguísticos são acionados pela intenção, diz Maria Helena, é possível obter um efeito pragmático na locução do gerúndio de atenuar o compromisso

¹²³ PEREIRA JR, L. C. O gerúndio é só pretexto. *Língua Portuguesa*. São Paulo: Segmento, ano 1, n.1, 2005. p. 20-25.

com a palavra dada. Quando digo "vou passar seu recado", a referência é a ação em si. Não me atendo à sua duração. Com isso, amarro um compromisso. A ação é indicada ali, pura e simplesmente. Garanto que ela se cumprirá. Ao usar o gerúndio, deixo de me referir puramente à ação e incorpora-se o aspecto verbal durativo. A ênfase passa a ser outra. Você comunica que até encontrará tempo para fazer a ação, mas seu foco não está mais nela.

O descompromisso que essa atitude implica pode ser atribuído a uma duração que é falsa. Permite, por tabela, que qualquer um drible seu interlocutor, sem parecer ofensivo nem indelicado. Na opinião de Francisco Platão Savioli, professor aposentado da Universidade de São Paulo e agora coordenador de português e redação do Sistema Anglo de Ensino, o gerundismo se propagou como traço de quem se ocupa em encontrar formas de polidez para relacionar-se. Como não tem versatilidade de uso da língua, essa pessoa aposta na fórmula ritualizada, na presunção de que aquilo é uma gentileza chique. No fundo, é um desperdício de gerúndio. O apelo a esse expediente, afirma Platão Savioli, é similar àquilo que se convencionou chamar de hipercorreção (a escolha de uma forma de expressão incorreta no lugar da correta por considerar que a incorreção seja mais elegante e menos vulgar). O fato é que se trata de uma expressão que não circula na língua culta escrita e, mesmo na língua popular, ela não circula com espontaneidade. Parece ser mais uma forma artificial e planejada. Consultora de língua portuguesa do jornal Folha de S. Paulo e autora de *Redação Linha a Linha*, Thaís Nicoletti de Camargo alerta para o fato de que as frases com gerundismo proliferaram em ambientes formais antes de tomar as ruas. Ninguém diz "vamos estar tomando uma cervejinha na esquina". O emprego abusivo do gerúndio é próprio das situações formais. A pessoa, por vezes, evita dizer de forma direta que vai resolver uma questão no momento e, ao mesmo tempo, parece não querer estabelecer uma data para fazê-lo. Talvez ela se veja apenas como peça de uma engrenagem burocrática e, portanto, desprovida do poder de tomar decisões. Precisa, na prática, de uma espécie de fórmula que lhe permita dizer algo educado, mas que não implique real compromisso. E o gerundismo parece atender a essa demanda – afirma.

A propagação do uso vicioso do gerúndio seria, assim, típica dos grandes centros urbanos, em que as relações humanas são marcadas por escalas rígidas de hierarquia, ferramentas mais impessoais de comunicação (telefones e e-mails, por exemplo) e intermediários entre quem deseja a comunicação e quem não a deseja na mesma intensidade.

“Minha suspeita é a de que se trate de um fenômeno urbano, ou seja, quanto mais rural o meio, menos sujeito à sua influência” – acredita. Se é difícil saber se os primeiros a usarem a expressão tiveram ou não a intenção de evitar compromisso ou de parecerem formais, o gerundismo parece ter ficado popular pela facilidade com que confere imprecisão a informações que exigiriam solidez. Nas palavras do gramático Evanildo Bechara, o que está em jogo pode ser a própria concepção de certeza num diálogo. O presente, "escrevo", nos dá certeza. "Escreverei", o futuro, pode ocorrer ou não. Já na construção "vou estar escrevendo" acrescenta-se a ideia de promessa, de não compromisso. O gerundismo marca a oposição entre promessa e esperança – avalia o gramático, membro da Academia Brasileira de Letras.

A associação entre formalidade ritual e falta de compromisso, usada à exaustão, virou bomba-relógio comunicativa que preocupa executivos e diretores de recursos humanos. Para o consultor empresarial Luis Adonis Valente Correia, autor de *Quem Roeu a Roupa do Rei?*, o gerundismo chega mesmo a refletir as relações desiguais entre chefes e seus funcionários. Vício não prolifera sozinho, mas motivado pelas situações de trabalho e do cotidiano. Ao informar que vamos estar fazendo, nós não dizemos quando vamos concluir o processo, mas que ele está em andamento. Ao ouvir um "vamos estar resolvendo o seu problema", não sabemos quem vai resolver, nem se vai fazê-lo. Na prática, comunica-se que está trabalhando, mas não trabalha.

Na lógica empresarial de Adonis, aquele que nos atende por meio de gerundismo parece sentir que "atender" não é o que ele "faz", mas o que "está fazendo". Por não vestir inteiramente a camisa numa profissão que considera instável, apela para o gerúndio para não se comprometer com ações futuras. No fundo, o problema gramatical camuflaria um mau serviço.

O psicólogo Luiz Edmundo Prestes Rosa é o diretor corporativo People da Accor Brasil, empresa de origem francesa com mais de 30 mil funcionários no Brasil que se relacionam com o público, fornecedores e usuário. O gerundismo, para ele, é sinal da dificuldade das pessoas de ir a fundo nas questões relevantes. Combater o gerundismo por purismo é ir contra a riqueza da língua. Sua força e franqueza não estão em si mesmas, mas na fragilidade do diálogo. A superficialidade não está em quem usa, mas em quem aceita respostas imprecisas. Acho que o outro vai fazer o que foi pedido. Como não conversamos profundamente, fica tudo por isso mesmo – diz Prestes Rosa, autor de um "antídoto" por meio de perguntas importantes à compreensão mútua. A estrutura viciada do gerúndio é tributada ao Brasil. Os portugueses não têm dor de cabeça com ela. Preferem ao gerúndio o infinitivo com a preposição "a" ("Estou a fazer o tratamento"). Para especialistas e empresários, o problema pode mesmo revelar-se um sintoma de práticas profundas da atualidade.

Ele condiria, por exemplo, com uma cultura urbana formada por pessoas sempre em muito movimento (Prestes Rosa e Adonis) e estimularia, no limite, uma falha ética nas relações humanas (Sírio Possenti). Para o linguista da UNICAMP, a falta de compromissos contida na locução viciosa seria a expressão de um vazio ético. Se não for mudada a relação de compromisso entre pessoas e entre empresas e clientes, é possível que o gerundismo se torne mais regular do que já é. As pessoas garantem que "vão estar providenciando", mas não providenciam, e isso é terreno fértil para a expressão fortalecer-se – diz Sírio Possenti.

O professor Platão Savioli desconfia das soluções excessivamente pontuais. “A submissão a uma forma fixa não se corrige setorialmente. Ela é sintoma da falta de variedade de recursos de expressão. Quem tem diversidade não recorre à mesma expressão o tempo inteiro”.

Para Thaís Nicoletti, o mal estar que o vício provoca pode estar associado à percepção desse esvaziamento da comunicação nas relações mais burocratizadas. Talvez o que irrite seja o vazio em que caímos quando ouvimos essas construções. São fórmulas que não nos dão garantia de nada – sugere.

O gerundismo pode não passar de moda e, tal como veio, desmanchar-se no ar, como outros vícios de ocasião. O movimento recente contrário à sua aceitação pode indicar que o fenômeno está longe de generalizar-se. Mas, se ele corresponder mesmo a uma necessidade nem sempre consciente da comunidade, erradicá-lo vai demorar muito mais do que se imagina. Ainda é cedo para garantir, com firmeza, o futuro do combate ao gerúndio vicioso. Se tal esforço "vai estar surtindo efeito", só o tempo "vai poder estar dizendo".